UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS -UFAM
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE - CCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PCASA



ANDREZA GOMES WEIL

TRABALHO ASSOCIADO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL NA PRODUÇÃO DO GUARANÁ EM MAÚES: RESISTÊNCIA, R-EXISTÊNCIA E SUBORDINAÇÃO

Manaus

2020

ANDREZA GOMES WEIL

TRABALHO ASSOCIADO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL NA PRODUÇÃO DO GUARANÁ EM MAÚES: RESISTÊNCIA, R-EXISTÊNCIA E SUBORDINAÇÃO

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski

Tese apresentada para o Programa de Pós- Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

Manaus- AM

2020

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Weil, Andreza Gomes Weil
W422t trabalho associado e agricultura sustentável na produção do guaraná em maués: resistência, r-existência e subordinação : resistência, r-existência e subordinação / Andreza Gomes Weil Weil . 2020
307 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Antônio Carlos Witkoski
Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Trabalho Associado. 2. Agricultura Sustentável . 3. Guaraná . 4. Amazônia. 5. Maués. I. Witkoski, Antônio Carlos. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

ANDREZA GOMES WEIL

TRABALHO ASSOCIADO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL NA PRODUÇÃO DO GUARANÁ EM MAÚES: RESISTÊNCIA, R-EXISTÊNCIA E SUBORDINAÇÃO

Tese apresentada para o Programa de Pós- Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski – Presidente

Profa. Dra. Violeta Refkalefsky Loureiro - Membro

Prof. Dra. Eloisa Mendonça Gadelha – Membro

Prof. Dr. Aldair Oliveira de Andrade

Profa. Dra. Elenise Faria Scherer - Membro

Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz – Membro

Profa. Dra. Jozane Lima Santiago – Membro

Manaus- AM

2020

Ofereço

A Maria Clara, Pedro e Mário,
meus afluentes.

A todos os moradores da Região do Urupadi,
indígenas e camponeses, homens e mulheres
que me ensinaram a ressignificar a vida.

Dedico

Ao meu padrasto Herivan Azevedo Ferreira,
por conduzir meus primeiros passos em direção
ao universo científico e à minha mãe Rosilene Maia Gomes por
suas contribuições no cultivo destes caminhos.

Agradecimentos

O processo de artesanato intelectual não acontece de maneira solitária, suas dimensões se estendem a todas as esferas da vida social. Esta tese foi tecida por várias mãos, artesãos e artesãs dotados de diferentes intelectos que muito contribuíram para que este trabalho se concretizasse. A estes e mesmo aqueles que aqui não foram mencionados, mas que passaram em algum momento por este processo, meu reconhecimento e agradecimento.

Gratidão a Deus, autor da minha vida que até guiou e continuar a guiar todos os meus caminhos. Agradeço ao seu filho Jesus, a quem costumo chamar irmão mais velho, pelo sustento espiritual fortalecido em cada oração. Gratidão sem medidas á mãe de Jesus, na figura de Nossa Senhora do Carmo e Nossa Senhora Aparecida, pela forte presença em todos os momentos principalmente nos mais difíceis. Conseguimos mãe!

Á minha avó mãe, Maria do Perpétuo Socorro que participou ativamente da minha criação, me propiciando todas as necessidades afetivas e materiais.

Ao meu orientador Antônio Carlos Witkoski, artesão intelectual que me propiciou outra visão de mundo. Um encontro acadêmico transformador e revolucionário, não apenas na prática da pesquisa, mas para a vida profissional e pessoal. Nosso tempo de convivência me revelou sua grandeza como pessoa, como sempre digo aos meus colegas, você é um gigante! Sua dedicação, intelectualidade e principalmente humildade servirão de modelo para a minha missão como docente. Gratidão professor, pela confiança, carinho e respeito.

À Professora Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe pelo incentivo e apoio gratuitos para o inicio do campo em Maués. Obrigada professora, por sua maestria na docência e pelo cuidado sem medidas com todos os alunos. Um exemplo que levarei por toda a vida.

Ao meu irmão Caio Hugo que nestes últimos tempos dividiu voluntariamente comigo o cuidado com as crianças. Faltam-me palavras para mensurar meus agradecimentos como mãe e irmã.

Ao meu irmão Miguel e minha cunhada Davimar, por todo apoio durante a elaboração desta tese.

À minha irmã Natália e meu cunhado Junior por todo apoio nesta caminhada.

À Joyce, minha psicóloga que com todo seu profissionalismo contribuiu diretamente para a conclusão deste trabalho. Gratidão!

Á minha amiga Antônia Mara Raposo que fez parte da realização deste sonho desde a inscrição até os momentos finais da tese. Obrigada minha amiga pela força, por suas palavras e por sua amizade sincera e fraterna. Aqui chegamos, daqui sairemos juntas!

À minha querida amiga Mônica Vasconcelos, presente em todos os momentos da elaboração desta tese, nas madrugadas, nos mapas, gráficos e ilustrações, mas principalmente por um jeito único de me "empurrar pra frente" nos frequentes momentos de "bloqueio". Gratidão amiga !

Ao José Cavalcante, amigo que ganhei de presente no doutorado, por todo cuidado e carinho dispensados à mim e minha família.

À minha amiga irmã Eloísa Gadelha pela partilha da vida, pelo companheirismo e pela amizade fraterna. Uma amizade cultivada no doutorado que se estenderá pela vida, regada por afinidades e muito amor partilhado.

Aos meus queridos Edvane e Renildo, pela hospedagem receptiva quando precisei realizar os campos em Maués. Sem esse apoio eu não teria conseguido desenvolver a pesquisa com a tranquilidade necessária. Gratidão!

À minha amiga Selma Paixão por todas as orações e palavras de força e otimismo que até hoje ecoam no meu pensamento: você vai conseguir, não se preocupe. Obrigada minha amiga!

À minha querida amiga Cassia Karime por todo apoio durante todo esse processo, pelos debates e pela força na formatação deste trabalho.

Á Lilian Gomes e Maria Cristina Mendonça, amigas de uma vida inteira que partilham hoje comigo desta grande alegria.

Ao meu querido amigo Fernando Monteiro pelos debates e pelo envio das obras quase impossíveis de conseguir.

A todos os agentes de pastoral do Santuário de Aparecida, em especial ao meu pároco e amigo Agildo Alves por suas orações, pelo espaço que me cedeu para estudar e pela compreensão no momento de minhas ausências. Gratidão!

Ao João Rodrigo pela elaboração dos mapas. Aos meus amigos da sala de estudos do PPGACASA com quem compartilhei muito sobre a pesquisa. Em especial à minha amiga Gerciana Oliveira (in memoriam) por sua breve e enriquecedora passagem em minha vida.

Ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares Amazônicos, grupo de estudos do qual faço parte, por todas as contribuições teóricas e metodológicas que contribuíram na construção dessa tese. Obrigada Artemisia, Serifo, Eli, Marcinha, Elô, Talita e Sabrina.

A todos os colegas de turma do PPGCASA, turma de mestrado e doutorado, pela troca de experiências e pela amizade partilhada.

Aos professores e professoras avaliadores desta tese que gentilmente se disponibilizaram a contribuir com o trabalho.

Aos representantes institucionais que participaram desta pesquisa, MAPA, IDAM, SEPROR, EMBRAPA e Rede Maniva.

A todos os trabalhadores das associações que participaram desta pesquisa, bem como ás lideranças das mesmas. Agradeço a disponibilidade e participação de todos.

À todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pelos conhecimentos compartilhados. Aos técnicos da Secretaria do

PPGCASA Fernanda, Carlos Augusto e Luiz, pela disponibilidade e cuidado com nossas demandas administrativas.

Ao Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia e ao Colegiado de Serviço Social pela autorização da licença para cursar doutorado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas pela concessão da bolsa para a realização da pesquisa.

Não há nenhuma atividade humana da qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual – o Homo Faber não pode ser separado do Homo Sapiens. Além disso, fora do trabalho, todo homem desenvolve alguma atividade intelectual; ele é, em outras palavras, um filósofo, um artista, um homem com sensibilidade; ele partilha uma concepção do mundo, tem uma linha consciente de conduta moral e, portanto, contribui para manter ou mudar a concepção do mundo, isto é para estimular novas formas de pensamento (Antônio Gramsci, 1957)

RESUMO

O guaraná é um arbustivo típico da Região Amazônica e seu cultivo é exclusivamente brasileiro. A tradição do cultivo vem dos índios Sateré-Mawé que foram os primeiros a identificar as propriedades medicinais e energéticas do fruto. Atualmente, o Estado do Amazonas é o segundo maior produtor de guaraná do Brasil e o município de Maúes concentra a maior produção da Região Norte. O processo produtivo do guaraná em Maués possui características singulares em razão das múltiplas formas de organização do trabalho que abrangem desde a produção industrial à agricultura sustentável. A instalação de uma multinacional de bebidas no município ocasionou transformações de ordem socioambiental que impactaram na organização do trabalho, pois a forma de cultivo tradicionalmente praticada pelos agricultores locais se mostrou incompatível com as exigências da lógica empresarial. Frente a este cenário, as Organizações de Trabalho Associado assumem posturas antagônicas movidas por um lado, pela adequação à dinâmica empresarial e por outro lado, pelas estratégias de resistência ao monopólio do capital por meio de alternativas de produção mais sustentáveis. Destaca-se entre estas a agricultura sustentável adotada por diversas organizações em Maués. O objetivo central desta tese é analisar, a partir da influência dos modelos produtivos, os diferentes processos que gravitam em torno das organizações de trabalho associado envolvidas na produção do guaraná. A pesquisa foi desenvolvida a partir da relação entre as abordagens quantitativa e qualitativa, os resultados da pesquisa são provenientes de fontes primárias e secundárias e nos resultados obtidos na coleta de dados realizada no decorrer da pesquisa de campo. A área de estudo será a região do Alto Urupadi, onde estão localizadas as três organizações estudadas sendo estas a Associação do agricultores familiares do Alto Urupadi (AAFAU), Associação Comunitária e Agrícola do Urupadi (ASCAMPA) e Consórcio de Produtores Sateré Mawé (CPSM). As técnicas de entrevista e observação participante nortearam toda a pesquisa de campo, além do grupo focal desenvolvido aplicado nas atividades grupais. Foram aplicados diferentes instrumentos de coleta de dados, entre as quais o caderno de campo e os formulários com perguntas abertas e fechadas. Os informantes da pesquisa foram os trabalhadores e as lideranças das associações, as lideranças das instituições envolvidas na produção do guaraná e informantes que consideramos como fontes-chaves da pesquisa. O trabalho revelou a constituição dos aspectos históricos, sociais, culturais e políticos que envolvem a produção do guaraná, a dinâmica da agricultura sustentável neste contexto e as particularidades do trabalho associado nesta produção a partir da experiência de três associações e sua atuação na produção sustentável.

Palavras-chave: Trabalho Associado, Agricultura Sustentável, produção do guaraná

ABSTRACT

Guarana is a typical shrub from the Amazon Region and its cultivation is exclusively Brazilian. The cultivation tradition comes from the Sateré-Mawé Indians who were the first to identify the medicinal and energetic properties of the fruit. Currently, the State of Amazonas is the second largest guaraná producer in Brazil and the municipality of Maúes concentrates the largest production in the North Region. The guarana production process in Maués has unique characteristics due to the multiple forms of work organization that range from industrial production to sustainable agriculture. The installation of a multinational beverage company in the municipality caused social and environmental changes that impacted the organization of work, as the form of cultivation traditionally practiced by local farmers proved to be incompatible with the requirements of business logic. Faced with this scenario, the Associated Labor Organizations take on antagonistic stances moved on the one hand, by adapting to the business dynamics and, on the other hand, by the strategies of resistance to the monopoly of capital through more sustainable production alternatives. Among these stands out the sustainable agriculture adopted by several organizations in Maués. The main objective of this thesis is to analyze, based on the influence of the productive models, the different processes that gravitate towards the associated work organizations involved in the production of guaraná. The research was developed from the relationship between the quantitative and qualitative approaches, the results of the research come from primary and secondary sources and the results obtained in the data collection carried out during the field research. The study area will be the Alto Urupadi region, where the three organizations studied are located, namely the Alto Urupadi Family Farmers Association (AAFAU), Urupadi Community and Agricultural Association (ASCAMPA) and Sateré Mawé Producers Consortium (CPSM) . Interviewing and participant observation techniques guided the entire field research, in addition to the developed focus group applied to group activities. Different data collection instruments were applied, including the field notebook and forms with open and closed questions. The research informants were the workers and leaders of the associations, the leaders of the institutions involved in the production of guaraná and informants that we consider to be key sources of the research. The work revealed the constitution of the historical, social, cultural and political aspects that involve guaraná production, the dynamics of sustainable agriculture in this context and the particularities of the associated work in this production based on the experience of three associations and their performance in sustainable production.

Keywords: Associated Work, Sustainable Agriculture, guaraná production.

LISTA DE SIGLAS

AAFAU - Associação dos Agricultores Familiares do Alto Urupadi

ABA – Associação Brasileria de Agroecologia

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

AGROFRUT - Cooperativa Agrofrutífera de Urucará

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

ASCAMPA - Associação Comunitária e Agrícola do Urupadi

ASPAU – Associação de Produtores Agrícolas do Urupadi

CEBS – Comunidades Eclesiais de Base

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CGTST – Conselho Geral da Tribo Sateré Mawé

CNDRS - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CNSAN - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil

CPOrg – Comissão de Produção Orgânica

CPSM - Consórcio de Produtores Indígenas Sateré Mawé

DRP - Diagnóstico Rural Participativo

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAPEAM - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICSEZ - Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia

IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IDESAM - Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

IFAM - Instituto Federal do Amazonas

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

NEIAM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares Amazônicos

NUSEC - Núcleo de Socioeconomia

OCS – Organização de Controle Social

ONESC - Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PPGCASA - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia

PPGSS - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia

REMA – Rede Maniva

RENESU – Rede de Agronegócios Sustentáveis do Urupadi

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SEPROR - Secretaria de Estado de Produção Rural

SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SPG - Sistemas Participativo de Garantia

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Região do Urupadi **28**
Figura 2: Grupo Focal ASCAMPA **33**
Figura 3: Grupo Focal AAFAU **33**
Figura 4: Obadias Batista Garcia, Presidente do CGTSM **39**
Figura 5: Maria Oliveira, Dona Cota, 99 anos, indígena Sateré Mawé **41**
Figura 6: Processo de ralação do guaraná na língua do Pirarucu **46**
Figura 7: Utensílios do çapó **51**
Figura 8: Mapa da Terra Indígena Andirá-Marau e a Adjacências **51**
Figura 9: Leopoldo Amazonas, trabalhador associado e esposa, Maria Amazon **53**
Figura 10: Guaranarana **54**
Figura 11: Matriz de Guaraná Nativo **54**
Figura 12 Mudas de guaraná nativo **54**
Figura 13: Ilustração gráfica da expressão "Ciência do Guaraná" **59**
Figura 14: Fluxo de macro fases e processos da produção do guaraná **60**
Figura 15: Processo de Trabalho da produção do guaraná **61**
Figura 16: Outros cultivos dos trabalhadores associados além do guaraná **63**
Figura 17: Hilda Maria, AAFAU **67**
Figura 18: Francinete Cristo, AAFAU **67**
Figura 19: Puxirum AAFAU **70**
Figura 20: Estaca de guaraná (clonado) **71**
Figura 21: Mudas do guaraná nativos **71**
Figura 22: Guaranazeiro **73**
Figura 23: Fruto do guaraná **73**
Figura 24: Jirau com guaranazeiro **73**
Figura 25: Cestos de apanhação e lavagem **75**
Figura 26: Gareira **75**
Figura 27: Lavagem do guaraná na beira do rio **75**
Figura 28: Tanques para lavagem do guaraná **75**
Figura 29: Forno de barro para torrefação **76**
Figura 30: Processo de torrefação do guaraná **76**

Figura 31: Ramas de guaraná após o processo de torrefação **77**
Figura 32: Fumeiro **78**
Figura 33: Sacas de guaraná indígena e agricultores **78**
Figura 34: As fases da produção do bastão **81**
Figura 35: Dona Milka moedora de guaraná **83**
Figura 36: Máquina Moedora (moinho) **83**
Figura 37: Rótulo do primeiro refrigerante de guaraná **87**
Figura 38: Ilustração Gráfica transição Agroecológica **119**
Figura 39: Níveis fundamentais de transição agroecológica **120**
Figura 40: Linha do Tempo dos principais acontecimentos para a Agroecologia no Brasil entre os anos 1970 a 2002 ..... **123**
Figura 41: Machas das Margaridas 2011, agroecologia como demandas **126**
Figura 42: Organização do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica .... **,140**
Figura 43: Etapas do processo de certificação por auditoria da certificação **142**
Figura 44: Selo SisOrg com a identificação dos Organismos de Avaliação **145**
Figura 45: Rótulo de Identificação para Venda Direta sem certificação da AAFAU **149**
Figura 46: Municípios do AM com acesso à certificação orgânica por Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica **150**
Figura 47: Número de Produtores Orgânicos na Amazônia por mecanismo de regulamentação/2020 ..... **151**
Figura 48: Fluxo dos territórios de comercialização da produção sustentável do guaraná **157**
Figura 49: Diagrama de Venn com os parceiros da produção do guaraná orgânico **162**
Figura 50: Curso técnico em Agroecologia na terra indígena Andirá Marau **168**
Figura 51: Curso de Agroecologia / UFAM **169**
Figura 52: Ação educativa IFAM/IDESAM/UFAM **169**
Figura 53: Empreendimentos solidários no Brasil por Região **169**
Figura 54: Formas de Trabalho Associado Indígenas mais praticadas no Brasil **184**
Figura 55: Unidade de Beneficiamento do Consórcio **198**
Figura 56: Sede Administrativa **202**
Figura 57: Selo Forest Garden Products **202**
Figura 58: Marca dos Produtos Sateré Mawé **207**
Figura 59: Produtos Sateré Mawé **207**
Figura 60: Descrição do guaraná Biorgânico no site da Guayapi Tropical **208**
Imagem 61: Comunidade Santa Clara, Sede da ASCAMPA **209**

Figura 62: Pedro de Oliveira, primeiro presidente da ASCAMPA **217**
Figura 63: Sr. Dedeco, Presidente da ASCAMPA desde 2003 ..... **218**
Figura 64: Selo "Maués Indicação de Procedência" **218**
Figura 65: Principais parceiros da ASCAMPA **222**
Figura 66: Trabalhadores da ASCAMPA **231**
Imagem 67: Sede da AAFAU, Comunidade Brasiléia **235**
Figura 68: José Cristo, Presidente da AAFAU **238**
Figura 69: Agroindústria AAFAU, Comunidade São Sebastião **239**
Figura 70: Certificação do guaraná da AAFAU **240**
Figura 71: Principais conquistas da AAFAU **242**
Figura 72: Diagrama de Venn com os principais parceiros da AAFAU **243**
Figura 73: Trabalhadores da AAFAU em ação do NUSEC **246**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro I: Informantes e instituições da pesquisa **30**
Quadro 2: Utilidades tradicionais do Guaraná..... **47**
Quadro 3: Motivações para que os filhos sigam na produção do guaraná..... **56**
Quadro 4: Calendário agrícola da produção de guaraná **68**
Quadro 5: Cronologia do lançamento de refrigerantes de guaraná no Brasil **88**
Quadro 6: Movimentos de agricultura sustentável (Escola de agricultura sustentável) **116**
Quadro 7: Regulamentação da produção orgânica no mundo **133**
Quadro 8: Formas de Organização de Trabalho Associado..... **155**
Quadro 9: Transversalidade da Economia Solidária no governo..... **165**
Quadro 10: Variação de tempo de trabalho por processo de produção.....**178**
Quadro 11: Principais eventos históricos da ASCAMPA..... **179**
Quadro 12: Matriz SWOT da AAFAU.....**183**

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Estado Civil **64**
Gráfico 2: Número de filhos **65**
Gráfico 3: Produção do guaraná entre os anos 1914 a 1923 ..... **88**
Gráfico 4: Produção do guaraná no Brasil entre os anos de 1987 a 1991 ..... **97**
Gráfico 5: Produção do guaraná no Amazonas em 1998 ..... **97**
Gráfico 6: Produção de guaraná (semente) no Brasil por Região – 2018 ..... **104**
Gráfico 7: Produção de guaraná (sementes) por Estados Brasileiros-2018..... **104**
Gráfico 8: Produção do guaraná no Estado do Amazonas (2014-2018) **105**
Gráfico 9: Preço pago ao Produtor pela produção do guaraná entre 2014-2019..... **107**
Gráfico 10: Principais agentes comercialização dos rabalhadores **108**
Gráfico 11: Distribuição de Produtores Orgânicos em nível mundial – 2017 ..... **135**
Gráfico 12: 10 países que mais vendem orgânicos no mundo - 2017 ..... **136**
Gráfico 13: Áreas de atuação dos Empreendimentos Solidários..... **137**
Gráfico 14: Principais formas de atuação **139**
Gráfico 15: Número de organizações por Estado da Região Norte..... **191**
Gráfico 16: Formas de Organização Trabalho Associado no Amazonas **191**
Gráfico 17: Municípios com maior número de organizações de Trabalho associado no Amazonas **212**
Gráfico 18: Avaliação do Consórcio pelos Produtores entrevistados **214**
Gráfico 19: O Consórcio defende os interesses dos associados **225**
Gráfico 20: Renda Mensal Individual dos trabalhadores da Ascampa..... **226**
Gráfico 21: Média da Renda Familiar dos trabalhadores da Ascampa **234**
Gráfico 22: Avaliação dos Trabalhadores sobre a atuação da ASCAMPA **245**
Gráfico 23: Ganhos na Produção do guaraná em 2018 ..... **248**
Gráfico 24: Escolaridade dos trabalhadores que participaram da pesquisa..... **249**
Gráfico 25: Renda mensal Individual **250**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Organização Fundiária das Associações **62**
Tabela 2: Outras atividades desenvolvidas..... **64**
Tabela 3: Gênero dos sujeitos da pesquisa..... **66**
Tabela 4: Formas de comercialização do guaraná pelos trabalhadores da pesquisa **89**
Tabela 5: Municípios brasileiros que lideram a produção no Brasil (2014-2018**.....**
Tabela 6: Produção de guaraná por município do Estado do Amazonas – 2018 .....**105**
Tabela 7: Municípios que lideram a produção no Amazonas (2014-2018) **106**
Tabela 8: Número de SPG´s em operação e Número de Agricultores participantes por Continente..... **107**
Tabela 9: Número de OPAC´s no Brasil por região..... **144**
Tabela 10: Principais motivações dos trabalhadores para a adoção da Agricultura Sustentável..... **108**
Tabela 11: Organizações Indígenas em geral na Região Norte..... **161**
Tabela 12: Quantitativo de organizações de trabalho Indígenas na Região Norte..... **195**
Tabela 13: Conversão de valores dos produtos da empresa Guayapi Tropical..... **196**
Tabela 14: Síntese do quantitativo e dos valores da produção de guaraná da ASCAMPA em 2018.....**207**
Tabela 15: Compradores e valores de venda da ASCAMPA, 2018..... **227**
Tabela 16: Prospecção de valores Almejado pelos trabalhadores..... **228**
Tabela 17: Matriz SWOT da ASCAMPA..... **229**
Tabela 18: Compradores e valores de venda AAFAU em 2018 .....**244**
Tabela 19: Prospecção de valores desejáveis pelos trabalhadores **245**

LISTA DE BOX

Box 1: O ritual do Çapó **49**
Box 2: Trabalhadores do guaraná – Natanael, o pilador **79**
Box 3: Trabalhadores do guaraná – Salomão, o padeiro..... **80**
Box 4: Agrotóxicos, um debate imprescindível **115**
Box 5: O movimento de Comércio Justo e Solidário..... **159**
Box 6: O *Puxirum* da ASCAMPA **224**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 22

CAPÍTULO I: A ONTOLOGIA DA CULTURA DO GUARANÁ **35**
Introdução 36
1.1 A mitologia dos olhos plantados 38
1.2 *A ciência do guaraná:* organização social ancestral do trabalho 57
1.3 A produção do guaraná hoje: tradição e modernidade 91

CAPÍTULO II: NOVOS SENTIDOS DA TRADIÇÃO: A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL NA PRODUÇÃO DO GUARANÁ EM MAÚES **110**
Introdução 111
2.1 O paradigma agroecológico: (re)significação dos saberes 113
2.2 A Agricultura Orgânica: o mundo deseja 131
2.3 "*Orgânico, sobretudo nativo e agroecológico"*: a produção sustentável do guaraná em Maués 153

CAPÍTULO III: INTERFACES SOCIOPOLÍTICAS DO TRABALHO ASSOCIADO NA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DO GUARANÁ EM MAUÉS: RESISTÊNCIA, R-EXISTÊNCIA E SUBORDINAÇÃO **171**
Introdução 172
3.1 Os sentidos do Trabalho Associado: do local ao global 174
3.2 Da resistência à *R*-existência: O trabalho associado indígena no Consórcio dos Produtores Sateré Mawé (CPSM) 193
3.3 A Associação Comunitária e Agrícola do Rio Urupadi (ASCAMPA): da resistência á subordinação 216
3.4 Resistência: A Associação dos Agricultores Familiares do Alto Urupadi (AAFAU).237

CONSIDERAÇÕES FINAIS **258**
REFERENCIAS. **263**
ANEXOS **273**
APÊNDICES **275**

INTRODUÇÃO

Na obra *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem* escrita por Friedrich Engels em 1876, o trabalho é compreendido como a condição básica e fundamental de toda a vida humana, mais que isso, o autor afirma que o trabalho criou o próprio homem. Esta concepção ontológica se transforma em face do aperfeiçoamento das relações estabelecidas entre o homem e a natureza. A diversificação das atividades manuais e intelectuais promovem o desenvolvimento do trabalho coletivo e, com isso, a constituição das primeiras sociedades.

O trabalho acontece em qualquer estrutura social uma vez que garante as condições de sobrevivência do homem. Todavia, no modo de produção capitalista o trabalho é apropriado pelo capital com a finalidade de acumulação de riqueza e se torna sua principal mercadoria. Neste sistema, sustentando pela exploração da força de trabalho, emergem movimentos contra hegemônicos organizados pelos trabalhadores, que se apresentam como alternativas emancipatórias às relações capitalistas de produção.

Estes movimentos constituem o universo do trabalho associado, temática central desta tese. As primeiras indagações sobre este tema surgem durante o curso de mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS). À época, a pesquisa de campo propunha um estudo sobre o fenômeno da informalidade no contexto do Festival Folclórico de Parintins.

No contato com estes trabalhadores evidenciamos que, aqueles que faziam parte de associações ou de outras formas de organização de trabalho detinham maior autonomia e representatividade, condições importantes para a legitimação de pautas de reivindicação. Por outro lado, estas mesmas organizações eram dotadas de fragilidades estruturais e operacionais, questões que nos instigaram a continuar investigando este fenômeno.

Na condição de docente do Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ)/UFAM localizado no município de Parintins, priorizei a temática do trabalho associado em todas as minhas orientações de Iniciação Científica. No ano de 2014 iniciamos um estudo sobre as condições de vida e a organização sociopolítica dos coveiros do município. Nesse mesmo período estudamos esta mesma realidade, porém, no contexto do trabalho dos tricicleiros de Parintins, trabalhadores do transporte característicos deste município.

Ambos os estudos foram realizados na área urbana de Parintins, todavia nos instigava a necessidade de compreender o fenômeno do trabalho associado também na área rural. Desta forma, decidimos estudar este fenômeno em outra região do Baixo Amazonas e, por indicação de uma das orientandas, optamos pelo município de Urucará onde identificamos a Cooperativa Agrofrutífera de Urucará (AGROFRUT) especializada na produção do guaraná.

As experiências vivenciadas junto a estes trabalhadores delinearam os primeiros contornos deste estudo. Em nossas observações evidenciamos que a Agrofrut era uma organização de trabalhadores da área rural do Amazonas, integrada ao mercado global e, como poucas organizações do Estado, adotava a agricultura orgânica em seus processos produtivos. Esta realidade nos suscitou diversas inquietações, entre estas o nível de influência do mercado sobre na organização social e produtiva desta cooperativa, problemática que abordamos no projeto de pesquisa submetido, e aprovado, no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA) no ano de 2015.

Os conteúdos teórico-metodológicos, apreendidos nas disciplinas e em outras atividades do PPGCASA foram essenciais para aprofundar nossa compreensão sobre o objeto de estudo proposto. No entanto, nos defrontamos com um período de escassez de recursos, onde os critérios para a concessão de bolsas foram enrijecidos, assim como o acesso à ajuda de custo para viagens de campo. Este cenário desanimador nos obrigou a refletir sobre novas alternativas para que pudéssemos concretizar a pesquisa, mesmo assim algumas certezas nos acompanhavam, a primeira delas era a opção pela temática do trabalho associado e a segunda a convicção de que nossos estudos deveriam acontecer no contexto da produção do guaraná.

A pesquisa tomou novos rumos durante a disciplina de seminários temáticos I, quando na apresentação do projeto expomos as dificuldades quanto à viabilidade do campo e a Profa. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, umas das responsáveis pela disciplina, propôs que a pesquisa fosse realizada em Maués com o apoio do Núcleo de Socioeconomia (NUSEC), uma vez que este grupo havia iniciado um projeto junto a uma associação de trabalhadores da região do Alto Urupadi. A proposta possibilitou a realização do primeiro campo, um momento de observação, visto que acompanhávamos os pesquisadores do NUSEC para a realização um curso sobre práticas agroecológicas que seria ministrado para a Associação dos Agricultores Familiares do Alto Urupadi (AAFAU).

Esta experiência ressignificou o objeto de estudo uma vez que identificamos a complexidade das relações que envolvem a produção do guaraná em Maués, caracterizada por elementos tradicionais e modernos. O município tornou-se um lugar de cenários extremos, pois, de um lado assume o status de território originário do sistema de cultivo tradicional do guaraná, e por outro lado abriga uma multinacional do setor de bebidas conduzida por uma lógica produtiva inversa às práticas de cultivo local.

Nesta conjuntura identificamos movimentos protagonizados por organizações de trabalhadores que se dividem entre a adesão e a resistência aos processos de modernização impostos pela produção convencional. A agricultura sustentável surge neste contexto como uma expressão da resistência e da valorização dos sistemas agrícolas tradicionais. Neste cenário complexo, as organizações de trabalho associado vivenciam em suas realidades diferentes processos que gravitam em torno de sua organização e que tem relação direta com a dinâmica produtiva a qual estão inseridas.

Frente a estas evidências este trabalho levantou a seguinte questão norteadora: Qual a influência dos diferentes modelos produtivos adotados no cultivo do guaraná em Maués sobre a dinâmica da organização sociopolítica dos trabalhadores associados envolvidos nesta produção?

Considerando tal questão, o objetivo central desta tese é analisar, a partir da influência dos modelos produtivos, os diferentes processos que gravitam em torno das organizações de trabalho associado envolvidas na produção do guaraná. Para tal delineamos objetivos específicos que consideramos imprescindíveis para a investigação do objeto de estudo, entre os quais: 1) descrever os processos históricos, sociais e políticos que consolidaram a cultura do guaraná em Maués; 2) compreender a dinâmica da agricultura sustentável na produção do guaraná; 3) conhecer as múltiplas formas de trabalho associado existentes na produção do guaraná; 4) refletir sobre as potencialidades e os desafios das organizações de trabalho associado frente as suas relações com o mercado.

Nossas primeiras aproximações com o campo aconteceram por meio da AAFAU, uma associação que, à época, tinha pouco menos de três anos de existência e foi constituída por agricultores familiares da região do Alto Urupadi, alguns oriundos de outras organizações de trabalho e com vasta experiência sobre os processos sociopolíticos locais. As narrativas destes trabalhadores nos advertiam para a necessidade da imersão intelectual nas temáticas sobre a

agricultura sustentável, principalmente a agroecologia e a produção orgânica, modelos que norteavam não apenas os processos produtivos, mas a dinâmica da associação como um todo.

Além disso, novos espaços de investigação foram colocados em cena, entre estes a Associação Comunitária e Agrícola do Urupadi (ASCAMPA), organização que vivenciou uma experiência malsucedida na produção orgânica e posteriormente migrou para o modelo convencional onde permanece até o momento. É necessário deixar claro que a trajetória histórica da ASCAMPA foi o elemento que nos influenciou a eleger esta associação como campo de investigação, em momento algum houve a intenção de realizar estudo comparativo entre as associações.

As experiências vivenciadas no levantamento exploratório nortearam os processos metodológicos e a elaboração do projeto submetido ao exame de qualificação. Este momento foi marcado por muitas incertezas visto que a continuidade do campo dependia dos recursos financeiros e estes continuavam escassos. Outra inflexão neste percurso foi a mudança de orientação, ocasionada por afinidades teóricas e pela participação ativa no Núcleo de Estudos Interdisciplinares Amazônicos (NEIAM) coordenado pelo Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski, indicado como novo orientador. A participação neste grupo de estudos foi fundamental para a construção da pesquisa, visto que este se configurava como um espaço coletivo onde abordávamos diversas temáticas, incluindo os estudos propostos em teses e dissertações.

O alinhamento no processo de orientação foi crucial para a definição de novos percursos metodológicos. A realidade do campo exigiu de nós o exercício recomendado por Oliveira (1996) sobre o *Olhar, Ouvir e Escrever* visto que buscamos interpretar a cultura do outro e penetrar suas formas de vida para cumprir a tarefa da produção do conhecimento acerca de sua realidade.

Esta tese foi norteada a partir de uma perspectiva critico-dialética, um método intelectual da realidade e da explicitação dos fenômenos que parte da atividade do ser histórico. Neste sentido, em nosso percurso metodológico priorizamos o detalhamento da realidade do objeto de estudo a partir dos seus aspectos históricos, da análise de suas formas de desenvolvimento e das relações que se estabelecem entre estas (KOSIK, 1969).

A pesquisa foi desenvolvida a partir da relação entre as abordagens quantitativa e qualitativa, uma opção metodológica caracterizada pela complementaridade de dados que nos permitiu a aplicabilidade de diferentes formas de investigação. Além disso, o cruzamento das

conclusões destes dois métodos imprime maior confiança aos dados justamente pelas múltiplas formas de analise (GOLDENBERG, 2004).

O doutoramento em um programa interdisciplinar demanda que a elaboração das teses reúnam contribuições de diversas ciências. A construção teórica e metodológica deste estudo buscou estabelecer a relação entre os conhecimentos das ciências ambientais, antropologia, sociologia, ecologia, filosofia e outras áreas de conhecimento que se intercruzam com o objeto de estudo.

A elaboração desta tese reúne reflexões teóricas baseadas nas categorias principais e coadjuvantes que fundamentam o objeto de estudo, nas informações provenientes de fontes primárias e secundárias e nos resultados obtidos na coleta de dados realizada no decorrer da pesquisa de campo. Os dados primários foram coletados no decorrer da pesquisa exploratória por meio da técnica de observação e instrumento de coleta de dados elaborado pela pesquisadora. As informações secundárias foram obtidas através da pesquisa documental realizada junto a instituições públicas estaduais, tais como o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) e a Secretaria de Estado de Produção Rural (SEPROR)e também nas instituições da esfera federal, entre estas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

A pesquisa de campo foi realizada no município de Maués e tem como *lócus* a região do Urupadi, distante do município 39 Km em linha reta e aproximadamente 50 Km se considerarmos as numerosas curvas do rio (Figura 01). O município de Maués está localizado na 8ª sub-região do Médio Amazonas e possui uma área de 39.989,319 Km2. Dista 267 Km de distância da capital Manaus em linha reta e as vias de transporte são a fluvial e aérea.

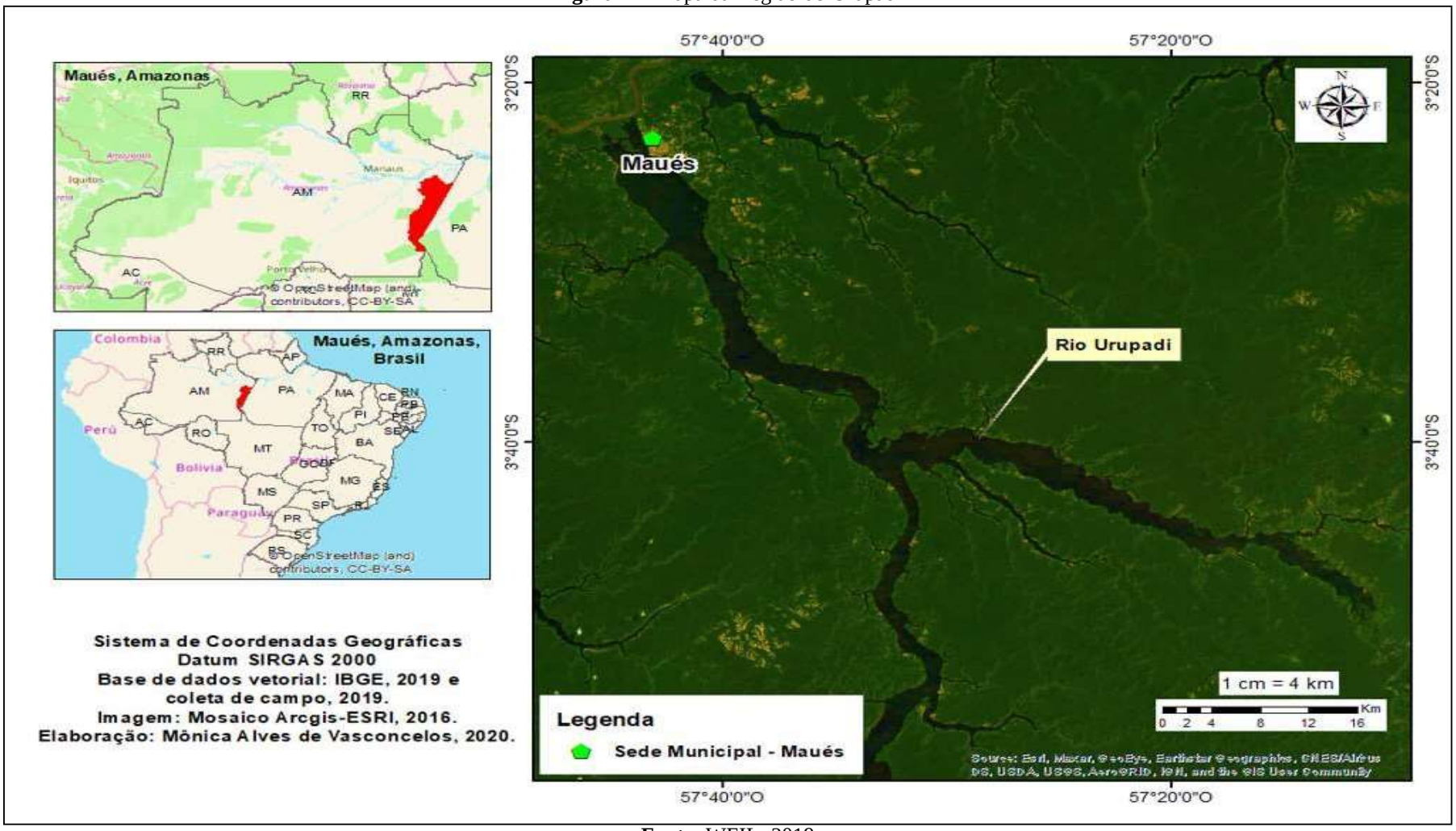
O Índice de Desenvolvimento Humano do município é de 0,588, considerado baixo na escala aplicada a este indicador. Dados do IBGE (2010) apontam um equilíbrio populacional entre os 52.236 habitantes de Maúes, onde 26.404 (51%) são residentes da área rural e 25.832 (49%) da área urbana.

A região do Urupadi recebe esse nome em referência ao rio Urupadi, que tem sua nascente no Estado do Pará e deságua nas águas do Rio Maués Açu, tornando-se um de seus afluentes. Na divisão geopolítica do município, compreende o 11º polo de desenvolvimento sustentável sendo composta pelas seguintes comunidades: Brasiléia, Pedreiro, Nossa Senhora Aparecida do Pedreiro, Nova Galiléia, Santa Clara, São Domingos, São José do

Pedreira, São Sebastião e Nossa Senhora de Nazaré. Esta região é conhecida como o maior banco genético de guaraná nativo do mundo e abriga uma parte da terra indígena Andirá Marau, território ancestral do povo Sateré Mawé.

A via fluvial é a única forma de acesso até essa região e o tempo de deslocamento pode levar de 4 a 6 horas de viagem, tendo como referência a sede do município. A longa distância foi um dos principais desafios para a realização da pesquisa de campo nesta região. Nosso itinerário começava em Manaus com destino a Maués, uma viagem que durava de 17 a 18 horas de navegação em barco comercial. No município não existe transporte regular para a região do Urupadi, por isso, o deslocamento exige a locação de transporte fluvial e o pagamento do combustível para o deslocamento até o local, condição que tornava o campo ainda mais oneroso.

Figura 1 – Mapa da Região do Urupadi



Fonte: WEIL, 2019
Organizado por: VASCONCELOS, 2020

Mesmo enfrentando inúmeras dificuldades realizamos cinco viagens de campo, sendo duas destinadas à coleta de dados nas instituições instaladas na sede do município e que são envolvidas na produção do guaraná e outras três viagens para nossa área de estudo, destas duas foram intermediadas por meio da articulação de parcerias e uma custeada integralmente pela pesquisadora com recursos oriundos do programa de bolsa de estudos financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, concedida somente após 2 anos do início do curso de doutorado.

As viagens para a pesquisa de campo aconteceram após o exame de qualificação quando reformulamos alguns instrumentais de pesquisa e incluímos no processo de investigação algumas instituições públicas sugeridas pela banca avaliadora. Neste mesmo período, submetemos o trabalho na plataforma do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para obter as autorizações necessárias para o inicio da coleta de dados. Com a aprovação do projeto iniciamos os contatos e agendamentos nas instituições localizadas em Manaus e Maués, bem como com as lideranças das organizações estudadas.

A viagem ao campo após a pesquisa exploratória, foi planejada em parceira com o Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Campus Maués e o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM) momento em que realizamos um evento denominado Circuito Agroecológico que foi realizado junto à AAFAU. Neste evento realizamos a devolutiva dos resultados da pesquisa exploratória e durante os intervalos aplicamos o formulário de entrevistas junto aos trabalhadores.

Os debates dos trabalhos de grupo e os depoimentos das entrevistas individuais realizados neste campo nos conduziram para novas rotas de pesquisa e para a inclusão de novos informantes. Naquele momento, o campo nos impunha a investigação com os indígenas Sateré Mawé, os criadores do guaraná. Este grupo comumente era citado nas narrativas grupais e individuais e sua experiência como organização de trabalho era uma referência para os trabalhadores camponeses e para as instituições locais.

Com a inclusão dos indígenas definimos o quadro de informantes da pesquisa bem como os critérios de escolha dos mesmos. Foram definidas também lideranças das instituições que atuam na produção do guaraná e informantes-chaves da pesquisa tais como os anciãos e trabalhadores que desenvolvem atividades especificas da produção, tais como o padeiro, o pilador e a moedora. No quadro I sintetizamos as instituições estudadas, os informantes, os critérios para a escolha dos mesmos e o quantitativo :

Quadro I: Informantes e instituições da pesquisa

Instituição	Informantes	Critérios de escolha	Quantitativo de Informantes
ASSOCIAÇÕES DE TRABALHADORES CAMPONESES E INDÍGENAS			
AAFAU	Trabalhadores	Ser maior de 18 anos; Atuar na produção do guaraná há pelo menos 1 ano; Atuar na associação há pelo menos 1 ano.	20
ASCAMPA			12
Consórcio de Produtores Indígenas Sateré Mawé (CPSM)			8
REPRESENTATIVIDADES INSTITUCIONAIS			
SEPROR	Liderança	Atuar a pelo menos 1 ano na função; Envolvimento na produção do guaraná.	1
Presidentes das Associações			5
IDAM			1
MAPA			1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)			1
Rede Maniva (REMA)			1
INFORMANTES CHAVES			
-	Anciã Sateré Mawé	Ser ancião da etnia Sateré Mawé; Experiência na produção do guaraná	1
-	Moedora	Experiência na produção e comercialização do guaraná em pó há pelo menos 5 anos	1
-	Padeiro	Experiência na produção do bastão há pelo menos 2 anos	1
-	Pilador		1

Elaborado por: WEIL 2020

Diferentes técnicas e instrumentos de coleta de dados foram aplicados durante a pesquisa incluindo algumas metodologias indicadas nos processos de Diagnóstico Rural Participativo (DRP) que foram aplicadas durante os trabalhos em grupo. Para as entrevistas individuais com os trabalhadores aplicamos formulários com perguntas abertas e fechadas. Foram construídos formulários diferentes para cada associação considerando os objetivos da pesquisa e a natureza da atividade destas. Na AAFAU, por exemplo, entrevistamos trabalhadores envolvidos na agricultura orgânica, já na ASCAMPA as atividades são voltadas para a agricultura convencional, naturalmente algumas sessões do instrumento de coleta seriam construídas com perguntas diferentes. No formulário destinado aos indígenas

fomos orientados por uma das lideranças a substituir todas as palavras guaraná por *waraná* considerando a vivência dos entrevistados.

Nas duas associações compostas por camponeses conseguimos aplicar os formulários com pelo menos 40% do total dos associados, contudo enfrentamos dificuldades para realizar entrevistas com os trabalhadores indígenas, entre estas os trâmites burocráticos de acesso à área indígena. Neste caso, nossa estratégia foi o deslocamento para o município de Parintins na tentativa de entrevistar os indígenas que semanalmente se deslocam para o município a fim de comercializar produtos e acessar bens e serviços não existentes nas comunidades. Para tal, percorríamos todos os barcos provenientes da área indígena que ficavam ancorados ás margens da Lagoa da Francesa[1] e nestes buscávamos identificar os indígenas associados ao Consórcio.

Em nossa abordagem explicávamos os objetivos da pesquisa e apresentávamos as devidas autorizações para realizar a entrevista, todavia, grande parte dos indígenas se mostrava desconfortável e negava a participação. Outra dificuldade enfrentada foi a comunicação oral, uma vez que muitos não dominam o português e não tínhamos tradutores disponíveis para nos auxiliar. Mesmo assim conseguimos entrevistar um total de oito indígenas e isto só foi possível, pois estes indicaram uns aos outros. As entrevistas foram reveladoras em alguns aspectos, mas alguns dos entrevistados se mantiveram em silêncio em relação a algumas questões. Todas estas dificuldades tornaram inviável a aplicação de técnicas de pesquisa em grupo com os indígenas, além disso, o tempo não nos favorecia uma vez que tínhamos prazo para a defesa da tese.

Além dos formulários, utilizamos como técnicas de pesquisa a observação participante, a entrevista semiestruturada e o grupo focal. A observação participante foi aplicada durante todo processo de pesquisa, seja nas instituições ou em nossa permanência nas comunidades. Utilizamos o caderno de campo para nossos registros em todas as reuniões, conversas informais, visitas às Unidades produtivas e até nos eventos informais tais como festividades, reuniões de família e outros.

Ao final do dia consolidávamos todas as informações registradas no caderno de campo destacando as questões relevantes para a pesquisa. Ao término da coleta de dados, aproveitávamos a viagem de retorno à Manaus e elaborávamos um diário de campo com

[1] A Lagoa da Francesa fica localizada no município de Parintins. É uma parte da orla que tem sua extensão formada por escadarias e no período das cheias torna-se uma espécie de ancoradouro para as embarcações provenientes da área rural do município e de outras localidades.

todas as informações coletadas durante nosso período de trabalho. Este exercício foi fundamental para a identificação de novas questões e de lacunas da pesquisa, por vezes também orientou os passos seguintes do processo de investigação.

A entrevista semiestruturada foi utilizada para a coleta de dados com as lideranças das associações e das instituições envolvidas na produção do guaraná. O roteiro de entrevistas foi utilizado como instrumento orientador, todavia quando necessário acrescentávamos novas perguntas dependendo da dinâmica do depoimento do informante. Para todas as entrevistas, inclusive as individuais, utilizamos o gravador, o caderno de campo e solicitávamos antecipadamente a leitura e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Além do município de Maués, as entrevistas institucionais foram realizadas excepcionalmente nos municípios de Manaus e Parintins, considerando a localização da sede de cada instituição. Em Maués as entrevistas aconteceram na SEPROR, IDAM e EMBRAPA. No município de Parintins comparecemos à sede do CPSM e em Manaus as entrevistas foram realizadas com o representante do MAPA e a representante da REMA. Todas as lideranças se mostraram acessíveis antes e durante as entrevistas, não registramos nenhuma intercorrência em nossas abordagens ou mesmo desistência de alguma destas instituições.

O grupo focal foi a técnica mais desafiadora da coleta dados considerando a dificuldade que tivemos em reunir grupos constituídos por integrantes que residem em diferentes comunidades e de realidades tão singulares. Vivenciamos as nuances da pesquisa de campo na Amazônia, nos adequando ao tempo, ao espaço, à dinâmica da organização comunitária e aos costumes.

Tínhamos clareza de que a realização desta atividade seria inviável no período da colheita do guaraná e das festividades comunitárias, tais como a festa dos santos padroeiros. Além disso, precisávamos organizar os recursos para a dinâmica das atividades considerando a limitada geração de energia elétrica das comunidades, esta fornecida por meio da utilização de geradores à diesel. Outra condição estratégica é que a aplicação do grupo focal deveria estar associada a outras demandas de interesse dos trabalhadores, assim a atividade se tornaria mais atrativa. Considerando tal aspecto, nos articulamos com as lideranças das associações para identificar que questões poderiam ser trabalhadas em conjunto com nossa proposta de trabalho. A ASCAMPA solicitou apoio para a revisão do

Estatuto e a AAFAU pediu que contribuíssemos com a mediação e a organização do processo eleitoral para a nova diretoria.

Alinhamos estas demandas à nossa proposta de trabalho e criamos um evento que denominamos avaliação e planejamento participativo, este foi realizado nas duas associações e momentos distintos. Solicitamos o apoio dos líderes para a divulgação da programação com pelo menos 20 dias de antecedência. As atividades foram realizadas durante a terceira viagem de campo e foram iniciadas com os trabalhadores da ASCAMPA na Comunidade São José do Paricá, onde permanecemos por dois dias. Posteriormente seguimos para a Comunidade Brasiléia para desenvolver os trabalhos com a AAFAU, nesta comunidade prolongamos nossa estadia, pois alguns trabalhadores nos convidaram a vivenciar alguns processos de trabalho tais como a produção do bastão e a busca pela matriz de guaraná na floresta.

Na dinâmica do grupo focal trabalhamos técnicas de DRP entre as quais *diagrama de Venn* para a identificação das relações que gravitam em torno das associações; o fluxograma da produção e comercialização do guaraná; a elaboração do calendário agrícola e a aplicação da Matriz SWOT, com fins a identificar os diferentes cenários vivenciados pelas associações. A participação dos trabalhadores foi satisfatória e a aplicação de nossa coleta de dados acabou se transformando em um espaço de debates e reflexões acerca das questões relativas a forma de organização das associações. Nas Figuras 02 e 03 registramos alguns destes momentos:

Figura 02: Grupo Focal ASCAMPA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Figura 03: Grupo Focal AAFAU



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Após a pesquisa de campo, foi realizada a tabulação dos dados quantitativos, estes representados por meio de gráficos e dados numéricos que se inter-relacionam com as informações qualitativas obtidas durante a pesquisa e reveladas na análise dos discursos e informações registradas nos cadernos de campo. A consolidação destes dados e sua relação com o referencial teórico resultam na redação final desta tese que foi organizada em três capítulos.

No **Capítulo I - A ontologia da cultura do guaraná** - apresentamos a constituição dos aspectos históricos, sociais, culturais e políticos que consolidaram a cultura do guaraná em Maués. Para tal caracterizamos desde os aspectos mitológicos, sustentados pelos ameríndios, até o processo de mercantilização deste fruto no sistema capitalista. Neste capítulo destacamos também os processos de trabalho na produção do guaraná, destacando os saberes e conhecimentos necessários para o cultivo deste fruto.

O **Capítulo II – Novos sentidos da tradição: a agricultura sustentável na produção do guaraná em Maués –** aborda a inserção da agricultura sustentável na produção do guaraná em Maués por meio da adoção dos sistemas agroecológicos e da agricultura orgânica. Problematizamos a relação destes modelos produtivos com a agricultura convencional e apresentamos as representações dos trabalhadores acerca do guaraná no contexto da produção sustentável.

O **Capítulo III – Interfaces sociopolíticas do trabalho associado na produção do guaraná: resistência, r-existência e subordinação** analisa as particularidades do trabalho associado a produção do guaraná em Maués a partir da realidade de três associações, estas tem em comum a experiência com a produção sustentável. O capítulo traz ainda uma breve contextualização do trabalho associado no Brasil e na Amazônia para que posteriormente caracterizemos este fenômeno em Maués.

Este estudo pretende contribuir para a ampliação do debate sobre as particularidades do trabalho associado na Amazônia e sua relação com a agricultura sustentável, mais especificamente a agroecologia e a agricultura orgânica. É um debate necessário, pois, diante do crescimento da agricultura convencional na região, os modelos sustentáveis se apresentam como alternativa econômica aos trabalhadores. Além disso, estes modelos valorizam os saberes tradicionais, outra temática que consideramos relevante para o cenário atual na Amazônia.

CAPÍTULO 1
A ONTOLOGIA DA CULTURA DO GUARANÁ



CAPÍTULO 1 – A ONTOLOGIA DA CULTURA DO GUARANÁ

SeHay Ypy,
Waraná é o princípio do conhecimento
(Princípio Sateré Mawé)

Introdução

A representatividade mítica da origem do guaraná figura-se na encarnação de um menino que, após o trágico episódio de sua morte, deu origem à etnia Sateré Mawé. A narrativa ancestral deste mito refere-se a história de uma mulher chamada *Oniwasap´i* que morava com seus dois irmãos em um lugar encantado conhecido como *Noçoquem* e detinha expressivo conhecimento associado à prática agrícola. Cobiçada pelos animais da selva, *Oniwasap´i* foi envolvida pelo perfume de uma cobra, que ao tocá-la a engravidou imediatamente.

Seus irmãos não aceitaram a gravidez e a expulsaram do *Noçoquem* antes mesmo do nascimento da criança. Tendo crescido, o menino retornou ao lugar para degustar de sua fruta preferida e nesta ocasião foi assassinado a mando dos seus tios. Ao tomar conhecimento da situação *Oniwasap´i* se direcionou ao corpo do filho, arrancou-lhe o olho esquerdo e o plantou. A planta que nasceu deste olho representava o falso guaraná. Repetindo o ritual, a mãe arrancou-lhe o olho direito e deste, nasceu o verdadeiro guaraná e primeiro *mawé*, designado como a maior força da natureza que deu origem à tribo (PEREIRA, 2003).

A sucinta descrição mitológica sobre a gênese do guaraná aponta os múltiplos significados deste fruto principalmente para os Sateré Mawé. Para além das propriedades botânicas e medicinais o *waraná*, termo utilizado pelos *Mawés*, representa o princípio de todo conhecimento e fundamenta as bases ontológicas desta etnia. Seu consumo acontece diariamente no âmbito individual e coletivo e todas as importantes decisões são tomadas em torno da bebida sagrada *çapó*, guaraná em bastão ralado na água.

A tradição ancestral dos *Mawé* marca a singularidade da forma de cultivo do guaraná em relação a outras culturas. O conhecimento aplicado à domesticação desta planta é interpretado pelos sujeitos sociais da pesquisa como uma *ciência, a ciência do guaraná* cuja dinâmica de trabalho implica uma relação simbiótica entre técnicas agrícolas e ritualidades próprias advindas de uma herança ameríndia transmitida também a outras culturas.

O processo de comercialização do guaraná teve inicio em Maués, município do Estado do Amazonas e ocorria por meio de trocas comerciais entre os Mawé e os europeus. Posteriormente, comerciantes de outros Estados se deslocavam até a região para adquirir o guaraná dos indígenas que, nesta época, detinham com exclusividade o conhecimento acerca da domesticação do fruto.

Contudo, ao final do século XIX, a expansão do extrativismo ocasionada pelo declínio da borracha, estimulou a valorização econômica de outros produtos da Amazônia, entre estes o guaraná (FIGUEROA, 2016). Logo, o cultivo deste fruto se difundiu entre as populações locais expandindo sua comercialização e suscitando novas formas de uso que foram reconhecidas por diversos segmentos industriais, principalmente o de bebidas.

O aumento da demanda impôs uma nova lógica na produção do guaraná, isto porque a safra, que acontece apenas uma vez por ano, não era suficiente para atender um mercado em crescimento. Uma das estratégias então foi o investimento em pesquisas para o melhoramento genético da planta com fins ao aumento da produtividade e prevenção de doenças que frequentemente ameaçavam a plantação.

Assim, o *guaraná clonado*, como é popularmente conhecido em Maués, torna-se uma alternativa viável para expansão da produção, especialmente no contexto de uma grave crise ocorrida ao final da década de 90. Os estudos de Costa (2017) revelam que a distribuição das mudas melhoradas assinala um novo período na história do guaraná em Maués, marcado por um processo de monopolização do território pelo capital.

Contudo, há que se considerar que a aceitação desse projeto não foi homogênea e gerou antagonismos que foram suscitados pelos aspectos culturais e por um forte apelo à tradição, elementos intrínsecos ao cultivo do guaraná no município. Neste contexto, identifica-se um movimento de resistência arraigado por questões socioambientais que justificam a recusa dessas novas tecnologias, especialmente pelas peculiaridades do trato cultural.

A trajetória sociohistórica construída em torno do guaraná revela a consolidação de uma cultura que esboça a vida social no município de Maués. O guaraná está na economia, na alimentação, nos ritos, nas festividades, na dança, na música e em diversos outros aspectos que serão evidenciados no percurso desta tese.

Nestes termos, o presente capítulo tem por finalidade descrever os processos históricos, sociais e políticos que consolidaram a cultura do guaraná em Maués. Para tal, o

itinerário proposto perpassa inicialmente um olhar sobre a *mitologia* uma vez que, por meio desta, os *mawé* fundamentam todo seu conhecimento acerca do guaraná, cenário que guarda relação direta com a organização primária do trabalho em torno deste fruto. Por conseguinte, pretende-se compreender o processo de *transmutação* do guaraná em função de sua inserção no mercado capitalista.

1.1. A MITOLOGIA DOS OLHOS PLANTADOS

O complexo de *terras, florestas e águas*[2] da Amazônia guardam em sua *sociobiodiversidade* simbologias próprias que se manifestam na diversidade cultural da região e ganham forma nos mitos e lendas narrados pelas populações tradicionais. Para os ameríndios, em particular, a mitologia tornou-se uma importante forma de resistência às imposições ocidentais do primeiro contato. Conforme Souza (2019) as etnias eram obrigadas a criar estratégias que evitassem a quebra cultural, para tal codificavam as suas relações sociopolíticas e utilizavam os recursos mitológicos como uma garantia de preservação da consciência histórica.

Os mitos não se refletem apenas como produto da imaginação, também dizem respeito à identidade, ao passado e futuro. Transformam a história de uma comunidade e a torna lendária, pois relaciona tudo que acontece no mundo real e no mundo imaginário para projetá-los no mundo mitológico (MORIN, 2009).

Para muitas populações da Amazônia, os mitos justificam o início da história de um povo, compõem a herança cultural e expressam a diversidade sociohistórica. As narrações mitológicas da região, em sua maioria, estão associadas a elementos biomórficos ou antropomórficos que permitem metamorfoses recíprocas, onde o ser humano pode sentir-se da mesma natureza que as plantas e os animais (MORIN 2009, p.177).

De acordo com Loureiro (2009), assim como a Grécia Antiga, a Amazônia é povoada de mitos, onde índios, caboclos, negros de quilombos ou imigrantes convivem com seres mitológicos em todos os espaços seja no fundo dos rios, onde habitam os encantados, ou nos caminhos das matas onde vivem os numerosos personagens míticos.

[2] Termo em alusão á obra de Antônio Carlos Witkoski (2010) que tem como título Terras florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e a as formas de uso de seus recursos naturais.

A gênese da etnia Sateré Mawé[3] guarda relação intrínseca com o universo mitológico, simbolizado na história de *Uniawasap*, uma importante figura feminina e mãe de *Moiwekyrytuipyp*, menino que deu origem ao guaraná. As narrativas acerca deste mito são carregadas de detalhes simbólicos que, na realidade, evidenciam as formas primárias de organização sociopolítica dos *Mawé*.

No decorrer da pesquisa, verificou-se que as análises míticas sobre o guaraná são *in-terminá*veis (STRAUSS, 2010), pois ainda que as descrições apresentem semelhanças, as interpretações se diferenciam conforme as idiossincrasias dos narradores. Diversas obras que tratam sobre a mitologia do guaraná foram consultadas, entre estas se destacam os autores Pereira (2003), Alvarez (2009) e Figueroa (2016) cujas análises tem como base pesquisas etnográficas realizadas junto aos Sateré Mawé.

A intercessão entre as obras e os depoimentos dos indígenas participantes da pesquisa, revelam a riqueza e a complexidade da mitologia do guaraná e sua influência na história e no cotidiano dos Sateré. Conforme Obadias Batista Garcia (Figura 4), atual presidente do Conselho Geral da Tribo Sateré Mawé (CGTSM), "o mito é muito longo e detalhadamente contado, muitas pessoas nem sabem contar porque muitas palavras são línguas antigas que só os contadores de história mesmo que conhecem" (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

Figura 4: Obadias Batista Garcia, Presidente do CGTSM



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

[3] O povo Sateré Mawé é originário de uma vasta área entre os rios Tapajós e Madeira. Atualmente habitam a Terra Indígena Andirá-Marau localizada na região do Médio Amazonas entre os Estados do Amazonas e Pará. O significado do primeiro nome significa "lagarta de fogo" em referência ao clã mais importante da etnia e o segundo nome quer dizer "papagaio inteligente". Um diagnóstico socio-demográfico realizado por Teixeira (2005) entre os anos de 2002/2003 revela uma população estimada em 8.500 indígenas residentes tanto em sedes de municípios quanto nas aldeias.

O *waraná*[4], nome original do guaraná na língua Sateré-Mawé, é fruto sagrado, símbolo raiz, que representa a história da etnia e está presente em diversos campos que constituem sua tradição cultural (ALVAREZ, 2009). Etimologicamente é uma palavra unificada (*we´entup ehay´yn)* que significa princípio do conhecimento, fonte de sabedoria.

No plano mítico acredita-se que o fruto surgiu em um lugar encantado chamado *Noçoquem*, que significa lugar de pedra, onde viviam todos os seres vivos e tudo aquilo que é original e nativo[5]. De acordo com relatos de Obadias Batista "o Noçoquem é como se fosse, no mundo branco o Jardim do Éden, pois foi lá que tudo começou a cultura e tudo que os Sateré sabem" (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

O lugar era habitado por um grupo de irmãos e quando o pai andarilho partiu, designou um de seus filhos, Anumaré pequeno, a tomar conta de tudo que existia. Este decidiu então se transformar em sol e posteriormente transformou suas irmãs em outros elementos da natureza. A primeira se tornou a terra, a segunda as águas e uma terceira, embora tenha sido convidada para morar no céu com ele, se tornou uma abelha (FIGUEROA, 2016). Entretanto, o centro deste mito está na figura de uma quarta irmã "[...] *Oniawasap´i* que está associada à prática agrícola. É esta personagem que está na origem do guaraná." (ibdem, p.57)

A complementação da história de *Oniawasap´i* nos foi transmitida por dona Maria Oliveira, mais conhecida como dona Cota (Figura 5), indígena Sateré Mawé, 99 anos e proveniente da Terra Indígena Andirá Marau. Durante a entrevista necessitamos do auxílio de sua neta para a tradução, uma vez que dona Cota preserva sua língua nativa.

[4] **Waraná e guaraná.** Tradicionalmente os indígenas pronunciam *waraná* por uma questão de Identidade. De acordo com o depoimento de Sérgio Sateré (2019), presidente do Consórcio Indígena, a Ambev se apropriou da palavra *guaraná* para divulgar seus produtos na Europa. Os Sateré então resolveram reforçar a palavra *waraná* uma vez que esta tem o significado cultural, social e histórico da etnia. Guaraná, entretanto, é uma palavra dos *brancos* e, em sua visão, sinônimo de refrigerante, agrotóxico e clones. Sérgio reitera que em razão da distinção dessas nomenclaturas, a etnia entrou com um pedido junto à Academia de Letras do Amazonas para a inclusão da palavra *waraná* no dicionário brasileiro e sua definição está associada à cultura e propriedade intelectual do povo Sateré Mawé. Importa salientar que em nossa exposição utilizaremos a palavra *guaraná* pois esta é a expressão habitualmente utilizada pelos sujeitos sociais da pesquisa.

Figura 5: Maria Oliveira, Dona Cota, 99 anos, indígena Sateré Mawé



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Ao iniciar a conversa Dona Cota nos advertiu dizendo que não nos contaria o *mito do guaraná*, mas sim a *história do seu povo*, pois como ela própria afirmou "o waraná é o símbolo de um marco para os Sateré Mawé e faz lembrar o início de tudo" (PESQUISA De Campo, 2019).

> Tinha uma indígena Sateré Mawé que engravidou e não foi de uma pessoa, foi de uma cobra que passou por ela e aí lá ela engravidou. Aí nasceu um menino e os tios não apreciavam a gravidez dela e deram uma semente para ela plantar, a nossa Castanha do Pará. Quando a criança nasceu já estava dando fruto aí ele cresceu um pouco e foi pra lá colher os frutos. Aí um dia os tios viram, foram pra lá e mataram a criança. Quando os tios matam a criança ela sentiu que algo estava acontecendo com o filho. Quando chegou no lugar o filho dela já estava morto no chão. Ali ela falou que eles iam plantar todo tipo de planta né, mas que ele seria uma planta diferente, ele ia ser muito especial. Aí ela falou que, nem mandioca, nem outras plantas que eles plantassem não seriam que nem ele. Lá ela enterrou o olho do filho, o primeiro que brotou foi o olho esquerdo que é o *guaranana* que a gente fala. Ela provou e viu que não era bom. Aí nasce outro broto que foi do olho direito, que é o guaraná que a gente toma, o original. Depois que brotou esse guaraná ela falou que em todos os trabalhos, em todos os lugares, quando uma pessoa morrer, eles vão ralar o çapó e tomar. No roçado que forem fazer eles vão tomar o guaraná e o mundo inteiro vai conhecer (DONA COTA, 99 ANOS, INDÍGENA SATERÉ MAWÉ, 2019).

A narração de Dona Cota expressa significados de ordem simbólica que possibilitam intepretações acerca da constituição sóciohistórica dos Sateré Mawé. De acordo com Figueroa

(2016) esse relato de origem narra um processo de metamorfose que se configura como hipóstase do primeiro Sateré Mawé:

> [..] a narrativa da ontogênese de um ancestral, com múltiplas referências filogenéticas. [...] que por força das contingências de um regime de inter-relações, em que a vingança é sistêmica, é atirado pela determinação de uma mulher, em um labirinto de transformações ontológicas. (FIGUEROA, 2016, p.61)

Para Alvarez (2009) os detalhes apontados neste mito revelam que o guaraná está no centro da formação social e cultural dos Sateré Mawé e estritamente relacionado à sua organização política e hierárquica. Certamente o relato de Obadias Batista reitera a concepção do autor, tendo em vitsa que sua narrativa sugere uma análise simbiótica entre a mítica e as formas primárias de organização da etnia:

> Eu acho que é uma história mítica, que também não é lenda porque não é também mito. É uma **historia viva**, a forma de como nós nos organizamos socialmente no povo, na cultura, na história, na ciência Sataré Mawé. Então o guaraná é baseado nisso, tanto que guaraná é chamado *waraná* não é guaraná, guaraná é dos brancos, eles deram esse nome. Waraná é o principio do conhecimento e o que é o principio do conhecimento? Para nós é a nossa religião, a nossa educação verdadeira o nosso deus. Porque só deus é princípio, meio e fim, porque deus é o principio de tudo e de lá é que parte toda a história da humanidade, não é só os Sateré não, é de toda a humanidade, porque sabemos que nossa origem é só uma (OBADIAS BATISTA, PRESIDENTE DO CGTSM, 2019, GRIFO NOSSO).

Ao mencionar a expressão *história viva*, Obadias Batista concebe uma associação entre o mundo simbólico e o mundo real. Na compreensão de Morin (2015) esta seria uma relação análoga, pois o pensamento mitológico parte da inteligibilidade pelo vivo, ou seja, as entidades vivas pautam suas histórias sobre os mais diversos fenômenos a partir de acontecimentos e atos concretos.

Sobre sua narrativa em relação à gênese do guaraná, Obadias deixou claro que esta é uma versão simplificada, para favorecer um melhor entendimento. Da mesma forma, ressaltou que traduziria a história, pois, segundo ele, não basta contar a história é preciso dizer o *porque* e *para que*. Nestes termos, relatou-nos:

> Havia muito tempo, no tempo dos deuses ainda, porque tudo se falava se entendia sejam pessoas ou seres humanos, haviam três pessoas, uma irmã e dois irmãos. Essa irmã era grande conhecedora de plantas medicinais, ela que preparava o remédio para os irmãos. Então esses irmãos tinham muito ciúme dela porque não queriam perdê-la por nada, porque ela era conhecedora de tudo. No nosso mundo isso significa que os irmãos são adversários da mulher e ela, essa mulher ela não é

> mulher é uma política, se você interpretar. A politica é o principio do conhecimento. Então ela ia buscar remédio na floresta e todo mundo queria tê-la como esposa porque ela era uma politica boa, mas ninguém conseguia conquistar. Aí tinha uma cobra que dizia: eu vou conquistar e vocês vão ver. Todo mundo ria dela e dizia: você cobra? Nós que somos belos ela não quer, imagine você. Aí certa vez ela já sabia o caminho que a mulher ia fazer, aí ela se estirou no meio do caminho e colocou um perfume. Quando ela sentiu o perfume ela falou: que perfume maravilhoso eu queria ter ele pra mim. Esse perfume quer dizer quando você tem o poder de convencimento, eu te convenço de uma coisa aí tu já sentiu e gostou. Ela sentiu o cheiro e isso bastou pra ela engravidar porque na época não precisava fazer sexo para ter filho, bastava desejar ou tocar. Essa gravidez é politica também e essa criança literalmente não é criança é uma politica que ela seguiu. Quando voltou, os irmãos sentiram alguma coisa, porque no tempo dos deuses nada se escondia e então desconfiaram que ela tinha feito alguma coisa errada e o remédio que ela fez não deu mais certo como esperava. Eleobrigaram a mulher a abortar essa criança, mas ela não quis, aí eles brigaram e ela foi expulsa de lá. Ela teve essa criança e voltava lá no jardim do Nusoken para pegar a fruta que ela plantou lá. Fio assim até na idade que a criança podia ir lá sozinha. Nessa altura ela disse: meu filho cuidado que teus tios querem te matar. Os tios então descobriram que alguém estava apanhando a fruta, chegaram lá e mataram essa criança. Na hora que mataram a mãe saiu correndo, já imaginando o que tinha acontecido. Ela viu a cabeça decepada e chorando, como era uma grande xamã ela pegou uma folha mastigou na boca, tirou o olho esquerdo, plantou e nasceu o guaraná falso, que até hoje é a oposição da verdade, são o bem e o mal. Esse olho esquerdo é do mal, justamente até hoje a gente vive na briga politica entre bem e mal. Depois ela pegou, mascou a folha na boca, tirou o olho da direita e plantou seu waraná verdadeiro que é o principio do conhecimento. E assim surgiu, aí a mãe desaparece da história. Quando os irmãos viram essa planta eles sabiam que era uma planta boa, mas não sabia como usar e eles chamaram todos os animais da floresta, mas todos diziam, eu não sei usar, ninguém sabe usar. Essa é a questão, a gente tem reunião ate hoje porque a gente não sabe o caminho, a gente não sabe como usar as coisas a gente tem que saber por onde seguir é por isso que nós sempre reunimos. Essa é a origem da reunião. Nessa reunião apareceu um pássaro chamado Viviçu que disse que sabia aí ele pegou, engoliu as sementes e deu uma coisa forte que ele ficou doido. Isso são lideranças que não respeitam o seu povo, que fazem besteira. A maioria das lideranças que chega no poder maltrata o seu povo. Aí depois que veio outro que se chama hi-hull que é papagaio roxo, aí ele ensinou como que se toma. Todo esse processo que hoje tá no protocolo foi ensinado por ele, como tomar com respeito, como ralar, como tomar, o significado do Patawy. Esse Patawy, a cuia é o céu e o waraná é Deus: terra, céu e Deus. Então tudo isso foi ensinado para que a gente tivesse o guaraná em todas as reuniões e todas as decisões importantes. O warᾶ significa palavra, reunião. Waraná é o principio do conhecimento (OBADIAS BATISTA, PRESIDENTE DO CGTSM, 2019).

O depoimento de Obadias sintetiza a gênese da tradição cultural dos Sateré Mawé, simbolizada na figura do guaraná. Suas interpretações revelam ainda que os aspectos originários da política se entrelaçam às dimensões culturais manifestadas no plano mítico. De acordo com Alvarez (2009) o guaraná foi aplicado como metáfora no campo político, relacionado ao poder e as lutas pelo reconhecimento. Destacaríamos, porém outros significados que foram percebidos nas interpretações sobre a mítica e que se reproduzem na

vida social dos Sateré e dos camponeses da região, sendo estes: o conhecimento, a identidade e a organização social do trabalho.

A associação entre o mito da origem e o conhecimento está de modo primário, personificada na figura do menino como o primeiro tuxaua, símbolo do poder tradicional e da ordem hierárquica da tribo. O tuxaua é dotado de todo conhecimento necessário para transmitir bons conselhos, palavras de entendimento e o reconhecimento do papel de cada indivíduo dentro do seu coletivo (FIGUEROA, 2016).

Outra percepção é que para os Sateré o conhecimento é um fenômeno "[...]multidimensional, simultaneamente físico, biológico, mental, psicológico, cultural e social " (MORIN, 2015, P.18). À medida que descobrem as propriedades botânicas do guaraná e reconhecem a sua diferença em relação a outras culturas, os Sateré atribuem a este fruto uma série de outras dimensões para além dos aspectos físicos, como nos relata Sérgio Sateré, presidente do Consórcio dos Produtores Sateré Mawé (CPSM): "o waraná não é simplesmente um fruto, mas sim uma religião onde se ensina várias coisa, onde se forma liderança[...] questão cultural, intelectual, biológica, o princípio do conhecimento" (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

O guaraná também integra a identidade do povo Sateré Mawé, esta construída a partir de conteúdos simbólicos revelados pela memória coletiva (CASTELLS, 2000). O mito da origem e o fato de serem os inventores da cultura da planta conferem aos Sateré uma identidade, em nível individual e coletivo, de Filhos do Guaraná (LORENZ, 1999).

O consumo do guaraná é um ato cotidiano de reafirmação da identidade, por isso se configura como um elemento central no *habitus*[6] da etnia, como nos relata Wilson Alves, associado Sateré e atual tesoureiro do CTSM: "Toda hora se consome guaraná, não tem hora. Tradicionalmente na área indígena 4 ou 5 vezes por dia, tem que tomar *çapó* ralado na pedra. Se não tomar 4 vezes está desvalorizando a tua cultura" (PESQUISA DE CAMPO, 2019). Tomar guaraná é uma prática dos indígenas que foi transmitida e incorporada à vida social dos camponeses da Região do Urupadi.

[6] Pierre Bourdieu (1983, p. 65) concebe *habitus* como [...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças as transferências analógicas de esquemas.

Sobre esta prática identificamos que 90% dos nossos informantes, indígenas e camponeses[7], consomem guaraná diariamente nos mais diversos horários. Em nossa área de estudo a bebida está presente desde a primeira refeição. Por analogia, o que conhecemos como *café da manhã,* para as populações locais pode ser considerado o *guaraná da manhã.* Na obra de Monteiro (1965) é possível constatar o registro deste hábito a partir do relato do médico Ferreira Pena no ano de 1861:

> Mas é de extremo o uso dessa bebida que se faz em todo o estado [...] tomando-a muitas pessoas a toda hora e sem açúcar, como os índios, sendo bastante amargo. Tomam-no frio todos os dias, principalmente de manhã muito cedo, em um cálice ou uma cuia, conforme as condições sociais e posse de cada um (p.26)

A forma de preparo do guaraná se diferencia apenas no processo de ralação, visto que os indígenas utilizam uma pedra chamada *we´i* e os camponeses costumam ralar na língua do Pirarucu (Figura 6), espécie de peixe típica da região Amazônica. Nenhum dos entrevistados soube nos explicar esta simbologia, contudo observamos que há uma relação quase espiritual com as águas, pois, a pedra é retirada do fundo do rio e a língua do pirarucu, antes de ser utilizada, precisa ser banhada nas águas do Rio Urupadi.

[7] Diversas categorias são atribuídas aos trabalhadores que vivem na área rural da Amazônia e estas foram mencionadas nas narrativas dos informantes sob diferentes nomenclaturas, entre as mais citadas estão agricultor, produtor, caboclo e ribeirinho. Diante desta pluralidade optamos por denominar os trabalhadores *não indígenas* como *camponês amazônico*. De acordo com Shanin (2005) as formas de reprodução das sociedades camponesas mostram padrões específicos e ao mesmo tempo genéricos, que permitem análises amplas desta realidade. Para este autor, a especificidade do camponês pode ser compreendida a partir de algumas características, entre estas a economia de subsistência, a ocupação por meio do trabalho familiar e do controle dos próprios meios de produção. O autor ainda destaca que estas sociedades revelam semelhanças nos padrões e tendências de organização sociopolítica, nas formas de socialização e organização e no aprendizado ocupacional, mesmo estando localizadas em diferentes regiões e países. Nas reflexões de Witkoski (2010) o camponês amazônico "[...]é um tipo de camponês que desenvolve e tem que desenvolver uma multiplicidade de atividades. Estas fazem dele um agente econômico, social e político que pode se classificado de *multifuncional*" (p.162). Conforme o autor, em seus modos de vida, o camponês da Amazônia resguarda relações com a natureza que garantem sua reprodução e existência material. Os principais meios de produção são a terra, a floresta e a água e a mão de obra utilizada é praticamente familiar. Quanto as relações comerciais, o autor reitera que os camponeses da Amazônia constituem redes de comercialização, contudo a precariedade da organização política transfere o poder para as mãos dos agentes de comercialização. A leitura de tais fundamentos teóricos nos revelaram inúmeras semelhanças com a dinâmica da vida social dos informantes não indígenas, condição que nos permite denomina-los como trabalhadores camponeses.

Figura 6: Processo de ralação do guaraná na língua do Pirarucu



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Como já ressaltado, o consumo durante o dia é ilimitado, mas em sua grande maioria os informantes relataram que fazem uso da bebida pela manhã, após o almoço e a noite após o jantar. Há aqueles que se consideram "viciados" e consomem guaraná abstendo-se de regras, tais como o trabalhador camponês da ASCAMPA que nos relatou: "tomo guaraná de madrugada, 6 a 4 copos até 6 horas da manhã, por que eu sou viciado" . Em geral, o consumo do guaraná está associado à força, equilíbrio e principalmente a disposição para o trabalho, como nos relata o camponês associado 25: "consumo guaraná até 7 vezes por dia, porque o guaraná me sustenta no meu trabalho e eu não sinto fome" (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

Essas propriedades do fruto foram registradas por Monteiro (1965) em suas análises sobre as utilidades do guaraná na medicina. O autor relata que as qualidades medicinais foram destacadas por diversos cronistas, mas o primeiro depoimento foi registrado pelo bispo Dom Frei João de São José de Queirós:

> Por nos acharmos uma tarde com a paciência exercitada em opressão de cabeça e grande calor, tomamos por conselho de experimentarmos a célebre bebida do guaraná, que certamente nos aliviou muito e nas febres se diz ser utilíssima. Recebida em maior porção tira e supre o sono, e também extingue a fome, sustentando como chocolate com melhores efeitos: mas assentamos que se deve tomar como remédio e não (como hoje praticam) para regalo, pois o uso frequente ou o abuso é principio que se originam vertigens (MONTEIRO, 1965, p. 22 apud QUEIRÓS, 1869).

Assim como no relato do bispo, os informantes da pesquisa reconhecem as propriedades terapêuticas do guaraná e da mesma forma, advertem sobre o consumo

excessivo da bebida. Deste modo, nos relataram outros numerosos benefícios, sendo alguns destes: fortalecimento do organismo, energético natural, potência sexual, auxilio nos problemas gastrointestinais, problemas no sistema nervoso e contribuições para a longevidade[8].

Monteiro (1965) elencou outros atributos ao guaraná que denominamos utilidades tradicionais, visto que estão relacionadas também a questões simbólicas. O quadro 2 sintetiza as considerações do autor:

Quadro 2: Utilidades tradicionais do Guaraná

UTILIDADES TRADICIONAIS DO GUARANÁ	
Puçangas (remédio)	- **Ralado com açúcar e água** tomado pela manhã em jejum, regula disfunções intestinais e tonifica o coração; - **Ralado com limão, sem açúcar** regula as funções intestinais; - **Ralado com água, com ou sem açúcar,** tomado pela manhã impede a sensação de fome ou cansaço; - **Ralado tomado muitas vezes durante o dia** embriaga tanto quanto álcool; - **Lambedor de guaraná** recomendado nas bronquites e constipações acompanhadas de febre.
Rituais	Antes das guerras os Maués tomavam guaraná para ganhar força e se tornarem insensíveis aos ferimentos. Não acreditavam nas propriedades afrodisíacas do fruto como o "homem branco", pois diziam que a formiga taoca é que tem essas virtudes.
Ritos de passagem[9]	**Parto –** Destaca o cientista Von Martius que logo que se declara a gravidez, o casal se submete a rigoroso jejum alimentando-se de formigas, cogumelos e guaraná. A bebida também é oferecida aos visitantes do nascido. **Morte –** O mesmo cientista destaca que na morte de um tuxaua ou de um membro da família, os índios se impõem a um mês de jejum, então só engolem guaraná , água e formigas.
Moeda	Serviu de transações locais como moeda, especialmente aos regatões.

Fonte: Adaptado de Monteiro, 1965.

Embora o uso do guaraná possa parecer uma prática predominante, 10% dos entrevistados afirmaram que não fazem uso da bebida diariamente e algumas justificativas chamam atenção, tal como a fala do indígena associado 34 que afirma não tomar guaraná por considerar que "*é um vício".* Outro entrevistado afirma que "*só os velhos gostam de tomar todos os dias"* (Indígena associado 38). Este último depoimento requer interpretações considerando que o informante associa o consumo diário do guaraná somente aos anciãos, o

[8] E Em 2008 a Universidade Federal de Santa Maria (UFMT) e a Universidade Aberta da Terceira Idade (UNATI/UEA) realizaram pesquisa sobre a longevidade em Maués. A pesquisa, executada pelos professores Euler Ribeiro e Ivana Beatrice Mânica da Cruz, revelou que 1% da população do município tem mais de 80 anos, enquanto a média nacional é de 0.5%. A expectativa de vida é 75 a 80 anos e a incidência de doenças crônicas é 60% menor que na capital. Os pesquisadores associaram a longevidade da população aos hábitos alimentares, à convivência com o meio ambiente e principalmente ao uso frequente do guaraná (BIDERMAN, 2010).

[9] Monteiro (1965) observa possíveis mudanças em relação a estes ritos com o processo de colonização.

que nos leva a refletir sobre a possiblidade dos mais jovens estarem vivenciando um processo de reorganização da identidade.

Em seu depoimento, Sérgio Sateré revela esta preocupação e atribui o problema à influência do conhecimento ocidental junto ao publico mais jovem da etnia. Segundo ele esse fenômeno é "totalmente forte dentro das comunidades e isso faz com que se desestruture totalmente a política da sociedade Sateré Mawé e sua organização" (PESQUISA DE CAMPO, 2019). Sérgio associa essa desestruturação à figura do Estado, que por meio de suas politicas "tira o índio de sua própria autonomia" (ibdem). Ressalta também que a educação integracionista do governo interfere nos processos de identidade, pois: "[...]o índio ele se desinteressou e criou uma vergonha da sua própria raíz, da sua própria cultura e isso entrou muito forte na cultura indígena. Hoje os jovens se formam e não tem mais aquela visão de ficar na Terra Indígena, de lutar pelo seu povo" (ibdem).

Historicamente a relação entre o Estado e os ameríndios é conflituosa, uma problemática que compreendemos ter suas raízes desde o primeiro contato com o Estado português. Naquele momento, observa Witkoski (2010, p. 37) "[...] ambas as civilizações estavam condenadas a uma coexistência assimétrica [...] sob todos os pontos de vista: econômico, social, político, filosófico, moral, ético, etc."

As políticas de Estado em curso por sua vez, integram uma ordem ainda mais manipulatória que age em função da proteção permanente da produtividade do sistema capitalista, em uma dinâmica global que transcende as barreiras regionais e nacionais (MESZÁROS, 2001). Este é um momento em que predominam dois extremos, de um lado as influências globalizantes e de outro as disposições pessoais onde a vida cotidiana se restitui na interação dialética entre o global e o local. Neste cenário, os laços da tradição e da proteção das pequenas comunidades são rompidos, dando lugar a organizações maiores e impessoais (GIDDENS, 2002).

Constata-se que há um processo gradual de inserção dos indígenas nesta realidade, aventado não somente pelo viés estatal, mas também por sua inserção em outras esferas sociais tal como o mercado global. Para os Sateré especificamente, este processo ocorre por meio do *Projeto Waraná* desenvolvido na década de 90 em parceria com uma Organização Não Governamental. Os impactos desse projeto para a etnia serão tratados no Capítulo 3, contudo ressaltamos que sua implementação trouxe significativas mudanças a vida social deste povo.

Outro elemento que podemos situar na identidade é a partilha comunitária do guaraná no ritual do *çapó* (Box I), bebida típica de maior significação religiosa e social da tribo. Diferente dos outros rituais, o *çapó* não inclui músicas, danças ou outras expressões, seu mérito está na esfera da comunicação em nível comunitário (ALVAREZ, 2009).

Podemos conceber o çapó a partir do que Lukács (2013) classifica como ontologia fictícia, isto porque este rito revela uma outra perspectiva do universo que interfere na reprodução social e na visão de mundo dos Sateré, especialmente na organização do trabalho. O çapó é um rito sagrado onde se encontra a mítica e a história do povo Sateré, além disso, simboliza o pertencimento e expressa as relações estabelecidas entre os estes (ALVEREZ, 2009).

Box 1 – O ritual do Çapó

Figura 7: Utensílios do çapó



Fonte: Elaborado por Marinho, 2020

A toma do *çapó*, bebida fresca de guaraná ralado, é considerada sagrada para os Sateré Mawé. Seu consumo acontece em âmbito individual e familiar, contudo quando se trata da esfera comunitária obedece a uma ritualística própria, em uma reunião onde se discutem questões políticas e de interesse comum.

Tendo como base o caderno de campo e as descrições de Pereira (2003), Alvarez (2009), Figueroa (2016) e Lorenz (1999) sintetizamos o ritual do *çapó* destacando seus significados e suas simbologias.

O çapó é preparado a partir do pão (bastão) do guaraná, ralado em uma pedra por nome *we´i*, tirada do fundo de um rio da Terra Indígena Andirá Marau. Seu preparo é feito pela "aguadeira", em geral, mulher do anfitrião ou por uma de suas filhas que ainda não alcançou a puberdade. O *çapó* é colocado em uma cuia enchida de água e apoiada, em um suporte chamado *patawy* (Figura 7). A união desses utensílios constitui uma simbologia mítica, onde, o Patawy representa o tuxaua que dá suporte à comunidade, a cuia o céu e o *çapó* (guaraná em bebida) como deus.

O *çapó* se diferencia do ato de ralar o guaraná em estado seco, pois não busca a transformação do bastão em pó, a intenção é a formação de uma baba que, misturada ao pedaço do bastão em uso, se dissolve na água por meio da submersão dos dedos da aguadeira na cuia. Segundo relatos de campo "essa água é tão grossa e tão amarga que você não pode dar um gole grande, tem só que provar porque é muito amargo" (Pesquisa de Campo, 2019). Conforme Alvarez (2009) o ritual exige uma ética do discurso onde tudo que se fala tem de cumprido, não se pode falar mentira.

Depois de preparado a cuia é entregue pela mulher ao marido, que toma um pequeno gole e posteriormente repassa aos demais participantes, tendo como prioridade os mais velhos. A cuia é passada sempre da direita para a esquerda e sempre retorna para o colo da mulher que volta a encher e ralar o guaraná. De acordo com relatos de campo, o guaraná deve ser bebido, preferencialmente, sempre em número par e os participantes devem estar atentos para não esgotar o liquido, visto que o último gole é sempre tomado pelo tuxaua. A expressão "Olha o rabo!" é um alerta a todos para que observem este fato.

Conforme Figueroa (2016, p. 62) a partilha do *çapó* propicia uma fusão de imagens entre o tuxaua e o guaraná, como um chefe que exerce seu poder mediante o aconselhamento. A autora ressalta que "a expectativa dos partícipes é de que a toma conjunta do çapó reúna a voz de todos e cada um em uma voz única: a voz daquele tuxaua que convocou a reunião".

É na conciliação deste ritual que acontece o ordenamento político da tribo, bem como a organização social do trabalho. Desta forma, podemos considerar que, se o ritual da

tucandeira[10] é compreendido como o ritual de iniciação, o *çapó* é o ritual do trabalho. Em sua dinâmica identificamos o entrelaçamento entre o processo fictício (a mítica) e o complexo de relações sociais da etnia. Figueroa (2016) sinaliza que o consumo do *çapó* simboliza o suporte principal para o trabalho coletivo, um espaço onde "[...] decidia-se o calendário de trabalho dos mutirões para a derrubada das roças e efetivava-se a distribuição social dos benefícios da articulação coletiva da força de trabalho [...] o guaraná é líder de planejamento de trabalhos" (p.62).

Apesar dos outros cultivos, o guaraná é considerado o principal produto dos Sateré Mawé, não apenas pelos aspectos simbólicos, mas porque foram estes indígenas que "descobriram" esta trepadeira silvestre e a domesticaram, daí o fato de se autodenominarem como Filhos do Guaraná (LORENZ, 2009).

O primeiro contato com este grupo aconteceu em 1669 por meio de uma expedição da coroa portuguesa comandada pelos missionários jesuítas e por forças militares, que tinha como objetivo a instalação de aldeamentos produtivos na Amazônia (FIGUEROA, 2016). Este período também marca a primeira descrição bibliográfica sobre o guaraná escrita pelo padre João Bettendorff, que em sua *crônica da missão dos padres da companhia de Jesus no Estado do Maranhão* relatou:

> Tem os Andiraz em seus matos uma frutinha que se chama guaraná, a qual secam e depois pisam, fazendo dela umas bolas, que estimam como os brancos o seu ouro, e desfeitas com uma pedrinha, com que as vão roçando e em uma cuia de água bebida, dá tão grandes forças, que indo à caça, um dia até outro, não tem fome, além do que faz urinar, tira febres e dores de cabeça e cãibras (PEREIRA, 1980 apud BETTENDORFF, 1910, p. 703).

O guaraná é uma trepadeira silvestre da família das Sapindáceas, um vegetal arbustivo da região das terras altas do rio Maués-Açu, território tradicional dos Sateré Mawé (figura 8), local onde a planta se desenvolve de forma mais espontânea e em caráter silvestre (MONTEIRO, 1965). Conforme Sérgio Sateré, atualmente esta região abriga "[...] o único banco genético natural de guaraná do mundo" (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

[10] O ritual da Tucandeira ou Tocandira é um rito de passagem onde os meninos tornam-se homens. Neste ritual são utilizadas luvas tecidas de palha e adornadas com penas de arara e gavião, nestas são colocadas diversas formigas tucandeiras com o ferrão voltado para o interior. Para viver a passagem, o iniciado tem como primeiro desafio colocar suas mãos na luva por 20 vezes, posteriormente o desafio da caça e por fim o da purificação. O rito é sempre acompanhado por cantos ao ritmo do chocalho e uma dança coreografada por várias pessoas da tribo (FIGUEROA, 2016; ALVAREZ, 2009).

Figura 7: Mapa da Terra Indígena Andirá-Marau e a Adjacências



Fonte: Portal filhos do Warana, 2020.

Os primeiros estudos sobre o guaraná aconteceram em 1810 quando os botânicos Humboldt e Bonpland viajavam pela Venezuela e coletaram algumas amostras da planta na região do Rio Orinoco. Apenas em 1821 o material colhido foi descrito e classificado pelo botânico Kunt como *Paullinia Cupana* (NAZARÉ, 1982). Em 1826 o etnólogo alemão Von Martius, classificou o guaraná da região de Maúes como *Paullinia Sorbilis* em razão do uso como bebida. Posteriormente, o botânico precisou acatar a substituição do nome *sorbilis* por *cupana,* por direito de propriedade, considerando a semelhança entre os escassos materiais coletados e por ser o*cupana,* da Venezuela, conhecido como *guaraná* no Baixo Rio Negro (VASCONCELOS et al, 1976).

Em 1935 o botânico Adolpho Ducke coletou amostras do guaraná durante uma expedição à fronteira do Rio Negro. O material, colhido em uma velha plantação de um sítio abandonado, apresentou divergências em comparação às características botânicas do guaraná do Baixo Amazonas, o que levou Ducke a concluir a presença de duas subespécies ou variedades geográficas, sendo as seguintes: - *Paullinia Cupana H.B.K. typica,* encontrada no alto Orenoco e Alto Rio Negro; -*Paullinia Cuppana var. sorbilis (mart.) Ducke* , encontradas na parte Sudeste do Amazonas, especificamente nos municípios de Maués e Parintins (VASCONCELOS et al, 1976).

O cultivo do guaraná inicia com a busca pela espécie nativa que é encontrada somente na floresta e comumente é chamada de *matriz* ou *planta mãe*. Desde o início da pesquisa de campo fomos instigados a um "encontro" com esta planta, uma tarefa difícil, pois em geral as matrizes estão localizadas em áreas remotas da floresta. Sua identificação não é algo simples, exige conhecimentos específicos, pois na floresta esta planta é uma trepadeira que pode alcançar até 10 metros de altura e guarda muitas semelhanças com outras espécies.

Em depoimento, o Sr. Leopoldo Amazonas (Figura 9), camponês associado da AAFAU, que faleceu aos 80 anos, poucos meses após a realização da entrevista, nos relatou suas impressões sobre a planta:

> Quando eu cheguei lá no Urupadi eu consegui um espaço para montar o meu roçado. Aí eu ia buscar guaraná na floresta, **mas eu olhava todo tempo e não achava a árvore, mas não achava porque a árvore é feito um pau, um çipó né**. Aí eu fiquei sentado lá espiando aquele çipó, até hoje eu lembro çipó, eu queria voltar lá pra ver de novo e mostrar para o pessoal como cresce a árvore do guaraná, cresce demais. Aquilo sabe lá quantos anos não tem, porque esse nosso guaraná aqui ele dura demais. É uma árvore que é muito durável, eu acho que dura uns 60 ou 70 anos (PESQUISA DE CAMPO, 2018, grifo nosso).

Figura 9: Leopoldo Amazonas, trabalhador associado e esposa, Maria Amazonas



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

A experiência de identificação da "planta mãe" não estava entre as prioridades da pesquisa, afinal não tínhamos como foco os aspectos botânicos do guaraná. Entretanto, considerando que *o campo faz o objeto*, e vice e versa, a pesquisa nos propiciou a descoberta de novas questões (BEAD; WEBER, 2014), entre estas, a evidência de que as boas "matrizes" determinam a produtividade dos frutos e este processo envolve a aplicabilidade de saberes tradicionais.

As mudas germinadas destas plantas são extraídas e transportadas para a área de plantio. De acordo com Tricaud et al. (2016, p. 47) "[...] o único processo de seleção existente seria a escolha das boas "plantas mães" e das melhores mudas nativas a extrair [...] nesta técnica o guaraná é designado como "filho", "filhote do mato" ou ainda chamado de "nativo", "da natureza", "original".

Nossa experiência de busca pela matriz de guaraná aconteceu nas proximidades da Comunidade Brasiléia e, mesmo tendo como guias o Sr. Simão e o presidente da AAFAU José Cristo, dois experientes agricultores, necessitamos refazer caminhos até encontrar a planta. Devemos considerar que as condições climáticas daquele dia não foram favoráveis, pois atravessamos a mata após uma forte chuva, situação que modifica os percursos em razão da queda de troncos e galhos.

Utilizamos um aparelho de GPS para marcar a distância entre a comunidade e a "matriz de guaraná" (Mapa I), por compreendermos que este movimento compõe uma das etapas do processo de trabalho na produção do guaraná. No caminho, inúmeras espécies

botânicas nos foram apresentadas, entre estas o guaranarana (Figura 10), ou o *falso guaraná* como é conhecido, uma planta que guarda semelhanças com o *verdadeiro guaraná*.

Figura 10: Guaranarana



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

A diversidade de trepadeiras encontradas em nosso trajeto, por vezes confundia até os nossos experientes guias. Entretanto, a ausência das mudas era um indicativo importante para o reconhecimento do guaraná. Após 25 minutos de caminhada finalmente encontramos a "planta mãe" (Figura 11), aparentemente imperceptível entre a diversidade de plantas da floresta. Por outro lado, sua espessura perene, ocupava os mais diversos espaços, desde a terra de onde brotavam seus "filhos" (Figura 12) até a copa das árvores, a perder de vista.

Figura 11: Matriz de Guaraná Nativo



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019

Figura 12: Mudas de guaraná nativo



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019

Na experiência de Ednamar Viana, trabalhadora associada da AAFAU, a observação das matrizes é relevante para o desenvolvimento da produção, contudo não é algo simples e exige disposição para o trabalho:

> Esse guaraná nessa nossa mata aqui a gente tem as árvores matrizes do guaraná que são um çipó, quando a gente chega debaixo daquela trepadeira e vê os filhinhos, se tem muito, a gente sabe que ela é uma boa matriz. Aqui tem muita, mas as mais raras são aquelas que dão muitos filhos. Então o que a gente fazia antes: íamos na mata, retirávamos os filhos e trazíamos para o nosso roçado já pra domesticar elas. Muitos ainda fazem assim, mas nós com o nosso trabalho sempre tivemos a ideia de modificar. Aí a gente pensou: poxa se tem ali a matriz que dá bastante fruto, se a gente tirar de lá os filhinhos, as mudas então a gente vai plantar lá e se essa muda der bastante fruto, o que vamos fazer? Vamos selecionar as sementes dali e fazer os nossos próprios viveiros. Aí a partir dali a gente já não foi mais tirar da floresta, a gente começou a domesticar (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

A experiência relatada por Ednamar foi desenvolvida em parceria com seu esposo, José Cristo, atual presidente da AAFAU. Ambos aprenderam o cultivo do guaraná por meio dos saberes que foram transmitidos por seus pais e avós, ensinamentos sobre práticas agrícolas que na verdade revelam uma relação de indissociabilidade com a natureza, como podemos constatar na narrativa de José Cristo:

> Os nossos pais, na época do meu avô, eles geralmente iam na floresta, tiravam qualquer filho que eles achavam bonito, iam tirando de lá e o que eles faziam? **Arrancavam todas as folhas da mudinha do guaraná e eles enterravam embaixo de umas árvores da mata e ficava um tempo lá até que brotasse quando já vinha brotando eles já iam fazendo a plantação**. Mas só que pelo outro lado eles pegavam os filhos de varias matrizes e nem todos davam bem e eles não tinham uma noção do porque que isso acontecia, mas também não faziam experiências assim como a gente faz (PESQUISA DE CAMPO, 2018, grifo nosso).

As dúvidas que não foram esclarecidas por seus antepassados tornaram-se inquietações que motivaram a realização de novas experiências com o guaraná, a partir das plantas "matrizes". Em complemento ao depoimento da esposa, José Cristo narrou outros detalhes acerca deste processo:

> Na nossa pesquisa, eu e a Edna, fizemos observando a natureza e **nos baseamos em nós seres humanos, que temos filhos que uns nascem macho e outros fêmea percebemos que é idêntico o que acontece com a matriz. Então quando a gente vai pra baixo de uma matriz e tem bastante filho a gente percebe que ela é uma mãe produtiva, mas que tem os filhos machos e fêmeas também**. Aí o que nós fizemos nós começamos a selecionar olhando para as folhas, pela largura das folhas a gente sabe quem são os machos e as fêmeas. Aí nós fizemos a experiência e vimos

> que o macho dá menos, às vezes 1 caroço ou não dá nada. Já as fêmeas produzem bastante (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

No bojo desta narrativa identificamos a aplicabilidade dos saberes que podemos compreender como "[...] uma capacidade prática, uma competência que não implica necessariamente conhecimentos formalizáveis (...) são ensinados, aprendem-se pela prática, pelo costume. Sua transmissão consiste em apelar à capacidade do sujeito de produzir a si próprio" (GORZ, 2005, p. 32).

Na cultura do guaraná estes saberes são interpretados como uma tradição cultural deixada pelos antepassados e passada de geração em geração. Há um sentimento coletivo de valorização de saberes, pois estes marcam a história, a cultura ou como nos afirma o trabalhador associado 13: "[...] identifica várias gerações".

Aprender a cultivar o guaraná é uma espécie de ofício, uma designação laborativa a qual todos, camponeses e indígenas, estão destinados a participar em algum momento de sua vida, conforme relatado pelo camponês associado 4 anos: "Já nascemos nessa cultura e desde que me entendo planto guaraná". E este é um trabalho que as próximas gerações devem dar prosseguimento, é o que nos afirma 82,1% dos trabalhadores quando revelam suas aspirações para que os filhos continuem na produção do guaraná. Entre as principais justificativas estão a *tradição e a rentabilidade da produção* como podemos evidenciar nos discursos apresentados no quadro 3:

Quadro 3: Motivações para que os filhos sigam na produção do guaraná

Motivações	Trechos dos discursos
Tradição	"Porque é tradição de família. O pai planta, eu também e quero que meu filho plante" (Trabalhador camponês AAFAU). "Esse é o produto que ajudou a criar todos eles, então eles precisam seguir" (Trabalhador camponês AAFAU). "Porque a nossa herança não pode morrer" (Trabalhador Indígena CPSM). "Eles precisam continuar porque essa é uma cultura deixada por nossos antepassados." (Trabalhador indígena CPSM)
Rentabilidade da produção	"Porque esse é um produto que a gente consegue vender por um preço bom, garante dinheiro" (Trabalhador camponês AAFAU) "Porque isso já é uma carreira pra eles e tem retorno financeiro" (Trabalhador camponês ASCAMPA) "Tem que continuar porque tem muito consumo e aí uma forte renda" (Trabalhador indígena CPSM)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Há também um grupo de trabalhadores (17,9%) que consideram não ser vantagem para os filhos continuar na produção do guaraná, isto porque acreditam que eles podem ter uma vida melhor, uma vez que o trabalho com o guaraná é algo muito pesado e " [...] a geração de hoje não tem mais o mesmo pique do pessoal de antigamente" (Trabalhador camponês AAFAU).

Os genitores têm um papel fundamental para a continuidade da produção do guaraná uma vez que detém os saberes relacionados a esta cultura. Em muitos casos estes saberes são repassados por outros familiares, tal como os avós que foram muito referenciados nos depoimentos. Mas há também aqueles que desenvolveram seus conhecimentos por outros meios, seja pela observação do trabalho ou por vias institucionais como a associação.

> "Eu aprendi no tempo do meu pai mesmo, ele foi me ensinando a fazer poda. Guaraná tem que ser tratado igual criança com todo cuidado e carinho" (CAMPONÊS ASSOCIADO 29)
>
> "Eu sempre acompanhava meu pai e meu avô até chegar no beneficiamento, geração por geração" (INDÍGENA ASSOCIADO 5)
>
> Aprendi pelos projetos da associação quando tive um incentivo no grupo de trabalho que a gente tem. Meu conhecimento não foi por meus pais não, pois eles nunca plantaram pensando em vender, apenas em consumir (CAMPONÊS ASSOCIADO 31)

Fato é que a reprodução destes saberes tem, até hoje, um papel fundamental na manutenção dos ecossistemas locais e para o equilíbrio entre sociedade e ambiente (DIEGUES, 2000). É também neste sentido que corroboramos com Almeida (2007, p. 11) quando esta afirma que a principal herança deixada pelos Sataré Mawé para o município de Maués foram os conhecimentos acerca do cultivo do guaraná, pois tal processo propiciou o surgimento de novas técnicas que foram "[...] desenvolvidas e adaptadas por alguns descendentes dos Sateré Mawé ou, mais fortemente pelos brancos que passaram a plantar guaraná na região".

1.2. *A CIÊNCIA DO GUARANÁ*: ORGANIZAÇÃO ANCESTAL DO TRABALHO

A dinâmica da produção do guaraná é permeada pela ancestralidade indígena e organizada em um conjunto de processos que marcam sua heterogeneidade frente a outras culturas. Esta percepção é fruto das observações de campo e funda-se na opinião dos sujeitos

sociais da pesquisa, que consideram o cultivo do guaraná como uma *ciência.* Tal expressão avultou nosso leque de interrogações científicas, contudo se tornou uma "pista" relevante para a nossa compreensão sobre o trabalho no cultivo do guaraná.

No contexto em questão não cabe atribuir conceitos à palavra ciência, mas sim "decifrar" seus significados, pois a ciência é "[...] intrínseca, histórica, sociológica e eticamente complexa [...] sua realidade é multidimensional" (MORIN, 2005, p.9). Pressupomos também que a *ciência do guaraná* escapa aos princípios epistemológicos e regras metodológicas impostas pela ciência moderna e traduz-se nos ensinamentos da vida e do saber prático (SANTOS, 2018), estes transmitidos de geração em geração. Do mesmo modo, esta ciência permite uma aproximação com as relações estruturais da realidade e dos processos materiais (LEFF, 2002) que gravitam em torno da organização social do trabalho na produção do guaraná.

Esta *ciência* está, portanto fundamentada no *conhecimento* sobre o *ambiente* e tudo que o rodeia. Neste contexto ocorre o movimento espontâneo do *trabalho*, manifestado na relação que se estabelece entre homem e natureza onde este atua para modificá-la e, num processo mútuo, modifica a si próprio (MARX, 2013).

O processo de frutificação do guaraná depende essencialmente da ação do homem, como nos afirmou Wilson Alves: "Se ficar na floresta o guaraná se cria, mas não dá fruta. Ele vai subindo. Por isso precisa limpar, precisa ser cultivado. Se deixar para o mato ele virá só mais um cipó" (PESQUISA DE CAMPO, 2019). Esta reflexão tem como pano de fundo o conhecimento, que se realiza no interior de um conjunto de relações sociais que se move e se reproduz de forma processual (LUKÁCS, 2013).

O *ambiente*, nesta conjuntura, não é concebido apenas como o espaço onde vivem as espécies biológicas, mas como uma categoria que integra princípios de ordem física e social articulando portanto os aspectos ecológicos e a organização cultural e política das populações (LEFF, 2002). Isto quer dizer que, para além dos processos materiais do trabalho, existem outras perspectivas que circundam a produção do guaraná e que, em nossa percepção, estão assentadas na ancestralidade e na cosmologia com a natureza, herança transmitida pelos ameríndios.

A *ciência do guaraná*, que surge como uma evidência da pesquisa, possui uma arquitetura própria que tem em sua base o *conhecimento* e como pilares o *trabalho* e o *ambiente*, conforme ilustramos na Figura 13.

Figura 13: Ilustração gráfica da expressão "Ciência do Guaraná"



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019

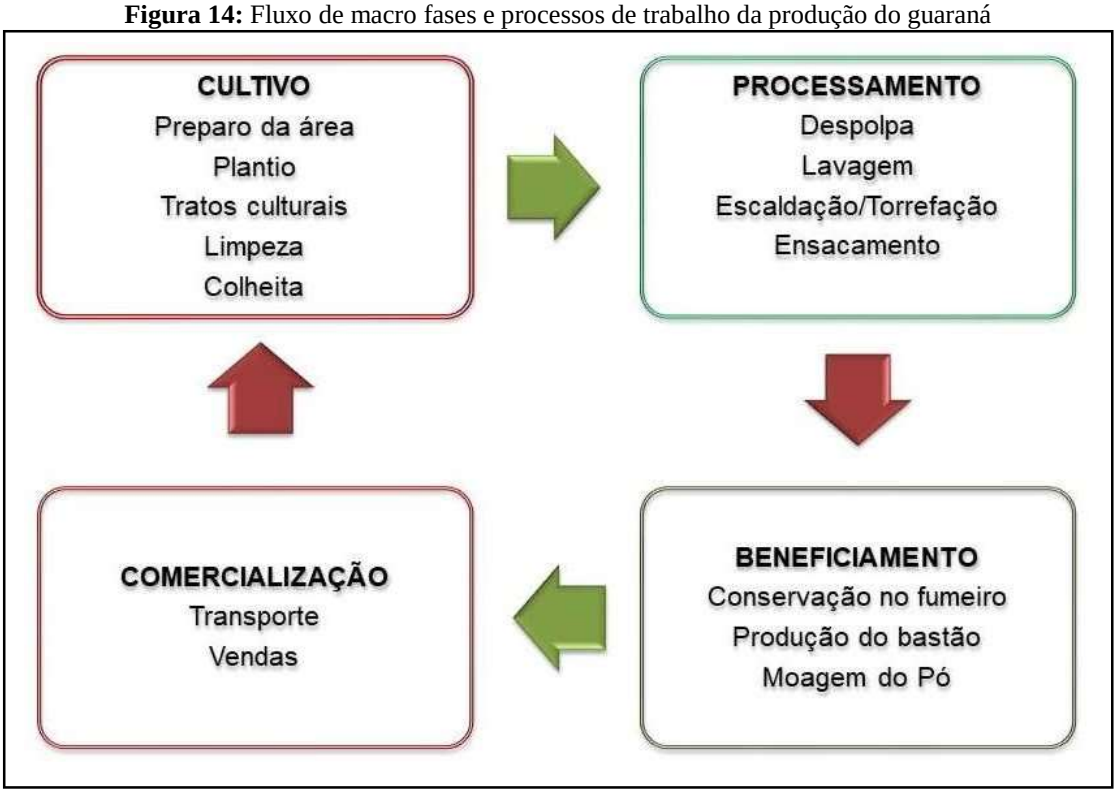
Estas argumentações podem parecer comuns a outros cultivos, contudo não há como negar que o valor simbólico atribuído a este fruto marca a sua diferença em relação a outras culturas. Além disso, no que se refere aos processos de trabalho cabe observar que os tratos culturais exigem procedimentos mais cautelosos, por isso os entrevistados nos afirmavam a todo o momento que *o guaraná dá muito trabalho.* O presidente da ASCAMPA Sr. Adeilson Souza, o Dedeco, reforçou esta questão durante entrevista:

> Na minha experiência de agricultor o guaraná é diferente de todas as culturas que a gente tem no nosso Brasil. Até porque desde o plantio ele precisa de um tratamento especial. E ele é diferente de outras culturas porque tem umas culturas que quando ela amadurece você só já faz colher e entregar, o guaraná não, você tem que colher e beneficiar. Então ele **é uma cultura muito especial no nosso município, diferente de todas as outras culturas** (PESQUISA DE CAMPO, 2019, grifo nosso).

De acordo com Lorenz (1999) o cultivo do guaraná é uma somatória de práticas agrícolas tradicionais desenvolvidas através de séculos, que envolve um sistema complexo de conhecimentos obtidos por meio das observações empíricas dos Sateré Mawé. A autora destaca que este processo relaciona conhecimentos em genética, polinização, reprodução, desenvolvimento da planta e os tratos agronômicos, tudo em função da qualidade do guaraná.

Em face desse processo, categorizamos a dinâmica da produção em 4 *macro fases*: *cultivo, processamento, beneficiamento e comercialização.* Estas integram uma diversidade de *processos* conforme representado na Figura 14:

Figura 14: Fluxo de macro fases e processos de trabalho da produção do guaraná



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Nem todas as *macro fases* apresentadas neste fluxo são comuns às associações e alguns processos seguem dinâmicas diferentes pois dependem da particularidade de cada associação. Entretanto, esta representação gráfica e demonstra uma visão geral do processo de produção, assim como a Figura 15 onde demonstramos via ilustração como acontecem estes processos, a partir de nossas observações na pesquisa.

Na cultura do guaraná a terra é o principal meio de trabalho e valorizada como um patrimônio que cria as condições necessárias para as atividades nas unidades produtivas familiares (WITKOSKI, 2010). As propriedades fundiárias são divididas em área cultivada e área preservada e 90% dos entrevistados relataram ter o título definitivo das mesmas. Na Tabela 1 sintetizamos a organização fundiária das associações estudadas.

Figura 15: Ilustração dos Processos de Trabalho da produção do guaraná



Elaborado por: MARINHO, 2020.

Tabela 1 - Organização Fundiária das associações					
Áreas	**Tamanho da área em hectares (ha)**				
	1 a 40 (ha)	**41-80(ha)**	**81-120(ha)**	**121-160(ha)**	**161-200(ha)**
Tamanho da propriedade	45,71%	25,71%	20%	5,71%	2,85%
Área Cultivada	97,14%	2,85%	0,0%	0,0%	0,0%
Área Preservada	34,28%	34,28%	14,28%	2,85%	8,57%
Área Cultivo - guaraná	91,42%	11,42%	0,0%	0,0%	0,0%
Obs: Percentual calculado com base na resposta de 35 respondentes, perfilando uma amostra de 88% do universo da pesquisa. Outros 4 informantes optaram por não responder as questões sobre organização fundiária.					

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Verifica-se que ainda que sejam áreas extensas, a maioria das propriedades não ultrapassa 40 hectares (45,7%). Além disso, percebemos uma proporcionalidade entre área cultivada e área preservada, o que evidencia o uso racional da terra. A área de cultivo do guaraná ocupa entre 1 a 10 hectares da área cultivada, onde também são mantidas outras culturas. Estas áreas de produção nem sempre estão localizadas nas proximidades das comunidades, em muitos casos é necessário um deslocamento longo por dentro da floresta ou até mesmo o uso de transporte fluvial.

A totalidade dos trabalhadores relatou que, além da cultura do guaraná, praticam outros cultivos, para consumo e comercialização. Estas culturas ainda não são comercializadas diretamente pelas associações, com exceção do Consórcio Indígena que já realiza a venda de outros produtos. Os principais cultivos destacados pelos trabalhadores estão em destaque na nuvem de palavras representada abaixo:

Figura 16: Outros cultivos dos trabalhadores associados além do guaraná



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019

Depois do guaraná, a mandioca (45%), matéria prima da farinha, é o produto mais rentável para os trabalhadores, assim como a produção de banana (37,5%). Cultivos como macaxeira, abacaxi e laranja foram citados por 17,5% dos entrevistados. Açaí e melancia também aparecem com o percentual de 12,5%. Da mesma forma o cará (10%) e o Cupuaçu (7,5%) integram os cultivos dos trabalhadores. Por fim, a castanha, feijão e copaíba que foram citados por 5% dos entrevistados e a batata, andiroba e pau rosa foram lembrados por 2,5% dos sujeitos da pesquisa.

Assim como em outras realidades na Amazônia, a *polivalência* é um dos aspectos fundamentais da condição humana e permeia a formação técnico-social dos guaranaicultores[11] e guaranaicultoras entrevistados (WITKOSKI, 2010). Assim, além do trabalho na agricultura, 30,7% destes trabalhadores atuam em outras atividades, conforme sinalizados na Tabela 1 :

[11] A profissão de guaranaicultor está registrada no Código Brasileiro de Ocupações (CBO) no Grande Grupo 6 que abrange trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca. No documento, os guaranaicultores fazem parte da família de Produtores agrícolas na cultura de plantas estimulantes (Código 6126) e atendem pelo código 6126-25.

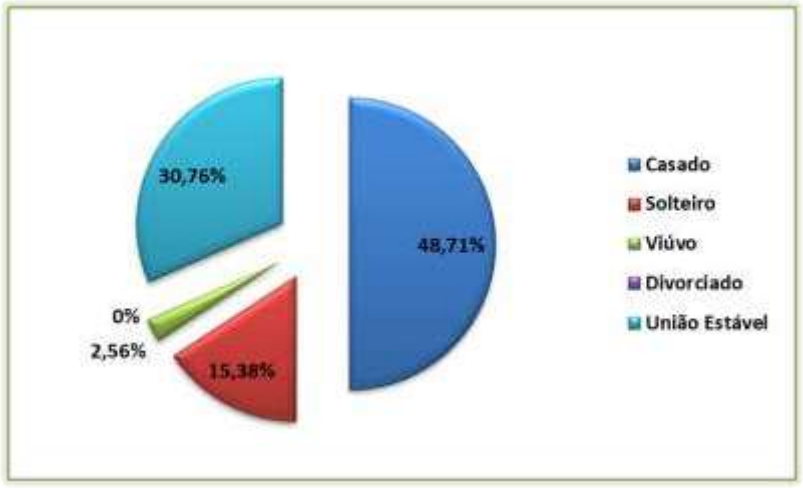
Tabela 2: Outras atividades desenvolvidas

Atividade	Número de respondentes	Percentual de respondentes (%)
Agente de Saúde	2	5,12%
Aposentado	1	2,56%
Artesã de canoas	1	2,56%
Padeiro	1	2,56%
Pastor Evangélico	1	2,56%
Pedreiro	1	2,56%
Professor	2	5,12%
Tesoureiro de associação	2	5,12%
Transportador	1	2,56%
Total	**12**	**30,76%**
Obs: Percentual calculado com base no universo da pesquisa, ou seja, 39 respondentes. Os outros 69,23% declararam não realizar outra atividade além da agricultura e não consideram suas práticas de pesca e caça como atividades remuneradas		

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018/2019.

A dinâmica da produção é tradicionalmente orientada pela Agricultura Familiar, desta forma, as atividades acontecem por meio da colaboração entre os membros da família. Identificamos que há uma predominância de famílias nuclear, ou seja, pai, mãe e filhos. Outrossim, constatamos na pesquisa a presença de famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Estas constatações estão associadas aos resultados relacionados ao estado civil dos informantes da pesquisa, onde 48,7% são casados, 30,7% vive na condição de união estável e apenas 15,3% se declarou solteiro.

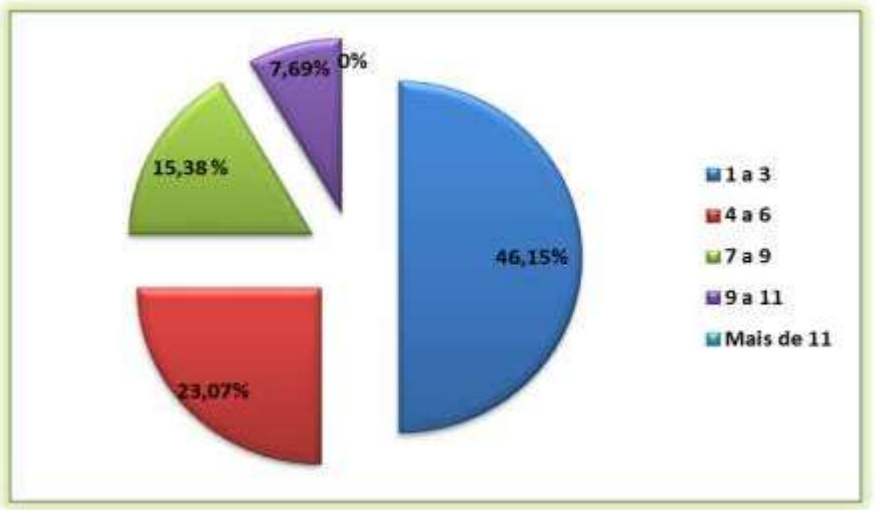
Gráfico 1: Estado Civil



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018/2019

Identificamos que 87,1% dos trabalhadores tem filhos e apenas 11% declararam que não possuem. Acerca dos trabalhadores com filhos constatou-se um total de 46,1% que afirmou ter de 1 a 3 filhos, outros 23,1% possuem de 4 a 6 filhos e um total de 15,3% revelaram que tem de 9 a 7 filhos. Apenas 7,6% dos entrevistados possuem entre 9 a 11 filhos, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2: Número de filhos



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018/2019

A participação dos filhos no processo de trabalho é fundamental. Conforme o depoimento de Sérgio Sateré, esta também é considerada uma forma tradicional de educação das crianças, a transmissão dos saberes:

> Teve uma vez que o fiscal do comercio justo foi na nossa área indígena. Aí quando chegou lá, os pais, os filhos estavam todo mundo trabalhando. Aí ele olhou e perguntou: porque as crianças não estão na escola? Aí tivemos que explicar pra ele que **a forma tradicional de ensinar nossos filhos é trabalhando. Eles estão na escola, mas as crianças que estudam de manhã ajudam a tarde e vice e versa. Então se uma filha está na roça com a mãe dela, tá estudando, se um filho for caçar com o pai, tá estudando. Esta é uma forma de repassar o conhecimento que nós temos.** É assim também que nós vemos a Agricultura Familiar, porque organiza a família pra ter qualidade de vida (PESQUISA DE CAMPO, 2019, grifo nosso).

O depoimento de Sérgio Sateré foi percebido durante a pesquisa, os filhos menores estão presentes na produção mas apenas no contra turno escolar, mesmo no momento da quando o trabalho é mais intenso. Evidenciamos o compromisso dos trabalhadores com as

rotinas escolares dos seus filhos, por outro lado, alguns admitem que, em muitos casos, as crianças participam dos trabalhos e ficam tão envolvidos com a agricultura que perdem o interesse pelos estudos.

Na divisão social do trabalho os homens, assumem as tarefas de campo, tais como o preparo da área, o plantio, a limpeza e a colheita. Eles representam um total de 76,92% dos sujeitos da pesquisa, ainda sim identificamos uma representação considerável de mulheres trabalhadoras associadas (23,07%) especialmente na AAFAU como evidencia a Tabela 2:

Tabela 3: Gênero dos sujeitos da pesquisa

Gênero	**ASSOCIAÇÕES**			
	ASCAMPA	**AAFAU**	**CTSM**	**Média (%)***
Feminino	0,0%	40%	12,5%	23,07%
Masculino	100%	60%	87,5%	79,92%

*** Percentual calculado com base no Universo de 39 trabalhadores participantes da pesquisa e que compõem as três associações.**

Fonte: Pesquisa de Campo 2018/2019

As mulheres dividem o tempo entre as atividades domésticas e os processos de despolpa, lavagem, escaldação/torrefação. Esta, porém não é uma regra, pois, quando necessário, a força de trabalho feminina atua em todo o fluxo da produção como nos relata Ednamar Viana:

> O papel principal da mulher é na descascação e na torração, mas a gente faz todo o processo inclusive na apanhação na limpeza, no que for porque a gente conhece todo o processo. Aqui não tem essa diferença hierárquica de homem e mulher porque a gente trabalha todos juntos no que for preciso (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Estas diferenças, geralmente identificadas nas relações de trabalho entre homens e mulheres não foram percebidas de forma acentuada na produção do guaraná. Ainda que exista uma clara divisão sexual do trabalho, o parâmetro para a definição das atividades femininas não está necessariamente associado ao trabalho “leve” ou “pesado”, mas às habilidades perceptivas das mulheres para alguns processos da produção, tal como a torrefação. Conforme Brumer (2004), no trabalho rural o caráter do que é “leve” ou “pesado” no trabalho é determinado culturalmente, de acordo com a dinâmica hierárquica estabelecida na família.

O serviço doméstico foi bastante referenciado pelos trabalhadores como um elemento da divisão do trabalho, principalmente no que se refere ao preparo da alimentação durante os

períodos de maior fluxo de atividades. Estas atividades são comumente coordenadas pelas mulheres e algumas delas acumulam os serviços domésticos com os trabalhos em seus próprios guaranazais. Estas executam todos os processos da produção e ainda atuam em outras atividades, como é o caso da Sra. Hilda Maria (Figura 16) que, para além das atividades domésticas e agrícolas ainda exerce a função de agente de saúde da comunidade. Da mesma forma a Sra. Francinete Cristo (Figura 17), chefe de família monoparental e proprietária de guaranazal. Ambas atuam como associadas da AAFAU.

Figura 17: Hilda Maria, AAFAU



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Figura 18: Francinete Cristo, AAFAU



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

O fluxo da produção segue um período anual dinâmico onde os diferentes processos são distribuídos em um calendário agrícola. De acordo com Verdejo (2006) estes calendários permitem analisar todos os fatores relacionados ao tempo de trabalho destacando quais atividades ocupam mais tempo e as épocas das diferentes práticas agrícolas. O Quadro 3 ilustramos o período em que se realiza cada processo da produção do guaraná.

Quadro 4: Calendário Agrícola da produção do guaraná



CALENDÁRIO AGRÍCOLA – PRODUÇÃO DO GUARANÁ

CULTIVO												
Mês/atividade	**JAN**	**FEV**	**MAR**	**ABR**	**MAI**	**JUN**	**JUL**	**AGO**	**SET**	**OUT**	**NOV**	**DEZ**
Preparo da área												
Tratos Culturais												
Plantio												
Limpeza												
Colheita												
PROCESSAMENTO												
Mês/atividade	**JAN**	**FEV**	**MAR**	**ABR**	**MAI**	**JUN**	**JUL**	**AGO**	**SET**	**OUT**	**NOV**	**DEZ**
Despolpa												
Lavagem												
Escaldação/ Torrefação												
Ensacamento												
BENEFICIAMENTO												
Mês/atividade	**JAN**	**FEV**	**MAR**	**ABR**	**MAI**	**JUN**	**JUL**	**AGO**	**SET**	**OUT**	**NOV**	**DEZ**
Conservar no Fumeiro												
Produção do Bastão												
Moagem do Pó												
COMERCIALIZAÇÃO												
Mês/atividade	**JAN**	**FEV**	**MAR**	**ABR**	**MAI**	**JUN**	**JUL**	**AGO**	**SET**	**OUT**	**NOV**	**DEZ**
Transporte												
Vendas												

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Verifica-se que as atividades são bem divididas, sendo cultivo e comercialização concentrados no primeiro semestre e as atividades de processamento e beneficiamento nos meses finais do calendário. Os processos desenvolvidos a partir do período da colheita são os mais trabalhosos, pois concentram uma diversidade de práticas. Nos últimos meses do ano a produção do guaraná torna-se prioridade para os trabalhadores e suas famílias, que também administram outras culturas concomitantemente.

A produção é complexa e, como já dissemos tradicionalmente o cultivo inicia pela busca dos “filhos” das matrizes de guaraná selvagem existentes na floresta. Neste processo de coleta os indígenas costumam escolher as plantas que tem entre 1 e 4 anos, pois assim se tornariam produtivas até dois ou três anos após o plantio (LORENZ, 2009). De acordo com

Frazão apud Nazaré (1982) as sementes de guaraná apresentam um processo germinativo muito lento e raramente evidenciam a germinação antes de 50 dias após a semeadura.

A área para plantio deve ser sempre em terra firme e seu preparo envolve limpeza, derrubada, queima e a demarcação para as covas. Os entrevistados destacaram que estes são os processos mais trabalhosos, pois envolvem a limpeza da área e exige mais agilidade por parte dos trabalhadores. O tempo de trabalho empregado no preparo da área é de 8 a 10 horas por dia e mesmo participando de sistema de Puxirum, identificamos que 52% dos entrevistados necessitam pagar diaristas para ajudar nesta atividade.

A contratação de diaristas é mais frequente no período da colheita e da limpeza e o valor deste serviço gira em torno de R$25,00 a R$ 30,00, acrescido dos custos com a alimentação que também é bancada pelo contratante. Alguns trabalhadores afirmaram que esta é a atividade mais onerosa e chega a representar até 60% dos gastos com a produção. Durante a pesquisa identificamos que alguns trabalhadores atuam como *diaristas*, mesmo participando das associações e sendo proprietários de guaranazais. Segundo os depoimentos a diárias é um importante complemento de renda, entretanto “no terreno dos parceiros não pode ser diarista porque a prioridade é o Puxirum” (Trabalhador camponês ASCAMPA).

De fato, a prática do puxirum é predominante em todas as associações, cada uma a seu modo e com organização própria, mas conservando o princípio da ajuda mutua, conforme reforçou o Sr. Dedeco Presidente da ASCAMPA:

> O Puxirum é uma reunião de trabalho, representa união, respeito ao seu semelhante, direito de igualdade, participação, esforço para ajudar o outro, troca de conhecimento e comprometimento” (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

De acordo com Noda apud Witkoski (2010) o *puxirum* é produto das necessidades econômicas dos camponeses amazônicos e se dá por meio de sentimentos profundos de pertença a um grupo familiar e à processos de resistência à expropriação, que em geral é praticada pelos agentes capitalistas do lugar. Outrossim, podemos afirmar que o *puxirum* é uma das características mais importantes do trabalho associado na Amazônia pois agrega a organização produtiva à pratica da coletividade. Nas associações estudadas observamos que a realização de puxirum não se restringe apenas ás atividades agrícolas, mas a tudo que venha atender as necessidades da comunidade ou do grupo de trabalhadores, como por exemplo, a construção de viveiros, barracões e outros.

Figura 19: Puxirum AAFAU



Fonte: Acervo fotográfico AAFAU, 2019

Os instrumentos de trabalho mais utilizados na produção do guaraná são: enxada, cavadeira (boca de lobo), terçado e tesoura para a poda (SILVA et al, 2018). Evidenciamos a escassez de instrumentos motorizados que poderiam contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho tal como a roçadeira, aquisição de poucos dos trabalhadores entrevistados. Quanto às vestimentas, nos trabalhos de campo os trabalhadores utilizam botas para se proteger de animais peçonhentos, chapéu e camisas, preferencialmente de mangas compridas, como uma forma de se proteger do sol.

Logo após o momento de preparo da área os trabalhadores iniciam o processo do *plantio* e replantio das mudas, realizado estrategicamente entre os meses de janeiro e março para aproveitar a época das chuvas na região. Esta atividade não ocorre todos os anos, pois as áreas de cultivo do guaraná podem ter uma produção maior que 20 anos (SILVA et al, 2018). O tempo de trabalho necessário para a plantação é variável, mas a maioria dos entrevistados relatou que levam em média de 4 a 8 horas para realizar esta atividade.

Atualmente as mudas são produzidas por sementes ou estacas (Figura 19), esta última é resultado do programa de melhoramento genético desenvolvido pela Embrapa. Em Maués, o guaraná de estaca é popularmente conhecido como *guaraná clonado* e seu cultivo é motivo de inúmeras controversas entre os agricultores do município, situação que será abordada em outro momento deste estudo.

Figura 20: Estaca de guaraná (clonado)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Figura 21: Mudas de guaraná nativo



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

A planta tem melhor aproveitamento em terreno seco e preferencialmente em terra preta. Tradicionalmente, os indígenas orientam que o guaraná deve ser plantado de forma entrecruzada e com espaçamento de três em três metros, este método propicia maior produtividade do guaranazal, facilita a colheita e também o controle de pragas (LORENZ, 1999, MONTEIRO, 1965).

As covas são abertas manualmente e nelas aplicados os insumos necessários para o desenvolvimento da planta. Este é um dos momentos em que se evidencia uma das diferenças entre o guaraná nativo e clonado, como nos explica o Sr. Dedeco: “No guaraná clonado você tem que fazer o mesmo trabalho do nativo que é roçar, estaquiar e cobrir, a diferença é que entra o adubo químico que é o super fosfalto simples, que colocamos na cova, reboliça e depois planta o guaraná” (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Logo após o plantio, as mudas devem ser imediatamente protegidas do sol para evitar a sua desidratação, para tal, recomenda-se o consorciamento com outras culturas para possibilitar o sombreamento da planta (TAVARES et al, 2005). Quanto ao consorciamento constatamos que esta é uma prática que vem sendo desenvolvida junto aos trabalhadores por meio de orientações técnicas e cientificas principalmente nas associações que produzem o guaraná orgânico.

O guaraná nativo leva em torno de 3 a 4 anos para produzir os primeiros frutos e inicialmente produz poucos frutos, 0,5kg anualmente por árvore. O guaraná clonado por sua

vez leva em média 2 anos para a frutificação e tem uma produtividade maior, em geral, 1,5 Kg por árvore (COSTA, 2017). Os *tratos culturais*, que envolvem limpeza, adubação e controle de pragas e doenças, são determinantes para a produtividade dos guaranazais.

Os estudos de Poltronieri et al (1995) apontam que as duas principais pragas que afetam o guaranazeiro são os ácaros e os tripés, o primeiro causa o estiramento das folhas e o segundo a deformação das mesmas. A autora destaca também as principais doenças que acometem o guaranazeiro: **Antracnose –** é a doença mais séria da cultura do guaraná e afeta a folhagem das plantas em diferentes fases de crescimento, o que causa sérios danos à produção; **Superbrotamento –** alta produção de ramos hipertrofiados que podem surgir em qualquer parte da copa da planta. Quando muito afetadas estas necessitam ser cortadas e queimadas; **Mancha-angular –** Formação de lesões angulares de aspecto encharcado; **Crosta preta das folhas –** caracteriza-se pela presença de pontos negros salientes nas folhas. Atinge as plantas dos viveiros; **Pinta preta dos frutos –** um fungo que causa pequenas manchas salientes de cor brilhante nos frutos. Afeta principalmente os frutos mais jovens provocando um amadurecimento precoce; **Galha do tronco –** Fungo que penetra através de ferimentos causados durante a capina e coroamento das plantas, causando o inchaço dos tecidos do colo, uma região intermediária entre as raízes e o tronco; **Podridão das raízes e do pé –** fungo que afeta as plantas com mais de três anos de idade, amarelando as folhagens e provocando a morte súbita da planta; **Podridão vermelha das raízes –** afeta do sistema radicular, deixando-o parcialmente ou totalmente apodrecido. Além do amarelamento e secamento das folhagens, as raízes aparentam coloração vermelha; **Podridão das raízes –** ocorre quando o solo dos viveiros não é tratado adequadamente; **Requeima das mudas –** lesões escuras que se desenvolvem nas mudas mantidas em viveiros.

O processo de *adubação* ocorre entre os meses de janeiro a março, e se diferencia entre as associações. Os que cultivam o guaraná clonado utilizam o adubo químico comprado em lojas na cidade, estes trabalhadores nos afirmaram que no início do cultivo a adubação precisa acontecer pelo menos 3 vezes no ano. Já os trabalhadores envolvidos na agricultura orgânica foram treinados para a produção do adubo orgânico e já vem adotando esta prática no cultivo. Trabalhadores de ambas associações relataram que levam em torno de 4 a 8 horas no trabalho de adubação.

Os indígenas por sua vez, priorizam o que chamam de *adubação natural*, ou seja, a utilização de folhas e sobras de árvores nas plantas, no entanto reforçam que já estão iniciando um trabalho com o adubo orgânico para viabilizar o aumento da produção.

Na fase adulta os guaranazeiros têm no máximo três metros de altura, possuem folhas acentuadas verdes, frutos de coloração avermelhada aglomerados em cachos compridos (Figura 22) e quando estes amadurecem exibem sementes negras com cobertura branca que lembram a textura de olhos (ALMEIDA, 2007). Os indígenas costumam sustentar as mudas de guaraná em estruturas suspensas denominadas de *jiraus*, pois conforme seus antepassados essa era a melhor forma de fazer o guaraná crescer (Figura 23).

Figura 22: Guaranazeiro



Fonte: acervo fotográfico AAFAU, 2019

Figura 23: fruto do guaraná



Fonte: Acervo fotográfico AAFAU, 2019

Figura 24: Jirau com guaranazeiro



Fonte: Acervo fotográfico Portal Filhos do Guaraná, 2011.

A *floração* do guaranazeiro ocorre entre os meses de julho e agosto e o amadurecimento dos frutos três meses depois. A *colheita* inicia quando os cachos ainda se encontram meio verdes, mas com pelo menos a metade dos frutos maduros. De acordo com

Silva et al (2018) o tempo de amadurecimento é uma das principias dificuldades da colheita e exige dos produtores uma espécie de coleta seletiva para a melhor qualidade do guaraná. Assim como o preparo da área, a colheita exige a contratação de diaristas e longas horas de trabalho, mais especificamente de 8 a 10 horas por dia.

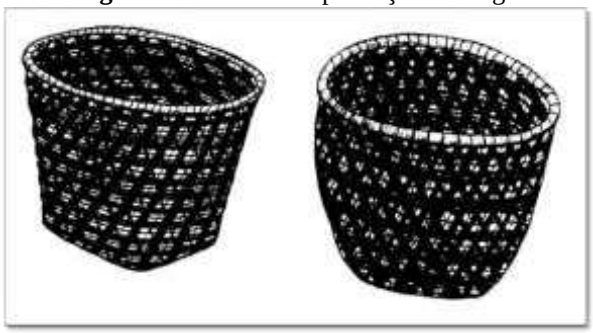
A soltura dos cachos é realizada de forma manual, a utilização de tesouras não é algo comum entre os trabalhadores entrevistados. Alguns relataram que usam uma espécie de canivete para facilitar a retirada dos cachos. Quando estes instrumentos não são utilizados, a prática se resume a quebrar os cachos com as mãos e retirá-los das árvores. Não evidenciamos também a utilização de luvas para este processo o que ocasiona o risco de cortes nas mãos dos trabalhadores. Após a retirada, as sementes precisam ser selecionadas pois "no meio dos cachos tem frutas que não tem sementes, estas são chamadas de xoxas" (Trabalhador indígena, CPSM).

Os frutos são colocados em paneiros de apanhação e lavagem (Figura 24) e transportados para os barracões, espaços equipados com os instrumentos de trabalho necessários para o processamento e beneficiamento do guaraná. No barracão, os cachos são depositados na gareira[12] (Figura 25) ou em lonas estendidas no chão, onde permanecerão por pelo menos dois dias para o processo de *fermentação* e amolecimento das cascas, o que facilita o despolpamento e a lavagem.

O processo de *despolpamento* consiste na separação entre as sementes e a polpa branca que as envolve, popularmente conhecida como *remela.* Existem três formas de fazer a despolpa, a primeira é amassando com os pés os frutos que ficam dispostos sob uma lona ou outra estrutura montada no chão. A segunda é descascando os frutos com as mãos, prática mais identificada entre os trabalhadores entrevistados. Por fim, a alternativa mais tecnológica, porém menos acessível que é a utilização de despolpadoras. Quando adquiridas, as associações se defrontam com outros problemas tal como as orientações adequadas de uso e a manutenção da máquina.

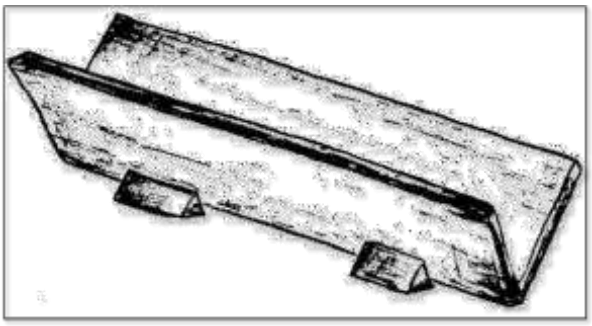
[12] Instrumento feito com casca de tronco ou sobra de canoas utilizado para o processo de fermentação do guaraná.

Figura 25: Cestos de apanhação e lavagem



Elaborado por: Marinho, 2020

Figura 26: Gareira



Elaborado por: Marinho, 2020

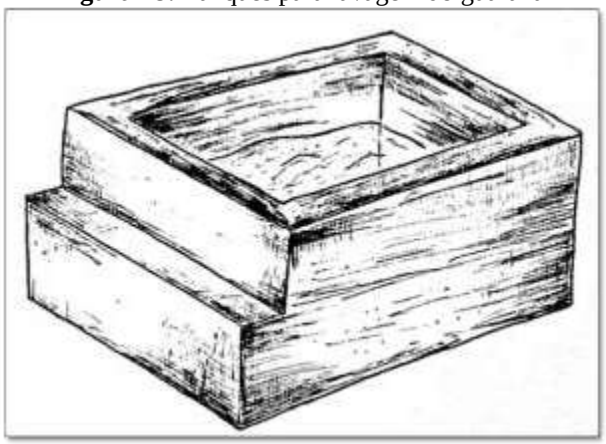
A *lavação* é um trabalho habitualmente desenvolvido pelas mulheres e consiste na limpeza do guaraná após o processo de descascação. O tempo empregado nesta atividade depende da quantidade de frutos, mas geralmente dura cerca de 1 a 3 horas de trabalho, como nos afirmou 53,84% dos entrevistados. Outros trabalhadores (20,5%) acrescentaram ainda mais tempo, afirmando que esta atividade pode durar de 7 a 10 horas para ser concluída. Com o auxílio de paneiros, a lavagem pode acontecer na beira do rio (Figura 27), prática mais utilizada pelos sujeitos da pesquisa (76,9%), ou nos tanques com água instalados nos barracões (Figura 28).

Figura 27: Lavagem do guaraná na beira do rio



Fonte: COSTA, 2017.

Figura 28: Tanques para lavagem do guaraná



Fonte: Marinho, 2020

Após a lavagem, tem início o processo de *torrefação* outra prática delegada preferencialmente às mulheres. Esta é uma fase da produção dominada por poucos e envolve

a prática de conhecimentos tradicionais[13]. A *torra* pode ser realizada no forno de ferro[14] ou de barro (Figura 29), este último é utilizado por 100% dos trabalhadores da pesquisa, pois minimiza os riscos da queima das sementes e além disso, de acordo com os trabalhadores, o tacho de ferro altera o sabor do guaraná.

A torrefação (Figura 30) consiste em mexer o guaraná com pás e rodos de madeira até que as sementes alcancem a umidade adequada para as condições de armazenamento. Em determinado momento, o guaraná precisa ser *escaldado* para equilibrar o ressecamento das sementes, estas que continuarão sendo torradas por um intervalo de 6 a 8 horas ininterruptas. A finalização ocorre quando o guaraná atinge o "ponto de estalo", indicando que a umidade das sementes está em torno de 5% a 7%, o teor exigido pelas indústrias de refrigerantes. Já para os produtores de guaraná em bastão esta umidade deve atingir de 8% a 12% para garantir o tempo de conservação do produto (TAVARES, 2005).

Figura 29: Forno de barro para torrefação



Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Figura 30: Processo de torrefação do guaraná



Fonte: Acervo da AAFAU, 2018

[13] Alguns entrevistados citaram a figura do "fornista", trabalhador ou trabalhadora que tem habilidades no processo de torrefação e que é contratado como mão de obra no período de processamento do guaraná. No entanto estes foram diálogos isolados e também não identificamos entre os entrevistados pessoas que atuassem nesta atividade em troca de remuneração.

[14] Os fornos de taxo de ferro levam em média de 2 a 3 horas para a torrefação, pois alcançam temperatura mais alta de que o tacho de barro, contudo a probabilidade de queima das sementes é maior. Os fornos de barros são produzidos de forma manual, com matéria prima da floresta por alguns trabalhadores da região.

Figura 31: Ramas de guaraná após o processo de torrefação



Fonte: Acervo da AAFAU, 2018

Após o esfriamento o guaraná é colocado em sacos de sarrapilha e pode ser enviado diretamente à comercialização ou transportado para o fumeiro (Figura 31), onde permanece por mais tempo para uma espécie de refinamento de suas propriedades. O fumeiro foi criado pelos indígenas por considerarem que a fumaça tem influência na qualidade do sabor do guaraná. Sua estrutura material é formada de madeira e no seu interior encontramos armações suspensas utilizadas para o armazenamento das ramas[15] e também dos bastões de guaraná. No chão, de terra batida, os trabalhadores (especialmente os indígenas) montam a fogueira com madeiras aromáticas selecionadas na floresta, entre estas o *muruci, moiaqué ou caraipé*.

Entre os trabalhadores entrevistados 71,8% utilizam o fumeiro (Figura 32) para conservação do guaraná. Os indígenas afirmam que o sabor do guaraná é determinado pelo tempo de conservação no fumeiro e destacam que esta é a principal diferença do seu produto, pois conservam o guaraná por um período mínimo de 3 a 4 meses, enquanto os agricultores o mantém no fumeiro pelo tempo de 2 a 3 meses.

Percebemos esta diferença no aspecto físico das sacas armazenadas na sede do Consórcio Indígena em Parintins. Na Figura 32 podemos evidenciar esta diferença, as sacas mais escuras são provenientes dos produtores Sateré, já as mais claras foram produzidas pelos agricultores que constituem o Consórcio Indígena.

[15] Expressão comumente utilizada pelos agricultores locais como referência ao guaraná torrado em sementes.

Figura 32: Fumeiro



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Figura 33: Sacas de guaraná indígenas e agricultores



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Na fase de beneficiamento a produção do *bastão* ou *pão* de guaraná é uma das mais trabalhosas e apenas alguns trabalhadores possuem conhecimentos para tal atividade, como nos afirmou Sérgio Sateré: “O bastão não é qualquer um que sabe fazer não, tem que ser mestre mesmo eu pelo menos não sei fazer. Tem que saber a quantidade certa de água, essas coisas. Tem as pessoas certas pra isso” (Pesquisa de campo, 2019).

Além de representar a forma clássica de consumo, esta forma de beneficiamento é também a melhor forma de conservação do guaraná, pois enquanto as ramas duram em torno de 2 anos, o bastão "permite aguentar o guaraná até 10 anos, 20 anos sem problema porque a fumaça é o que protege os seus princípios ativos, isso é comprovado" (OBADIAS BATISTA, 2019).

Na produção do bastão há uma "linha de produção" movida por um trabalho essencialmente manual que envolve ritos tradicionais e habilidades perceptivas para o preparo. Durante a pesquisa vivenciamos um momento enriquecedor de preparo do bastão que nos propiciou a descrição detalhada desta prática.

BOX 2
TRABALHADORES DO GUARANÁ – NATANAEl, O PILADOR



Entre as práticas presentes na *ciência do guaraná* está a *pilação*,habilidade de poucos trabalhadores, que aplicam conhecimentos tradicionais para a produção do bastão. A singularidade desta atividade começa pelo instrumento de trabalho, o pilão, é fabricado por agricultores da própria região, com madeiras especificas, pois "nem toda madeira que é apropriada para pilar o guaraná, na marreta, por exemplo, recomenda-se a utilização do Ypê" (Pesquisa de Campo, 2019).

A *pilação* se constituiu como um dos trabalhos mais pesados da produção do guaraná, por isso o pilador necessita de muita resistência física e concentração para apurar a massa. Dentre os poucos profissionais está Natanael Cardoso de Almeida, 32 anos e morador da Comunidade Brasiléia. Ele aprendeu a cultivar e pilar o guaraná aos 10 anos de idade com o pai, mas aperfeiçoou seus conhecimentos a partir da observação da prática de outros agricultores.

Expressa orgulho pelo trabalho como pilador, mesmo reconhecendo ser este um trabalho cansativo. Nos períodos de maior fluxo, Natanael chega a pilar até 10kg de guaraná por dia. Por ser um trabalho específico, o pilador atribui um valor aos seus serviços, estes giram em torno de R$4,00 a R$7,00, dependendo da quantidade de guaraná a ser pilado. A demanda do trabalho depende do fluxo da produção, entretanto, o serviço de *pilção* é constatemente requisitado durante todo ano.

O processo inicia com a separação das cascas dos grãos torrados, estes são batidos dentro de um "saco de pano" e posteriormente são selecionados de forma minuciosa. As sementes menos torradas são separadas e pesadas em uma pequena balança para conferir o peso do bastão. Posteriormente são levadas até o *pilador* (Box 2) que coloca as sementes no pilão com o auxílio da marreta ou *mão de pilão* inicia o processo de trituração do guaraná. Um tempo depois, quando o guaraná ganha a forma de pó, o pilador acrescenta água no pilão até que se forme uma massa homogênea que precisa ser batida ininterruptamente por pelo menos 15 minutos, até o ponto de dar a "liga", ou seja, a consistência necessária para a fabricação do bastão. É neste momento que o conhecimento do pilador é indispensável, pois quando a massa não está adequada acarreta muitos prejuízos.

Todavia, conforme os trabalhadores, a qualidade da massa depende também de um bom processo de torrefação.

Quando a massa é retirada do pilão, os *padeiros* (Box 3) permanecem sovando com as mãos para que, daquele material possam calcular o quantitativo de bastões que podem ser produzidos. Em seguida dividem esta massa e iniciam o processo de modelagem para posteriormente depositar os bastões em cascas de bananeira que funcionam como uma espécie de "fôrma", para dar solidez à massa.

Na cultura Sateré Mawé a modelagem dos pães é um trabalho exclusivo dos homens, algo que não percebemos entre os trabalhadores associados camponeses, uma vez que identificamos mulheres na função de *padeiras.*

O próximo passo é a lavagem dos pães, necessária para a melhor absorção da fumaça nos fumeiros. De acordo com Lorenz (1999) na produção dos indígenas a lavagem dos pães é o trabalho mais delicado do beneficiamento e conferido exclusivamente às mulheres mais velhas.

BOX 3
TRABALHADORES DO GUARANÁ – SALOMÃO, O PADEIRO



A modelagem do guaraná é uma arte, onde "[...] a mão não é apenas o órgão do trabalho, é também produto dele" (ENGELS apud ANTUNES, 2013, p.15). É nas mãos que está o "segredo" dos padeiros, nos afirma Salomão Pereira da Cruz, 53 anos, morador da Comunidade Brasiléia e *padeiro* há 30 anos. Seu conhecimento vem dos ensinamentos dos pais e especialmente dos avós.

ao afirmar que a produção do bastão tem muitos a qualidade do trabalho de um bom *padeiro* está que se não tiver consistência acaba se partindo ao uando ajeita a massa, a mão dele já sabe se o não. É algo do conhcimento mesmo" (Pesquisa de Campo, 2019). O *padeiro* também cobra pelos seus serviços e os valores estão entre R$ 3,50 a R$ 4,00 dependendo do peso do guaraná.

Por fim, os bastões são direcionados ao fumeiro para moquear com quentura elevada durante algumas horas. O tempo de permanência no fumeiro depende do tamanho do bastão, aqueles que pesam entre 100 a 250 Kg permanecem por aproximadamente 30 dias, já os bastões de ½ quilo continuam por pelo menos 60 dias até que fiquem prontos para a comercialização. Figura 34.

Figura 34: As fases da produção do bastão



(A) Separação das cascas (B) Seleção das sementes (C) Peso das sementes (D) Pilação
(E) Massa do guaraná após pilação (F) Padeiro sovando o guaraná (G) Modelagem do bastão
(H) Lavagem do bastão (I) Depósito nas cascas de bananeira (J) Bastão no fumeiro
Fonte: Pesquisa de Campo, 2019

Outro processo de beneficiamento importante é a moagem das ramas, um serviço necessário para as associações que comercializam o guaraná em pó. Poucos possuem o maquinário para a moagem do guaraná, das associações estudadas apenas o Consórcio Indígena relatou possuir a moedora. A alternativa para os trabalhadores que não tem acesso à

máquina são os serviços oferecidos pelos moedores de Maués, entre estes se destaca a Sra. Milka Antunes (Figura 34), nomeada pelos trabalhadores como a "moedora da cidade".

Em entrevista em sua residência, identificamos que além da pequena empresa de moagem, dona Milka também exerce a função de artesã e tem o guaraná como principal matéria prima de seu artesanato[16]. Dona Milka nasceu no interior de Maués e se desloucou para o município em busca de melhores condições de estudos para os filhos. Já trabalhou com vendas de tacacá, churrasco e outras guloseimas, mas o guaraná sempre esteve presente como alternativa de renda. Atualmente, aos 85 anos, suas principais fontes de renda são suas peças artesanais, o guaraná em pó e o trabalho na moeção, atividade que lhe propicia mais lucro.

Como já dissemos, a moedura do guaraná consiste na produção do guaraná em pó. Historicamente esta prática tem início em 1958 pelo empresário Cosme Ferreira Filho, primeiro a fabricar o guaraná em pó para substituir o trabalhoso processo do guaraná em bastão (HOMMA, 2014). Em Maués está técnica se expandiu por meio de projetos sociais governamentais como podemos constatar no depoimento de dona Milka:

> Veio um tempo que eu queria trabalhar em outra coisa, foi quando eu conheci o seu Darci, o Darci Michiles, ele é conhecido de todos os índios do Marau todos. Ele era um homem abençoado. Aí ele fez assim, foi para Manaus e arranjou um **negócio de micro empresa para nós pela LBA (Legião Brasileira de Assistência) era artesanato de guaraná, confecção de roupas e lavanderia.** Hoje só existe o artesanato. Aí lá a gente teve o curso eu logo me interessei porque eu tinha guaraná. Nessa época veio às máquinas da moagem, o moinho, quem se interessasse em dar aula depois ficaria com as máquinas, isto foi há uns 30 anos. Desde aí fiquei no trabalho de artesanato e moagem do guaraná, meu artesanato é todo no guaraná (PESQUISA DE CAMPO, 2018, grifo nosso).

O trabalho da moagem é essencialmente mecanizado, o que exige treinamento para o uso das máquinas. Dona Milka atua nesta atividade há mais de 30 anos e afirma: "não é todo mundo que sabe, as pessoas precisam aprender porque é elétrico. Ligou a máquina precisa prestar atenção em tudo, porque se dá problema fica difícil, principalmente a tela[17] que só vende em São Paulo aí demora a chegar" (PESQUISA DE CAMPO, 2018). No processo de moagem do guaraná as ramas são descascadas e depois colocadas no moinho (Figura 36). Posteriormente o pó é levado à balança para conferir o peso e logo depois é embalado na

[16] A arte com o guaraná descrita por Monteiro (1965) como uma iniciativa dos indígenas que criavam diversas formas a partir do enrijecimento da massa do fruto, o mesmo utilizado para fazer o bastão.
[17] O tipo de tela da máquina define a qualidade da moeção do guaraná. De acordo com o depoimento de dona Milka quanto mais fina a tela, melhor o pó. O guaraná precisa ser fino.

seladora. O valor da moeção é de R$ 3,00 por kilo, mesmo valor da descascação. Já o valor da selagem varia entre R$ 2,00 a R$ 4,00 dependendo do tamanho da embalagem.

Figura 35: Dona Milka moedora de guaraná



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Figura 36: Máquina Moedora (moinho)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Os precursores da *comercialização* do guaraná foram os indígenas Sateré Mawé e, conforme registros de historiadores e cronistas, as transações comerciais aconteciam muito antes do século XVII. De acordo com Monteiro (1965) antes de ser reconhecido no mundo europeu, os índios Maués já mantinham ativo comércio de guaraná com negociantes de outras regiões:

> Os negociantes de Cuiabá venciam todas as dificuldades impostas pela distância, a fim de adquirirem-no no local da produção, Maués. Isto prova o quanto de estimável já era o guaraná nas épocas anteriores ao ciclo da navegação a vapor da região (MONTEIRO, 1965, p. 37)

Em concordância com o autor, Obadias Batista reitera os primeiros indícios de comercialização do guaraná pelos Sateré: “os Sateré foram os primeiros que no século XVII já exportavam o guaraná para a Bolívia. Tinha comerciante que vinha remando 6 meses para chegar no território Sateré só pra comprar guaraná” (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

As primeiras rotas comerciais foram registradas em território nacional e internacional, sendo as seguintes localizações: Europa, Bolívia e Mato Grosso. Registros históricos descritos por Ferreira Pena em 1868 e publicados na obra de Lorenz (1999, p. 40) reiteram os caminhos percorridos pelos comerciantes para a compra do guaraná:

> Cada ano descem pelo Madeira mercadores da Bolívia e Mato Grosso dirigindo-se a Serpa e Vila Bela Imperatriz para onde trazem seus gêneros de exportação e donde recebem os de importação. Daí dantes de regressarem vão à Maués, donde levam mil arrobas de guaraná, regressando então em ubás, carregadas daqueles e deste último gênero, que eles vão vender nos departamentos de Beni, Santa Cruz de La Sierra e Cochabamba na Bolívia e nas povoações do Guaporé e seus afluentes.

Apesar disso, o guaraná só aparece nas estatísticas de exportação no ano de 1857 quando duas firmas, Lopes Braga & Irmãos e Manuel José Ferreira Mendonça, pagaram impostos sobre, respectivamente, 2,13 e 7,26 arrobas de guaraná à Câmara de Manaus (MONTEIRO, 1965). Nos anos seguintes ocorre uma alta na valorização do produto atribuída à qualificação de suas propriedades terapêuticas.

Tendo como base os estudos de Von Martius, Figueroa (2016) aponta outros fluxos primários de comercialização nas regiões do Rio Amazonas e Madeira, especialmente a localidade Vila Novas da Rainha, atual município de Parintins. Os relatos descritos pela autora revelam que os índios chegavam a esta localidade em pequenas embarcações, abarrotadas de farinha e pasta de guaraná, produto que comercializavam ao valor de 1$000 libras. Resenhas estatísticas escritas pelo naturalista Domingos Soares Ferreira Pena em 1869, apontam que algumas localidades da Região do Tapajós também funcionavam como rota de comércio do guaraná, “[...] de Itaituba teriam sido exportados no ano de 1867 mais de 800 quilos. Desse local o produto ia para Santarém e daí para Belém ou era comprado por mercadores de Cuiabá e Diamantino” (FIGUEROA, 2016, p. 69).

Ainda que os processos de crescimento comercial sejam evidentes, a região de Maués é reconhecida como precursora do cultivo e comercialização do guaraná, nestes termos, sua constituição histórica como município está intrinsecamente relacionada à produção deste fruto.

A origem do município de Maúes data do final século XVI, com as missões missionárias Jesuítas na Região da Mundurucânica área compreendida entre os rios Amazonas, Madeira e Tapajós. Conforme Carneiro (2012) à época foram construídas 6 aldeias missionárias na região, sendo: Maguazes (Maúes), Tupinambarana (Parintins),

Andirazes (Barreirinha), Curiatós, Abacaxis e Irurires. A missão Maguazes, estabelecida na Foz do Rio Maúes, era de responsabilidade dos jesuítas Manoel Pires e Manoel Souza.

Em 1759, Marquês de Pombal[18] decreta uma Lei Régia que interdita os missionários jesuítas e ordena o sequestro dos seus bens, o que resultou na extinção de todo o aldeamento missionário da Amazônia, incluindo a missão Maguases. Passados 10 anos, o governador D. Marcos de Noronha e Brito solicita que dois capitães retornem à região de Maués para a retomada da missão, contudo, nesta época restavam apenas dois povoados esvaziados. Tal cenário levou à captura forçada de índios Abacaxis, Mawés e Mundurucus que viviam nos arredores. Da junção deste grupo foi fundada a povoação de *Luséa*, estabelecida a dois mil metros acima da foz do Rio Maués-Açu, atual município de Maués (CARNEIRO, 2012).

Em 1803, com a extinção do diretório indígena, criado ainda no período Pombalino com a finalidade de laicização das missões, a *Luséa* converteu-se em Missão Maués. Neste período os governantes da Amazônia foram autorizados a promover a civilização das populações nativas. As ações eram essencialmente econômicas e ocorrem em um momento de intenso comércio das sementes do guaraná (ibdem).

Maués foi elevada à categoria de cidade em 04 de maio de 1896 e com o povoamento crescente dos "brancos" os indígenas são obrigados a migrar para o centro da floresta, especificamente para a Região do rio Marau onde encontravam melhores condições de pesca e caça (ALMEIDA, 2007). Sobre tal questão Lorenz (1999, p. 18) destaca que até os dias atuais, os índios Mawé preservam uma relação topofílica com o lugar, que um dia foi sua antiga aldeia "[...] um espaço impregnado de memória, apresentando sinais visíveis de sua ocupação originária, como as urnas funerárias observáveis em alguns quintais da cidade".

Como já dissermos a prosperidade do guaraná tem forte influência para o desenvolvimento do município de Maúes, não por acaso, a cidade é conhecida mundialmente como *a terra do guaraná*. Em Antropogeografia do guaraná, escrita em 1965, Mário Ypiranga Monteiro refere-se a este fruto como "o produto rei que equilibra a vida e em torno do qual gravitam as esperanças e atividades, os sonhos e todo um processo contínuo social" (p.7). O autor ainda acrescenta:

> Evidentemente toda estrutura econômica municipal repousa sobre o guaraná, e a vida social desenvolve-se á custa dos plantados grandes e pequenos de guaraná.

[18] O governo de Marquês de Pombal, também conhecido como "A era Pombalina" trouxe uma nova fase para o processo de colonização com a abolição do poder dos missionários sobre os índios e um novo direcionamento econômico para a região baseado principalmente no extrativismo (SOUZA, 2019).

> Todo indivíduo que possui um palmo de terra disponível, planta preferencialmente guaraná. Não há que me conste, sistema rotativo nessa agricultura tradicional. É guaraná e só se fala em termos de guaraná. O maueense vive em função do guaraná como o amazonense em geral à mística bisonha da borracha (p. 8)

A chegada dos "brancos", atraídos principalmente pelo crescimento do ciclo da borracha no século XIX, corrobora para a perda do monopólio dos indígenas sobre a produção do guaraná. Com a ascensão da indústria da borracha, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) passa a incentivar a prática do extrativismo junto aos Sateré Mawé. A extração do látex e outros produtos, tal como o guaraná, foram exploradas por intermediários que faziam parte do órgão e destinada a comerciantes americanos que viviam em Manaus. De acordo do Figueroa (2016) este refluxo extrativista resultou na generalização do cultivo do guaraná entre a população regional do médio Amazonas e do baixo Tapajós.

O crescimento da produção atraiu uma pluralidade de imigrantes que se instalou no município no início do século XX. Nos estudos de Costa (2017) constatamos que esta população se dedicou principalmente ao comércio e a agricultura por meio do guaraná. Entre os principais movimentos migratórios destacam-se: nordestinos, judeus, portugueses, italianos e japoneses. Os nordestinos vieram atraídos pelo apogeu da borracha. Judeus e portugueses para trabalhar no comércio. Os italianos, por sua vez, vieram por meio da igreja e foram os precursores da mecanização do guaraná, investindo em tecnologia para a produção. Por fim, os japoneses tinham como finalidade inicial se dedicar à produção do guaraná, contudo um surto de malária obrigou muitos se deslocar para Parintins onde, deram início à produção da juta (COSTA, 2017).

Neste período, a demanda pelo produto já era intensa uma vez que este já havia se tornado um importante insumo industrial para as empresas de bebidas. Em 1907, por exemplo, surge em Manaus o guaraná Andrade (Figura 37), o primeiro refrigerante de guaraná do país fabricado pela Fábrica Andrade que funcionou até os anos 70 (HOMA, 2014).

Figura 37: Rótulo do primeiro refrigerante de guaraná



Fonte: Site Instituto Durango Duarte. Data: 10/10/2019

Para Figueroa (2016), este é um período que marca o eclipsamento da origem étnica do guaraná vinculada ao Povo Sateré Mawé. Esta análise também é compreendida por Obadias Batista:

> Depois que os brancos descobriram potencialidade econômica do guaraná, o que é a planta, os seus benefícios. Depois que os botânicos descobriram o que nós já sabemos há muito tempo, a partir daí começaram a tirar as sementes para a cidade. Em Manaus, o primeiro refrigerante que foi produzido pelos Andrades, aquele refrigerante Andrade, foi o primeiro refrigerante de guaraná e posteriormente foram levando para outros Estados e daí foram produzidos em grande escala. Já a nossa produção era só bastão, a gente pilava, colocava no fumeiro e passava três meses, a forma tradicional de cultivar o guaraná (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

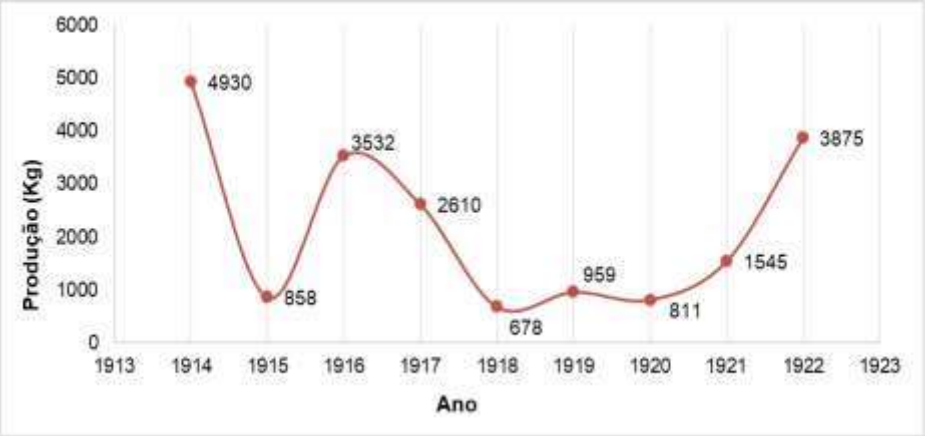
O processo histórico narrado por Obadias tem sua ampliação em 1912 quando o cultivo do guaraná foi introduzido no Estado do Acre pelo engenheiro do Ministério da Agricultura João Alberto Masô (HOMA, 2014). Mesmo assim o município mantinha-se como principal produtor do Brasil pois como nos afirma Almeida (2007, p. 29):

> Alguns empresários tentaram levar a cultura do guaraná para outras regiões [...] mas as especificidades do clima e do solo de Maués tornam o seu produto único, com um sabor diferenciado e um alto grau de cafeína. Enquanto o guaraná de Maués alcança um teor de até 6% de cafeína, o dos outros Estados não ultrapassa 2,5%.

Monteiro (1965) aponta o crescimento da produção no início do século XX, especificamente no período compreendido entre os anos 1914 a 1923. Mesmo com oscilações intermediárias, que o autor atribui a fatores alheios aos cultivadores tais como questões

climáticas, a produção apresenta aumento significativo para a época, com podemos evidenciar no Gráfico 3:

Gráfico 3: Produção do guaraná entre os anos 1914 a 1923



Fonte: Vasconcelos e Weil (2020) adaptado Monteiro (1965)

Este período é marcado pelo crescimento da demanda industrial em função da produção de refrigerantes. A força comercial é tão expressiva que muitos refrigerantes são diretamente nomeados como guaraná[19] e passa a fazer parte do cotidiano dos consumidores sob os mais diversos aspectos. De acordo com Homa (2014) a expansão da cultura do guaranazeiro no Amazonas procurava atender principalmente ao mercado interno de refrigerantes e produtos geriátricos, o que fez com que o guaraná se estabilizasse com ao menos 5 toneladas anuais. Entre 1920 e 1940 foram lançados pelos menos 10 refrigerantes de guaraná no Brasil pertencentes a diferentes empresas de bebidas como demonstrado no Quadro 5:

Quadro 5: Cronologia do lançamento de refrigerantes de guaraná no Brasil

Período	Marca
1921	Lançamento do guaraná Antarctica
1922	Lançamento do guaraná Soberano de Belém – PA
1924	A empresa Brahma lança o guaraná Genuíno
1927	Lançamento do guaraná Brahma
1940-1945	Fundação das fábricas Magistral e dos seguintes refrigerantes: Magistral, Luseia, Baré, Brasil, Líder e Tuchaua

Fonte: Weil (2019), adaptado de HOMA, 2014

[19] Nos estados da Região Norte a expressão "*vamos tomar um guaraná.* é comum quando se faz um convite para beber alguma coisa. Outro dialeto é "*paga um guaraná*", uma espécie de pedido de remuneração pela prestação de pequenos serviços.

Mesmo com a ausência de tecnologias, a produção de Maués se concentrava na produção artesanal do bastão e no aumento gradativo da produção das ramas em razão da demanda das indústrias de refrigerantes. Conforme os dados de campo, estas formas de comercialização ainda prevalecem como as principais, acrescidas do guaraná em pó que, apesar da moderada comercialização, se apresenta como um produto em potencial.

De modo geral, constatamos que o guaraná em ramas é a forma mais comum de comercialização dos trabalhadores (56,4%), o bastão é comercializado por 53,8% dos trabalhadores e apenas 17,94% vendem o guaraná em pó. Entretanto, consideramos que este percentual generalizado indica as formas de comercialização apenas de modo parcial, uma vez que a maioria dos trabalhadores comercializa pelo menos dois destes produtos. Assim, a partir da particularidade de cada entrevista criamos diferentes combinações para que os dados fossem mais tangíveis e próximos da realidade dos trabalhadores entrevistados. A Tabela 4 revela o detalhamento das formas de comercialização do guaraná pelos trabalhadores das associações estudadas:

Tabela 4: Formas de comercialização do guaraná pelos trabalhadores da pesquisa

Comercializa	Numero de respondentes	Percentual (%)
Bastão e ramas	5	12,82%
Bastão e Pó	16	41,0%
Pó e Ramas	1	2,56%
Bastão	1	2,56%
Pó	0	0,0
Ramas	15	38,46%
Bastão, pó e ramas	1	2,56%
Total	**39**	**100%**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Nos resultados apresentados reafirmamos a expressiva comercialização das ramas, reflexo da demanda industrial. Todavia, nas associações estudadas a alta produção do bastão se explica pelo seu diferencial como um produto que representa a tradição do consumo do guaraná. Além de ser requisitado por consumidores locais, nacionais e internacionais, também atende as necessidades de auto consumo dos próprios trabalhadores. Em relação à baixa produção do guaraná em pó, consideramos que tal questão se deve aos custos da moagem,

uma vez que a maioria dos trabalhadores não tem acesso aos maquinários necessários para esta forma de beneficiamento.

O processo de comercialização é considerado o mais dificultoso pelos trabalhadores, inúmeros problemas foram elencados, entre estes: a desvalorização do preço, a dificuldade de transporte, os poucos incentivos governamentais, a exploração dos intermediários e outras questões que serão trabalhadas no decorrer deste estudo.

Para Monteiro (1965) as dificuldades de comercialização do guaraná se explicam principalmente pelas condições precárias de exportação que são próprias do Estado do Amazonas. Além disso, o autor expõe com clareza a exploração do trabalho em torno da produção do guaraná:

> **Guaraná deixa lucro minguado para o pobre, e largo para os capitalistas**. Essas convicções a gente ouve da boca do pequeno agricultor que sofre diante do forno de torrefação ou no pilão, para obter a sua cota amarga de desafogo econômico, as vezes falta de mês. Mas dá pra comprar o vestido de chita ou mesmo de sêda da patroa e vestir os curumins nas festas. Não dá pra comer o ano inteiro, mas isso importa? Tem farinha, café, mingau, feijão, arroz e peixe (MONTEIRO, 1965, p. 8, grifo nosso).

Das primeiras relações de trabalho em torno da produção, o autor registra a existência de pequenas "firmas" que produziam o bastão e se mantinham em condições de trabalho precárias e até abusivas, um trabalho penoso, que envolvia não apenas o trabalhador mais toda sua família, incluindo as crianças. Da penosidade do trabalho neste ambiente, o autor traz como exemplo a situação dos *padeiros* que eram supervisionados por meio de identificação numérica fixada nos pães de guaraná, quando a massa ficava "mal ligada" este profissional perdia todo seu crédito e nunca mais seria bem visto (MONTEIRO, 1965).

Constatamos ainda o registro de uma das primeiras iniciativas de trabalho associado na produção do guaraná já na década de 40. Trata-se de uma cooperativa de trabalhadores cujo nome não é mencionado, mas a principal característica atribuída a este empreendimento era sua incapacidade em atender as demandas do mercado (ibdem). Pressupomos, a partir do contexto histórico da época, que os motivos para esta precariedade são justificados pela ausência de investimentos públicos e de assessoria adequada a estes trabalhadores para a sua organização como cooperativa. Isto se explica pelo caráter tardio das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento do trabalho associado no Brasil.

De todo modo, mesmo em meio a um cenário de precarização, o guaraná "[...] é um sonho de que ninguém deseja desapegar-se, porque na realidade do presente ele é tudo, resolve de uma maneira ou de outra a situação de penúria" (MONTEIRO, 1965, p.8). A assertiva do autor foi percebida durante toda a pesquisa de campo, pois até hoje o guaraná é a produção que gera melhor renda para os trabalhadores, mesmo sendo uma produção sazonal. Funciona como uma espécie de "caderneta de poupança" e permite melhores condições de vida como constatamos nos depoimentos:

> O guaraná é um trabalho que ajuda a gente. É dessa produção que eu compro as minhas coisas, já comprei meu barquinho e minha casa (Trabalhador camponês ASCAMPA).
>
> O guaraná traz pra gente uma renda maior, porque tem um preço mais alto no mercado que os outros cultivos (Trabalhador camponês ASCAMPA).
>
> Trabalhar com o guaraná foi a única forma que eu achei de sobreviver e melhorar de vida. Assim eu posso também dar uma educação melhor para as minhas filhas (Trabalhador Camponês AAFAU).
>
> Pode ser só uma vez por ano, mas é daí que a gente tira uma melhoria de vida (Trabalhador Camponês AAFAU).

Estes trabalhadores são herdeiros das primeiras experiências de produção, mas já integram um novo processo produtivo que, ao longo tempo, exigiu a sua ressignificação para garantia de manutenção no mercado. Um movimento de apropriação do trabalho manual em prol da expansão do desenvolvimento industrial, onde a aplicabilidade de novas tecnologias colocaria à prova a dinâmica ancestral da *ciência do guaraná.*

1.3. A PRODUÇÃO DO GUARANÁ HOJE: TRADIÇÃO E MODERNIDADE

No decorrer do século XX a alta demanda industrial cria um novo cenário na produção do guaraná. A dinâmica produtiva tradicional, baseada na autossuficiência, enfraquece progressivamente dando lugar a novas conexões metabólicas/reprodutivas resultantes do modo de controle do capital (MÉSZÁROS, 2002).

O fruto originário da Amazônia passa então a ser cultivado em novos territórios, torna-se insumo de outros mercados, ganha novos rótulos, novas embalagens, novas composições e até novos sabores. Neste contexto, cria-se também um "novo guaraná", fruto das experiências

científicas financiadas pelo capital industrial, que se tornará um divisor de águas na produção do município de Maúes.

O guaraná passa ao status de *mercadoria* apropriado por empresas, corporações e conglomerados agroindustriais que incutem ao fruto uma condição de subsistência produtiva (IANNI, 1999). Neste cenário em particular, não estamos falando especificamente da trágica "substituição do homem pela máquina", mas de uma tendência a processos de descontinuidade do que é tradicional em benefício de uma produção que atenda aos padrões de modernidade (GIDDENS, 2002).

O capitalismo se configura como uma das dimensões da modernidade, seus mercados competitivos e a mercantilização da força de trabalho são a força motora que move este sistema. No mundo moderno, a representatividade institucional do capital funda-se no industrialismo e nas relações sociais que se estabelecem em seus processos de produção (GIDDENS, 1999).

A modernidade é a tendência às *descontinuidades*, estas compõem o modo de vida moderno e imprimem uma cultura de desvencilhamento de todos os tipos tradicionais de ordem social (GIDDENS, 1999). As descontinuidades criam uma divisão entre intuições modernas e tradicionais e são legitimadas por um extremo *ritmo de mudança*, dinamizado pela rapidez de como as coisas acontecem (IBDEM).

A história da produção do guaraná é marcada por inúmeras *descontinuidades*. Hipoteticamente a primeira destas decorre da perda do monopólio dos indígenas e da descentralização territorial do cultivo. Todavia, em se tratando do contexto da modernidade assinalamos que os processos de *descontinuidade* se intensificam a partir da década de 60, com a instalação da empresa Paulista Guaraná Antártica (atual Ambev) no município de Maués.

A empresa se estabeleceu no município para fomentar a produção local do guaraná, tendo em vista que o mercado de refrigerantes crescia de forma exponencial no país. Neste período, Maués se mantinha como o principal fornecedor desta matéria prima, mesmo assim sua produção era insuficiente para atender as demandas empresariais. Na obra de Almeida (2007) identificamos o depoimento de um dos primeiros gestores do local, Sr. Orlando de Araújo, que narra com precisão as principais motivações para a instalação da empresa no município:

> Quando em entrei na empresa, em 1950, a maior fábrica era a de São Paulo. Em dez anos, houve um forte crescimento na produção de refrigerantes e portanto, demanda por matéria prima. A Antarctica comprava de Manaus a semente do guaraná torrada. Mas percebemos que era mais vantajoso trazer os princípios ativos em vez da matéria prima bruta. Em 48 horas, estava desenhada uma fábrica de extrato de guaraná para o município de Maués (...) Toda região de guaraná em Maués era uma produção em que o indivíduo tinha no meio do mato pés de guaraná esparramados, sem a ideia de um plantio conjugado. Em 1970, tendo em vista uma maior demanda por matéria prima (...) fizemos um projeto através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para plantar 200 mil pés de guaraná. A ideia era começar um plantio racional, com um engenheiro agrônomo, analise de rendimento por pé, seleção de material genético (ORLANDO DE ARAÚJO, EX-DIRETOR DA AMBEV).

A Unidade experimental da Antárctica, denominada Fazenda Santa Helena, foi construída em 1963 em uma área com 1.070 hectares, sendo 550 de reserva florestal, 459 destinado ao plantio e 61 para alojamentos e operações. Contudo, o início do plantio do guaraná só teve inicio em 1971 após diversos experimentos em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que chegou a Maués em função da guaranaicultura, como nos relatou José Ribamar, gestor local da instituição:

> A Embrapa entrou em Maués quando surgiu a parte comercial da guaranaicultura que os índios começaram a plantar. Entramos para trabalhar com o melhoramento genético da cultura e esse é um trabalho que já vai fazer 44 anos. A Embrapa adquiriu essa área em abril de 1974 e começou a trabalhar com as pesquisas, de melhoramento que permanece até hoje (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

Os fatos narrados sintetizam o processo histórico de inserção do capital industrial no município de Maúes, uma conjuntura conduzida, sobretudo pela "[...] necessidade de dominação e subordinação do capital, não apenas no interior de microcosmos particulares, mas também fora de seus limites, transcendo barreiras" (MÉSZÁROS, 2002, p.105).

A parceria entre a Embrapa e o Grupo Antarctica tinha como objetivo a realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento voltadas ao cultivo racional do guaraná. A ideia era melhorar o desempenho do guaranazeiro por meio da seleção de materiais botânicos de alta produtividade, principalmente tolerantes a pragas e doenças, um dos maiores problemas enfrentados pelos produtores (EMBRAPA, 1998).

À época, os resultados dos experimentos apontaram que, em termos produtivos, o enraizamento por estacas seria o mais recomendado. De acordo com Souza (2010) no

programa de melhoramento genético[20] da Embrapa as estacas são caracterizadas quanto ao nível de resistência, estabilidade, previsibilidade, frequência de infecção e adaptabilidade. No geral, o programa tinha como foco atender as demandas de produtividade das indústrias e, intencionalmente, uma substituição gradual do cultivo tradicional pelo cultivo clonal.

> A Embrapa entrou para fazer o trabalho de pesquisa porque já tinha guaraná, mas tinha que trabalhar o melhoramento e se não fosse a Embrapa não tinha mais nem guaraná hoje no município. **Aquele guaraná de semente, já foram todos dizimados porque uma doença atacou e então a gente vai trabalhando, selecionando matrizes com a variedade de resistência para atender a classe produtora**. Nós nunca trabalhamos dentro da área indígena, nós começamos a domesticar porque na verdade o guaraná se tornou uma cultura industrial elá era só artesanal. **Quando se tornou industrial aí a Embrapa entrou porque a demanda cresce e a produção teve que aumentar para atender as fábricas**. **Hoje a gente não conseguiu ainda atingir a produção para atender a demanda**, porque o país necessita de muito guaraná pra atender as fábricas e o derivado de outros produtos (José Ribamar, Gestor Embapa Maués, 2019, grifo nosso).

As variedades genéticas foram descobertas após um longo período de pesquisa e de testagem de inúmeras amostras. Conforme José Ribamar: "Desde que a Embrapa entrou com a produção vegetativa assexuada, conseguiu até hoje 1.036 acessos de guaraná diferentes. Apenas acesso, não variedades. A Embrapa ia a qualquer lugar que tinha guaraná" (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

De acordo com Almeida (2007), um processo de variedade genética normalmente consiste em uma reprodução assexuada de onde se tira um pedaço do galho, e se planta novamente de modo a gerar uma planta igual a anterior. Com o guaraná, este processo é diferente em razão de sua variabilidade genética. Neste caso, a planta necessita de um tratamento com hormônios para complementar o procedimento e estimular a criação das raízes.

As pesquisas da Embrapa foram fundamentais para a expansão da cultura do guaraná em outras regiões. O desenvolvimento do Projeto de melhoramento genético do guaranazeiro contava com uma rede nacional de avaliação de clones distribuída nos seguintes Estados: Amazonas, Amapá, Acre, Roraima, Rondônia, Pará, Mato Grosso e Bahia (ATROCH, 2001). Além de Maués, o caso de maior sucesso desse projeto é o Estado da Bahia que atualmente

[20] No processo de melhoramento genético, os melhoristas efetuam milhares de cruzamentos, durante anos, e avaliam todas as plantas descendentes destes cruzamentos. Posteriormente selecionam apenas aquelas com resultado de recombinação, combinam as características de cada progenitor e estes serão os futuros cultivares comerciais (EMBRAPA, 1999).

lidera a produção no Brasil. De acordo com Albuquerque e Silva (2008) os estudos revelaram que a área do sul do Estado possui uma incidência de pragas e doenças bem menor que o Amazonas, condição propícia ao cultivo. Os autores ainda destacam que:

> O conhecimento sobre as características biológicas da semente de guaraná, além de possibilitar o aumento da porcentagem da germinação de 45% para valores acima de 80% e manter as sementes viáveis por períodos muito superiores a quatro dia, acabaram com o mito de que "da Amazônia só sai semente de guaraná depois de torrada e o guaranazeiro só vive em Maués" (IBDEM, p. 874)

Estas transformações agrícolas onde se insere a produção do guaraná estão relacionadas a um contexto que transcende o cenário *local*, um modelo produtivo tendencioso proposto para a agricultura denominada *Revolução Verde.* Conforme Altieri (2012) os proponentes desse movimento propagavam a ideia de que a substituição das variedades locais pelas melhoradas seria uma condição imprescindível para o progresso e desenvolvimento. Outra importante alegação era que a integração econômica entre os sistemas agrícolas tradicionais e o sistema global propiciaria aumento da produção, da renda e da qualidade de vida dos agricultores.

Caporal e Costabeber (2000) assinalam que a intensificação tecnológica na agricultura pode parecer algo menos danoso ao meio ambiente. Contudo, tais estratégias modernização envolvem uma elevada utilização de insumos industriais que produzem efeitos perversos no contexto social, econômicos e ambiental da agricultura. Conforme os autores a revolução verde propõem a homogeneidade de um padrão agrícola dominante que não abre espaço para pensar a preservação da biodiversidade ou respeitar a diversidade cultural.

A influência dos processos tecnológicos trouxe uma série de impactos socioambientais aos sistemas agrícolas tradicionais. As mudanças propostas pela *revolução verde* atingiram sobremaneira a produção dos pequenos produtores principalmente nos aspectos ambientais, sociais e culturais. Acerca das questões ambientais, Altieri (2012) elencou uma série de impactos negativos, entre os quais: pacotes tecnológicos inacessíveis aos agricultores em razão dos custos; o aumento do uso de agrotóxicos em virtude da disseminação de híbridos e variedades melhoradas; a uniformidade causada pelo cultivo de grandes áreas com poucas variedades melhoradas; a tendência à monocultura que afeta a diversidade da dieta alimentar; substituição das sementes crioulas, o que representa uma perda da diversidade cultural.

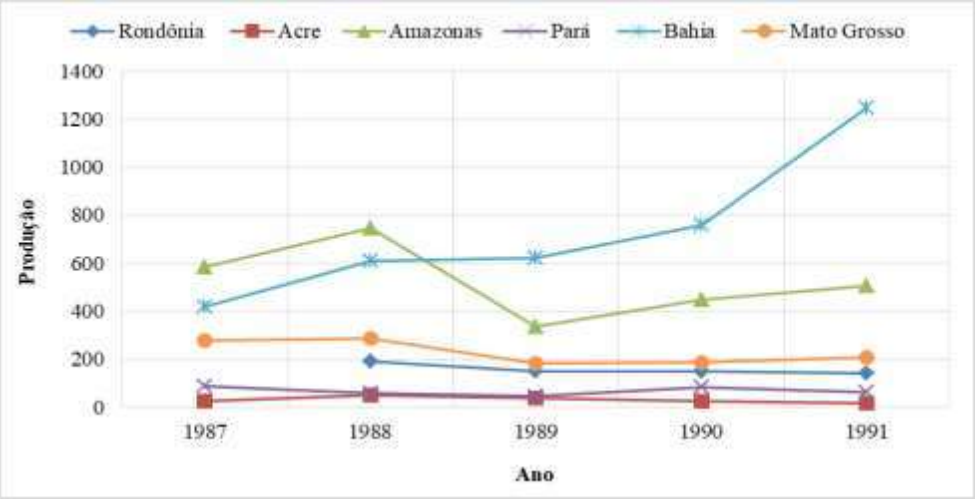
Novaes et al (2015) compreende este movimento como a *economia política do golpe verde*, que se expressa como uma ofensiva do capital na agricultura. Assim como Altieri, o autor reafirma que a revolução verde trouxe muitos prejuízos para os pequenos produtores e aponta uma série de implicações socioambientais, entre estas: a concentração de terras por grandes corporações; fusões e aquisições das sementes e agrotóxicos; a "revolução" biotecnológica baseada na produção de transgêneros; a ausência de autonomia dos pequenos produtores, que ficam cada vez mais dependentes dos bancos e do agronegócio.

Como todos os fenômenos sociais, a *revolução verde* desperta opiniões heterogêneas principalmente pela proposta alicerçada no possível desenvolvimento agrícola do país. No entanto, essa lógica produtiva deixa claro que a principal prioridade é a acumulação de capital no menor tempo possível. Assim, não há espaço para o debate acerca das questões socioambientais, especialmente daquelas que se referem a preservação da biodiversidade e os respeito à diversidade cultural (CAPORAL e COSTABEBER, 2000). No contexto da revolução verde, estas questões ganham lugar nas estratégias de *marketing*, mas não estão elencadas entre as prioridades.

No caso da produção do guaraná, a instalação de uma indústria no meio da floresta amazônica e no local de origem do fruto agregou um expressivo valor mercadológico ao refrigerante produzido pela Antarctica. Entretanto esta, sem dúvida, não era a prioridade da companhia de bebidas considerando o alto investimento em um pacote tecnológico para o aumento da produção no município.

De acordo com Costa (2017) as décadas de 70 e 80 foram marcadas pela alta produtividade da produção do guaraná em Maués, principalmente por um contexto marcado pela aprovação de leis que beneficiavam as indústrias de bebidas, tal como o decreto-lei 5.823/73, conhecido como a "Lei dos Sucos" que aumentou a demanda por guaraná. Entretanto, neste mesmo período a produção se expandia em outros Estados do país, como o Mato Grosso e a Bahia abrindo uma alta concorrência com o município de Maués que gradativamente vinha perdendo mercado. Por meio do Gráfico 4 identificamos a evolução da produção de guaraná no Brasil na transição entre as décadas de 1980 e 1990:

Gráfico 4: Produção do guaraná no Brasil entre os anos de 1987 a 1991

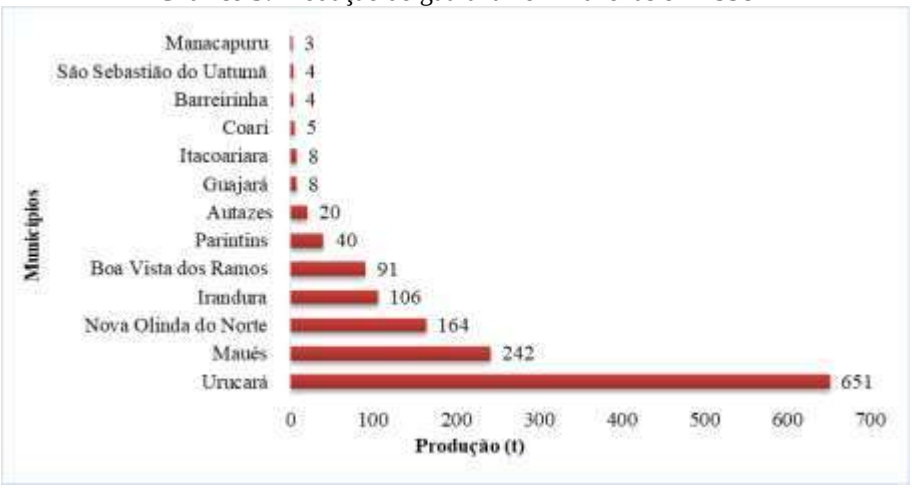


Fonte: Vasconcelos e Weil (2020), adaptado de Pinto, 1998

O gráfico ilustra a acelerada evolução da produção baiana frente à produção do Estado do Amazonas em um curto intervalo de tempo. A queda na produção, especialmente na década de 90, ocorreu em função de uma grave crise ocasionada principalmente pela propagação de doenças nas plantas e pela alta concorrência no mercado regional e local.

A expansão do mercado local contribui consideravelmente para o declínio da produção em Maués entre os anos 1990 e 2000. A dimensão desta crise pode ser evidenciada nos dados apresentados por Atroch (2001) acerca da produção de guaraná no Amazonas em 1998. As informações do autor, representadas no Gráfico 4, demonstram a expansão da produção para outros municípios do Estado, condição que cria um cenário de concorrência ainda mais desafiador para o município de em Maués:

Gráfico 5: Produção do guaraná no Amazonas em 1998



Fonte: Vasconcelos e Weil (2020), adaptado de Atroch, 2001

Tal cenário foi propício à propagação dos cultivares de variedades melhoradas do guaraná no município. Conforme Atroch (2001) mesmo tendo início na década de 70, a pesquisa de melhoramento genético do guaranazeiro só deu resultados concretos a partir de 1999 quando foram lançados os dois primeiros clones para plantio no Estado do Amazonas. Tal afirmativa foi reiterada pelo gestor da Embrapa durante a pesquisa de campo:

> Nós começamos a trabalhar com guaraná desde os anos 70, mas só lançamos os primeiros clones em 1999 e foram só dois o BRS-Maués e o BRS-Amazonas. Em 2000 nós lançamos mais 10 clones, formando assim 12 (doze) clones. Em 2011 lançamos mais 4 (quatro) e em 2012 mais 2. Para você ver, a gente só lança um material depois de 10 avaliações de produção em ambientes. É um processo muito demorado que leva entre10 a 15 anos. **Aqui em Maués nós temos 6 (seis) materiais, que são os mais resistentes à pressão das doenças que tem aqui nessa região**. Os outros 12 são plantados por aí e tudo bem, mas dentro de Maués nós temos esses que são de ponta, porque são resistentes as doenças (JOSÉ RIBAMAR, GESTOR DA EMBRAPA MAUÉS, 2018, grifo nosso).

A difusão dos clones veio acompanhada de uma série de incentivos, visando motivar a adesão dos produtores ás novas tecnologias. Conforme Tricaud et al. (2016) os bancos criaram programas de crédito específicos para a adoção das práticas de cultivo que aderissem aos pacotes tecnológicos. Os valores eram pagos ao produtor de acordo com as diferentes etapas do cultivo e deveria ser reembolsado após quatro anos de plantio, tempo necessário para o desenvolvimento da produção.

O processo de modernização da produção do guaraná foi orquestrado por um conjunto de patrocinadores e tinha o Estado como principal articulador. O poder público foi representado pela Prefeitura, Secretaria de Produção Rural (SEPROR) e pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (IDAM), estes dois últimos eram responsáveis pela distribuição das mudas, vistoria das áreas de cultivo, assistência técnica, registro de associações de trabalhadores e outras demandas.

Os atrativos agrários do guaraná clonado como, a redução do tempo de frutificação, o aumento da produtividade e resistência às doenças eram divulgados para os produtores de maneira a promover o "encantamento" dos mesmos pelas novas tecnologias. Neste cenário, as comparações com o guaraná nativo foram inevitáveis e também utilizadas como tática de adesão aos clones. Assim, as sementes nativas foram associadas ao atraso para o desenvolvimento, improdutividade e fragilidade em razão da exposição às doenças. Sobre tal questão Brush apud Altieri (2012) assevera que "muitos ainda enxergam a conservação da

diversidade de sementes crioulas como sendo uma prática que se opõe ao desenvolvimento agrícola" (p.30).

Os conhecimentos tradicionais acerca do cultivo da planta também se tornaram acessórios, aos poucos as novas técnicas vão se sobrepondo e abrindo espaço à utilização dos insumos químicos. Apesar disso, os trabalhadores fazem uma clara distinção entre o guaraná nativo e o clonado, onde o primeiro é considerado como o que é próprio da natureza, e o segundo "[...] é aquele que exige mais cuidado porque usa a química comprada na cidade" (Trabalhador camponês ASCAMPA).

Mas este cenário não foi homogêneo, logo, a hegemonia do capital sobre a produção guaraná não aconteceu sem resistência, isto porque que nem todos os agricultores foram contagiados pela "euforia modernizadora" daquele momento. Além dos agricultores locais, os indígenas foram os primeiros a assumir sua oposição às mudanças tecnológicas, principalmente por considerar que os processos de industrialização são os responsáveis por marginalizar a produção, como nos relatou Obadias Batista:

> Os Satere produziam e depois veio à industrialização, aí do bastão de guaraná eles já faziam pó e depois foram descobrindo que era melhor plantar do que ir atrás do guaraná do Sataré. Aí começaram a estudar e produzir guaraná enxertado, tudo até chegar o guaraná clonado de grande escala, porque clonado produzia em 3 anos, e se fosse em grande escala eles poderiam baixar os preços. Eles ganharam muito dinheiro com isso a Coca-Cola, a Ambev (OBADIAS BATISTA, 2018).

Entre outros motivos, as inovações tecnológicas não foram convincentes em razão da proposta de mudança do sistema agrícola tradicional adotado na região. A inserção de insumos e outras técnicas no processo produtivo não agradou a totalidade dos agricultores, como nos relatou o Sr. Pedro, associado da AAFAU:

> Muitas pessoas no Urupadi foram resistentes ao clone, primeiro porque há muitos comentários de que a estaca não tem durabilidade na terra. Também por causa do produto químico que ela traz. O hormônio que é colocado ali no pé do galho gera uma química muito forte e o pessoal, principalmente os indigenas, não compram guaraná clonado. Essa foi a resistência. Outra são as condições financeiras para seguir as técnicas que eles querem é um monte de adubo que serve para endividar o ser humano e que dá muita diferença na fruta (PESQUISA DE CAMPO, 2018)

A reação negativa aos clones também foi influenciada pela desvalorização da tradição como afirmaram alguns produtores. De acordo com Giddens (1991) as culturas tradicionais valorizam o passado e os símbolos, pois estes perpetuam a experiência de gerações. Neste

contexto a tradição expressa "[...] uma maneira de lidar com o tempo e o espaço que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes" (IBDEM, p.38).

A totalidade dos entrevistados afirmou que é importante preservar a tradição, traduzida principalmente pela transmissão geracional do conhecimento. Nestes termos, para alguns produtores, a adesão aos processos de inovação seria, nas entrelinhas, uma espécie de desonra à memoria de seus antepassados.

> A tradição tem que ser valorizada porque vem dos antigos, a gente não pode deixar acabar. Guaraná químico já tem bastante (Trabalhador camponês AAFAU)
>
> O guaraná é um produto que tem história, uma origem, tradição isso tem que ser valorizado. O mundo todo consome guaraná e traz subsistência pra gente (Trabalhador camponês ASCAMPA)
>
> Tem que preservar a tradição para não perder a cultura porque o cultivo nós já estamos perdendo para os clones (Trabalhador camponês AAFAU)

Nos estudos de Costa (2017) constatamos que pelo menos 70% dos agricultores de Maués ainda são resistentes às mudanças tecnológicas impostas pelo programa de melhoramento genético. Além disso, o autor afirma que mesmo com a expansão dos clones, o guaraná nativo ainda é o mais cultivado na região, principalmente pelos agricultores mais antigos.

Para José Ribamar, gerente da Embrapa, o processo de resistência tem suas raízes nas questões culturais e na influência de Organizações Não Governamentais (ONG´s) que, à época, repassavam aos agricultores informações que divergiam da Embrapa:

> No inicio a gente teve muita resistência. Para mim é a cultura deles, o conhecimento e ainda tinham algumas ONG´s que enchiam a cabeça de produtor, uns gringos que vinham de fora. Mas na verdade, é um trabalho de formiguinha porque a cultura do nosso povo, não é de produtor industrial, eles são da cultura artesanal. O avô dele fazia aquilo há muito tempo, passou de pai para filho. Mas hoje não dá pra trabalhar com agricultura assim, você tem que encontrar alternativa para melhorar a produção, o pós-colheita, baratear os custos, poder concorrer. Se Maués continuar com esse "sistemazinho" artesanal de torrar 20kg de guaraná em um dia enquanto tem 1 tonelada lá na estufa, em um secador solar ou algo mecanizado, o mercado vai dizer que tá acabando o guaraná em Maués (JOSÉ RIBAMAR, GESTOR DA EMBRAPA, 2017).

A inserção do guaraná clonado na região de Maués origina um antagonismo presente até os dias atuais. Expressões como *clonado, nativo, selvagem, "da terra", transgênico,*

guaraná de estaca foram muito mencionadas pelos trabalhadores para fazer a distinção entre o que chamam de "o verdadeiro guaraná", e o guaraná clonado.

Para José Ribamar na época "[...] a palavra clone soou muito pesada na região" (PESQUISA DE CAMPO, 2018) e foi interpretada de maneira equivocada pela população, uma vez que todos a entendiam como a mudança genética do guaraná, quando na verdade é uma seleção natural, afirmou o gestor da Embrapa.

Sobre esta questão, percebemos que a inquietação dos trabalhadores não se refere unicamente ao clone, mas aos insumos utilizados nesta forma de cultivo. O maior agravante desses produtos recai sobre a saúde, assim, expressões como: *química*, *agrotóxico*, *enxerto e veneno* foram verbalizadas pelos trabalhadores para ilustrar sua percepção quanto á produção do guaraná clonado. Mesmo os trabalhadores que produzem o guaraná clonado reconhecem que o uso de insumos químicos é algo impactante para o fruto e para a sua própria, por isso alguns confidenciaram que também cultivam o guaraná nativo para o consumo próprio e da família.

A maior expressão do movimento de resistência aos processos de modernização da produção do guaraná refere-se à recusa da racionalidade econômica que norteava as propostas de inovação. Nestes termos, três aspectos foram determinantes para a organização antagônica dos trabalhadores: A ameaça as questões culturais e ao cultivo tradicional; O monopólio da produção pelo grande capital, neste caso representado pela Ambev; A dificuldade de acesso às inovações em função do exacerbado valor de financiamento e do possível endividamento bancário.

Este movimento talvez não tenha sido previsto pelos representantes do capital naquele momento, obviamente porque não consideraram que na dinâmica do trabalho das populações tradicionais da Amazônia "[...] a prioridade ontológica é a subsistência e, depois, o mercado" (WITKOSKI, 2010, p.436). Mas na dinâmica do capital, estes aspectos não são considerados pois a economia, em sua razão totalitária, busca ocupar todas as esferas da vida social, da ordem ecológica e tende a capitalizar a natureza e a cultura (LEFF, 2006).

De qualquer modo, o fenômeno de modernização da produção do guaraná foi um divisor de águas para os trabalhadores e as mudanças foram sentidas sob os mais diversos aspectos. Dos trabalhadores entrevistados 92,85% acreditam que a produção do guaraná mudou e, no conteúdo dos depoimentos percebemos diferentes opiniões acerca dessas mudanças:

> Mudou **porque muitos não estão mais seguindo o padrão de antigamente**, essa é uma preocupação do consórcio indígena hoje. A gente vê que muitos querem seguir o padrão da ambev, um cultivo sem compromisso. Só entra no consorcio quem seguir o padrão de antigamente (Trabalhador Indígena, CPSM)

> Mudou na quantidade, primeiro a gente colhia pouco, agora com o maquinário mudou muita coisa, **a gente colhe muito mais** (Trabalhador camponês ASCAMPA)

> Mudou e muito. Quando eu era jovem eu ia na casa do meu avô e lá era cheio. Agora eu fiquei impressionado porque **não aparece mais guaraná como antes** (Trabalhador camponês ASCAMPA)

> Mudou na nossa aprendizagem. Hoje a gente tem uma **produção melhor devido a todos os conhecimentos** que os professores da Universidade trazem aqui pra gente (Trabalhador camponês AAFAU)

As mudanças são percebidas e vivenciadas por agricultores e indígenas, que não estão totalmente isolados da agricultura industrial, muitos inclusive se demonstram dispostos a experimentar as sementes melhoradas (ALTIERI, 2012). Reiteramos, porém que não identificamos na pesquisa, ou mesmo ouvimos falar, de indígenas que tenham adotado o cultivo de guaraná clonado. A forma de inserção desse grupo no mercado aconteceu por outras vias que serão detalhadas em outro momento do trabalho.

Das mudanças apontadas chama atenção a narrativa de alguns sujeitos da pesquisa sobre a ocorrência da diminuição do guaraná nativo em Maués quando comparado a tempos pretéritos. Dona Cota, indígena anciã Sataré Mawé relata que quando era criança seu pai plantava e colhia muito guaraná, contudo depois de um tempo percebeu uma redução na quantidade de frutos. A anciã compara este fenômeno ao ciclo da vida humana, ou seja, "assim como o homem, o guaraná nasce, dá frutos e com o passar dos anos ele vai envelhecendo e perdendo a força. O guaraná é uma planta forte, mas também envelhece" (PESQUISA DE CAMPO, 2017).

Em depoimento, o Sr. Dedeco, Presidente da Ascampa, narrou que em tempos pretéritos havia uma abundância de guaraná em Maués, contudo no decorrer dos anos, mesmo plantando ou extraindo as sementes da floresta, o guaraná foi perdendo as forças de produção. Sua explicação para este fato está no desenvolvimento da tecnologia, pois esta, mesmo promovendo resultados mais rápidos ao homem, acaba por abstrair o que é cultural:

> Uma coisa inexplicável é que esses tempos que a gente tá vivendo com a renovação da tecnologia, esse guaraná tirado do mato, plantado do jeito que a gente fazia no tempo dos meus pais, ele não traz mais pra nós muitos resultados de frutos. E aí a gente não se sabe o motivo, mas a gente acha que é a tecnologia. **Antigamente a**

> **gente concordava com tudo que a natureza oferecia, a gente vivia no tempo dela. Hoje a gente quer acelerar a natureza e assim a tecnologia vai tirando aos poucos tudo que é natural do homem** (PESQUISA DE CAMPO 2017, grifo nosso).

Ambas as percepções são relevantes, pois guardam em seu contexto os aspectos tradicionais. Entretanto, a explicação mais próxima para o fenômeno da "redução" do guaraná nativo está na inserção das inovações tecnológicas inseridas na produção. Neste cenário, o tradicional ritual de busca dos "filhos" do guaraná nativo na floresta vai sendo gradativamente substituído por uma nova rota até as lojas de produtos agropecuários, onde o guaraná ocupa o lugar nas prateleiras.

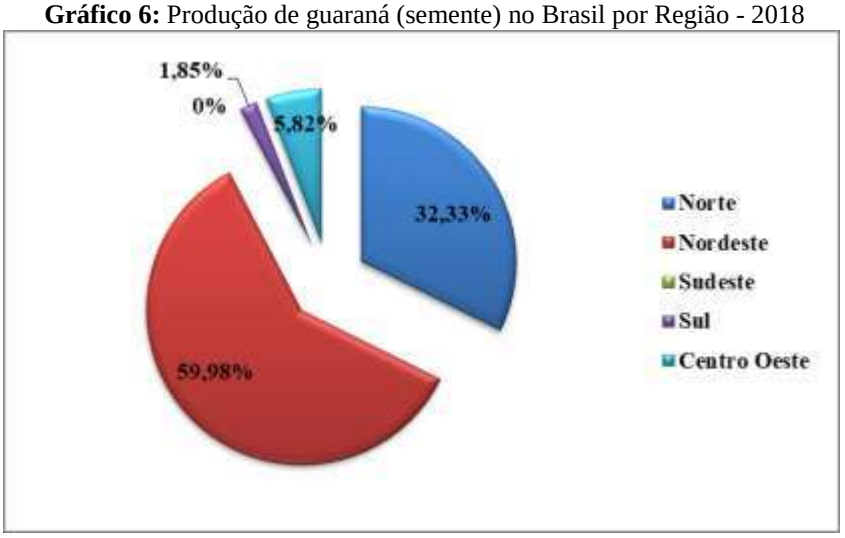
Na condição de mercadoria, o guaraná transita do trabalho artesanal, momento em que era comercializado por meio da troca de mercadorias (M-M), para um novo processo de venda onde a venda do fruto é convertida em dinheiro e com este os trabalhadores adquirem outras mercadorias necessárias as suas condições de vida material (M-D-M).

As inúmeras propriedades do guaraná propiciaram abertura no mercado da gastronomia, dos energéticos e mais recentemente no ramo de cosméticos. O relatório de informações de mercado sobre o guaraná produzido pelo SEBRAE (2005) sinaliza que a produção está distribuída entre a indústria de bebidas, que absorve 45% da produção, a indústria de extratos (27%), os medicamentos e energéticos (18%) e a exportação (10%) principalmente para países europeus.

O Brasil, que detém a exclusividade mundial da produção de guaraná[21], produziu em 2018 um total de 2.644 toneladas em semente, conforme registro do IBGE. Desde o ano 2000 a Região Nordeste lidera a produção de guaraná no país em função da alta produtividade do Estado da Bahia. Dados do IBGE do ano de 2018, ilustrados no Gráfico 4, reafirmam a liderança desta região que detém 59,98% da produção do país. A Região Norte é apontada em segundo lugar com 32,33%, seguida da Região Centro Oeste que representa 5,82% da produção de guaraná no Brasil. A região Sul detém apenas 1,85% da produção e o IBGE não registrou produção na região Sudeste no ano de 2018.

[21] Além do Brasil, o cultivo foi identificado em pequenas áreas da Amazônia Venezuelana e Amazônia peruana.

Gráfico 6: Produção de guaraná (semente) no Brasil por Região - 2018



Fonte: Weil (2020) adaptado do Sistema Sidra, IBGE, 2018

A Bahia registra a liderança na produção do país desde o ano 2000 quando ultrapassou a produção de Maués. De acordo com informações do IBGE, no ano de 2018 o Estado produziu 1.586 toneladas de guaraná, enquanto o Amazonas totalizou 733 toneladas. Na mesma pesquisa o IBGE aponta os outros Estados produtores de guaraná no Brasil do Brasil, conforme representado no Gráfico 7.

Gráfico 7: Produção de guaraná (sementes) por Estados Brasileiros-2018



Fonte: Weil (2020) adaptado do Sistema Sidra, IBGE, 2018

Dos municípios que lideram a produção no Brasil entre os anos 2014-2018[22], dois são da Bahia e um do Amazonas. Neste intervalo de tempo, todos mantiveram a produção mínima

[22] Últimos dados atualizados pelo Sistema Sidra do IBGE sobre a produção agrícola municipal no país.

de 200 toneladas por ano. O município de Ituberá foi o que mais produziu guaraná em 2018, um total de 468 toneladas de sementes. Já o município de Taperoá produziu 285 toneladas, seguido do município de Maués com 240 t, como podemos evidenciar na Tabela 5:

Tabela 5: Municípios brasileiros que lideram a produção no Brasil (2014-2018)

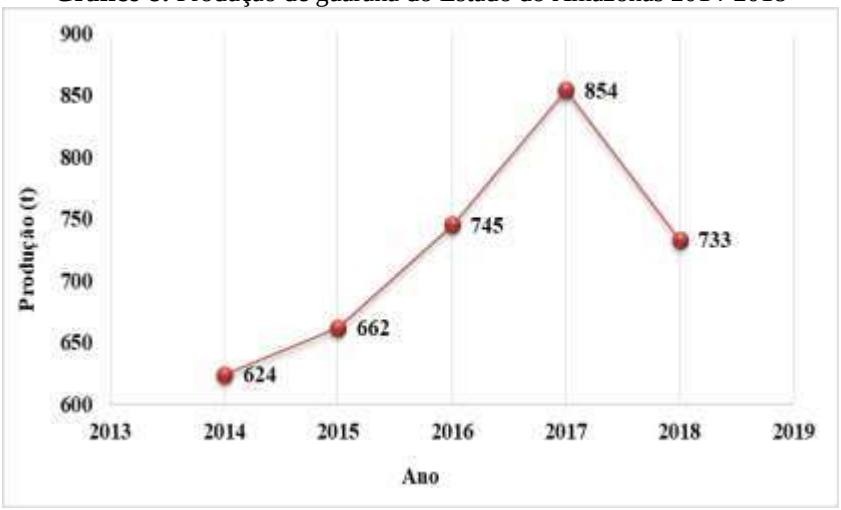
Município/Ano	2014	2015	2016	2017	2018
	Produção de guaraná (sementes) em Toneladas				
Ituberá (BA)	600	600	600	500	468
Taperoá (BA)	640	640	640	260	285
Maués (AM)	370	329	329	392	240

Fonte: Weil (2020) adaptado do Sistema Sidra, IBGE, 2018

Todos apresentaram variações na produção durante este período, contudo, destaca-se uma queda de produção, especialmente nos municípios de Maués e Ituberá. De acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (2019), a queda na produção desses municípios ocorreu em razão da redução da área destinada à colheita.

A produção do Estado do Amazonas registra variações entre anos de 2014-2018, com destaque para uma queda acentuada entre o período de 2017-2018, conforme ilustrado no Gráfico 8:

Gráfico 8: Produção de guaraná do Estado do Amazonas 2014-2018



Fonte: Weil (2020) adaptado Sistema Sidra, IBGE, 2018

Atualmente, o Estado registra a produção do guaraná em 15 dos seus 62 municípios, sendo a maioria com produtividade limitada. O município de Maués segue liderando a produção da região, mesmo com cenário de baixa produtividade e desvalorização do preço. Na Tabela 6 podemos evidenciar a produção por município no ano de 2018:

Tabela 6: Produção de guaraná por município do Estado do Amazonas - 2018

Município	Produção de sementes (t)	Percentual (%)
Maués	240	32,74
Presidente Figueiredo	204	27,83
Urucará	120	16,37
Itacoatiara	50	6,82
Coari	30	4,09
São Sebastião do Atumã	20	2,72
Apuí	16	2,18
Parintins	13	1,77
Barreirinha	8	1,09
Nova Olinda do Norte	8	1,09
Autazes	5	0,68
Boa Vista dos Ramos	5	0,68
Novo Aripuanã	5	0,68
Manacapuru	4	0,54
Codajás	3	0,40
Borba	2	0,27
Obs: Percentual calculado em relação a produção total do Estado em 2018.		

Fonte: Weil (2020) adaptado do Sistema Sidra, IBGE, 2018

Como podemos constatar os municípios de Maués, Presidente Figueiredo e Urucará estão entre os três mais produtivos no Estado do Amazonas. A produção de Urucará tem inicio no ano de 1972 por meio da instalação do Centro de Treinamento Rural de Urucará (CETRU) que tinha como finalidade a capacitação técnica dos agricultores e seus familiares. Os processos iniciais de comercialização foram mediados junto à Ambev, entretanto, quando perceberam a condição de subordinação ao monopólio da empresa, os trabalhadores resolveram se organizar em cooperativas para que pudessem garantir sua autonomia e expandir sua produção para o mercado externo. Desde 2001, grande parte da produção de Urucará integra o comércio sustentável, e vem sendo comercializada para os países da Europa por meio de cooperativas (TRICAUD et al, 2016).

O município de Presidente Figueiredo potencializou sua produção, por meio de incentivos do Projeto Expansão da Guaranaicultura – Criação do Circuito Metropolitano da Cultura do Guaraná, promovido pela Embrapa/Manaus. A expansão da produção e, mais especificamente das variedades genéticas, visa atender a alta demanda do mercado, principalmente das indústrias de refrigerantes que atuam na região. A evolução da produção em Presidente Figueiredo em um curto espaço de tempo revela a eficiência dos clones nesse

local e ao mesmo tempo desperta reflexões acerca da operacionalização do sistema agrícola adotado pelo município. No Tabela 7, evidenciamos a variação e a evolução da produção dos três principais municípios produtores de guaraná do Estado, entre os anos 2014-2018:

Tabela 7 - Municípios que lideram a produção no Amazonas (2014-2018)

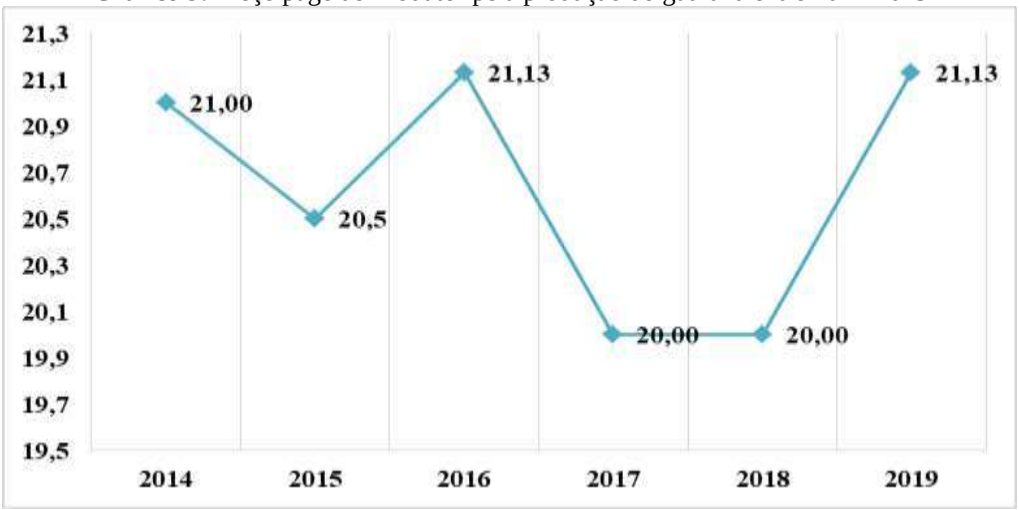
Município/Ano	2014	2015	2016	2017	2018
	Produção de guaraná (sementes) em Toneladas				
Maués	370	329	329	392	240
Presidente Figueiredo	69	97	129	204	204
Urucará	70	50	120	120	120

Fonte: Weil (2020) adaptado do Sistema Sidra, IBGE, 2018

Mesmo com a alta demanda, os processos de comercialização estão entre os maiores gargalos na produção do guaraná em Maués. Este é o momento em que se evidenciam as acentuadas relações de exploração, efetivamente percebidas na desvalorização do preço, no monopólio de valores estabelecidos pelas grandes empresas, nos entraves burocráticos para os processos de exportação e principalmente a subordinação aos atravessadores.

Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) apontam um cenário relativamente instável em relação ao preço pago aos produtores de guaraná nos últimos 6 anos, como podemos visualizar no Gráfico 9:

Gráfico 9: Preço pago ao Produtor pela produção do guaraná entre 2014-2019



Fonte: Weil eVasconcelos (2020) adapatado de Companhia Nacional de Abastecimento

Entre os agentes de comercialização citados pelos trabalhadores o atravessador foi o mais mencionado (35.89%), em sequência a empresa de bebidas (33,3%) mais

especificamente a Ambev e a Coca-Cola. As associações aparecem com um percentual de apenas 20,51%, questão que será debatida em outro momento da tese. Um total de 17,94% dos trabalhadores afirmou que vende o guaraná para o comerciante da cidade e outros 17,94% comercializam o produto em feiras.

Gráfico 10: Principais agentes de comercialização dos trabalhadores



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Os estudos de Witkoski (2010) apontam que os camponeses da Amazônia vivenciam uma economia de subsistência onde produzem ao mesmo tempo para si e para o mercado e neste processo não há a produção de excedentes. Entre os principais agentes de comercialização da região, o autor destaca o marreteiro, marreteiro da feira, o regatão, o patrão e o comprador, este último equiparado à figura do atravessador é aquele que compra os produtos gerados pelos trabalhadores e, fatidicamente, estabelece os preços dos produtos que serão comercializados.

Os trabalhadores reconhecem a exploração do trabalho nas relações estabelecidas com o atravessador. Em Maués, este agente de comercialização exerce dupla função, ora efetua a compra para suas próprias vendas, ora atua como intermediário na compra do guaraná para a Ambev. Os estudos de Costa (2017) apontam que 80% da produção do guaraná de Maués é apropriada pela Ambev e a empresa adquire esta matéria prima por meio dos atravessadores. Conforme o autor estes agentes, são comerciantes que trabalham para a Ambev, mas também possuem guaranazeiros e fazem a venda do guaraná na forma de pó e bastão.

O autor identificou na pesquisa que há uma relação de confiança entre os agricultores e o atravessador, que na verdade é mediada "[...] por um feitiche, haja vista, que estes

aumentam a sua dependência, mesmo achando que estão sendo ajudados pelo atravessador e para a empresa" (IBDEM, p.97).

Na pesquisa de campo identificamos um fenômeno distinto do que o autor evidencia, pois para os trabalhadores a figura do atravessador está associada a exploração. A venda para este agente de comercialização é sempre o último recurso, apenas quando necessitam de recursos financeiros imediatos pois, mesmo sendo pouco, o valor é pago na hora e em dinheiro. Percebemos inclusive, durante as atividades de grupo, que o trabalhador que vende a sua produção para o atravessador torna-se motivo de piada no grupo por entenderem que este é um processo de exploração.

Na realidade, quaisquer agentes de comercialização, seja no pequeno comerciante ou na "conversa fiada" do atravessador, todas estas formas de comercialização são interpretadas como exploração por 98% dos trabalhadores que não consideram justo o preço que estes agentes pagam pela produção.

Deduzimos que tal esclarecimento é fruto do envolvimento destes trabalhadores nas associações e principalmente nos projetos que são desenvolvidos em seu contexto. De forma conjunta, os trabalhadores percebem e ampliam o debate acerca da exploração e das investidas de monopólio de sua produção pelo capital.

Frente a este cenário de hegemonia, a principal estratégia foi a inserção em sistemas agrícolas sustentáveis de base agroecológica, um movimento que compreendemos como (*re) significação dos saberes* considerando um conjunto de premissas e práticas baseadas na sustentabilidade.

CAPÍTULO 2

NOVOS SENTIDOS DA TRADIÇÃO: A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL NA PRODUÇÃO DO GUARANÁ EM MAUÉS



NOVOS SENTIDOS DA TRADIÇÃO: A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL NA PRODUÇÃO DO GUARANÁ EM MAUÉS

> Esse é o sentido da melhor obra educativa: cultivar sem desenraizar, fazer crescer sem enfraquecer a identidade, promover sem invadir. (Papa Francisco, exortação apostólica Querida Amazônia, 2020).

Introdução

O tempo presente requer uma reflexão crítica aos modelos convencionais e aos pacotes de inovação acoplados à agricultura nos últimos anos. Uma realidade marcada pela acentuação da crise ambiental, pela subordinação das atividades agrárias ao mercado e a precarização do trabalho rural.

Contudo, este também é o cenário que cria oportunidades para pensar métodos alternativos baseados na Agricultura Sustentável. Estes métodos se opõem a doutrina dominante dos químicos e fundam-se no desenvolvimento de modos de produção mais naturais e com menor impacto ao ambiente (KHATOUNIAN, 2001).

Conforme Gliessman (2008) a agricultura sustentável se baseia na conservação dos recursos da agricultura tradicional local e ao mesmo tempo explora conhecimentos e métodos ecológicos modernos. Para este autor, estes fundamentos são configurados na ciência da Agroecologia, que proporciona os meios necessários para "[...] uma agricultura ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável" (IBDEM, p.56).

A Agroecologia pode ser compreendida como ciência, bem como um conjunto de práticas que fornece as bases científicas necessárias para a construção de uma agricultura sustentável (ALTIERI, 2012). A abordagem multidimensional marca o seu diferencial e ao mesmo tempo desperta inúmeros equívocos como, por exemplo, a denominação de técnica, política pública ou mesmo "produto" verde.

Em suas bases teórico-metodológicas a Agroecologia reúne uma diversidade de conhecimentos que abrangem os aspectos botânicos, biológicos, agrônomos, sociais, culturais e outros. Em seu escopo, conhecimentos tradicionais e científicos se complementam e são tratados com a mesma relevância, promovendo o que convém chamar de diálogo de saberes (LEFF, 2009).

Mais que uma contraposição aos processos de modernização da agricultura, principalmente à elevada utilização de insumos químicos, a agroecologia tornou-se um dos principais temas de luta dos trabalhadores rurais na América Latina. No Brasil, especificamente, suas práticas orientam a organização produtiva de diversos movimentos sociais, principalmente aqueles de luta pela terra, como o MST.

No contexto da Agricultura Sustentável destaca-se também a Agricultura Orgânica que tem origem na Inglaterra em 1940. O método foi criado a partir das observações do agrônomo Albert Howard sobre as práticas tradicionais dos indianos para a composição de fertilizantes naturais. Anos depois, a alta demanda do mercado por produtos orgânicos mobilizou os trabalhadores para a criação de uma organização que tinha como finalidade a regulamentação desta produção.

Mesmo guardando algumas semelhanças, agroecologia e agricultura orgânica não são análogas. Isto porque, como já afirmamos, a primeira caracteriza-se como uma ciência, já a segunda é uma prática agrícola (ASSIS e ROMEIRO, 2002). Além disso, diversos estudos indicam contradições na agricultura orgânica em virtude de uma acentuada tendência mercadológica que acompanha sua dinâmica produtiva.

No Brasil, agroecologia e agricultura orgânica converteram-se em políticas publicas e, pelo menos nesse campo, foram pensadas de forma articulada e indissociada. O debate ganha espaço na agenda pública brasileira a partir dos anos 90, no entanto as primeiras ações priorizaram a regulamentação da agricultura orgânica no país, efetivada no ano de 2003. A Agroecologia, por sua vez, ganha status de política pública apenas no ano de 2012, com a instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

Na Amazônia, a institucionalização das práticas de agroecologia e produção orgânica fazem parte de um cenário recente e ainda estão em processo de desenvolvimento. Um exemplo disso é a aprovação recente da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica[23] instituída no ano de 2018, resultante principalmente das articulações da sociedade civil. No entanto, a implementação da política é um aspecto complementar que, de certa forma, potencializa as diversas ações já desenvolvidas para o desenvolvimento da Agroecologia e da produção orgânica no Estado do Amazonas.

Em Maués, as práticas de agroecologia e produção orgânica vêm sendo aplicadas na produção do guaraná há alguns anos e além de se apresentarem como uma expressão da

[23] Lei N. 4581 de 11 de abril de 2018.

resistência aos processos de modernização, evidenciam uma produção em potencial que vem ampliando os espaços de comercialização do guaraná e também de outros produtos da agricultura familiar.

O presente capítulo tem por finalidade apresentar a trajetória e os contextos da agroecologia e da agricultura orgânica na produção do guaraná em Maués. Para tal, iniciaremos a partir de uma exposição sobre as particularidades do paradigma agroecológico esboçando seu desenvolvimento em diferentes cenários. Posteriormente trataremos as questões que se referem à agricultura orgânica, especialmente os aspectos que a regulamentam. Por fim, discutiremos a dinâmica da agroecologia e da produção orgânica na produção do guaraná em Maués, destacando os processos históricos, as conquistas e desafios postos aos trabalhadores neste cenário.

2.1 O PARADIGMA AGROECOLÓGICO: (RE)SIGNIFICAÇÃO DOS SABERES

A compreensão sobre o paradigma agroecológico precede uma discussão acerca da trajetória histórica dos processos produtivos da Agricultura. As atividades agrícolas são milenares e estão presentes no surgimento das civilizações por meio dos diferentes métodos e práticas transmitidas entre gerações que prevalecem até os dias atuais.

No contexto econômico é a atividade em que a produção está inteiramente condicionada aos processos ecológicos, logo, é impulsionada pela dinâmica ambiental. Mas o surgimento da agricultura está condicionado à ação teleológica do homem, concretizada por meio do conhecimento obtido na relação que este estabelece com a natureza. No bojo deste processo, o trabalho se diversifica e se aperfeiçoa de geração em geração criando cada vez mais atividades (ENGELS, 2013).

Conforme Assis e Romeiro (2002) em seu processo histórico a agricultura foi objeto de diversas observações em função da melhoria de práticas agrícolas que pudessem diminuir as restrições ambientais e a necessidade de trabalho. Os autores destacam diferentes momentos que evidenciam as transformações na agricultura, marcados pela introdução de novas técnicas e a adesão a insumos químicos.

O marco inicial dessas mudanças ocorre entre os séculos XI e XIII quando a agricultura passa de itinerante para permanente e adota o chamado sistema trienal. Este sistema considerava que após alguns anos de cultivo as terras precisavam de descanso, desta

forma era aplicada a técnica de pousio, muito eficiente para a estabilidade do solo. Este período é denominado pelos autores como a *Primeira Revolução Agrícola.*

A *Segunda Revolução Agrícola* aconteceu entre os séculos XVIII e XIX e foi marcada pela utilização da adubação orgânica para a fertilização da terra. Conforme os autores estes fertilizantes eram produzidos com excrementos de animais e resultavam em expressivos ganhos de produtividade. Até este período os processos de inovação na agricultura tinham como base "[...] a integração entre atividades de produção vegetal e animal, que respeitavam o meio ambiente ao procurarem superar as limitações ecológicas a partir das próprias leis da natureza" (ASSIS E ROMEIRO,2002, p.69)

Entretanto, ao final do século XIX o químico Justus Von Liebig descobriu que os rendimentos dos cultivos agrícolas eram proporcionais à quantidade de nutrientes minerais fornecidos às plantas. Em outras palavras: "num terreno cansado, poucos quilos de adubos químicos podiam fazer aquilo que o pousio levaria anos para conseguir" (Khatounian, 2001).

Este fenômeno culmina com o desenvolvimento do capitalismo e especificamente com o crescimento das indústrias químicas. Um momento transitório para Agricultura, que antes integrava os processos de *mediações de primeira ordem*, onde os indivíduos reproduzem racionalmente sua existência no intercâmbio com a natureza, e passa então a um processo de adequação às *mediações de segunda ordem* ancoradas na subordinação e dominação do capital (MESZÁROS, 2002).

Deste período em diante os impactos ambientais são danosos e a agricultura vive um momento de crise ambiental. Os recursos naturais passam a ser subordinados aos padrões de produtividade impostos pelo capitalismo. As técnicas agrícolas consideradas "modernas" são mecanismos de lucro mesmo que os danos ambientais sejam expressivos e irreversíveis (GUHUR, 2015).

Khatounian (2001) aponta que este cenário fica mais agravante com o aumento das pragas, doenças e plantas invasoras uma vez que este fenômeno amplia a demanda de insumos químicos na agricultura. Além dos fertilizantes e adubos químicos, vieram os inseticidas, utilizados no combate às pragas. Posteriormente, surgiram os fungicidas para o controle de doenças vegetais e depois os herbicidas para as espécies mais resistentes. Este "pacote tóxico" certificou o processo de modernização agrícola e ao mesmo tempo consolidou a dependência da agricultura à indústria química.

De acordo com Assis e Romeiro (2002) este processo se potencializou no contexto da *Revolução Verde* quando se buscava resolver o problema da fome mundial. Já ressaltamos os impactos deste período para a Agricultura, entretanto, é necessário acrescentar que a combinação entre monocultura, insumos químicos e cultivos transgênicos, proposta por este movimento, foi nociva para a produção de alimentos.

Para Gliessman (2008) essa "tríade" ao mesmo tempo em que representou o impulso à produção de alimentos também minou suas bases à medida que degradou os elementos naturais necessários à agricultura, tais como o solo, as reservas de água e a diversidade genética natural.

O autor denomina este movimento como *agricultura convencional* cujo fundamento é a maximização da produção e do lucro, onde "[...] a produção de alimentos é tratada como um processo industrial no qual as plantas assumem um papel de fábricas em miniatura" (IBDEM, p.36). Neste contexto, assevera o autor, a produção aumenta com a utilização dos insumos, que danifica o solo, considerado apenas como o meio no qual suas raízes ficam ancoradas.

Box 4

Agrotóxicos, um debate imprescindível.

A palavra "Agrotóxico" aparece pela primeira vez no Brasil no livro *Pragas, praguicidas e a crise ambiental* do Professor Titular da Escola Superior de Agricultura da USP, Adilson D. Paschoal, um dos precursores da Agroecologia no país. A obra foi lançada pela primeira vez em 1979 e reeditada em 2019 com o nome: *Pragas, agrotóxicos e a crise ambiente*. Em entrevista ao site Globo Rural, ocorrida em 22 de Junho de 2018, o professor afirma que a palavra foi criada a partir da associação com os tóxicos pesticidas, praguicidas e defensivos. A intenção era um alerta a população sobre os perigos da utilização destes produtos, pois ao contrário do que propagavam, estes são *tóxicos* e não *defensivos.*

Antes de serem adotados pela agricultura os agrotóxicos foram utilizados nas grandes guerras como armas químicas. Seu uso intensivo surge principalmente no combate as pragas e doenças que acometem as plantações. Por outro lado, sua utilização causa impactos noviços, e muitas vezes irreversíveis, ao ambiente e principalmente à saúde humana. De acordo com Londres (2011) o uso massivo de agrotóxicos está contaminando os alimentos, as águas e o ar. Além disso, a exposição de trabalhadores e moradores a estes produtos vem causando uma série de problemas de saúde pública.

O Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas e Agrotóxicos (2018) aponta que em entre 2007 a 2014 o Brasil apresentou um aumento equivalente a 149,14% no aumento da comercialização de agrotóxicos. O mesmo relatório indica que entre 2007 a 2015 a ANVISA registrou um aumento de 139% de notificações relacionas a intoxicações por agrotóxicos.

O Brasil ocupa o primeiro lugar entre os países que mais consome agrotóxicos no mundo, segundo dados do Relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (2013). Tal cenário é resultante dos incentivos fiscais e do afrouxamento das leis e negociações politicas mediadas pela chamada Bancada Ruralista. No ano de 2019 o Projeto de Lei 6299/02, conhecido popularmente como a "PL do veneno", atualizou a Lei de agrotóxicos no país e neste mesmo ano foram publicados 197 novos registros dos químicos, entre estes, 26% não são permitidos na União Europeia.

Todavia, mesmo alcançando proporções globais, as práticas da *agricultura convencional* já vinham sendo percebidas e debatidas por movimentos que questionavam os

impactos ambientais causados por estas práticas agrícolas. No entanto, estas questões só foram repercutidas quando a agricultura convencional entrou para o debate das Conferências da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Os documentos apresentados nas conferências revelam "[...] que a agricultura se tornara a principal fonte difusa de poluição no planeta, afetando desde a camada de ozônio até os pinguins na Antártida" (KHATOUNIAN, 2001, p.23).

A evidência dos prejuízos causados pelo processo de modernização na agricultura, coloca em cena um conjunto de práticas alternativas que propunham uma produção agrícola sustentável, menos agressiva ao ambiente e que valorize os sistemas de produção tradicionais desenvolvidos pelas populações locais.

Além desses fundamentos a Agricultura Sustentável requer: a minimização de efeitos negativos aos ambiente; a recusa às substâncias tóxicas na atmosfera e na água; a preservação e recomposição da fertilidade; o uso racional da água, a dependência de recursos de dentro dos agroecossistemas[24]; a valorização e conservação da diversidade biológica e a garantia da igualdade de acesso a práticas; conhecimentos e tecnologias agrícolas (GLIESSMAN 2008).

Os modelos alternativos de agricultura sustentável são identificados muito antes da década de 60 (Quadro 6), quando despontam como contraposição a utilização de produtos químicos na agricultura. De acordo com Khatounian (2001) estes movimentos começaram a se organizar entre as décadas de 1920 e 1940 e ainda que atuassem sob diferentes doutrinas e denominações tinham em comum o repúdio à utilização das químicas na agricultura.

Quadro 6: Movimentos de agricultura sustentável (escolas de agricultura ecológica)

Modelo	Local de origem	Precursores	Bases teórico-metodológicas
Biodinâmica (1924)	Alemanha	Rudolf Steiner	Preconizava a moderna abordagem sistêmica, entendendo a propriedade como um organismo e a presença de bovinos como equilíbrio do sistema.
Orgânica (1940)	Inglaterra	Albert Howard	Utilização de fertilizantes naturais, baseados na cultura indiana e preparados a base de esterco e material vegetal denominado *composto*
Natural (1930-1940)	Japão	Mokiti Okada	Baseado no Zen-Budismo preconiza a minimização de alterações no funcionamento natural dos ecossistemas. Aprimoramento de técnicas da produção orgânica.
Biológica (1960)	França	Claude Aubert	Abordagem técnica baseada em um relacionamento mais equilibrado com o meio ambiente e melhor qualidade dos produtos colhidos.
			Adesão e aperfeiçoamento dos modelos da

[24] Os agroecossistemas são locais de produção agrícola compreendido como um ecossistema. Uma estrutura que permite a analise dos conjuntos complexos da produção e as interconexões entre as partes que as compõem (GLIESSMAN, 2008).

Alternativa (1970)	Estados Unidos	John Pesek	Biodinâmica e Orgânica e resistência aos agroquímicos.
Agroecológica (1970)	América Latina	Miguel Altieri	Foco na preservação ambiental, valorização dos sistemas e saberes locais e promoção socioeconômica dos pequenos agricultores.
Permacultura (1970)	Austrália	Bill Mollison	Criação de agroecossitemas sustentáveis com base na simulação de ecossistemas naturais por meio da priorização da cultura perene.
Orgânica Coletivo (1972)	Inglaterra	Movimento de trabalhadores	Movimento de regulamentação da produção orgânica no mercado. Criação do "selo" orgânico.

Fonte: Weill (2020) adaptado de Khatounian (2001)

Entre as alternativas destacadas pelo autor identificamos na Agroecologia o modelo de Agricultura Sustentável que mais se aproxima da realidade deste estudo. É evidente que a agricultura orgânica também será explanada, contudo a abordagem teórica e metodológica proposta pela agroecologia enriquecem nossas reflexões considerando sua ênfase nos aspectos sociopolíticos.

Na definição de Altieri (2012) a Agroecologia é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas que fornece as bases científicas, metodológicas e técnicas para uma agricultura sustentável. Em complemento a definição do autor, Caporal e Costabeber (2002) referem-se ao *paradigma agroecológico*[25] compreendido como "[...] um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencional para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis" (IBDEM, p.71).

O Agroecologia nasce do encontro de duas importantes ciências, a ecologia e a agronomia, em um momento que os ecologistas passaram a aplicar seus conhecimentos na agricultura estudando temas como: populações e comunidades, influência das abordagens sistêmicas e consciência ambiental. De acordo com Gleissman (2008) a Agroecologia se constituiu à medida que os ecologistas legitimaram os sistemas agrícolas como campos de estudo e os agrônomos passaram a perceber a importância da perspectiva ecológica para a agricultura. Esta simbiose teve como uma das principais influências a valorização dos sistemas tradicionais de cultivo existentes nos países em desenvolvimento.

Para Gleissman (2008) os sistemas agrícolas tradicionais são marcados pelas experiências de gerações passadas e muitos destes, além de serem autossuficientes, atendem as demandas por alimentos em nível regional e nacional. Nestes sistemas, o aumento da

[25] Os *paradigmas* se constituem como realizações científicas reconhecidas de forma universal que fornecem problemas e soluções para uma comunidade de praticantes de uma ciência (Khun, 1998)

produtividade e o lucro estão condicionados à dinâmica da sustentabilidade ambiental, priorizando, sobretudo o respeito aos ciclos da natureza.

Outra questão importante é que na Agroecologia estes sistemas são estudados em suas múltiplas dimensões e as variáveis sociais exercem um papel fundamental para conhecer a dinâmica sociopolítica e a matriz sociocultural que fundamenta a identidade e a rede relações social das populações tradicionais e seus agroecossistemas (GUZMAN, 2002).

Tal experiência provoca um encontro com a diversidade e promove a relação horizontal entre os saberes e a valorização do conhecimento das comunidades locais acerca do sistema ambiental. Altieri (2004) assevera que "o conhecimento local dos agricultores sobre o ambiente, plantas, solos e processos ecológicos possui uma grande importância para o paradigma agroecológico" (p.41).

Neste contexto, "[...] os saberes agroecológicos são uma constelação de conhecimentos, técnicas e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e cada população" (LEFF, 2002, p.37). No paradigma agroecológico há uma espécie de pacto entre ciência e tradição mediado por meio do *diálogo dos saberes*, um movimento onde não há espaço para a hierarquização.

De acordo com Leff (2009) o *diálogo dos saberes* ocorre nas relações estabelecidas entre seres diferenciados pela diversidade cultural e deste encontro resulta o *saber social*. Na dinâmica do saber social o desenvolvimento dos agroecossistemas só é possível por meio da articulação entre conhecimentos ecológicos, antropológicos, econômicos e sociais. Estas novas significações sociais dão sentido ao que o autor denomina de *saber ambiental.*

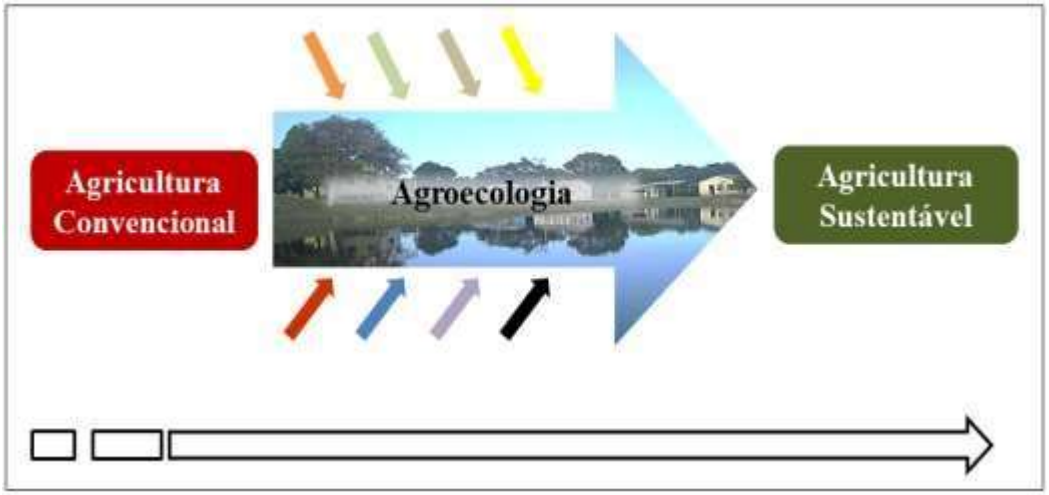
> O saber ambiental se inscreve nas formações ideológicas do ambientalismo e nas práticas discursivas do desenvolvimento sustentável, incorporando novos princípios e valores de: diversidade cultural, de sustentabilidade ecológica, de equidade social e de solidariedade trasngeracional (LEFF, 2006, p.280)

Na dinâmica do *saber ambiental* estão ancorados os elementos teórico-metodológicos da Agroecologia e os fundamentos necessários para a *transição agroecológica* (Figura 33). Neste processo os agroecossistemas tornam-se unidades de análise da Agroecologia e são estudados sob a perspectiva ecológica. A proposta é que sejam criadas as bases cientificas para um processo de transição da agricultura convencional para a agricultura sustentável (CAPORAL e COSTABEBER, 2002).

Para Gliessman (2008) “as práticas tradicionais não podem ser transplantadas diretamente para as regiões onde a agricultura já foi “modernizada” nem pode a agricultura convencional ser convertida para se encaixar no molde tradicional” (p.572). Este autor assevera a riqueza de conhecimentos dos sistemas agrícolas tradicionais e reafirma que estes devem ser compreendidos em todos os seus níveos de organização.

De acordo com Caporal e Costabeber (2002) como a Agroecologia reúne diversos campos de conhecimento (representados nas setas coloridas da Figura 33), a transição agroecológica se efetiva por meio da conexão entre os diferentes saberes e as trocas de experiências partilhadas em conjunto com as populações tradicionais. Neste caso, quanto mais se expandem novos conhecimentos (representados na seta maior da Figura 33), maiores serão as possibilidades da criação de estratégias que orientem os processos para uma agricultura sustentável.

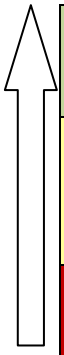
Figura 38: Ilustração Gráfica transição Agroecológica



Fonte: Weil (2019) adaptado de Caporal e Costabeber, 2002

É importante ressaltar que estes não são processos simples e exigem das populações tradicionais dedicação e adaptação, uma vez que este sistema envolve uma nova lógica produtiva e principalmente um sistema de mercado diferenciado. Nestes termos, Gliessman (2008) assevera que a transição agroecológica para agroecossistemas sustentáveis obedece três níveis fundamentais, conforme a Figura 39:

Figura 39: Níveis fundamentais de transição agroecológica



Nível 3	Redesenho dos agroecossistemas de forma que ele funcione baseado em um novo conjunto de processos ecológicos	**Meta:** Desenho geral do sistema elimina as causas fundamentais de muitos problemas que ainda existem nos npivesi 1 e 2.
Nível 2	Substituição de insumos e práticas convencionais por práticas alternativas	**Meta:** Substituição dos produtos e práticas baseadas no uso intensivo de recursos e degradadores do ambiente por outros mais benignos.
Nível 1	Aumento da eficiência de práticas convencionais a fim de reduzir o uso e o consumo de insumos escassos, caros ou ambientalmente danosos.	**Meta:** utilização de insumos de forma mais eficiente, fazendo com que uma menor quantidade se torne necessária, e reduzindo os impactos negativos de sua utilização.

Fonte: Weill (2019) adaptado de GLIESSMAN, 2008

No contexto do agravamento da questão ambiental, a Agroecologia surge como uma importante proposta para a Agricultura sustentável, por isso, em pouco tempo, a dinâmica de suas bases científicas amplia seus campos de atuação para o contexto das lutas sociais. O paradigma agroecológico passa a integrar as pautas de reivindicações de movimentos sociais populares envolvidos nas lutas ambientais e principalmente nas questões agrárias.

De acordo com Leff (2002) a Agreocologia incorporou a luta de movimentos em defesa dos recursos naturais e da autonomia da gestão territorial, especialmente das questões relacionadas à terra. Para o autor, em contexto mais amplo, estes movimentos orientam a defesa da transformação do Estado e da ordem econômica dominante visando garantir a democracia e a autonomia das populações tradicionais.

Na América Latina as primeiras iniciativas agroecológicas surgem entre os anos 1970 e 1980 e foram inicialmente mobilizadas por Organizações eclesiais, Organizações não Governamentais, sindicatos e outras representatividades. Monteiro e Londres (2017) destacam que algumas ações desenvolvidas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)[26] anteviam as articulações ao movimento agroecológico uma vez que, desde a década de 60 a instituição fomentava a adoção de técnicas agrícolas e ações coletivas tais como: a adubação orgânica, praticas de conservação do solo, valorização das plantas medicinais, processos coletivos de ajuda mútua para a gestão dos recursos e outros

[26] As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são organismos da Igreja Católica formados por grupos em torno de uma paróquia ou comunidade constituídos por diversas representatividades. As CEBs organizavam suas ações por meio do método *ver, julgar e agir* a partir do cotidiano das famílias. Por meio dos debates articulava dimensões relacionadas ao enfrentamento do modelo hegemônico de desenvolvimento rural (MONTEIRO e LONDRES, 2017).

Conforme Abreu e Bellon (2014) o papel de instituições como as CEBs era auxiliar os produtores rurais marginalizados pelo fenômeno da Revolução Verde. A crítica a este modelo e a difusão de alternativas sustentáveis, influenciadas pelo cenário mundial, potencializaram a criação de diversos movimentos sociais e a construção de projetos junto às comunidades rurais de diversos países do território Latino Americano.

No Brasil, a Agroecologia emerge do debate sobre as agriculturas alternativas na década de 80, após um extenso período de incentivo à modernização da agricultura capitaneada pelo governo ditatorial. Conforme Monteiro e Londres (2017) no período em questão o Estado implementou um pacote de incentivos que contemplava políticas de crédito e outros benefícios. Por outro lado, concentrou a estrutura fundiária provocando a expulsão dos camponeses de suas terras e uma migração forçada dessas populações para os grandes centros urbanos.

Entretanto, durante o processo de democratização do país, o paradigma agroecológico encontrou um terreno fértil para o seu desenvolvimento, principalmente em função do fortalecimento do debate sobre as agriculturas alternativas e pela ampliação dos processos de participação popular assegurados pela Constituição.

Para Caporal a Petersen (2012) o marco das políticas de enfrentamento aos impactos da modernização da agricultura, foi a proibição dos venenos arganoclorados e posteriormente a aprovação da lei de agrotóxicos na década de 80. Os autores ainda ressaltam que, o alinhamento do movimento camponês e da agricultura familiar à Agroecologia configura-se como um importante campo social para as mudanças estruturais no mundo rural brasileiro.

A relação intrínseca com os movimentos sociais assinala a identidade da Agroecologia no Brasil. É no contexto destes grupos que são articuladas as ações embrionárias do paradigma agroecológico brasileiro, inicialmente debatido como tema transversal no conjunto de alternativas para a agricultura sustentável no país. Uma rede de atores sociais, em sua maioria representante da sociedade civil, foram os principais articuladores do movimento agroecológico e protagonistas de uma construção coletiva de propostas e ações que viabilizaram a implementação da agroecologia no território brasileiro.

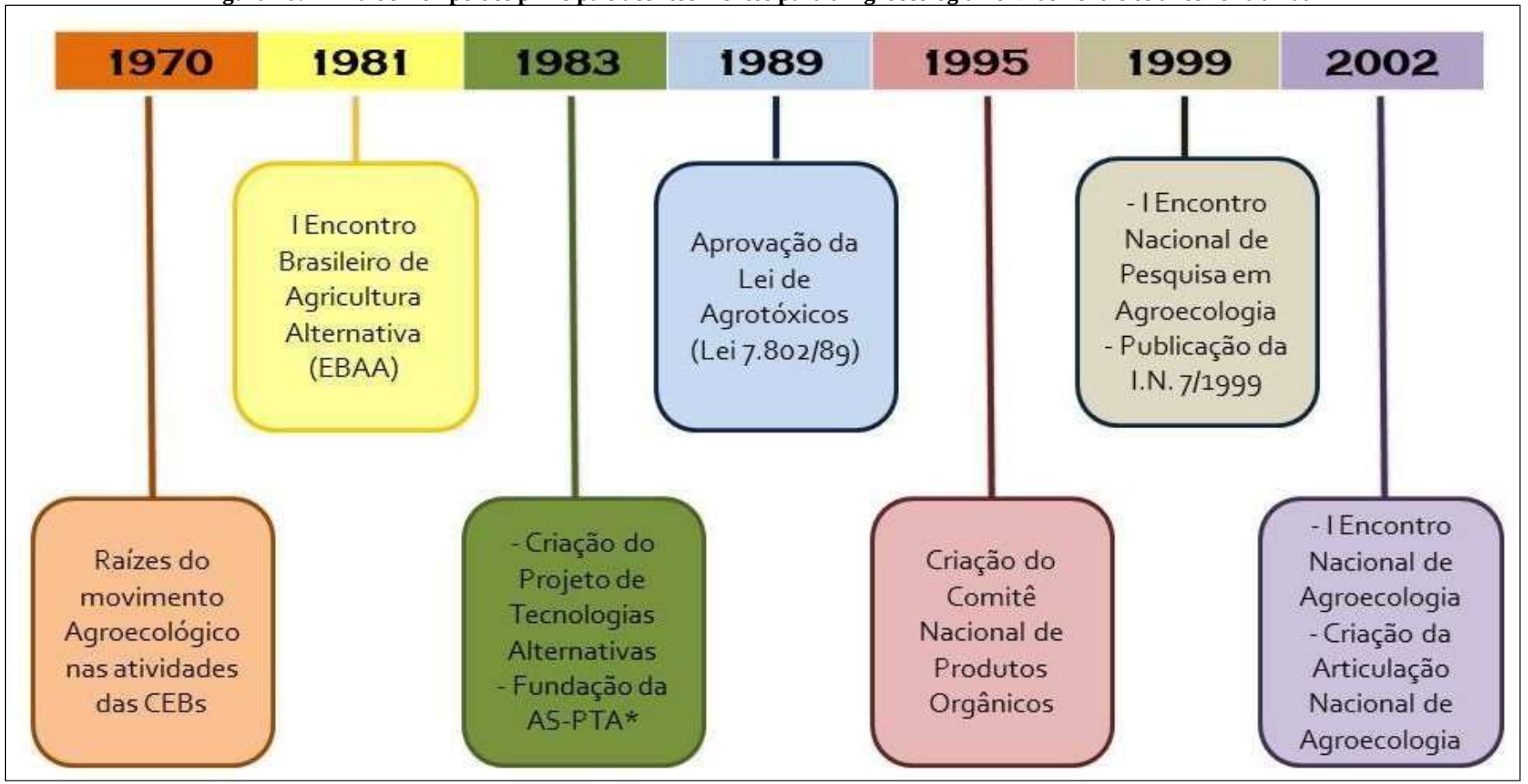
Diversas literaturas destacam que o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), desenvolvido em 1983 foi o marco para a ampliação do debate sobre a Agricultura Sustentável no país. O projeto tinha como foco a divulgação de experiências bem-sucedidas de processos agrários alternativos à Revolução Verde. Desde então inúmeros eventos foram

realizados e seus desfechos delinearam as representatividades do movimento agroecológico no país.

Ainda assim, Sambuichi et al. (2017) afirmam que as ações embrionárias dos movimentos de agricultura alternativa a agroecologia, desenvolvidas nas décadas de 80 e 90 tiveram pouca influência nas decisões do Estado brasileiro. Conforme os autores, as poucas conquistas são resultantes das pressões geradas pelas conferências internacionais da ONU e das políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar implementadas na década de 1990.

De qualquer forma, é possível perceber que a dinâmica deste primeiro momento foi orientada para a fundamentação da tessitura sociopolítica, que futuramente consolidaria o movimento agroecológico no Brasil. Na Figura 40 ilustramos uma linha do tempo com os principais acontecimentos para a Agroecologia entre os anos 70 ao início dos anos 2000.

Figura 40: Linha do Tempo dos principais acontecimentos para a Agroecologia no Brasil entre os anos 1970 a 2002



Fonte: Weil (2020) adaptado de Moura (2017), Monteiro e Londres (2017)

Na linha do tempo é possível perceber o processo de institucionalização da Agricultura Orgânica ainda na década de 90 por meio da Instrução Normativa N. 7/1999 do MAPA, que dispõe sobre as normas e os procedimentos para a produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal no Brasil.

Com um mercado externo consolidado, a produção orgânica envolvia o interesse de diferentes atores sociais, por isso, as negociações para a institucionalização desse processo foram agilizadas para atender, por um lado, a demanda externa da Comunidade Econômica Europeia, que detinha a liderança como maior mercado importador de produtos orgânicos. Por outro lado, existia a pressão dos movimentos e organizações sociais que já desenvolviam seus conhecimentos nessa área e tinham interesse na exportação (MOURA, 2017).

O crescimento esta demanda alargou os passos dessa legislação no ano de 2003 quando foi publicada a Lei 10.831 que estabeleceu as condições obrigatórias para a produção e a comercialização dos produtos orgânicos dentro e fora do país, seu detalhamento é relevante, por isso trataremos com maior destaque em outro momento deste estudo.

O início dos anos 2000 foram marcados por ações que impulsionaram o movimento agroecológico no Brasil. Para Moura (2017) este cenário só foi possível com as mudanças provocadas na relação entre Estado e sociedade civil, fruto do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003. Esta nova conjuntura favorece a formulação e execução das políticas públicas no campo da agricultura sustentável.

Em consenso com a autora, Monteiro e Londres (2017) destacam que este momento é marcado pela criação de importantes espaços de diálogo representados na figura dos Conselhos[27]:

> Foram fortalecidos os espaços entre governo e sociedade civil, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), bem como se ampliaram as possibilidades de diálogo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que executava a maior parte das políticas voltadas para o público da agricultura familiar e com o ministério criado para coordenar as ações do programa Fome Zero (p.67).

[27] De acordo com Ghon (2001) os conselhos gestores de políticas públicas são importantes canais de participação onde acontece a articulação entre representantes da população e membros do poder público estatal nos assuntos que dizem respeito à gestão dos bens públicos.

As inúmeras conquistas para a agricultura teciam as redes para a construção de políticas públicas de Agroecologia no país. A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi fundamental no apoio à projetos de desenvolvimento rural e sustentável no Brasil. Da mesma forma a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) passou a colaborar com debates em diferentes políticas públicas, principalmente naquelas que beneficiavam a Agricultura Familiar.

No ano de 2003 a ANA participou ativamente das discussões referentes à Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e conseguiu incorporar a agroecologia nos princípios, diretrizes e objetivos desta política pública. Além disso, os princípios agroecológicos foram inseridos como temáticas da execução de projetos e chamadas públicas do MDA e do Incra, o que possibilitou às organizações agroecológicas ampliar o quadro técnico e envolver agricultores e agricultoras em redes de inovação tecnológica (MONTEIRO e LONDRES, 2017).

Outro campo de atuação foi o das políticas de direito à alimentação, entre estes o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) do Governo Federal. Por determinação governamental estes programas foram obrigados a adquirir produtos da agricultura familiar e ofereciam preços diferenciados nos produtos orgânicos ou agroecológicos (SCHIMTT e CORTINES, 2020).

No campo acadêmico, foram intensificadas as iniciativas de ensino, pesquisa e extensão com a realização de congressos brasileiros de Agroecologia. Na segunda edição destes congressos, realizado em 2004, se instituiu a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) criada com a finalidade de articular o conhecimento agroecológico no âmbito acadêmico. Este período também é marcado pela criação dos primeiros cursos de agroecologia do país, tanto em nível médio quanto no nível superior[28].

De acordo com Trovatto et al. (2017), até o ano de 2011 diversas políticas públicas em áreas correlatas à Agroecologia foram instituídas, contudo a produção de base agroecológica não tinha uma politica específica que a respaldasse, mesmo sendo está uma luta histórica de diversos movimentos sociais.

[28] Conforme dados do Sistema Emec do Ministério da Educação (2020), atualmente o Brasil possui um total de 41 cursos de Agroecologia, sendo 33 cursos tecnológicos e 8 Bacharelados. Deste total 36,58% estão localizados na Região Norte, 31,70% na Região Nordeste, 14,63% na Região Sul, 12,19% na Região Centro Oeste e 4,87% na Região Sudeste do país. Os dados do MEC também apontam dois cursos na modalidade a distância, sendo um tecnológico e outro bacharelado.

No ano de 2011, esta demanda ganha novos rumos a partir das reivindicações apresentadas pelas mulheres da floresta e do campo que integravam a IV Marcha das Margaridas (Figura 40). Este evento é uma ação estratégica de negociação política realizada anualmente nas ruas de Brasília e que reúne diversas representatividades sindicais e sociais, principalmente movimentos feministas e de mulheres trabalhadoras rurais.

Naquele ano, a Agroecologia constituía o eixo II (dois) dos VII (sete) eixos políticos reivindicados pelo movimento. A proposta previa a criação de um programa para promover a transição agroecológica nas unidades familiares de produção, garantindo: a articulação entre produtores e produtoras, a garantia da assistência técnica rural pública, melhorias no crédito rural e na comercialização dos produtos, visibilidade da produção, articulação do projeto alternativo integrado a projetos implementados por mulheres e a valorização das práticas agroecológicas desenvolvidas pela juventude do campo e da floresta (OBSERVATÓRIO MARCHA DAS MARGARIDAS, 2020).

Figura 41: Marcha das Margaridas 2011, Agroecologia como demanda.



Fonte: Observatório Marcha das Margaridas, 2020.

Em resposta à proposta apresentada pelas mulheres, o governo da então presidente Dilma Rousseff deliberou que seria criado um grupo permanente, formado por representantes da sociedade civil para a execução de estudos e pesquisas voltados à modelos agrícolas

capazes de promover mudanças na matriz de alto insumo energético (agrotóxicos e fertilizantes) e simplificação ecológica para uma matriz de baixo insumo energético e diversidade ecológica (ANA apud TROVATTO et al.).

À época o Ministério do Meio Ambiente articulou e liderou esse grupo que foi constituído por ministérios do Desenvolvimento social e rural, pela Embrapa, que já desenvolvia políticas para a agricultura sustentável, e por órgãos da sociedade civil liderados pela ANA. As propostas elaboradas pelo grupo foram encaminhadas á sociedade civil para revisão e possíveis contribuições que seriam posteriormente encaminhadas à Casa Civil da Presidência da República (TROVATTO, et al, 2017).

A consolidação das propostas culminou na criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)[29], promulgada no dia 20 de Agosto de 2012 por meio do Decreto Federal n. 7.794. Para Monteiro e Londres (2017, p. 77) ainda que nem todas as demandas tenham sido atendidas, a implementação da política foi relevante para que o Estado brasileiro reconheça "[...] o potencial da agroecologia para a produção de alimentos saudáveis, para a geração de trabalho e renda e para o enfrentamento dos graves problemas ambientais e sociais do país".

A estrutura da PNAPO define diretrizes, instrumentos, organização do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), competência e a composição da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), a competência e composição da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO). A PNAPO tem como principal objetivo:

> "Integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras de transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis" (PNAPO, p.1)

Entre as diretrizes da PNAPO (2012), destaca-se: a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, o uso sustentável dos recursos naturais; a conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados; a promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção; a valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da

[29] Em 2018, a PNAPO recebeu a premiação *Future Policy Award* da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que premia as melhores políticas do mundo no apoio a ampliação de bases agroecológicas.

sociobiodiversidade; a participação da juventude rural na produção orgânica de base agroecológica e a contribuição na redução das desigualdades de gênero.

As ações da PNAPO são operacionalizadas pelo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), cuja elaboração teve inicio em setembro de 2012 por um grupo constituído por representantes governamentais e por diferentes representatividades da sociedade civil. O plano foi apresentado 1 (um) ano depois e sua execução corresponde ao triênio 2013-2015. As ações prioritárias tinham como foco a ampliação e o fortalecimento da Agroecologia e da Agricultura Orgânica no país.

Trovatto et al. (2017) dedicaram estudos avaliativos acerca da operacionalização do I PLANAPO e os resultados demonstraram inúmeras conquistas no decorrer dos três anos de sua execução, entre estas se destacam: Fortalecimento do Pronaf Agroecologia; Ampliação da política de Ater para 153 mil famílias de agricultores; Capacitação de técnicos para atuarem com o enfoque agroecológico; Crescimento de pesquisas sobre o enfoque agroecológico e sobre a agricultura orgânica; Ampliação e a criação de novos cursos de agroecologia no ensino médio e superior; Investimento em feiras e eventos para promover a agroecologia e a produção orgânica; Implantação de programas para a produção agroecológica gerida por mulheres; Realização de projetos de formação agroecológica para as juventudes rurais; Implementação do Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA).

É necessário reiterar que estes resultados não seriam possíveis sem a articulação e a atuação das instâncias de participação democrática, neste caso, as duas comissões representativas CIAPO e CNAPO. Ambas realizaram o acompanhamento de ações e apontaram propostas viáveis para o Desenvolvimento I PLANAPO. Lamentavelmente estes organismos foram extintos pelo atual governo do Presidente Jair Bolsonaro, por meio do Decreto 9.759/2019 que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Tal situação representa um retrocesso para a gestão da PNAPO, uma vez que suas bases se constituem na articulação entre Estado e sociedade civil.

No entanto, mesmo em meio a um cenário desfavorável para o desenvolvimento da Agroecologia que se estende desde 2016 com o Governo Temer, emergem outros mecanismos de reafirmação da resistência dos movimentos agroecológicos aos processos de desmonte da política pública. Destacam-se neste contexto, a atuação das *redes de agroecologia* e a implementação de *Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO)*, esta última resultante das lutas que perpassam a dinâmica das redes.

As estratégias constitutivas dos movimentos agroecológicos são caracterizadas pelo compartilhamento de experiências e pela articulação em redes que se estabelecem em territórios diversos (LONDRES E MONTEIRO, 2020). Ao reconhecer esta peculiaridade, a ANA sinalizou para a potencialidade dessas redes e requisitou sua valorização no âmbito da Política Pública.

Para tal, a primeira resposta a esta demanda aconteceu em 2014 quando o *Programa Ecoforte*[30] incluiu em seu edital o apoio às ações das redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica desenvolvidas por organizações da sociedade civil. A experiência foi tão promissora que este programa se tornou uma referência por apoiar os projetos formulados pelas redes de agroecologia em todo o país (LONDRES e MONTEIRO, 2020).

Em recente publicação o programa divulgou um dossiê sobre os diversos cenários das redes de Agroecologia distribuídas pelo país. Os resultados do estudo revelam a existência de pelos menos 25 redes localizadas nos diferentes biomas brasileiros e que, em sua maioria, foram instituídas na década de 90. A Agroecologia, a agricultura orgânica e o extrativismo são as bases produtivas, sociais e culturais das populações que constituem estas redes. Seu universo é composto por agricultores familiares, assentados, extrativistas, quilombolas, indígenas, pescadores, camponeses, vazanteiras, caatingueiras, comunidades de fundo de pasto e trabalhadores rurais (SCHMITT E CORTINES, 2020).

No Amazonas o dossiê destacou a atuação da Rede Maniva de Agroecologia (REMA) formalizada no ano de 2011 e constituída por diferentes representações, entre estes agricultores familiares, técnicos e representantes de instituições públicas, Organizações não Governamentais, lideranças de movimentos sociais e outros[31].

As motivações primárias para a criação da Rema surgem no ano de 2007 a partir da necessidade de desenvolvimento da política de orgânicos no Estado. Naquele momento, agricultores e agroecologistas identificaram a necessidade de um espaço para a construção coletiva de conhecimentos, baseados em metodologias que pudessem fortalecer a logística, a estrutura e as políticas públicas com vistas a agricultura de base ecológica (WANDELLI et al., 2015).

[30] O Programa Ecoforte foi criado pelo Governo Federal em 2013 com o objetivo de fortalecer a ampliar as redes, cooperativas e associações socioprodutivas de agroecologia, extrativismo e produção orgânica. O programa integra o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e sua gestão é operacionalizada pela Fundação Banco do Brasil.

[31] Lopes e Porto (2020) destacam que atualmente a Rema é formada por 13 associações, uma cooperativa, uma Escola Família Agrícola, cinco instituições de fomento e Assistência Técnica e Extensão Rural, uma universidade, um instituto federal, duas instituições de pesquisa e cinco organizações de assessoria.

A consolidação da rede, ocorrida anos depois, foi inicialmente intermediada pelas ações da Associação de Produtores Orgânicos do Amazonas (APOAM), primeira associação do Estado legalizada junto ao MAPA para a comercialização de orgânicos para venda direta ao consumidor. Neste contexto, a missão da Rema é a capacitação dos agricultores por meio da construção coletiva baseada no enfoque agroecológico, na produção orgânica, na organização social e na conservação dos recursos naturais (WANDELLI et al.).

De acordo com Lopes e Porto (2020) a REMA foi fundamental para uma articulação coletiva voltada a construção de mecanismos que viabilizassem a Agroecologia no Estado, entre estes se destaca a criação de um Sistema Participativo de Garantia (SPG) que assegura a certificação participativa da produção orgânica ou agroecológica e favorece a articulação entre os agricultores. Tal processo, assim como outras atribuições e atividades da Rema, serão complementados em momento posterior da tese.

Cabe agora ressaltar que a atuação sociopolítica destas redes tem relação direta com a implementação das Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO), organismo que reforça a legitimidade da Agroecologia em nível local. Conforme Guéneau et al. (2019) assim como no processo da PNAPO, as consolidações das PEAPOS foram fortemente marcadas pela atuação da sociedade civil organizada, especialmente dos movimentos sociais.

Em muitos Estados, esta política pública foi marcada por uma trajetória tardia em razão da dinâmica burocrática e de um volume cíclico de instrumentos jurídicos, como leis e decretos, que foram instituídos progressivamente até a consolidação do processo de institucionalização da Agroecologia nos estados federados (GUÉNEAU et al., 2019).

Ainda que resguardem a sua autonomia e preservem as peculiaridades locais não há como negar que as Peapos são segmentárias da Política Nacional. Em estudo realizado por Guéneau et al (2019) os pesquisadores identificaram 15 (quinze) estados federados com legislações específicas pelas quais instituíram suas políticas estaduais de Agroecologia, sendo os seguintes: Minas Gerias, Paraná, Rio Grande do Sul, Sergipe, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas, Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rondônia e São Paulo.

No Amazonas a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica é fruto das reivindicações de movimentos sociais, das articulações de instituições públicas e da forte

atuação da Comissão de Produção Orgânica do Estado do Amazonas (CPOrg), que elaborou a minuta do Projeto de Lei que instituiu a PEAPO.

A primeira fase deste processo aconteceu no ano 2015 por meio da Lei 259 que instituía o Programa de desenvolvimento da Agroecologia e da agricultura orgânica no Estado, em vista do estímulo à produção de alimentos orgânicos/agroecológicos oriundos da área rural, dissociados da utilização de agrotóxicos e adubos químicos.

Esta Lei, no entanto, foi questionada e criticada por movimentos sociais, primeiro pela ausência de contribuições das representatividades agroecológicas durante o processo de construção deste programa e segundo pelo entendimento equivocado acerca dos processos locais de produção (GUÉNEAU et al, 2019). Tais questões ocasionaram novos debates e uma revisão que resultou na promulgação da Lei n. 4.581/2018 que regulamenta a Política de Agroecologia e Produção Orgânica no Estado do Amazonas.

A PNAPO foi sem dúvida um passo importante para o desenvolvimento da Agroecologia e da agricultura orgânica no Estado e mesmo em fase embrionária, uma vez que o Plano Estadual segue em fase de elaboração, as articulações que gravitam em torno da politica vem surtido efeitos principalmente juntos aos grupos que atuam no desenvolvimento da produção orgânica do Estado.

2.2. AGRICULTURA ORGÂNICA : O MUNDO DESEJA

Assim como a agroecologia, a agricultura orgânica surge como um modo alternativo de produção agrícola adversa às práticas convencionais da produção de alimentos. Sua gênese está fundamentada nos estudos do agrônomo inglês Albert Howard que a partir de observações das práticas agrícolas dos camponeses Indus, identificou diferentes métodos de reaproveitamento de materiais orgânicos benéficos aos processos produtivos.

Os estudos tiveram inicio de 1905 em uma estação experimental na India onde o agrônomo montou um experimento de 30 hectares que ficou sob a orientação de camponeses nativos, a quem chamava de “meus professores”. Howard constatou que a utilização do processo que denominou de *Indore* de compostagem seria suficiente para o cultivo das lavouras, sem a necessidade de utilização de insumos químicos (EHLERS, 1994).

O processo *Indore* tem esse nome por originar-se no Estado de Indore na Índia, mas no Brasil foi popularmente disseminado como *compostagem* ou *composto orgânico.* De

acordo com Vanderlinde (2008) durante os estudos com as formas de compostagem Howard observou que a fertilidade do solo influencia na base da saúde e da resistência às enfermidades. Suas convicções foram tamanhas que o agrônomo chegou a afirmar em uma de suas obras que "[...] a metade das doenças humanas desapareceria se os suprimentos alimentares passassem a se reproduzir em solos férteis e consumidos em estado natural" (IBDEM, p.158)

Em um primeiro momento as ideias de Howard foram rechaçadas, inclusive pela comunidade científica uma vez que suas propostas eram contrárias à lógica dominante da utilização de insumos. Em 1940, um de seus poucos apoiadores, o americano Jerome Irving Rodale, iniciou experiências com a produção de alimentos orgânicos e seus resultados positivos culminaram no lançamento da revista *Organic Gordening and Farm* que a princípio despertou um interesse ínfimo do público e só ganhou adeptos na década de 70 com a ampliação das discussões em torno da questão ambiental e das críticas direcionadas à agricultura convencional.

Estes debates despertaram a desconfiança de consumidores do mundo inteiro para questões relacionadas à qualidade nutritiva dos alimentos (EHLERS, 1994). Tal cenário foi propício para a expansão da produção orgânica e consequentemente para a sua institucionalização. Um dos marcos deste processo aconteceu em 1972 com a fundação da Federação Internacional de Movimentos pela Agricultura Orgânica (IFOAM) formada por intuições de diversos países e responsável pelo estabelecimento dos padrões básicos da produção orgânica.

No bojo desta conjuntura revelam-se os contornos iniciais da formação do mercado de produtos orgânicos, que acabou por despertar opiniões heterogêneas, e quase proféticas, de uma fatídica apropriação da agricultura orgânica pelo capital. O sinal mais claro deste fenômeno está posto nos processos de institucionalização da produção orgânica que são mediados pelo Estado.

Conforme Mészáros (2002, p. 110) o Estado configura-se como uma estrutura política necessária para a dominação e reprodução do capital, nessa função "[...] cabe sempre ajustar as funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital".

O processo de institucionalização da agricultura orgânica constitui-se a partir de três interesses: a regulamentação, a discriminação entre produtos orgânicos e convencionais e a

mercantilização. Ainda que estejam relacionados entre si, estes aspectos são peculiares considerando os diferentes contextos da produção orgânica em nível mundial. Ainda assim, consideramos necessário apontar uma conceituação geral deste termo baseada na IFOAM que define:

> A agricultura orgânica é um sistema de produção que mantém a saúde dos solos, dos ecossistemas e das pessoas. Baseia-se nos processos ecológicos, na biodiversidade e nos ciclos adaptados às condições locais, substituindo a utilização de insumos com efeitos adversos. A agricultura orgânica combina tradição, a inovação e a ciência para o beneficio do meio ambiente compartilhado e promover relações justas e uma boa qualidade de vida para todos os envolvidos (IFOAM, 2013).

A regulamentação da produção orgânica abrange a criação de mecanismos formais para a garantia da qualidade destes produtos. Estes mecanismos respaldam a diferenciação entre os produtos da agricultura orgânica e dos sistemas agrícolas convencionais, aspecto que identificamos como um dos interesses dos processos de institucionalização.

Segundo Medaets e Fonseca (2005) as regulamentações tiveram origem na França em 1980 com a criação de um certificado oficial para a agricultura orgânica. Estas iniciativas se expandem na Europa com a publicação do Regulamento n. 2092/91 da Comunidade Econômica Europeia que trata sobre as normas e padrões de produção, processamento, comercialização e importação de produtos orgânicos entre os Estados membros.

Esta iniciativa precursora mobilizou a regulamentação da produção orgânica em nível mundial. Os estudos de Medaets e Fonseca (2002) revelam os inúmeros países que tinham a regulamentação orgânica implementada e também outros que estavam em fase de implementação. No quadro 7 sintetizamos estes países por continente conforme as informações destes autores:

Quadro 7: Regulamentação da produção orgânica no mundo

	CONTINENTES					
	África	**Ásia**	**Oceania**	**Europa**	**América**	
					Do Norte	**Latina**
PAÍSES	Tunísia AEgito Madagasgar África do Sul	India Japão Coréia do Sul Taiwan Tailandia Malásia China Hong Kong Indonésia Filipinas	Austrália	Austria , Bélgica Dinamarca, Finlândia França, Grécia Irlanda, Itália Luxemburgo, Holanda Portugal, Espanha Suécia, Reino Unido República Checa Hungria, Islândia Noruega, República Eslovaca, Eslovênia, Suíça, Turquia	Estados Unidos Canadá	Argentina Costa Rica Brasil Chile México Nicarágua Peru

		Israel Líbano		Croácia, Estônia, Polônia, Albânia, Geórgia, Romênia, Iugoslávia		
Total	4	12	1	30	2	7

Fonte: Weill (2020) adaptado de Medaets e Fonseca, 2002.

A evolução das regulamentações foi sem dúvida um dos fatores que favoreceu o crescimento do mercado de orgânicos no mundo. Dados do IPEA (2020) revelam que no período entre 2000 a 2017 as vendas no varejo de produtos orgânicos tiveram uma alta de 11% em escala mundial. Mas, o que mais chama atenção neste estudo é o crescimento da área agriculturável, neste mesmo período, que saltou de 15 milhões de hectares de terra para 69,8 milhões de hectares o que corresponde a um aumento de 365% de aumento destas áreas em nível mundial.

Por outro lado, este cenário promissor, oculta as discrepâncias territoriais relacionadas ao desenvolvimento da produção orgânica em nível global. Mesmo considerando a positiva expansão da Agricultura Orgânica, não podemos deixar de considerar o crescimento desigual desta produção em diferentes territórios. Tal questão pode ser evidenciada nas entrelinhas dos estudos da IFOAM (2020) acerca do cenário da produção orgânica nos diferentes continentes (Gráfico 10).

No continente Africano estão concentradas apenas 3% das terras agrícolas orgânicas mundiais. Ao mesmo tempo, este território abriga 28% dos produtores orgânicos do mundo (Gráfico 11), o que lhe confere a segunda posição mundial neste critério, ficando atrás somente da Ásia. Neste continente, apenas 0,2% da produção orgânica é certificada, e um dos motivos que explica esse quadro irrisório é o alto custo da certificação. Essa problemática coloca à margem os produtores orgânicos africanos que são impedidos de exportar seus produtos e recorrem à informalidade do mercado local para executar suas vendas.

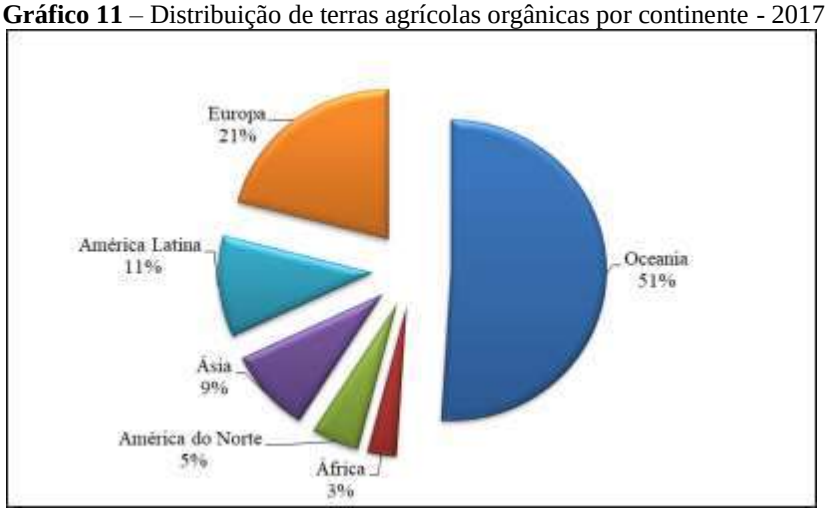
A Ásia concentra 9% da produção orgânica mundial, apesar de ser o berço deste modo de cultivo. De acordo com a IFOAM a área orgânica aumentou em 25%, no período entre 2016 e 2017, cenário que levou a instituição a apontar este continente como um dos mais promissores para o crescimento da agricultura orgânica mundial.

Na Europa 7,5% das terras agrícolas da União Europeia é de produtos orgânicos, o que coloca este continente como a segunda maior área mundial destinada à produção orgânica. Um trabalho sobre sistema alimentar justo desenvolvido pela Comissão Europeia em parceria

com a IFOAM prevê que até o ano 2030 pelo menos 50% das terras deste continente serão manejadas organicamente.

A América Latina tem uma participação de 11% da área total mundial destinada à produção orgânica. A IFOAM destaca a abundância da biodiversidade deste território e a riqueza dos recursos bioculturas, aspectos que colocam a região no centro do movimento orgânico global. A instituição reitera que este nível de desenvolvimento só foi possível em razão da expressiva aplicabilidade da agroecologia e da valorização da agricultura familiar nas políticas públicas nacionais e locais.

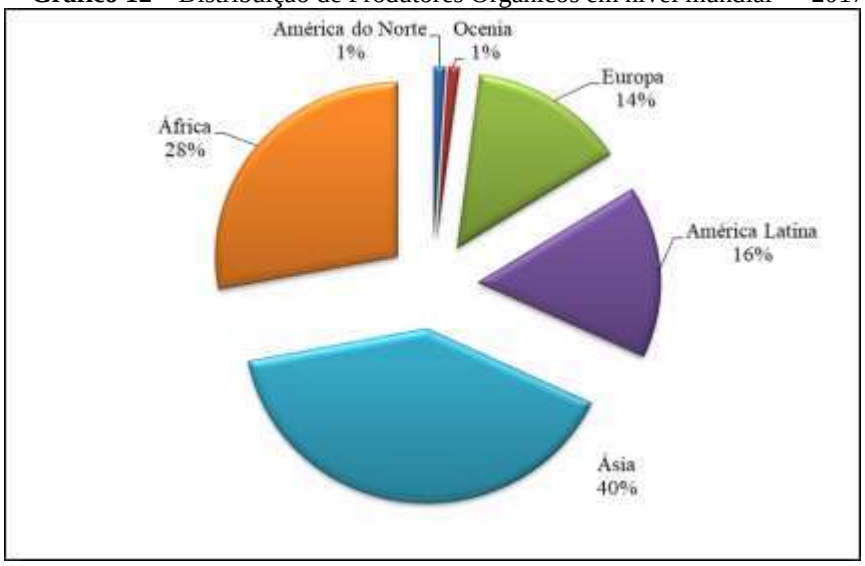
Gráfico 11 – Distribuição de terras agrícolas orgânicas por continente - 2017



Fonte: Weill (2020) adaptado Willer, H.; Lernoud, J, 2019.

Na América do Norte estão localizadas 5% das terras agrícolas orgânicas em nível mundial, o que equivale a 3,3 milhões de hectares administrados organicamente. Existem atualmente nesta região 23. 957 produtores orgânicos distribuídos entre Estados Unidos e Canadá, sendo o primeiro a liderar a produção neste território. Mas é na Oceania que estão concentradas a metade das terras agrícolas orgânicas do mundo, com destaque para a Austrália, com 35,7 milhões de hectares de terras orgânicas, o que coloca esse país no topo da lista mundial em relação a este aspecto. Neste território a maioria dos processos de certificação é realizada com base na participação ativa dos Sistemas Participativo de Garantia (SPG), instrumentos focados na garantia da qualidade e na troca de conhecimentos entre os produtores orgânicos.

Gráfico 12 – Distribuição de Produtores Orgânicos em nível mundial[32] - 2017



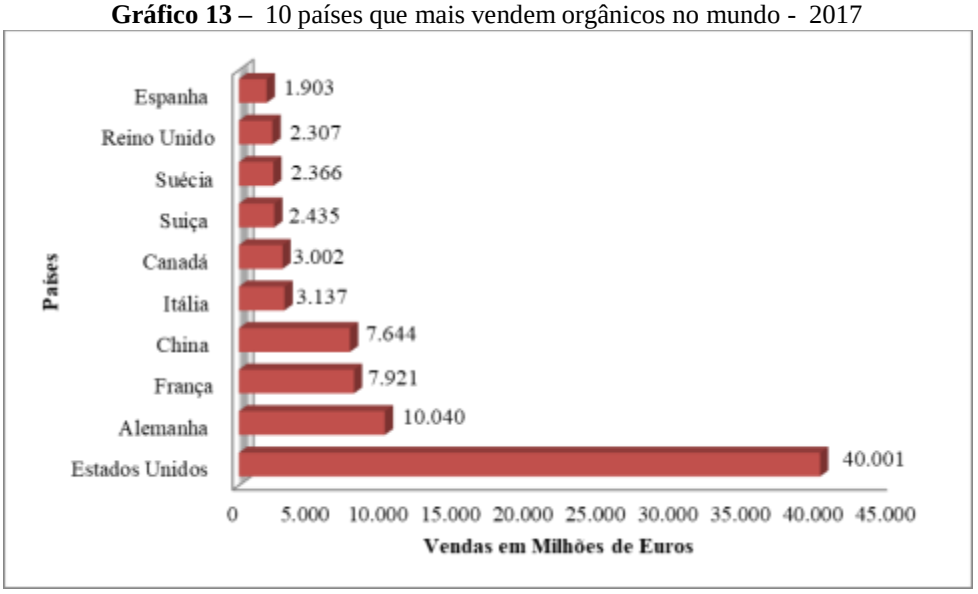
Fonte:Weil (2020) Willer, H.; Lernoud, J, 2019.

A relação entre os gráficos 10 e 11 pode parecer assimétrica sob alguns aspectos, por exemplo, na provável inconsistência entre a extensão de terras orgânicas da Oceania e o número irrisório de produtores orgânicos identificados neste continente. Entretanto, é necessário observar que alguns países preferem registrar apenas o número de empresas, projetos ou grupos, logo não informam o quantitativo de produtores individuais (LIMA et al, 2020).

Esta questão, no entanto, não exclui o fato de que 84% dos produtores orgânicos mundiais são provenientes de países em desenvolvimento. Hipoteticamente, Ásia, África e América Latina deveriam comandar os processos de comercialização de orgânicos. No entanto, no Gráfico 12, podemos identificar que, em 2017, entre os 10 países que mais venderam orgânicos no mundo, 7 (sete) estão localizados na Europa, 1(um) na Ásia e 2 (dois) na América do Norte.

[32] Os 10 países com maior numero de produtores orgânicos são, respectivamente: India (835.000), Uganda (210.352), México (210.0000), Ethiopia (203.602), Filipinas (166.001), Tanzania (148.610), Peru (87.4600), Turquia (75.067), Itália (66.773), Paraguai (58.258).

Gráfico 13 – 10 países que mais vendem orgânicos no mundo - 2017



Fonte: Weil, 2020 adaptado de Willer, H.; Lernoud, J, 2019.

Estes dados revelam com clareza que os Estados Unidos detém um expressivo controle sobre o mercado mundial de orgânicos, de forma isolada, concentram 53% das vendas. Já os países Europeus acumulam 37% da comercialização destes produtos. O único país asiático que aparece nesta estatística é o Japão, com um número mínimo de 10% do mercado. Países da África e Oceania nem ao menos figuram esta estatística.

A monopolização do mercado de orgânicos encontra respaldo nos metódicos e burocráticos processos de regulamentação instituídos por Estados Unidos e Europa. Embora estes territórios possuam diferentes regras, os parâmetros legais descritos em seus regulamentos esboçam, nas entrelinhas, uma tendência à subordinação de outros territórios que almejam ampliar suas vendas por meio da exportação de seus produtos.

O domínio dos Estados Unidos e da Europa, que detém 90% do mercado mundial de orgânicos, além de tornar-se um entrave para o desenvolvimento da produção mundial de orgânicos, também acentua as desigualdades territoriais mundiais. Lima et al (2020) sinaliza que a certificação entre os países norte americanos e europeus se beneficiam pela harmonização de suas regras. Esta conjuntura, porém, não é a mesma para os países que estão fora desses blocos uma vez que, para acessar o mercado de exportação devem primeiramente submeter-se aos requisitos da legislação do país onde se pretendem exportar. Para tal necessitam da contratação dos serviços das agências certificadoras, encarregadas de realizar inspeção e auditorias nas áreas produtivas.

O Brasil ocupa o 16º lugar entre os países com a maior venda de orgânicos no mundo, entretanto, mesmo vivendo um processo de ascensão, esta produção ainda se revela limitada, principalmente em caráter territorial. Conforme Lima et al (2019) além dos desafios mundiais, uma das principais barreiras para o desenvolvimento da produção orgânica no país é o agronegócio, visto que este se tornou prioridade na agenda macroeconômica e na politica agrícola interna.

Ainda sim, o mercado de produtos orgânicos no Brasil, faturou em 2019 um montante de R$ 4,6 bilhões, conforme pesquisa divulgada pela Organis[33]. Este valor representa um crescimento de 15% em relação ao ano de 2018 e coloca o Brasil como o principal mercado de orgânicos da América Latina. Dados divulgados pelo IPEA (2020) revelam que entre 2010 e 2018 as unidades de produção orgânica cresceram 19% e estão distribuídas em todo território brasileiro, com destaque para a Região Nordeste do país.

A trajetória de desenvolvimento da agricultura orgânica no país é marcada por uma sucessão de conquistas, entre estas se destaca a implementação da política pública, um marco para a regulamentação da produção em nível nacional e internacional, uma vez que possibilita os processos de exportação.

Aprovada em 23 de dezembro de 2003, a Lei 10.831 definiu e estabeleceu as condições obrigatórias para a produção e a comercialização de produtos da Agricultura Orgânica no Brasil. Esta mesma legislação caracteriza o sistema orgânico de produção como:

> I - A oferta de produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais;
> II - A preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção;
> III - incrementar a atividade biológica do solo;
> IV - Promover um uso saudável do solo, da água e do ar; e reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação desses elementos que possam resultar das práticas agrícolas;
> V - Manter ou incrementar a fertilidade do solo a longo prazo;
> VI - A reciclagem de resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não-renováveis;
> VII - basear-se em recursos renováveis e em sistemas agrícolas organizados localmente;
> VIII - Incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos;
> IX - Manipular os produtos agrícolas com base no uso de métodos de elaboração cuidadosos, com o propósito de manter a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas (BRASIL, 2003).

[33] Instituição sem fins lucrativos que tem como finalidade divulgar os conceitos e as práticas orgânicas.

Medaets e Fonseca (2005) assinalam que as primeiras formas de comercialização da agricultura orgânica aconteciam com base nas relações de confiança entre produtores e consumidores. Contudo, com a expansão do mercado, surge a necessidade da criação de mecanismos de controle que estabelecem a distinção entre os produtos orgânicos e os produtos convencionais. Nestes termos, a Lei 10.831 define o produto orgânico como: "Um produto, seja ele in natura ou processado, obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local" (Art. 2º, Brasil, 2003).

A regulamentação desta Lei ocorreu no ano de 2007 por meio do Decreto 6.323, fruto de um amplo debate com a participação da sociedade civil. O conteúdo deste dispositivo normatiza, entre outros elementos, o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg). Na opinião de Osaniel Nunes, gestor da Divisão de Desenvolvimento Rural do MAPA/Amazonas, esta legislação foi um divisor de águas para o acesso de diversas populações ao mercado de produtos orgânicos, isto porque:

> Serviu de base para uma série de avanços pois criou uma estrutura para a edição de normativos complementares que vieram para tornar popular a produção orgânica e a agroecologia. Destaco o empoderamento dos agricultores familiares, agroextrativistas, quilombolas e os mais diversos gêneros. Não podemos deixar de mencionar que a estrutura da lei dá acesso aos grandes e pequenos produtores, embora estes estejam em menor escala, à certificação realizada por empresas certificadoras, mas também a existência da previsão da certificação participativa (Pesquisa de Campo, 2020).

O SisOrg é gerido pelo MAPA e integra os órgãos da administração pública federal, os Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica e a Certificação por Auditoria. É também constituído por um conjunto de elementos que possibilitam sua operacionalização, sendo os seguintes: os mecanismos de garantia para a qualidade orgânica, os organismos de avaliação da conformidade orgânica e as comissões de produção orgânica. Além disso, possui uma identificação visual, representada na figura de um selo que é reconhecido em todo o território nacional. Na Figura 42 ilustramos, de modo sintético, a organização do SisOrg.

Figura 42: Organização do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica - SISORG



Fonte: Weil (2020) adaptado do Decreto N. 6.323/2007

A pluralidade das formas de acesso à produção orgânica por meio dos mecanismos de qualidade, imprimem ao SisOrg um caráter inovador quando comparado a legislações de outros países. Conforme Moura (2017) o grande diferencial é o reconhecimento do papel do Controle Social na verificação da garantia da qualidade, prática que beneficiou diversos grupos de agricultores.

Diferente de outros países, a legislação brasileira institui, por meio da Instrução Normativa N.19/2009, a regulamentação da produção orgânica por meio de três Mecanismos para a garantia da qualidade, a saber: *a certificação por auditoria, os Sistemas Participativos de Garantia (SPG´s) e o Controle Social para a Venda direta sem certificação*. Estes mecanismos são acompanhados pelos Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica[34], "[...] pessoas jurídicas de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, previamente credenciados pelo MAPA" (Art. 35, Decreto 6.323/200, Brasil, 2007).

[34] Reiteramos que estes organismos, formados por empresas certificadoras e pelos Organismos Participativos de Avaliação, tem o papel de assessorar, avaliar e acompanhar os produtores nos requisitos exigidos pela legislação da produção orgânica. O papel de fiscalização cabe unicamente ao MAPA.

A modalidade de *Certificação por Auditoria* é, tradicionalmente, a mais aplicada em nível mundial. Para Bulhões apud Codonho (2013) a certificação de produtos orgânicos assume duas finalidades: a primeira está relacionada ao critério competitivo marcado pela diferenciação do produto no mercado. Já a segunda é caracterizada pelo critério qualificador que garante apenas o *acesso ao mercado*.

Tal assertiva atribui a esta modalidade o caráter empresarial da produção orgânica, a começar por sua operacionalização que é baseada no tradicional sistema de qualidade total do padrão ISO (Internacional Organization of Standardization). A certificação da Agricultura Orgânica segue os protocolos da Norma ISO 17065:2013, que estabelece os requisitos para organismos de certificação de produtos, processos e serviços.

O fluxo da certificação segue um padrão essencialmente comercial que tem início com a contratação de uma agência certificadora. Estas empresas, inicialmente regulamentadas por meio da Instrução Normativa n.007/1999, precisam estar obrigatoriamente cadastradas na base de dados dos Organismos de Avaliação da Conformidade do MAPA[35] e são encarregadas de realizar as inspeções e auditorias nas áreas produtivas. Devem garantir o cumprimento das exigências da certificação, entre estes: as versões atualizadas dos regulamentos técnicos; a descrição completa dos processos de auditoria, certificação e recursos; as cópias dos relatórios de inspeção e auditoria e de qualquer outra documentação relacionada à Certificação da produção.

A relação contratual envolve custos, por vezes muito altos, e o "produto final" deste serviço é a emissão do certificado de conformidade. Na Figura 42 ilustramos as etapas da certificação, conforme orienta a empresa Ecocert, uma das principais certificadoras no país.

[35] O Decreto 6.323/2007 estabelece que as Agências Certificadoras, assim como os Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPAC´s) podem atuar na avaliação das seguintes áreas: produção primária animal e vegetal, extrativismo sustentável orgânico, processamento de produtos de origem vegetal e animal, processamento de insumos agrícolas e pecuários, processamento de fitoterápicos e cosméticos, processamento de produtos têxteis, comercialização, transporte e armazenagem e restaurantes lanchonetes e similares.

Figura 43: Etapas do Processo de Certificação por Auditoria da Produção



Fonte: Weil (2020) adaptado de Ecocert, 2020

No Brasil, as primeiras certificações ocorreram nos anos 80 e foram mediadas pelo IBD (Instituto Biodinâmico), credenciado às certificadoras internacionais. Atualmente o MAPA registra em sua base de dados 13 agências certificadoras, sendo estas de procedência nacional e internacional.

A certificação por auditoria é o único mecanismo que possibilita a exportação da produção orgânica para outros países. Neste caso, no ato da contratação o solicitante deverá informar para qual mercado pretende exportar o produto orgânico, a certificadora por sua vez, iniciará um processo de adequação das unidades produtivas aos requisitos estabelecidos pela legislação do país indicado.

A certificação pode ser realizada em grupo ou individual, sendo a primeira a mais adotada por grupos de agricultores familiares, uma vez que estes podem dividir os custos. O parâmetro orçamentário deste serviço é um dos entraves para o crescimento da produção orgânica, principalmente para os pequenos produtores. Os custos da certificação[36] englobam os seguintes itens: pagamento da inscrição, diárias de inspeção, despesa do deslocamento dos auditores, análise de resíduos dos produtos e o uso da marca de certificação (NEVES, 2005).

Além disso, o processo de certificação exige renovação anual, condição que resulta em uma relação financeira permanente com as agências certificadoras. Para Medaets e Fonseca (2005, p. 31) estas normativas representam o aumento dos custos da produção e dificultam o

[36] No decorrer da pesquisa buscamos identificar os custos dos processos de certificação, no entanto, constatamos que não há valores fixo para este serviço, uma vez que estes dependem das demandas contratuais solicitadas pelo demandante. Além disso, deve-se considerar as particularidades regionais, em razão dos custos de deslocamentos e despesas com hospedagens.

acesso aos pequenos agricultores. Os autores ainda asseveram o equívoco quanto ao fato dos procedimentos de certificação serem orientados por padrões que tem como referência o setor industrial-urbano, visto que, "[...] desconsideram as particularidades do meio rural e as potencialidades das relações de cooperação na construção da credibilidade".

Sendo a *certificação por auditoria* um mecanismo seletivo, à medida que nem todos possuem condições materiais para a contratação deste serviço, a legislação brasileira reconhece outras formas de regulamentação da produção orgânica baseadas no Controle Social[37]. É imprescindível registrar que estes mecanismos surgem a partir de um movimento de resistência à adoção de um modelo único de reconhecimento da produção orgânica, mobilizados pelos trabalhadores rurais da Região Sul, especificamente da Rede Ecovida, que já registravam experiências com os chamados Sistemas Participativos (HIRATA, ROCHA E BERGAMASCO, 2020).

É neste contexto que surgem os *Sistemas Participativos de Garantia (SPG´s),* grupos formados por produtores, consumidores, técnicos e outros representantes que assumem a responsabilidade coletiva pela conformidade orgânica. Estes atuam na organização de auditorias e fiscalização interna visando a credibilidade dos produtos orgânicos (ARAÚJO, GUIMARÃES E TABOAS, 2017). As certificações realizadas por meio dos SPG´s são, institucionalmente, equivalentes as que são realizadas pelas empresas certificadoras, resguardando as inúmeras diferenças operacionais. Além disso, os produtos orgânicos certificados pelos SPG´s se destinam apenas ao mercado nacional.

O Brasil é o pioneiro neste modelo de certificação que começou a ser disseminado no ano de 2004, especificamente durante o Seminário Internacional de Certificação Alternativa, promovido por meio da parceria entre o Movimento Agroecológico da América Latina e do Caribe (MAELA) e pela IFOAM. De acordo com Meireles (2020) desde a realização do seminário, a metodologia dos SPG´s se espalhou ao redor do mundo e atualmente são quase 800 organizações distribuídas em mais de 100 países. Dados da IFOAM revelam que entre os anos de 2010 a 2018 o número de produtores certificados por SPG´s passou de 6.000 para 142.944, o que representa um crescimento percentual de 2.282% no período. Na tabela 9 evidenciamos este crescimento nos diferentes continentes em dados mais atuais:

[37] De acordo com o MAPA (2008) o **Controle Social** é um processo de geração de credibilidade, reconhecido pela sociedade e organizado por um grupo que participa diretamente de ações coletivas para avaliar a conformidade dos fornecedores às normas exigidas na produção orgânica.

Tabela 9: Número de SPG´s em operação e Número de Agricultores participantes por Continente 2020

Continente	SPG´s em Operação	%	Número de Produtores Participantes	%
África	33	21,15	17.795	4,55
Ásia	29	18,58	342.799	87,55
Europa	6	3,48	1.394	0,35
Américas	77	49,35	25.185	6,43
Oceania	11	7,05	3.905	0,99
Total	**156**	**100**	**391.078**	**100**

Fonte: Weil (2020) adaptado de MEIRELES, 2020.

Os números apresentados apontam que os países das Américas concentram 49,3% dos SPG´s em nível mundial. Em número absoluto, o Brasil é o país com maior número de SPG´s em operação no mundo, no total são 26 grupos. O Chile ocupa o segundo lugar com 15 registros. Em 2018 estes dois países firmaram um acordo de equivalência para facilitar os processos de exportação da produção orgânica por meio de reconhecimento mútuo de certificação (LIMA et al, 2019).

Todavia, não é o território latino americano que possui o maior número de produtores que participam de SPG´s, mas sim o continente asiático, especificamente na Índia e na Indonésia. Pressupomos que este número se justifica pela densidade populacional, pelos aspectos sociais e culturais que envolvem a agricultura orgânica nesta região e, em última hipótese, pelos entraves financeiros para a contratação de agências certificadoras.

A operacionalização dos SPG´s acontece por meio dos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC´s). Estes organismos são responsáveis pelo conjunto de atividades realizadas no âmbito do SPG´s, incluindo a interlocução com as instituições no que se refere às ações relativas à certificação participativa. As OPAC´s são constituídas por uma *Comissão de Avaliação* e um *Conselho de Recursos*, dos quais, o primeiro tem a função de realizar as visitas de verificação da conformidade e o segundo é responsável pelo tratamento dos recursos e reclamações.

Os procedimentos operacionais para a regulamentação da produção orgânica no SPG´s iniciam com as visitas de verificação da conformidade realizadas uma vez por ano nas unidades produtivas. De acordo com o MAPA (2013) estas visitas têm como finalidade a troca de experiência entre os participantes do SPG´s e as orientações aos fornecedores para que sejam resolvidas as possíveis não conformidades. Quando necessário, os integrantes da OPAC solicitam análises laboratoriais para testar a qualidade do material orgânico.

A decisão sobre a conformidade é discutida coletivamente em reunião com um número mínimo de integrantes da OPAC. Sendo aprovado, os grupos de produtores recebem o Atestado de Conformidade Orgânica, que tem validade de 1 ano, e podem utilizar o selo de identificação da produção. Desde 2010, o MAPA identifica nos selos os Organismos de Avaliação da Conformidade que realizaram o processo de certificação. Figura 43.

Figura 44: Selo SisOrg com a identificação dos Organismos de Avaliação



Fonte: www.organicsnet.com.br, 2020

Atualmente o Ministério da Agricultura contabiliza 27 OPAC´s distribuídas nos diferentes territórios brasileiros, com destaque para a Região Nordeste, onde estão concentrados 36% destes organismos no país. Conforme o Cadastro de OPAC´s registrado no site do MAPA evidenciamos a localização desses OPAC´s no Brasil, conforme demonstrado na Tabela 10:

Tabela 10: Número de OPAC´s no Brasil por região[38]

Região	Número de OPAC´s	%
Norte	1	4%
Nordeste	9	36%
Sudeste	6	24%
Sul	6	24%
Centro Oeste	5	20%
Total	**27**	**100%**

Fonte: Weil (2020) adaptado do Cadastro de OPAC´s do MAPA, 2020

[38] Contabilizamos especificamente as quantidades de OPAC´s por Estados: São Paulo (2), Rio Grande do Sul (4), Rio de Janeiro(1), Distrito Federal (2), Mato Grosso do Sul (1), Piauí (1), Ceará (2), Pernambuco (1), Minas Gerais (3), Rio Grande do Norte (2), Goiás (1), Santa Catarina (2), Paraíba (1), Amazonas (1), Sergipe (1), Bahia (1).

Os estudos de Hirata et al (2020) apontam que o número de agricultores certificados no país por meio de SPG´s é de 7.787, destes 85% são agricultores familiares e 15% não familiares. No que se refere ao perfil, os autores revelam que 64% destes sujeitos são do sexo masculino e 39% do sexo feminino. Também fazem parte deste grupo os indígenas (78), quilombolas (26) e os assentados rurais (1.069).

Estes dados revelam o caráter heterogêneo e a atuação dinâmica dos SPG´s com vistas a ampliar as possibilidades de comercialização para milhares de produtores orgânicos que não possuem os recursos necessários para custear a certificação por auditoria. Uma das vantagens das OPAC´s é a redução dos custos, mesmo que sua operacionalização demande muitas despesas.

Conforme Hirata et al (2020) em geral, o orçamento engloba deslocamentos, serviços administrativos e outros aspectos. Todavia, assim como na certificação por auditoria, estes valores são variáveis dependendo das diferenças geográficas, culturais e econômicas dos grupos demandantes. Estudos realizados por estes autores junto aos OPAC´s apontam que os valores médios pagos anualmente às OPAC´s variam entre R$ 50,00 a R$ 1.000,00 o que facilita o acesso aos agricultores.

Na Região Norte, registramos apenas um Sistema Participativo de Garantia, o SPG Maniva que surge a partir da iniciativa da Rede Maniva de Agroecologia (Rema). Este Organismo foi institucionalmente reconhecido no ano de 2017 após o cadastro do seu Organismo Participativo (OPAC Maniva) no sistema do MAPA com a finalidade de "[...] dar a sociedade maior credibilidade aos processos de produção, ampliar os canais de comercialização e adequar os agricultores que não se enquadram como familiares no processo de controle da garantia da qualidade orgânica" (NEVES et al, 2020).

Atualmente conta com 40 agricultores certificados no Estado e também faz o acompanhamento das feiras de produtos orgânicos realizadas em Manaus, sendo estas: feira da Assimpa, feira do MAPA e feira da Fiocruz. Em depoimento registrado na pesquisa de campo, Marina Reia, Presidente da Comissão da Produção Orgânica do Amazonas (CPOrg) e membro da Rede Maniva, narrou a trajetória e as conquistas da Rede Maniva no Estado:

> Hoje em dia podemos dizer que a maioria dos agricultores orgânicos foram formados pela Rede Maniva de Agroecologia, digo a maioria porque alguns foram formados pelo Nusec da Ufam. A Asproc foi o primeiro grupo orgânico e hoje já são 13 grupos. A nossa principal luta é a formação dos agricultores orientada para a

> participação orgânica participativa, então ao longo de meses a gente apoia o grupo nos planos de manejo e também prepara com uma série de oficinas para que eles possam adentrar nas etapas de controle social da certificação orgânica. As tecnologias sociais de certificação participativa são importante para as organizações sociais, porque os agricultores acabam atingindo várias outras conquistas. O selo, para o grupo que se auto certifica, acaba sendo só uma etapa porque a partir daí o grupo vai crescendo, vai aprendendo, conseguindo negociar, sabe trabalhar em conjunto acessando mercado, então esse é o coração do trabalho da Rede Maniva, instrumentalizar os grupos para que eles acessem as políticas públicas (Pesquisa de Campo, 2020).

Não restam dúvidas que as conquistas do SPG Maniva são benéficas aos agricultores familiares, principalmente pelos baixos custos e pela possiblidade da organização sociopolítica. Entretanto, Neves et al (2020) destacam que apesar disso, existem inúmeros desafios para o desenvolvimento do SPG na região, entre estes, os autores destacam: o baixo nível de escolaridade dos agricultores, a ausência de registros relacionados à produção, a escassez da assistência técnica, a rastreabilidade e a analise de risco dos produtos orgânicos, as dificuldades logísticas impostas pelas distancias geográficas e o alto custo do deslocamento. No depoimento de Marina Reia, membro da Rede Maniva, constatamos reflexões semelhantes, com destaque para as estratégias do SPG Maniva frente as dificuldades enfrentadas:

> As dificuldades que a gente enfrenta passam desde os adultos semianalfabetos, que é uma das maiores dificuldades porque nós somos extensionistas não somos professores, então a gente faz o melhor, **a gente adapta as metodologias visando facilitar para os participantes**. Outra coisa é o envolvimento social dos grupos de agricultores, a disposição de todos em participar, porque o alcance dos objetivos está proporcionalmente ligado à dedicação dos participantes. **Nossa estratégia é empoderar as organizações e formar as pessoas**. Essa formação às vezes vai desde o fato deles escreverem melhor, até entrar em uma sala de reunião com um gestor publico e falar com ele sobre o seu projeto (Pesquisa de Campo, 2020, grifo nosso).

Outro mecanismo de regulamentação da agricultura orgânica reconhecida pela legislação brasileira é o *controle social para venda direta sem certificação.* Conforme estabelecido no Decreto 6.323/2007:

> Para que possam comercializar diretamente ao consumidor sem certificação, os agricultores familiares deverão estar vinculados a uma organização com Controle Social Cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou em outro órgão fiscalizador federal, estadual ou distrital conveniado (BRASIL, 2007).

Esta modalidade atende os agricultores impossibilitados de custear uma certificação por auditoria ou que, por diversos motivos, não participam de SPG´s[39]. A venda direta é restrita ao âmbito *local* acontece entre o agricultor e o consumidor final sem a necessidade de intermediários. Nestes termos, a legislação determina que o produto orgânico só pode ser vendido pelo produtor ou por algum membro de sua família. Conforme o MAPA (2008) a intenção é que o consumidor final seja esclarecido sobre todo o processo de produção que envolve o produto que está adquirindo.

As Organizações de Controle Social (OCS) são grupos, tais como associações, cooperativas e outras organizações de agricultores familiares com ou sem identificação jurídica. As OCS´s devem orientar de forma correta os agricultores acerca dos aspectos técnicos necessários para o regulamento da produção orgânica (Brasil, 2008). Por determinação legal, as OCS´s devem ser cadastradas junto a algum órgão fiscalizador, geralmente as Superintendências Federais de Agricultura do Mapa, para facilitar os processos de Rastreabilidade, ou seja, a identificação de produtores em casos de denúncias ou suspeita de irregularidades.

Diferente dos outros mecanismos de qualidade orgânica, a autorização para a *venda direta* é totalmente mediada pela via burocrática, ou seja, acontece por meio da entrega e conferência dos seguintes documentos: formulário de solicitação de cadastro, formulário cadastral por produtor, termo de responsabilidade solidária assinado por todos os produtores, descrição acerca do controle social sobre a produção e comercialização (plano de manejo e outros documentos) e declaração de comprovação dos membros como agricultores familiares.

O fluxo documental pode parecer algo simples, contudo exige uma organização minuciosa das OCS´s e estas, em geral, se defrontam com a dificuldade de acesso às informações, como sinaliza Osaniel Nunes, gestor do MAPA/AM:

> Um grande entrave para a política de orgânicos, principalmente aqui no Amazonas, é a **falta de acesso à informação ocasionada principalmente pela baixa escolarização das populações que estão no campo**. As informações estão nos mais diversos meios e ditas de acesso democrático para todos, no entanto as pessoas que não dominam a leitura e a escrita esbarram nesta limitação. Assim eu acredito que hoje um dos maiores desafios é levar informação não somente sobre agroecologia e agricultura orgânica, mas sobre as diversas politicas que os agricultores têm direito e não acessam por falta de conhecimento (`Pesquisa de Campo, 2020, grifo nosso).

[39] Conforme constatamos, a prática dos SPG´s não abrange todos os Estados do Brasil e em alguns territórios existe apenas um Organismo de Avaliação, numero insuficiente para atender a demanda dos agricultores familiares. Neste caso, a única alternativa dos produtores orgânicos é a inserção por meio da venda direta.

Ao final do cadastro no MAPA, os produtores recebem a Declaração de Cadastro, documento que deve estar acessível aos consumidores no momento da venda do produto. Diferente da certificação e do SPG, os produtos para a venda direta não podem utilizar o selo do SisOrg, todavia são autorizados a identificar em seus rótulos uma expressão determinada pelo MAPA que menciona a proveniência do produto a partir da Agricultura Familiar e reafirma o amparo na Lei 10.831/2003. Na Figura 45 ilustramos o rótulo da AAFAU, autorizada à comercialização por meio da venda direta sem certificação.

Figura 45: Rótulo de Identificação para Venda Direta sem certificação da AAFAU



Fonte: Arquivo AAFAU, 2020

Na Venda direta os agricultores podem comercializar seus produtos em feiras e também podem concorrer em processos licitatórios para programas públicos como o Programa de Aquisição de Alimentos, gerido pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e também pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Estudos desenvolvidos pela Embrapa e coordenados por Vilela et al (2019) apontam um crescimento no número de OCS´s no país, sendo estas predominantes nos Estados da região Nordeste, Norte e Centro Oeste. Os autores sinalizam que os únicos Estados que não registram OCS são Ceará, Maranhão e Amapá.

Conforme dados do Cadastro de Produtores Orgânicos do MAPA (2020), o Amazonas registra apenas 13 OCS´s que estão localizadas em diferentes municípios. O total de produtores vinculados a estas organizações é de 286 e entre os produtos orgânicos comercializados predomina a produção primária vegetal e animal.

Nos três sistemas de regulamentação orgânica verificamos que o Estado do Amazonas apesenta um desenvolvimento moderado da agricultura orgânica. Ainda que consideremos os

avanços, a regulamentação desta produção alcança apenas 14 municípios do Amazonas, o que representa um percentual ínfimo de 22,58% do universo dos 62 municípios do Estado. Na Figura 40 identificamos estas localidades e as devidas formas de regulamentação de produção orgânica em cada um destes.

Figura 46: Municípios do AM com acesso à certificação orgânica por Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica



Fonte: Weil (2020) adaptado de Cadastro de Produtores Orgânicos, MAPA, 2020

Atualmente o MAPA contabiliza um total de 422 produtores orgânicos no Estado do Amazonas. Estes estão regulamentados sob os diferentes mecanismos de controle da garantia da qualidade orgânica. De acordo com Osaniel Nunes:

> No Amazonas o **processo de certificação propriamente dito é majoritariamente por meio de certificadoras, já que o sistema participativo compreende menos de 30% dos agricultores certificados** no Estado. No entanto, quando somamos aos agricultores vinculados à OCS observamos que quase 70% do universo de produtores orgânicos do Estado estão vinculados à OCS, que não é uma certificação, é na verdade uma autorização do MAPA para os agricultores familiares comercializarem produtos orgânicos, sendo uma exceção da lei (Pesquisa de Campo, 2020, grifo nosso).

Proporcionalmente as certificações por auditorias são as mais requisitadas pelos produtores em razão do interesse na exportação. Mas também não se pode negar que, na ausência dos organismos participativos esta modalidade funcionou durante um longo período de tempo como o único meio para a certificação da agricultura orgânica no Amazonas. No

entanto, a implementação da OPAC Maniva esboça novos caminhos para a produção orgânica no Estado, possibilitando aos produtores novas alternativas de comercialização, como referenda Osaniel Nunes:

> O credenciamento da OPAC Rema foi uma conquista para o Estado, que passou a fazer parte do papel das certificadoras, onde estas não podem chegar pelos mais diversos fatores. Mas o maior desafio é exatamente a expansão desse processo participativo para o interior do Estado (Pesquisa de Campo, 2020).

Ainda sim, as OCS´s contabilizam o maior percentual de produtores orgânicos do Estado (68%), seguido das auditorias (23%). Mesmo não sendo certificadas, sua legitimidade funda-se no espoco legal da regulamentação da produção orgânica ilustramos o percentual de produtores orgânicos na Amazônia de acordo com cada mecanismo de regulamentação da produção.

Figura 47: Número de Produtores Orgânicos na Amazônia por mecanismo de regulamentação/2020



Fonte: Weil (2020) adaptado de Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do MAPA, 2020

A operacionalização destes mecanismos de regulamentação e outras demandas são acompanhadas por uma rede constituída por várias representatividades. Na Amazônia destaca-se o papel da Comissão de Produção Orgânica do Estado (CPOrg) regulamentada no Decreto 6.323/2007 e tem como finalidade o auxilio no desenvolvimento da produção orgânica. As CPOrgs "são compostas de forma paritária por membros do setor público e da sociedade civil, de reconhecida atuação no âmbito da produção orgânica" (BRASIL, 2007). Pela lei, a

comissão também deve garantir a presença de um representante do setor privado, em geral as agências certificadoras assumem este papel.

De acordo com Marina Reia, atual presidente da CPOrg no Amazonas, uma das principais funções da comissão no Estado é a participação no Controle Social, mais especificamente do acompanhamento das organizações de produtores orgânicos conforme relatou:

> Uma função muito importante da CPOrg é fazer parte do controle social dos grupos. Algumas vezes por ano a comissão se divide e vai à campo ajudar as associações da agricultura familiar, as cooperativas, os grupos informais que estão no processo de adquirir a declaração da produção orgânica ou que já adquiriram. Uma visita que seria de outro órgão, de outro setor uma visita de fiscalização a gente faz de controle social, que é quando vamos para apontar onde pode ser melhorado para olhar a estrutura do grupo, se eles estão mantendo a conformidade orgânica no campo, mas principalmente para instruir, para melhorar, para estar junto (Pesquisa de Campo, 2020).

Outra importante participação nesta rede de apoio à produção orgânica no Estado são as instituições de ensino, principalmente as Universidades. O papel destas instituições tem sido crucial para a organização dos produtores orgânicos, seja nas questões operacionais relacionadas à produção ou nas orientações e mediações relativas aos processos burocráticos que envolvem a regulamentação do processo produtivo.

Estas organizações, junto aos produtores orgânicos que vivem na Amazônia constituem-se como protagonistas do desenvolvimento desta produção na região. Isto depende principalmente da operacionalização da Política Pública e para isto são inúmeros os desafios conforme nos relataram Ozaniel Nunes, gestor do MAPA:

> O ponto central para o desenvolvimento da politica pública é a falta de informação que não chega ao produtor. No entanto aqueles que tentam resolver esta situação e demanda esforços no sentido de sanar este problema esbarra no problema da distância, o local onde os produtores residem. Também a limitação de acesso à comunicação por telefone ou internet que poderia ser um agente mitigador das distancias. No Amazonas isso ainda é um desafio a vencer (Pesquisa de Campo, 2020).

Complementaríamos o depoimento do gestor sinalizando que o maior desafio está na falta de investimento publico para a produção orgânica do Estado. Em publicação do Plano Safra do Governo do Amazonas[40], que corresponde ao biênio 2019/2020, a agricultura

[40]Relatório elaborado pela SEPROR. ver endereço :www.sepror.am.gov.br/wp content/uploads/2019/07/CARTILHA-PLANO-2019-SAFRA-21cm-x-21cm-final-para-internet.pdf

orgânica e a agroecologia não foram citadas entre as ações prioritárias para a política de desenvolvimento rural do Amazonas. O plano tem o compromisso com a retomada do processo de crescimento da produção e principalmente com a competitividade do agronegócio amazonense (AMAZONAS, 2020).

Tal cenário revela que a produção de orgânicos não é prioridade na agenda pública do governo do Estado, mesmo sendo a Amazônia um território em potencial para o desenvolvimento da agroecologia e da agricultura orgânica. O que se constata é uma produção incipiente frente a outras regiões do Brasil, um exemplo claro é o indicador de diversidade de produtos orgânicos representativos de cada região, publicado anualmente pelo MAPA. Constatamos que, enquanto outras regiões do país possuem entre 5 e 6 produtos orgânicos de referência o Amazonas tem apenas 2 (dois): o guaraná e a castanha do Brasil.

O guaraná orgânico do Amazonas é reconhecido em âmbito nacional e internacional, ainda que grande parte da produção seja destinada à exportação. A dinâmica deste processo associa a agricultura orgânica e a agroecologia e imprime diferentes cenários que envolve as práticas agrícolas e a forma como se organizam os agricultores.

2.3. "*Orgânico, sobretudo nativo e agroecológico*": a produção sustentável do guaraná

A agricultura sustentável é uma prática inerente ao trabalho e aos modos de vida na Amazônia. De acordo com Fraxe et al. (2015) os grupos sociais locais "[...] possuem um potencial de conhecimentos e saberes que facilitam a implementação de estilos de agricultura potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural" (p.296).

Na produção do guaraná, a agricultura orgânica e a agroecologia se apresentam como modelos alternativos à produção convencional propagada no município. Ambas têm como base a valorização dos sistemas agrícolas tradicionais, o que facilitou a adaptação dos trabalhadores as novas práticas já que estas guardam semelhanças com o processo de cultivo do guaraná nativo, como nos afirmaram alguns entrevistados:

> Na realidade já é nato a gente trabalhar com o orgânico, que é o nativo. É um processo nosso cultural. A única diferença é que a gente precisou se adequar a isso pela questão da legislação (Trabalhador indígena CPSM)

> Desde muito tempo, desde que me entendi já somos produtores orgânicos assim como os nossos pais foram, a gente só não sabia a serventia que tinha isso para a produção (Trabalhador camponês AAFAU)
>
> Antes quando não tínhamos o conhecimento sobre orgânico a gente tinha tudo de material, mas não sabia direito como fazer. Depois que fizemos curso a gente aprendeu a fazer melhor (Trabalhador camponês AAFAU)

Os conhecimentos adquiridos pelos trabalhadores sobre a produção orgânica promoveram melhorias à produção e fortaleceram um processo de racionalidade produtiva orientada pelos princípios da sustentabilidade (LEFF, 2006), como podemos constatar:

> A produção orgânica ajuda a manter o equilíbrio da natureza e não traz agressão ao meio ambiente (Trabalhador camponês AAFAU).
>
> Quando produz o orgânico temos a certeza que estamos consumindo um alimento que faz bem para a saúde, algo que valoriza a natureza (Trabalhador Indígena CPSM).
>
> Essa é uma produção que a gente faz interagindo com a natureza porque assim não prejudicamos o solo e a planta. A gente tem certeza que aquele alimento que recebemos é uma troca, um retorno da natureza pra nós (Trabalhador camponês AAFAU).

Estes depoimentos guardam relação direta com os processos de resistência dos trabalhadores à produção convencional, mais especificamente ao guaraná clonado. A inserção da agricultura orgânica no município reconfigurou este cenário à medida que os trabalhadores tiveram acesso a conteúdos científicos e legais referentes às práticas de agricultura sustentável.

A inclusão destes novos saberes acentua as diferenças entre a agricultura sustentável e agricultura convencional e, ao mesmo tempo, suscita uma relação simbiótica entre os termos *nativo, orgânico e agroecológico*.

Frente a este cenário, indagamos inicialmente que diferenças são percebidas na produção do guaraná *orgânico* e do *clonado*[41]. Entre as mais citadas está à utilização dos insumos químicos na produção. Ainda sim, outras importantes distinções foram apontadas pelos trabalhadores como podemos identificar no Quadro 8:

[41] Por considerarem as semelhanças entre a produção do guaraná nativo e orgânico, os trabalhadores, em sua maioria fizeram uma analogia as suas experiências com a produção tradicional. Por isso, quando mencionam o "orgânico", também estão se referindo indiretamente ao guaraná nativo. Frente a esta constatação optamos por considerar a expressão produção sustentável que engloba os termos: nativo, orgânico e agroecológico.

Quadro 8: Diferenças entre o guaraná orgânico e o clonado no cultivo, beneficiamento e comercialização

Atividade	Trechos dos discursos
Cultivo	A diferença pra mim está em tudo, mas no **trato cultural** é muito mais. O convencional produz em 18 meses e o orgânico demora mais (Trabalhador camponês AAFAU) Pela colheita o guaraná orgânico não transmite muita coisa e tem uma soltura melhor. Mas o químico tem que ter **cuidado na hora da colheita** por causa do veneno (Trabalhador camponês ASCAMPA) **No orgânico o trabalho é mais pesado**, mas você sabe que aquilo não vai te contaminar porque é natural (Trabalhador camponês AAFAU, grifo nosso). A produção do guaraná de estaca é muito além da orgânica (Trabalhador camponês ASCAMPA).
Beneficiamento	A diferença que eu encontrei **é que na parte da pilação o guaraná que tem o adubo químico não pega a mesma liga que o guaraná orgânico**. O guaraná orgânico a gente pila, solta da marreta e do pilão, fica bem ligado (Pilador, Trabalhador camponês AAFAU, grifo nosso) O guaraná clonado se torna um pouco mais difícil porque **na hora de modelar o bastão gruda muito na mão**. Mas isso depende muito de uma boa escaldação e também da torração do guaraná se for bem torrado o bastão fica bom também (PADEIRO, Trabalhador camponês AAFAU,, grifo nosso). **No sabor é muito difícil a gente perceber diferença**, assim, a gente realmente não percebe. E não percebe porque **o sabor vai muito do trabalho da torrefação**, uma boa torrefação é que deixa o guaraná gostoso (Trabalhador camponês AAFAU, grifo nosso)
Comercialização	A produção do orgânico é mais fácil e mais valorizada para a venda por causa da certificação (Trabalhador camponês AAFAU) Na produção orgânica ele não dá muita renda, com a química a gente consegue uma renda melhor porque dá mais guaraná (Trabalhador camponês ASCAMPA).

Fonte: Weil (2020) adaptado de Pesquisa de Campo, 2018

No que diz respeito à simbiose entre o guaraná *nativo, orgânico e agroecológico* constatamos que há uma percepção coletiva sobre as semelhanças das práticas agrícolas aplicadas a estes cultivos, principalmente no que se refere à resistência na utilização de insumos químicos. Por outro lado, os trabalhadores atribuem diferentes representações simbólicas a estas categorias baseadas em aspectos ambientais, sociais e culturais.

Na figura do guaraná nativo está a originalidade e a representatividade cultural da produção, como nos assevera Sérgio Sateré: "[...] os selos são muito importantes porque agregam valor ao produto e ao produtor e também nos certifica como orgânico, mas a gente sempre vai defende e prioriza o cultivo tradicional que envolve a questão cultural e a nossa identidade" (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

A produção do guaraná orgânico, por sua vez, propicia a valorização econômica do produto, entretanto, é marcada por uma controversa, pois as mudas melhoradas (estacas) também são cultivadas por meio da agricultura orgânica.

Apesar de não identificar agravantes ou mesmo desqualificar a produção orgânica, os trabalhadores compreendem que esta alternativa é incompatível com a originalidade e com o sistema de produção tradicional do guaraná, cujos recursos são integralmente coletados da floresta. As reflexões de Sidney Sateré, ex-presidente do CTSM, reiteram essa questão:

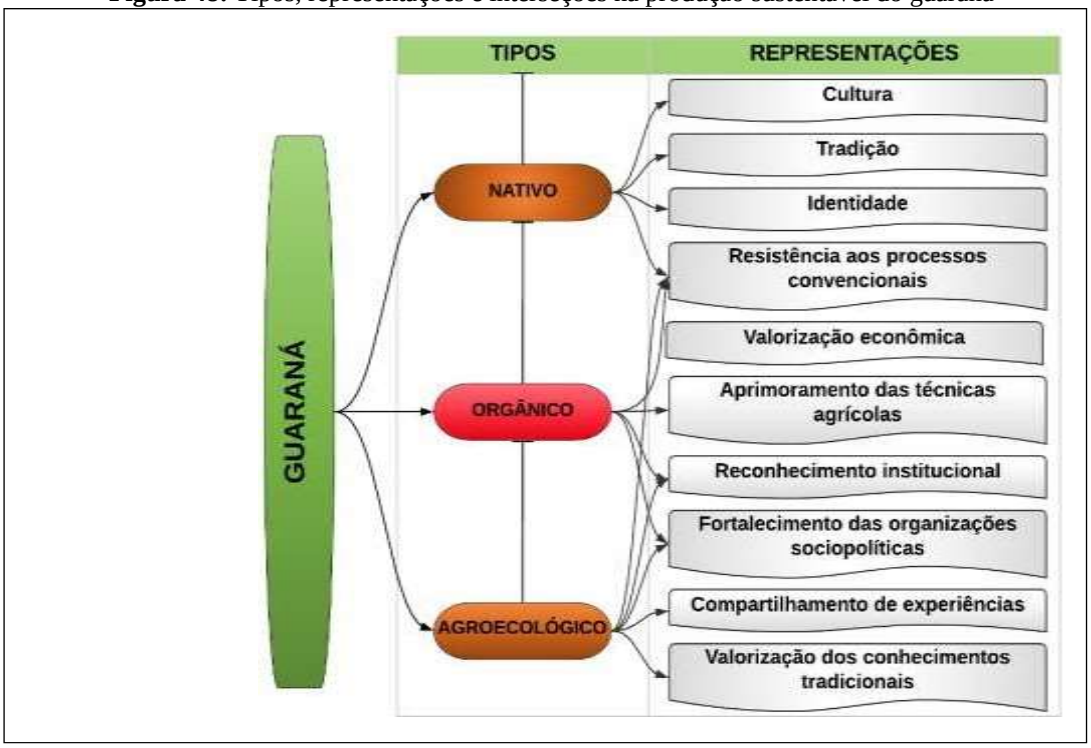
> Quando se fala de orgânico isso é uma coisa meio complicada de entender porque o pessoal produz a estaca com adubo orgânico. Neste caso**, pode até ser um guaraná orgânico, mas ele não é nativo né porque a pessoa usou a estaca**. A gente sempre explica para os produtores que as sementes são modificadas e que a gente precisa preservar o que tem aqui na nossa floresta (Pesquisa de Campo, 2018, grifo nosso).

Em depoimento semelhante, uma das trabalhadoras entrevistadas destaca a relação entre o guaraná orgânico e agroecológico estabelecendo uma relação com a produção agroecológica: “[...] a gente sabe que quando o clonado é adubado com orgânico ele funciona e vai ser orgânico, mas ele nunca vai ser agroecológico porque nem tudo da produção vem direto da natureza” (Trabalhador camponês, AAFAU).

A aproximação dos trabalhadores com a agroecologia acontece no processo de implementação da agricultura orgânica, por isso, nem todos atribuem distinções entre estes modelos. Todavia, nas atividades em grupo realizadas durante a pesquisa a produção agroecológica foi amplamente mencionada como uma nova forma de conhecimento, os aprendizados sobre agroecologia propiciaram um processo de valorização dos conhecimentos tradicionais por intermédio do que consideram ser um “intercambio cultural”, ou seja, a troca de experiências.

Os tipos *nativo, orgânico e agroecológico* constituem o universo da produção sustentável do guaraná, em suas narrativas os trabalhadores não estabelecem diferenças entre estes, contudo, suas interpretações apontam representações diversas como podemos evidenciar na Figura 48:

Figura 48: Tipos, representações e interseções na produção sustentável do guaraná



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018
Elaborado por: Vasconcelos, 202

A produção sustentável surge no contexto de uma crise econômica do município que levou à desvalorização do preço do guaraná, consequências da instabilidade do projeto de modernização da produção. Aspectos como, a ausência de assistência técnica, manipulação política, pouca adesão dos agricultores aos pacotes tecnológicos e o endividamento dos grupos, contribuem para um cenário de crise que, ao mesmo tempo, sinaliza oportunidades para novas formas de produção do guaraná (TRICAUD et al, 2016).

Neste contexto, a agricultura orgânica desponta como a principal proposta de produção sustentável para o município de Maués. A iniciativa é fruto de projetos governamentais que tinham como objetivo o incentivo à exportação de produtos da Amazônia. O guaraná compunha a lista destes produtos, mais especificamente seus derivados, entre estes: xarope de guaraná, guaraná em pó e guaraná orgânico (pó, semente e bastão). Em depoimento o Sr. Adeilson Souza, o Dedeco, atual presidente da Ascampa, rememorou este momento histórico:

> Tudo começou em 2000 quando a gente soube que no mundo lá fora as pessoas pagam mais pelo produto orgânico, um preço melhor que qualquer outro produto. A gente soube também que com o certificado a gente daria garantia da qualidade do produto. A partir disso vieram os parceiros, na época o Sebrae, a Fucapi, a Prefeitura

> de Maúes, a Embrapa, Idam, MAPA, IFAM e até a UFAM que desenvolveram um bom trabalho com a gente (PESQUISA DE CAMPO 2019).

A articulação governamental citada pelo entrevistado refere-se ao Programa de Apoio Tecnológico à Exportação (PROGEX) desenvolvido por meio de convênio celebrado entre os Governo Federal e Estadual. O programa tinha como objetivo adequar as empresas aos padrões do mercado internacional possibilitando assim os processos de exportação. Além das instituições citadas pelo entrevistado, coordenavam este projeto a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), o Banco do Brasil e outros.

Nos estudos de Tricaud et al (2016) constatamos que esta iniciativa foi inovadora à medida que pela primeira vez os agricultores de Maués receberam formações sobre agroecologia, apicultura e certificação socioambiental, todas ministradas e organizadas pela FUCAPI. O projeto foi desenvolvido junto aos agricultores da Associação Comunitária Agrícola do Urupadi, que em 2004 conseguiram, pela primeira vez, exportar o guaraná para a Europa. Em depoimento, o Sr. Dedeco narrou algumas particularidades desse período:

> **Isso foi uma coisa inédita no nosso município porque ninguém trabalhava com o guaraná orgânico na nossa região e os órgãos governamentais colocaram técnicos para dar curso sobre orgânico, como melhorar nossa propriedade e tudo isso para que o preço fosse diferenciado**. A gente lutou, fez curso e em 2004 a gente conseguiu a certificação, a Ecocert Brasil foi a nossa certificadora. Quem pagou a primeira foi o governo estadual e municipal. A partir daí a ASCAMPA fez subir o preço do guaraná em Maués porque tinha a prova de que era guaraná orgânico aí o preço deu um salto de R$ 7,00 para R$ 20,00 o quilo. Na época vendemos até 3 toneladas para a Europa (Pesquisa de Campo, 2019, grifo nosso)

A primeira exportação da ASCAMPA aconteceu por intermédio do comércio justo (Box 4), mas a certificação orgânica via empresa certificadora só foi efetivada apenas no ano de 2008. Poucos anos depois, esta associação não conseguiu renovar a certificação por uma série de conflitos grupais e administrativos, situação que detalharemos no capítulo seguinte.

Assim, a única organização no município a continuar a exportação do guaraná foi o Consórcio de Produtores Sateré Mawé, que já integrava o comércio justo há mais tempo. Diferente dos agricultores, as vias de inserção dos Sateré Mawé neste mercado foram intermediadas por meio de organizações não governamentais provenientes de outros países. As negociações foram iniciadas a partir da apresentação de um projeto de cunho socioambiental que expunha diferentes dimensões sobre a produção e os modos de vida dos indígenas.

Box 5

O movimento de Comércio Justo e Solidário

O comércio justo é um processo de intercâmbio comercial que tem como base a vigência dos direitos humanos e o respeito ao meio ambiente por meio da valorização do trabalho dos produtores e da expectativa dos consumidores (FRETEL E SIMONCELLI-BOURQUE, 2003).

Historicamente este movimento surge como uma alternativa ao comercio internacional tradicional e foi mobilizado por ONG´s dos países do Norte e de grupos de produtores e ONG´s dos países do Sul. A primeira iniciativa ocorreu na Holanda em 1988 por meio de um movimento que decidiu certificar e comprar produtos dos pequenos produtores por um preço mais alto que aquele pago no comércio tradicional. Mas a institucionalização deste mercado só aconteceu no ano de 1997 quando foi criado um selo de comércio equitativo internacional que habilitava a exportação destes produtos (ibdem).

Conforme Johnson (2004) no comércio justo a relação entre quem produz, comercializa e consome supera o quadro econômico, visto que o consumidor possui informações detalhadas sobre a origem ética, social e ambiental dos produtos. O autor caracteriza ainda as condições e os critérios para participação neste mercado, sendo as seguintes:

- Relação direta entre produtores e consumidores evitando os intermediários;
- Prática de um preço justo que permita uma vida digna aos produtores;
- Condições justas de trabalho para os produtores que estiveram nas condições de assalariados;
- Autorização do financiamento parcial antes da safra dos produtores;
- Estabelecer relações e contratos em longo prazo.

O processo de certificação no comércio justo habilita os produtores para a exportação, e os requisitos estão vinculados diretamente às condições sociais e ambientais da produção. De acordo com Johnson (2004) os métodos de certificação deste mercado são semelhantes aos da agricultura orgânica, exceto pelo fato de que os custos da certificação orgânica são assumidos pelos produtores e no comércio justo se estabelece uma relação de parceria com os mesmos.

Não resta dúvidas que o comércio justo é benéfico para os trabalhadores e, de certa forma, minimiza as condições de exploração dos trabalhadores. Contudo, em seus estudos sobre a participação dos Sateré no comércio justo, Ferreira (2017) alerta para as interferências que este mercado pode trazer para a organização política, social e econômica das populações que o aderem.

A criação do Consórcio Indígena tem relação direta com o comércio justo, na verdade esta foi uma das exigências postas ao Sateré como nos explicou Obadia Batista:

> O Consórcio Indígena aconteceu à pedido do Comércio Justo porque o CGTSM não poderia administrar esse projeto por ser uma associação do tuxauas, de líderes. Então não era justo os tuxauas decidirem pela produção, pois quem produz são os produtores. Aí pediram que fizesse uma associação para eles, para que eles decidam o que fazer com o produto deles (Pesquisa de Campo, 2019).

A iniciativa pioneira dos indígenas expôs os benefícios dos processos de certificação para a produção do guaraná e trouxe novos caminhos para a comercialização frente a um cenário de monopólio industrial. O preço pago pelo guaraná no comércio justo possibilitou o fortalecimento da autonomia dos indígenas e modificou inclusive os processos de negociação no mercado local como nos explicou Obadias Batista: "quando começamos a competir no mercado colocamos o guaraná ao valor de R$ 15,00, na época os caboclos conseguiam, com muita pressão, aumentar para R$ 7,00. Hoje o mercado nacional deve a nós a competição com as grandes empresas" (Pesquisa de Campo, 2019).

Historicamente, o monopólio da comercialização, comandado pelos intermediários (atravessadores), é um dos principais motivos de desvalorização do preço do guaraná em Maués. Durante as entrevistas, frequentemente os trabalhadores manifestavam o anseio de *sair das mãos do atravessador*, expressão que nos revelou um processo explícito de subordinação, em primeira instância, a estes agentes de comercialização e, em segunda instância, à Ambev, empresa que compra a produção adquirida por estes intermediários. Em depoimento, José Cristo, Presidente da AAFAU esclareceu esta relação:

> **A nossa relação com a Ambev é um pouco complicada né, porque na verdade eles não valorizam o pequeno produtor com esse trabalho que nós temos de produtos orgânicos**. Não falo só da Ambev mas de outras instituições, **porque nós produtores pequenos nós somos praticamente manipulados por essas grandes empresas.** Eu digo isso, porque a Ambev é a empresa mais poderosa do município, o que custava pra ela colocar um local e comprar de qualquer quantidade do pequeno produtor, mas ela não faz. Ela repassa para o comerciante e o intermediário do comerciante que vai pegar com o pequeno agricultor. **A gente não acredita que como produtor orgânico vai ter ajuda da Ambev** porque ela não compra direto da gente e porque ela já investiu em pessoas para comprar (PESQUISA DE CAMPO, 2018, grifo nosso).

Neste cenário, a produção sustentável torna-se atrativa, pois se apresenta como uma oportunidade de autonomia na comercialização e consequentemente uma forma de valorização do preço do guaraná. No entanto, a dimensão econômica é apenas uma entre as principais motivações que levaram os trabalhadores à adoção da agricultura sustentável. Na

Tabela 11 listamos estas motivações onde se destacam a tradição (40, 9%), a garantia da produção de um alimento saudável (22,7%) e a questão ambiental (13,6%).

Tabela 11: Principais motivações dos trabalhadores para a adoção da Agricultura Sustentável

Motivações	%	Trechos dos discursos
Tradição	40,9%	Porque é a mesma coisa da tradição dos meus pais, aprendi desde criança, tenho que continuar (Trabalhador camponês AAFAU). Porque desde o começo sempre foi assim, baseado na tradição. Eu pelo menos nunca trabalhei com o clonado (Trabalhador camponês ASCAMPA).
Produção de alimento saudável	22,7%	Pela certeza de que vou produzir um alimento saudável que faz bem para a saúde, sem usar química (Trabalhador Indígena, CPSM) Pela questão as saúdes, o orgânico é mais saudável. Eu vi que tinha muita gente lutando contra o clonado (Trabalhador camponês, AAFAU)
Rentabilidade	22,7%	Porque temos conversado muito sobre melhorar o nosso preço e a gente sabe que produzindo o orgânico isso vai melhorar muito (Trabalhador camponês, ASCAMPA) Para buscar um mercado melhor, mais fácil e mais rápido (Trabalhador camponês AAFAU)
Questão ambiental	13,6%	Pela melhoria das plantas porque evita o veneno (Trabalhador camponês AAFAU) Para mim é porque não ofende as plantas, não tem química. Eu gosto de plantar, ver crescer e dar frutos. (Trabalhador camponês AAFAU)
Obs: Percentual calculado com base no universo de 22 entrevistados que responderam a questão. Questão aplicada somente aos trabalhadores das associações que trabalham com a agricultura orgânica.		

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Estas motivações guardam relação direta com os aspectos históricos relativos aos processos de modernização da produção do guaraná em Maués. As narrativas, em sua maioria, acenam para um negacionismo aos métodos utilizados pela produção convencional, mas não se trata apenas disso. Quando se tornam parte dos processos de produção sustentável os trabalhadores também o fazem pela oportunidade de reafirmação de sua cultura e da valorização dos sistemas tradicionais da produção do guaraná.

Além disso, financeiramente as vias de comercialização da produção sustentável apresentam inúmeras vantagens, entre estas a possiblidade de exportação, alternativa que agrega valor ao guaraná orgânico. Isto porque os valores pagos têm como base a cotação da moeda do país comprador e posteriormente são convertidos para a moeda local. No âmbito da exportação, o preço do guaraná orgânico gira em torno de R$40,00 a R$50,00 (Kg), uma diferença de 40% do valor do guaraná convencional.

Mesmo assim identificamos que os tradicionais compradores (comerciantes e atravessadores) ainda fazem parte dos territórios de comercialização da produção sustentável. Além destes, destacam-se outros espaços com um caráter mais institucional tais como as feiras de produtos sustentáveis, a exportação e os programas do Governo Federal, tal como o PAA. Na Figura 49 ilustramos o fluxo dos territórios de comercialização desta produção indicados pelos trabalhadores:

Figura 49: Fluxo dos territórios de comercialização da produção sustentável do guaraná



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019

A ilustração revela que mesmo sendo um produto diferenciado o guaraná orgânico transita pelas *rotas do monopólio* e com valores de comercialização inferiores àqueles ofertados por outros mercados. Esta evidência sugere que estes novos espaços de comercialização não vêm sendo integralmente acessados pelos trabalhadores, condição que os obriga a vender seus produtos para os agentes locais.

Parte dos trabalhadores entrevistados (62%) também afirmou que não sabem quem são os consumidores finais do guaraná orgânico, uma vez que quando sai de Maués o produto:

“[...] corre o mundo inteiro, pois tem muita gente no exterior que gosta de guaraná e além do mais tem os refrigerantes, o guaraná de Maúes está lá também” (Trabalhador camponês, ASCAMPA).

Outros 38% afirmaram que entre os consumidores finais, estão: os moradores da cidade de Maués, os moradores de Manaus, as indústrias de bebidas, os consumidores de países estrangeiros e os moradores de outros Estados do Brasil.

A produção orgânica é um movimento muito recente em Maués e ainda não obteve o devido reconhecimento. Para a população local o guaraná orgânico é o mesmo guaraná nativo, por isso, não há um consenso sobre a diferença no preço. Mesmo os trabalhadores entrevistados ainda apresentam muitas dúvidas em relação à certificação, em geral, compreendem esta como uma exigência do Estado que deve ser cumprida para melhorar o preço do guaraná.

Atualmente, conforme o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, no Amazonas, a produção orgânica do guaraná está localizada nos municípios de Maués, Urucará e Apuí. A produção é organizada majoritariamente por Organizações de Trabalho Associado das quais fazem parte agricultores familiares e indígenas. Via de regra, estas organizações também comercializam outros produtos que são igualmente certificados. No Quadro 9 identificamos os municípios, as associações e os Organismos de Controle da Qualidade Orgânica pelos quais estas são acompanhadas:

Quadro 9: Municípios, Associações e Organismos de Controle da Produção do guaraná orgânico no Amazonas

Município	Associações	Organismo de Controle da Qualidade Orgânica
Maués	Consórcio de Produtores Sateré Mawé	Certificadora
	Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Maúes	Certificadora
	Associação dos Agricultores Familiares do Alto Urupadi	Controle Social para venda direta sem certificação
Urucará	Cooperativa Agrofrutíferas dos produtores de Urucará	Certificadora
Apuí	Associação Participativa de Associação Maniva	Organismo Participativo

Fonte: Weil (2020) adaptado Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, MAPA

Para o Gestor do MAPA, Osaniel Nunes, a participação destas organizações na produção orgânica é uma conquista, pois por meio destas os trabalhadores passaram a ter acesso à políticas públicas que não tinham antes. O gestor ainda ressalta que: “além do acesso

às políticas os trabalhadores têm a vantagem de agregar valor ao produto orgânico se comparado com o produto convencional" (Pesquisa de Campo, 2019).

Na opinião de José Ribamar, gestor da Embrapa, as associações precisam se organizar melhor para a produção orgânica do guaraná, pois:

> O guaraná orgânico tem um custo de produção mais alto, a produtividade dele pode até cair um pouco, mas ele tem um nicho de mercado que o valor agregado dentro do orgânico cobre essa diferença. O que tá faltando são produtores que se organizem dentro dessa linha e procurar um mercado diferenciado. Ele obviamente não vai vender para a indústria, a não ser que seja uma indústria forçada só para orgânicos, que a logormarca dela seja de produtos naturais, que ela venha adquirir essa produção, mas vai ter um custo diferenciado para vender esse produto (PESQUISA DE CAMPO, 2017)

A narrativa do gestor não considera a falta de investimentos do poder publico na produção orgânica em detrimento da aplicação de recursos na produção do guaraná clonado para atender a alta demanda industrial. Só no ano de 2019 foram distribuídas 13.500 mudas de guaraná clonado para os agricultores familiares da região. A iniciativa é resultado de um convênio celebrado ente a Secretaria de Produção Rural (SEPROR), o IDAM e a Prefeitura de Maúes com o apoio da Ambev.

No decorrer da pesquisa não identificamos nenhum programa de investimento para a produção orgânica no município, talvez por isso 92,85% dos entrevistados afirmaram que o Poder Público não incentiva a produção orgânica do guaraná. Para os trabalhadores as principais lacunas da produção que poderiam ser assumidas pelo Estado referem-se a criação programas de fomento e o acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural.

Em Maués, o IDAM é a instituição responsável pelo atendimento de crédito rural e assistência técnica aos agricultores familiares. Atualmente conta com um número de 10 técnicos extensionistas para atender as demandas do público que reside no município. Em entrevista, o Sr. Ademir Viana, extensionista rural da instituição, considerou que este é um numero razoável, por outro lado, destacou que a instituição sofre o problema da escassez de recursos, o que impossibilita as visitas às comunidades mais distantes, o que se torna um dos principais desafios para a equipe, como nos relatou:

> Hoje temos um numero até razoável com a capacidade de atender até 1.000 pessoas. Temos isso mapeado, mas Maués é um município muito grande, então mapeamos os produtores que ficam mais próximo da cidade, porque aqui tem algumas comunidades que ficam até 14 horas de barco e aí com a escassez de recurso ficamos impossibilitados de atender quem mora mais longe. Este hoje é o nosso maior desafio porque são em torno de 210 comunidades que estão distribuídas em pontos

> diferentes [...] todas as comunidades mais distantes de Maúes estão fora da nossa atuação pela questão da logística (Pesquisa de Campo, 2018).

A situação de ausência do IDAM, resulta em um sentimento coletivo de insatisfação manifestado pelos trabalhadores quanto à atuação desta instituição no município. Os impactos da escassez de recursos atingem um grupo seletivo, formado pelos agricultores que residem distante da sede do município. Consequentemente estes trabalhadores são relegados do acesso ao direito à assistência técnica garantido na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Ainda que a precariedade de recursos apareça como um argumento para ausência institucional, o IDAM tem o compromisso de garantir a todas as comunidades tradicionais e agricultores familiares do município: "a gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural" (BRASIL, PNATER, 2010). Fraxe et al (2008) alerta sobre este compromisso reiterando que: "o IDAM deve atentar aos anseios da sociedade, manter a descentralização das atividades desenvolvidas por escritórios locais, para manter o quadro de pessoal mais próximo das ações a serem desenvolvidas" (p.27).

Quanto à participação do IDAM no que se refere à produção orgânica do guaraná identificamos que não há acompanhamento por parte da instituição junto às associações, como nos relatou o técnico extensionista da instituição:

> Sobre a produção orgânica o IDAM não está acompanhando diretamente só ouço falar. Se pudesse acompanhar essa pergunta cabe mais ao gerente. A maioria da nossa produção aqui o pessoal nosso não tem o habito de usar agrotóxicos, adubo químico. Embora nesses últimos 10 anos já tem um numero de produtor consciente que o adubo químico é importante para aumentar a produção dele. Mas aqui se for considerar quase toda produção é orgânica. Agora é claro pra ter uma certificação em todo um processo, não é barato, tem que tá renovando aquilo e a gente não tem um publico que pense em investir. Aí quando tem vem o preço, pensar se compensa o investimento feito. Quer dizer é uma interrogação (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Reiteramos que na Política Nacional e também na Política Estadual de Agroecologia e Agricultura Orgânica, a assistência técnica rural é apontada como um dos instrumentos necessários para a execução das diretrizes propostas nestas leis. Sua aplicabilidade exige dos técnicos extensionistas conhecimentos específicos na temática agroecológica. Para o Amazonas este é um cenário desafiador, considerando o restrito investimento do Estado nas ações voltadas ao desenvolvimento da agroecologia e da agricultura orgânica.

Além do IDAM a Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR) de Maués também acompanha o desenvolvimento da produção do guaraná. As principais demandas identificadas nesta secretaria são as visitas nas unidades produtivas para acompanhamento de projetos e a solicitação do chamado "kit produtor" que nada mais são que ferramentas e outros materiais necessários ao trabalho.

Atuando com um número reduzido de técnicos, a secretaria não consegue atender as demandas de todos os agricultores. A situação nem sempre foi assim, em gestões municipais anteriores a SEPROR disponibilizava 1 técnico rural em cada um dos polos[42] do município e este ainda deveria residia no local.

A parceria com o IDAM facilitava vários serviços da Secretaria, principalmente o de assistência rural ao agricultor. Porém, atualmente esta relação foi impactada em razão do sucateamento desta instituição, condição que também evidenciamos na SEPROR. Conforme entrevista com o Secretário Edmundo Costa, a principal dificuldade institucional é a ausência de recursos financeiros para atender os agricultores:

> A vida do nosso produtor está difícil por causa do poder público que não dispõe de condições para atendê-lo e a nossa maior dificuldade hoje é a financeira. Com recursos temos como atender demandas, temos como fazer a logística para ir até o homem do campo. Não podemos ficar aqui esperando o produtor chegar para dar um não pra ele. Tem que ir até ele, vê a necessidade que ele tem, ajudar ele a procurar um mercado. Mas pra chegar até o produtor tem que ter recurso, não tem jeito e só o recurso municipal não é suficiente, precisa de recurso estadual e federal também (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

A SEPROR tem um papel importante no incentivo à produção orgânica do guaraná em Maués. No ano de 2015 contribuiu para a regularização da AAFAU e articulou os recursos para a construção de uma Agroindústria que beneficiou esta associação. No atual cenário esta relação não é a mesma considerando que não há uma aproximação dos trabalhadores com a atual gestão municipal.

No entanto, em seu depoimento o secretário da SEPROR nos relatou que tem todo o interesse na proximidade com as associações que produzem o guaraná orgânico, pois esta produção é uma experiência positiva que eleva o nome de Máues para o Estado e para o Brasil e completou:

[42] Os estudos de Lira (2017) apontam que, em razão das distâncias geográficas o município precisou ser dividido em polos onde estão agrupadas várias comunidades, principalmente as mais distantes. Esta dinâmica facilitou a oferta de diversos serviços tais como escolas, atendimentos de saúde, assistência técnica rural e outros. Atualmente Maués conta com um total de 12 polos.

> Hoje a agricultura orgânica é internacional, de conhecimento mundial e mesmo a gente tendo isso no Urupadi eu só conheço os produtos orgânicos de fora. Então acho muito importante o trabalho que os professores fazem lá, mas tem que chegar junto aqui da gente, precisa de proximidade. Se no passado a SEPROR se distanciou agora nós podemos discutir o que fazer para ajuda-los, eu acho que essa proximidade é boa para a associação e também para o poder público (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

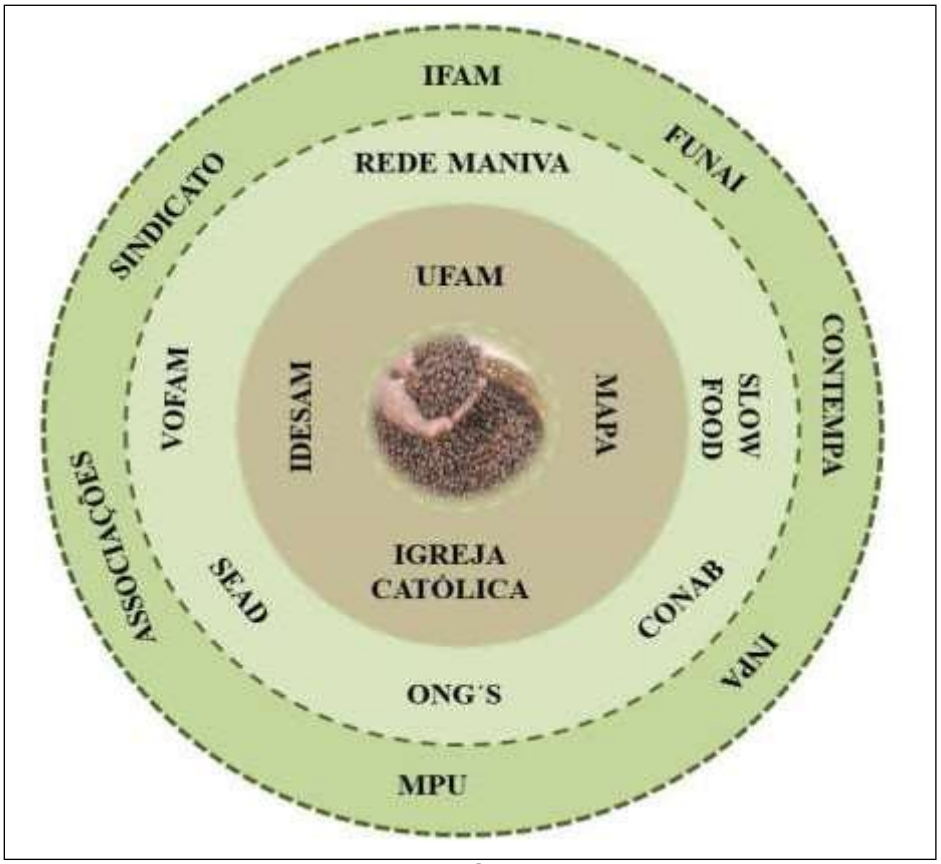
O distanciamento entre as associações e algumas instituições públicas resulta da instabilidade das relações entre trabalhadores e poder público municipal. Observamos que as afinidades são construídas de acordo com as prioridades da agenda pública da figura política que assumir a gestão do município. Neste caso, quando a gestão tende a priorizar a área rural e principalmente o desenvolvimento da produção destas regiões, os trabalhadores encontram espaço para o diálogo e confiança para apresentação de propostas.

Entretanto, esta realidade nem sempre foi possível para as associações que em sua trajetória são marcadas por inúmeras negativas do poder público, principalmente no que se refere ao acesso a recursos. Frente a este cenário surgem novos parceiros que desenvolvem um trabalho multidisciplinar baseado, sobretudo, na organização sociopolítica do trabalho, na educação e no acesso às políticas públicas.

Diferente do primeiro momento de implantação da agricultura orgânica no município, organizado por um conjunto de instituições governamentais, os novos parceiros são provenientes de diferentes espaços sociais. São instituições públicas, religiosas, organizações não governamentais e outras representatividades que trouxeram novos conhecimentos com fins ao fortalecimento das associações e a criação de estratégias para viabilizar a inclusão socioprodutiva dos trabalhadores. Tendo como base a técnica de Diagrama de Venn[43] ilustramos na Figura 50 quem são estes parceiros, conforme a indicação dos trabalhadores:

[43] De acordo com Verdejo (2006) no Diagrama de Venn é possível identificar as relações que as comunidades e/ou associações mantém entre si e também com outras instituições. Na ilustração gráfica as instituições que tem menos relação com as associações são desenhadas mais longe do centro e aquelas que mantém maior proximidade estão localizadas mais próximas ao eixo central da figura.

Figura 50: Diagrama de Venn com os parceiros da produção sustentável do guaraná em Maués



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019
Elaborado por: WEIL, 2020

Estes parceiros atuam de forma conjunta em diversas atividades voltadas ao desenvolvimento da agricultura sustentável no município e não apenas na produção do guaraná mas também em outras culturas. Observamos a atuação destes parceiros em diversas esferas da vida social das comunidades, entre as principais ações estão a viabilidade do acesso aos recursos públicos, a valorização da cultura local, a promoção de espaços para a comercialização de produtos, o intermédio frente aos entraves burocráticos vivenciados nas instituições e o incentivo para as atividades socioeducativas.

As "ausências" constatadas do Diagrama de Venn também nos revelam muito sobre a dinâmica da produção sustentável no município. A ilustração nos revela a mínima participação do Estado no incentivo a esta forma de produção, nem mesmo as instituições envolvidas diretamente na produção agrícola do município foram citadas. Tal constatação revela que a produção sustentável do guaraná não está entre as prioridades da agenda pública das autoridades governamentais do município. No entanto, os incentivos à produção

convencional são comumente evidenciados em ações como a distribuição de mudas clonadas acompanhadas dos insumos necessários para o cultivo.

Destacamos aqui a atuação das instituições públicas de ensino, entre estas a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e o Instituto Federal do Amazonas (IFAM) que desenvolvem um trabalho educativo e formativo. O trabalho desenvolvido por estas instituições abrange oficinas, cursos, reuniões, seminários e até cursos técnicos. Em março de 2018 o IFAM implementou um curso técnico EJA/PROEJA em Agroecologia (Figura 50) que tem como público alvo alunos indígenas que residem em sete comunidades da Terra Indígena Andirá Marau.

Figura 51: Curso técnico em Agroecologia na terra indígena Andirá Marau



Fonte: www.ifam.edu.br

Figura 52: Curso de Agroecologia / UFAM



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Figura 53: Ação educativa IFAM/IDESAM/UFAM



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

As Organizações Não Governamentais em particular têm desenvolvido trabalhos de cunho socioeducativo, articulando estratégias com novos mercados para o escoamento da produção. Durante a pesquisa identificamos, em particular, o projeto Aliança Guaraná de Maués, desenvolvido pelo IDESAM e financiado pela Ambev e pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) desde o ano de 2017. O projeto tem como objetivo: "[...] proporcionar ambientes coletivos de formação e debate para construção de ações com participação social e governamental relacionadas ao guaraná e outras importantes temáticas" (SILVA, 2018, p.7).

O projeto foi desenvolvido em diversas comunidades do município e os resultados foram consolidados em um documento denominado "A cadeia de valor do guaraná de Maués". As ações não se restringem à produção do guaraná, estas abrangem também os aspectos sociais e culturais que gravitam em torno desta realidade.

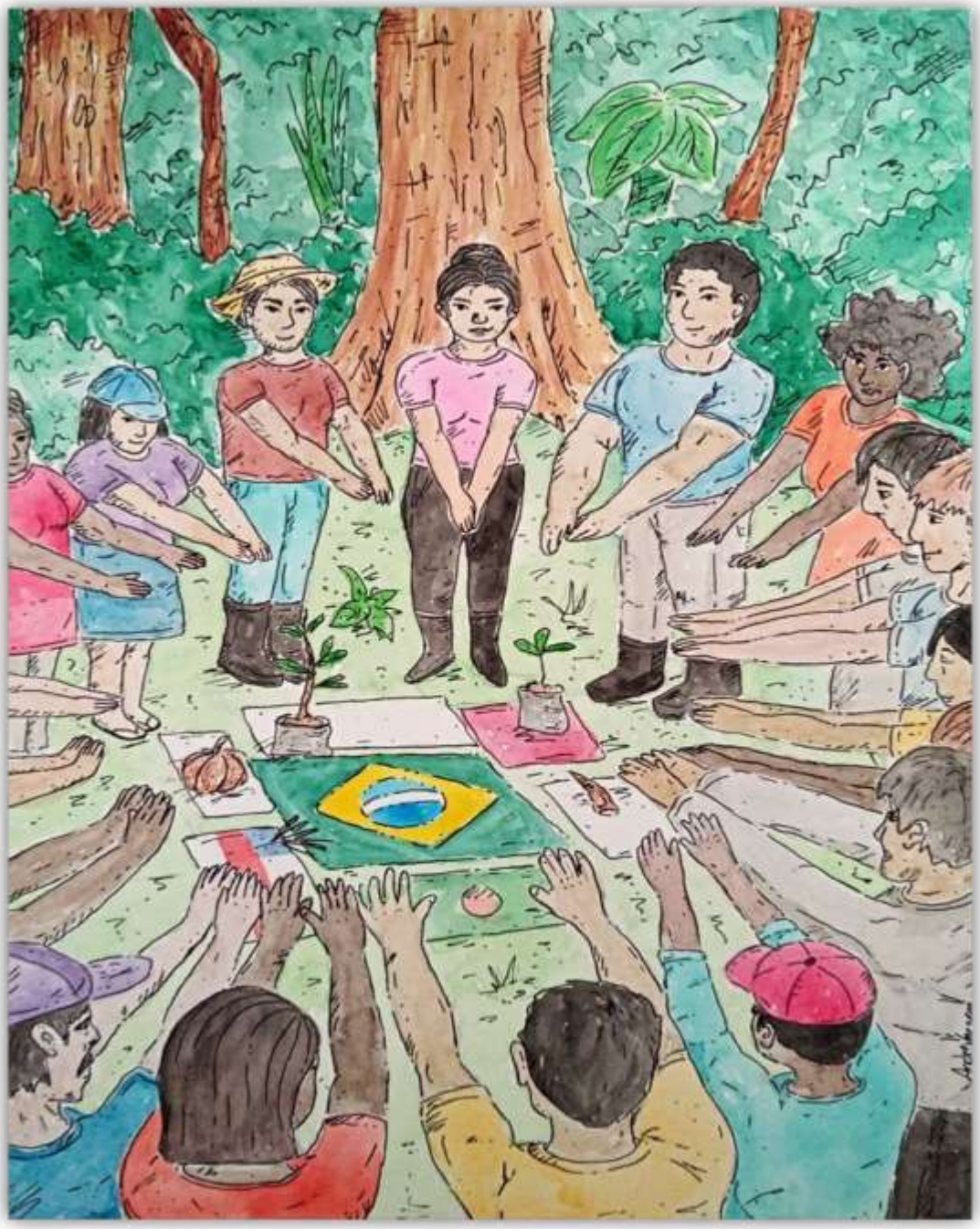
O projeto favoreceu uma parcela importante de agricultores e até mesmo da população local com o apoio a atividades educacionais e socioculturais, entretanto alguns entrevistados revelaram inquietações justamente por ser financiado pela Ambev, que nos últimos anos vem mantendo uma relação instável com os agricultores em razão de suas práticas de comercialização.

No que concerne às instituições religiosas, evidenciamos que estas têm uma forte influência na área de estudo e tem contribuído com a captação de recursos e com a viabilidade de acesso dos agricultores a potenciais mercados por meio da parceria com organizações estrangeiras. Além disso, estas mesmas instituições têm trabalhado para implementar melhorias nas comunidades onde estão localizadas as associações, entre estas um projeto de energia solar.

Mas não resta dúvida que, mesmo com a atuação de parceiros, a produção sustentável do guaraná é protagonizada pelas Organizações de Trabalho Associado, ou seja, pelas associações. Poucas sobreviveram aos processos de modernização, algumas até sucumbiram a estes por uma questão de sobrevivência, mas para outras a resistência delineou um processo de resistência.

CAPÍTULO 3

INTERFACES SOCIOPOLÍTICAS DO TRABALHO ASSOCIADO NA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DO GUARANÁ EM MAUÉS: RESISTÊNCIA, R-EXISTÊNCIA E SUBORDINAÇÃO



CAPÍTULO 3 – INTERFACES SOCIOPOLÍTICAS DO TRABALHO ASSOCIADO NA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DO GUARANÁ EM MAUÉS: RESISTÊNCIA, R-EXISTÊNCIA E SUBORDINAÇÃO

> O trabalho associado é um principio educativo, isto é, ele ensina as trabalhadoras e trabalhadores a experimentar, ainda que de forma embrionária, novas relações sociais para além do capital.
> (Henrique Novais, 2018)

Introdução

Trabalho Associado e Produção Sustentável estabelecem uma relação intrínseca e, na maioria dos casos, indissociável. Grande parte dos estudos que abordam estas categorias associam os aspectos sociais, econômicos e culturais existentes entre estas. Isto se explica, pois historicamente as organizações sociopolíticas de trabalhadores destacam-se como protagonistas da agricultura sustentável.

É evidente que o trabalho dos produtores individuais e também dos empreendimentos privados são importantes para o desenvolvimento da produção sustentável, entretanto, registros do Ministério da Agricultura, apontam a dinâmica desta produção acontece por meio de associações, cooperativas ou outras formas de organização que constituem o universo do trabalho associado.

Historicamente as organizações de trabalho associado emergem por iniciativa de pequenos grupos de trabalhadores ou, como parte de movimentos sociais contra hegemônicos que se constituem dentro de contextos pacíficos ou mesmo conflituosos. Estas têm como objetivo o aspecto econômico, o ato de resistência às relações capitalistas e a negação à apropriação de excedente econômico (DAL RI E VIEITEZ, 2008).

De acordo com Santos (2005) estas organizações procuram superar a produção desigual de poder e as condições de concorrência e individualismo, próprias do sistema capitalista. Além disso, visam combater a exploração dos recursos naturais e são guiadas por três princípios: igualdade, solidariedade e proteção do meio ambiente.

Das inúmeras denominações que abrange o trabalho associado podemos destacar: cooperativas, associações, a autogestão, a economia solidária e as alternativas econômicas não capitalistas (SANTOS, 2008). Estas organizações assumem uma posição antagônica ao

capital, entretanto constata-se que as relações estabelecidas com o mercado são capazes de influenciar os processos de trabalho e a dinâmica sociopolítica construída nestes espaços.

Neste contexto, identificamos um fluxo de condições que perpassam a subordinação, a resistência e a *r*-existência, ou seja, atitudes de reposicionamento e ressignificação de discursos no contexto da modernidade (LEFF, 2005). Frente a complexidade desta conjuntura, é necessário compreender os contextos onde surgem estas organizações, as motivações que levaram a sua criação, as condições objetivas e subjetivas de organização do trabalho e, sobretudo, as estratégias para a garantia da autonomia frente às relações estabelecidas com o mercado.

Portanto, o presente capítulo tem como finalidade analisar estes aspectos a partir da realidade de três organizações de trabalho associado identificadas na produção do guaraná que tem em comum a experiência com a produção sustentável e o processo de organização sociopolítica do trabalho.

Deste modo, abordaremos inicialmente a dinâmica do trabalho associado indígena figurado no Consórcio de Produtores Sateré Mawé, organização que consideramos ser a primeira experiência de trabalho associado em Máues, pois desde os tempos primórdios os indígenas já mantinham uma organização sociopolítica para a venda de seus produtos.

As articulações com Organizações Não Governamentais provenientes de outros países foram fundamentais para o desenvolvimento comercial do consórcio. Por outro lado, verifica-se que as relações com o mercado implicaram em mudanças substantivas na organização sociopolítica e na dinâmica do trabalho deste grupo.

Outra associação estudada é a ASCAMPA, constituída por agricultores familiares e marcada por uma transição em seus processos de trabalho, onde a produção sustentável foi substituída pela produção convencional. Este é um movimento comum entre as associações em Maués, a diferença em relação a ASCAMPA é que esta foi a primeira organização de agricultores certificada para a produção orgânica do guaraná. Assim, interessa-nos conhecer que condicionantes inviabilizaram a produção orgânica, e por quais razões esta organização adotou a produção convencional no cultivo do guaraná.

Por fim, explanaremos a trajetória histórica e sociopolítica da AAFAU, uma das mais recentes organizações de trabalhadores voltada para o desenvolvimento da produção sustentável no município. Esta associação surge da experiência dos trabalhadores camponeses junto ao trabalho associado indígena. Na convivência com os indígenas identificaram os

benefícios da produção sustentável, ao mesmo tempo, perceberam que não recebiam o preço justo pelo guaraná que comercializavam junto ao Consórcio, principal condicionante que motivou a criação da associação.

Dentro de suas particularidades estas organizações protagonizam processos de continuidades e descontinuidades ocasionadas pelo cenário de transformação do trabalho e revelam processos históricos distintos que se intersectam na dinâmica do trabalho associado.

3.1. OS SENTIDOS DO TRABALHO ASSOCIADO: DO GLOBAL AO LOCAL

No contexto de suas reflexões sobre o trabalho associado Novaes (2011) resgata uma brilhante metáfora do pensamento de Marx onde este autor compara a relação indissolúvel entre o trabalhador e seus meios de produção ao caracol e sua concha. Sabemos, porém, que no sistema capitalista este vínculo é drasticamente rompido pela propriedade privada dos meios de produção. Diante de tal realidade a concepção marxiana aponta que o associativismo e/ou cooperativismo tornam-se vias possíveis para a restituição do trabalhador a estes meios, em outras palavras, um *retorno do caracol a sua concha* (ibdem).

Este movimento, contudo, requer o questionamento dos trabalhadores à propriedade privada e seu comprometimento com um projeto de transformação social capaz de promover mudanças na divisão social do trabalho imposta no sistema capitalista. Novaes (2011) afirma ser essencial a necessidade de controle global do processo de trabalho para que as relações capitalistas de produção não reproduzam uma nova roupagem no trabalho associado.

Na perspectiva de Santos (2005) este seria um grande desafio, pois, cotidianamente as organizações de trabalhadores vivenciam um processo de sobrevivência no contexto do domínio do capitalismo. O autor classifica as experiências de trabalho associado como *alternativas econômicas não capitalistas* e no seu entendimento estas representam "...formas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção ao meio ambiente" (p.25).

Em sua perspectiva teórica, este autor discute a viabilidade destas alternativas e seu potencial emancipatório guiado pela resistência à hegemonia do capitalismo. Mesmo com a recusa aos valores e práticas deste sistema, estas organizações não tem intenção de substituir o capitalismo, mas de tornar mais incômoda sua produção e hegemonia como reitera Santos (2005, p. 30):

> Mais do que a velha dicotomia entre reforma e revolução, trata-se de, como afirma Gorz (1997), aplicar reformas revolucionárias, ou seja, empreender reformas e iniciativas que surjam dentro do sistema capitalista em que vivemos, mas que facilitem e deem credibilidade a formas de organização econômica e de sociabilidade não capitalista.

Santos (2005) ainda afirma que embora a constituição destas organizações tenha sido motivada por uma contra-hegemonia, as relações com o sistema capitalista são diferenciadas, visto que algumas assumiram integralmente uma parceria com o mercado e outras optaram por uma transformação radical, rejeitando todo processo de produção do capital. Mesmo assim, ambas as posturas são relevantes, pois abrem portas para transformações graduais *não capitalistas*

Lima (2007), no entanto, assevera que as relações com o mercado impõem limitações que comprometem a autonomia das organizações de trabalho associado. Para este autor, no atual contexto a perspectiva política de emancipação encontra-se acompanhada de uma perspectiva de gestão para o mercado mediada por organizações nacionais e internacionais de cooperativismo.

Questões desta natureza também são apontadas por Haddad (2003) quando este afirma que, mesmo negando a propriedade privada individual, o trabalho cooperado se limita a superar apenas o caráter déspota do trabalho. Para este autor, esta posição não é suficiente para a superação do capital, uma vez que se mantém a anarquia da divisão social do trabalho os trabalhadores não se livram da figura do patrão, nestes termos: “a cooperativa é uma negação do capitalismo, insuficientemente negativa para proporcionar sua superação positiva” (p.35).

O caráter contraditório das organizações de trabalho associado é fruto da dinâmica do sistema capitalista de produção. Nas sociedades que antecedem o capital a cooperação era uma prática inerente à coletividade. Em sua obra *Formações econômicas pré-capitalista* Marx (1986, p. 71) aponta algumas práticas de cooperação que eram desenvolvidas pelas sociedades comunais e contribuíam para a organização social, política e econômica do lugar:

> A comunidade passa a ser, por um lado, a relação recíproca entre proprietários privados livres e iguais, sua aliança contra o mundo exterior. A comunidade baseia-se no fato de seus membros serem trabalhadores proprietários, mas igualmente a independência destes consiste em seu mútuo relacionamento como integrantes da comunidade, na defesa da terra comum, para as necessidades comuns.

No sistema capitalista a cooperação se expressa em diferentes conjunturas históricas. Em um primeiro momento tornou-se um elemento estratégico de controle da burguesia sobre a classe trabalhadora, sendo empregada inicialmente na manufatura e depois em entidades privadas e espaços da administração pública como escolas e hospitais (VIEITEZ E DAL RI, 2015).

Envolvidos nestes processos de trabalho, os trabalhadores potencializaram uma nova força produtiva baseada na cooperação. Este movimento permitiu à burguesia o controle dos locais de trabalho e consequentemente da classe trabalhadora. Deste modo, mesmo cooperando entre si "[...] esta cooperação é um imenso problema, pois é alienada para o capital, apropriada pelo capital, uma cooperação que não pertence aos trabalhadores e sobre a qual eles não têm nenhum controle" (VIEITEZ e DAL RI, p.109)

Este cenário se modifica no decorrer do século XIX, quando as condições precárias de trabalho e o crescimento das desigualdades provocadas pela dinâmica de exploração do capitalismo, desencadearam um processo de resistência e luta dos trabalhadores por melhores condições de vida. Nesta conjuntura, a cooperação se apresenta como uma alternativa contra hegemônica que resulta em um processo de ressignificação do trabalho associado.

Conforme Lima (2007) é neste momento que surgem as cooperativas, associações formadas voluntariamente para a constituição de empresa de propriedade coletiva que atende diversas necessidades, tais como consumo, trabalho, serviços e outros. As primeiras cooperativas surgem na Inglaterra em 1826, algumas de forma isolada com vistas a atenuar as problemáticas locais, mas a grande maioria constituída por lideranças políticas atreladas a uma filosofia de cooperação que deram origem ao movimento cooperativista (LIMA, 2007).

Entre os precursores destaca-se o britânico e industriário Robert Owen, umas das mais importantes referências para o trabalho associado. Além do tratamento diferenciado aos seus empregados, Owen contribuía diretamente com o governo britânico para atenuar as consequências das crises econômicas ocasionadas pelos ciclos de guerra ocorridos na Europa. Em meio a um cenário de desemprego e pobreza extrema, o industriário apresentou um plano para que os fundos de sustento dos pobres fossem utilizados na construção das chamadas a*ldeias cooperativas*, pequenas comunidades onde viveriam até 1.200 pessoas que trabalhariam tanto na terra quanto na indústria e assim poderiam prover suas próprias necessidades (SINGER, 2002).

A proposta do Owen ainda orientava que o lucro excedente poderia ser trocado entre as aldeias, o que futuramente acarretaria em um retorno financeiro para o Estado pois: "[...] os pobres seriam reinseridos na produção em vez de parecer desocupados e em pouco tempo não haveria necessidade de continuar subsidiando os mesmos" (SINGER, 2002, p.26). A proposta de Owen não foi acatada pelos dirigentes do governo britânico, pois estes interpretaram que o objetivo da proposta não era apenas contribuir para o sustento dos pobres, mas acima de tudo uma mudança radical no sistema social, o que teria impactos sobre a empresa capitalista.

De acordo com Vieitez e Dal Ri (2015) pensadores como Owen imaginavam, sobretudo, que suas propostas pudessem superar o capitalismo por meio da criação destas pequenas comunidades igualitárias que se expandiriam ao ponto de substituir a ordem vigente. Marx (2008) classificou estes pensadores como socialistas utópicos, pois, mesmo reconhecendo os antagonismos de classe estes não propiciaram ao proletariado qualquer autonomia ou mesmo as bases politicas para a organização de um movimento contra hegemônico.

Estas ideias, entretanto, serviram de inspiração para o movimento de trabalhadores que, reconhecendo a inviabilidade das comunidades alternativas propostas pelos socialistas utópicos, investiram na implementação de empreendimentos econômicos. Uma das experiências pioneiras foi a criação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, instituída em 1844 pelos trabalhadores industriais da cidade. Em meio às condições de trabalho precárias e ao aumento da pobreza, esta organização atendia as necessidades de seus associados possibilitando o acesso a bens de consumo de qualidade e com preços mais acessíveis.

A organização de trabalhadores associados de Rochdale foi reconhecida por ser a primeira cooperativa de consumidores do mundo e por sua inovação ao criar os princípios que viabilizaram o cooperativismo como atividade econômica e empresarial (DAL RI, 2008). A associação estabeleceu sete princípios que foram posteriormente incorporados e refinados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI)[44], conforme evidenciamos no Quadro 10:

[44] A Aliança Cooperativa Internacional é uma instituição não-governamental e independente criada em 1895 com a finalidade de preservar e defender os princípios cooperativistas. Atualmente conta com 230 organizações divididas em mais de 100 países que tem como missão propiciar o intercâmbio de melhores práticas (OCB, 2020).

Quadro 10: Princípios do Cooperativismo Rochdale e Aliança Cooperativa Internacional

Princípios Tradicionais Rochdale (1844)	Princípios Contemporâneos ACI (1995)
1. Associação aberta	1. Adesão Voluntária e Aberta
2. Controle democrático (1 homem, 1 voto)	2. Gestão Democrática
3. Distribuição dos excedentes proporcional ao volume das transações realizadas	3. Participação econômica dos membros
4. Pagamento restrito de juros de capital	4. Autonomia e Independência
5. Neutralidade religiosa e política	5. Educação, formação e informação
6. Compras em dinheiro	6. Intercooperação
7. Promoção da Educação	7. Interesse pela comunidade

Fonte: Weil (2020)adaptado de Vieitez e Dal RI (2015), Organização das Cooperativas Brasileiras (2020)

Estes princípios consolidaram o processo de institucionalização do cooperativismo e viabilizaram o marco legal e jurídico desta forma de trabalho associado. No entanto, seus fundamentos não acompanham a lógica de emancipação do trabalho associado, ao contrário, resguardam concepções do sistema capitalista contribuindo assim para a reprodução da exploração do trabalho. Vieitez e Dal Ri (2015) afirmam que muitos aspectos do cooperativismo foram utilizados pelos capitalistas para a criação de suas próprias cooperativas, o que torna esta forma de organização de trabalho associado a mais conciliadora com o sistema capitalista, ainda porque, estrategicamente, possui uma regulamentação própria.

Frente a esta constatação é necessário esclarecer que o trabalho associado precede o cooperativismo e que sua constituição está enraizada no movimento de resistência da classe operária às relações capitalistas de produção. Portanto: "[...] é uma dissidência engendrada pela classe trabalhadora, um epifenômeno da luta de classes (...) uma categoria que, à diferença do cooperativismo[45], permanece como um conceito historicamente em aberto, sujeito a variações de significados" (VIEITEZ E DAL RI, 2015).

Dadas estas especificidades, cabe-nos elucidar, a partir do pensamento de Vieitez e Dal Ri (2015), os determinantes que caracterizam as organizações de trabalho associado: Não utilização do trabalho assalariado, salvo em determinadas situações e com quantitativo mínimo; A força de trabalho é constituída pelos próprios trabalhadores associados, que são ao mesmo tempo sócios e trabalhadores; Prática da gestão democrática ou distribuição igualitária

[45] Os dispositivos legais que regulamentam as cooperativas flexibilizam o modo de funcionamento destas organizações. Isto quer dizer que, mesmo sendo composta por trabalhadores nem sempre a cooperativa será considerada de trabalho associado. O que determina esta dinâmica é o consenso entre os associados, materializado nas normas estabelecidas nos estatutos e/ou regimentos.

do poder; Distribuição equitativa das retiradas, salários igualitários; Distribuição do excedente econômico igualitário entre os sócios.

As experiências de trabalho associado vêm crescendo exponencialmente, assim como a pluralidade de suas formas de organização. Para Santos (2005), todas estas iniciativas são igualmente importantes, pois revelam um potencial emancipador capaz de promover mudanças qualitativas na vida dos trabalhadores. Além disso, com a difusão destas experiências se ampliaram os espaços sociais viáveis para formas de sociabilidade e organizações econômicas não capitalistas.

A literaturas que aborda o trabalho associado apontam uma diversidade de organizações que gravitam em torno deste fenômeno. São iniciativas orientadas pelas bases fundantes do trabalho associado, mas que se diferenciam em sua estrutura organizacional e também na regulamentação jurídica pelas quais estão amparadas. No quadro 11 elencamos as iniciativas comuns identificadas nestas literaturas, ressaltando que esta não representa a totalidade de experiências de organizações de trabalho associado que se desenvolvem cotidianamente nos diferentes espaços.

Quadro 11: Formas de Organização de Trabalho Associado

Cooperativas	Associação voluntária de pessoas que se reúne para a constituição de uma empresa de propriedade coletiva para atender necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns.
Associações	Sociedade civil sem fins econômicos e sem fins lucrativos criada para representar e defender os interesses dos associados bem como para a prestação de serviços em escalas diversas.
Autogestão	Forma de gestão de trabalhadores associados como estratégia de recuperação de empresas e manutenção no mercado. São vinculadas a propostas políticas de democratização com a transformação dos trabalhadores em proprietários.
Grupos Informais	Atividades de produção de bens com vistas a oferta de trabalho e geração de renda primordial dos sócios, mas principalmente como forma de obter rendimentos complementares ou quando a remuneração dos sócios é insuficiente.
Sociedades Mercantis	Dedicam-se principalmente à produção e a prestação de serviços visando assegurar trabalho e renda para os sócios.
Co-gestão	Modalidade de empresa na qual o capital é dividido entre um coletivo de trabalhadores e os empresários capitalistas.
Empreendimento Econômico Solidário	Organizações coletivas e permanentes que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de credito, de comercialização e de consumo solidário.
Economia Solidária	Conjunto de atividades econômicas organizadas sob a forma de autogestão, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens ou prestação de serviços e participação democrática dos membros nas decisões.

Fonte: Elaborado pela autora com base em: Lima, 2007. Senar, 2011. DAL RI, 2008. Senaes, 2003, Gaiger, 2014.

Para Dal Ri (2008) a expansão destas formas de organização indica que há uma tendência estrutural no capitalismo à formação de organizações de trabalho associado. Fato, é que estas se reproduzem em função das condições desiguais deste sistema, especificamente impulsionadas pelas seguintes problemáticas: o desemprego estrutural, a precarização do mercado de trabalho, a ideologia e a autonomização do trabalho.

Estes aspectos são resultantes de uma crise estrutural do capital que apresenta seus primeiros indícios no final da década de 60 e marca o declínio dos chamados *anos dourados do capitalismo*[46]. Conforme com Antunes (2009), os principais indícios desta crise foram: a queda da taxa de lucro, esgotamento do padrão de acumulação Taylorista/Fordista, hipertrofia da esfera financeira, maior concentração de capitais em razão da fusão entre as empresas, crise do Estado de Bem-Estar Social e o crescimento das privatizações.

As estratégias de superação desta crise ocasionaram uma série de transformações no mundo do trabalho com fortes impactos para a classe trabalhadora. Nesta conjuntura, verificam-se novas formas de intensificação do trabalho fundamentadas na redução do numero de trabalhadores, porém, com a exigência de maiores índices de produtividade. Este fenômeno ocorre prioritariamente por dois motivos: a inserção de novas técnicas de gestão da força de trabalho e a introdução ampliada de novas tecnologias.

No Brasil, os efeitos da crise ocasionaram diversas problemáticas, entre estas: o fechamento de fábricas em vários setores, a queda da participação industrial no produto nacional, o aumento do desemprego, a precarização do trabalho, o enfraquecimento do sindicalismo e outros aspectos (IPEA, 2016). Diante deste cenário, instala-se um quadro acentuado de exploração onde os trabalhadores se tornam reféns de um processo de precarização das condições objetivas e subjetivas de trabalho.

A dificuldade de reinserção no mercado mobiliza debate entre grupos da sociedade civil e gestores públicos visando identificar estratégias que viabilizassem a geração de empregos em meio à crise. O cooperativismo surge como uma dessas alternativas considerando que já registrava diversas experiências no país.

[46] A expressão “anos dourados do capitalismo” corresponde ao período entre 1948 - 1977 quando o padrão de acumulação fordista-keynesiano e o modelo controle social denominada *Welfare State* (Estado de bem estar social) foram implementados. De acordo com Bresser-Pereira (2010) este foi um período em que o sistema capitalista alcançou a regularidade dos mercados financeiros, a estabilidade financeira, elevadas taxas de crescimento econômico e uma redução das desigualdades.

De acordo com Gaiger (2013) as primeiras inciativas de cooperação no Brasil, aconteceram no final do século XIX mobilizadas por imigrantes europeus que viviam em situações precárias no país. Neste período, as áreas de atuação destas cooperativas eram o consumo, o crédito e o setor agropecuário e estas se concentravam principalmente na região Sul e Sudeste do país.

Contudo, entre as décadas de 70 e 90 estas organizações aumentaram substancialmente em todo território nacional como resposta à crise, assevera Dal Ri (2008): "a criação de organizações de trabalho associado, observados seus limites quantitativos e qualitativos, é uma modalidade de ações que os trabalhadores estão encetando como reação à carência de postos de trabalho" (p.50).

Frente a esta conjuntura os movimentos populares e representatividades de trabalhadores pressionam o Estado por respostas concretas e imediatas para a problemática do desemprego. É neste momento que a temática da economia solidária adentrou a esfera da política pública de trabalho e emprego e se tornou a face institucional do trabalho associado no país. De acordo com Singer (2002):

> A economia solidária é um outro modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda (SINGER, 2002, p.10).

Para Leite et al (2015) apesar de ter como marco os processos de recuperação de fábricas pelos trabalhadores[47], dois eventos foram marcantes para a expansão das experiências de economia solidária no Brasil: o primeiro foi a realização do Fórum Social Mundial[48] no ano de 2001 que propagou a criação das cooperativas como alternativa de

[47] A falência de várias empresas nas décadas de 80 e 90 acarretou na demissão de um expressivo numero de trabalhadores. Neste contexto um dispositivo jurídico foi utilizado pelos trabalhadores para que estes pudessem arrendar o patrimônio dos antigos empregadores e manter seus postos de trabalho. O sindicato foi o principal intermediário desse processo intervindo junto à justiça e incentivando a criação de associações de trabalhadores baseadas na Autogestão. Em 1994 foi realizado o 1º Encontro de Trabalhadores em Empresas de Autogestão, onde foi fundada a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Auto-Gestão e Participação Acionária (ANTEAG) criada com a finalidade de facilitar as negociações e as reivindicações e representar as empresas autogestionárias perante o poder público, um marco para a história do trabalho associado no Brasil (SINGER, 2005).

[48] O Fórum Social Mundial é um espaço de reflexão e construção de propostas que se contrapõem à lógica Neoliberal e busca a superação da dominação do mercado. O evento aconteceu pela primeira vez na cidade de

geração de trabalho e renda e o segundo foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no ano de 2003, órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que objetivava fomentar as iniciativas de trabalho associado no país.

A SENAES foi regulamentada por meio da Lei 10.683 e pelo Decreto 4.764 no contexto do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), candidato do Partido dos Trabalhadores (PT). Segundo Gaiger (2013) a chegada das forças políticas de esquerda ao poder potencializara a economia solidária, pois esta representava uma resposta deste governo às suas bases sociais.

Em sua versão institucionalizada como economia solidária, o trabalho associado ganha uma classificação generalizada para se moldar ao protocolo das políticas públicas no Brasil. A pluralidade de experiências que englobam este universo foi nomeada como empreendimento econômico solidário e suas atuais formas de organização, consideradas para fins de identificação são: cooperativa, associação, grupo informal e sociedade mercantil.

Conforme Barbosa (2007) a economia solidária está ligadas a seis grandes áreas: Agricultura, agropecuária e agroindústria; Produção (indústria, artesanato e confecções, etc.); Prestação de serviços (alimentação, consultoria, limpeza, serviços gerais, etc); Extrativismo (pesca, silvicultura, exportação florestal e mineração); Comercialização e troca; Crédito/Fundo rotativo.

A natureza dessas atividades econômicas revela a relação intrínseca entre o trabalho associado e o capital, sendo esta mediada pelo Estado por meio de políticas públicas, neste caso específico, pela economia solidária. Neste cenário destacam-se algumas ambiguidades, a principal delas é que ao mesmo tempo em que se concebe uma cultura do trabalho baseada na autonomia do trabalhador, constata-se um alinhamento do trabalho associado à dinâmica do mercado capitalista.

Mas então qual seria o diferencial destas organizações frente às empresas capitalistas? Há um consenso entre autores que abordam a economia solidária, de que o caráter solidário é o principal fator de diferenciação entre estas organizações e a empresa capitalista baseada na propriedade privada dos meios de produção e na relação assalariada do trabalho (GAIGER, 2003).

Porto Alegre no ano de 2001 e tinha como objetivo uma contraposição ao Fórum Econômico Mundial de Davos, evento que propaga e defende as políticas neoliberais no mundo.

Soma-se a esta questão a natureza participativa na organização do trabalho e principalmente a formação política potencializadora para o processo de autonomia. Além disso, as relações estabelecidas entre os trabalhadores transcendem o campo do trabalho para a vida social como afirma Barbosa (2007):

> As dinâmicas sociais empreendidas nos processos de economia solidária permitem restabelecer os elos na esfera do trabalho, que pela própria natureza deste, são elos de vizinhança e proximidade como elos societais [...] diante da fragilização das condições de subsistência com a precarização do trabalho, a economia solidária indica um campo de socialização capaz de favorecer a agregação e humanizar a vida coletiva, dando sentido à inserção social dos indivíduos (p. 144)

Como política pública a economia solidária é marcada pela transversalidade, característica própria da dinâmica do trabalho associado. Barbosa (2007) expõe algumas das principais ações de economia solidária para reafirmar que estas não se limitam a uma instância administrativa do governo federal, ao contrário, estão presentes em diferentes espaços públicos como podemos evidenciar no Quadro 12.

Quadro 12: Transversalidade da Economia Solidária no governo[49]

Órgão	Principais ações/programas e interface com o Senaes
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Fomento ao cooperativismo através de capacitação tecnológica, educação associativa, estímulo à exportação, formações e ocupação de incubadoras de cooperativas populares, desenvolvimento de ações de cooperação entre cooperativas e financiamento de cooperativas.
Ministério das Cidades	Programa de Crédito Solidário e programa habitacional para famílias que ganham até três salários mínimos organizadas em associações e cooperativas habitacionais.
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Projeto de comércio ético e solidário. Desenvolvimento local de regiões de reforma agrária e agricultura familiar em que se destaca o fortalecimento de sistemas associativos e cooperativos. Fortalecimento da produção e comercialização da agricultura familiar através do Pronaf.
Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome	Programa Fome Zero
Ministério da Educação	Programas de extensão de apoio e/ou fomento a iniciativas de economia solidária e incubagem. Ações educativas no âmbito de atividades curriculares de educação profissional e educação no campo.
Ministério do Meio Ambiente	De modo difuso no conjunto de ações sobre desenvolvimento sustentável e agroextrativismo.

[49] Informações referentes ao período que compreende os anos de 2009 a 2013, última atualização da Secretaria Nacional de Economia Solidária de dados sobre a Economia Solidária no Brasil. É provável que algumas destas ações não estejam mais em funcionamento.

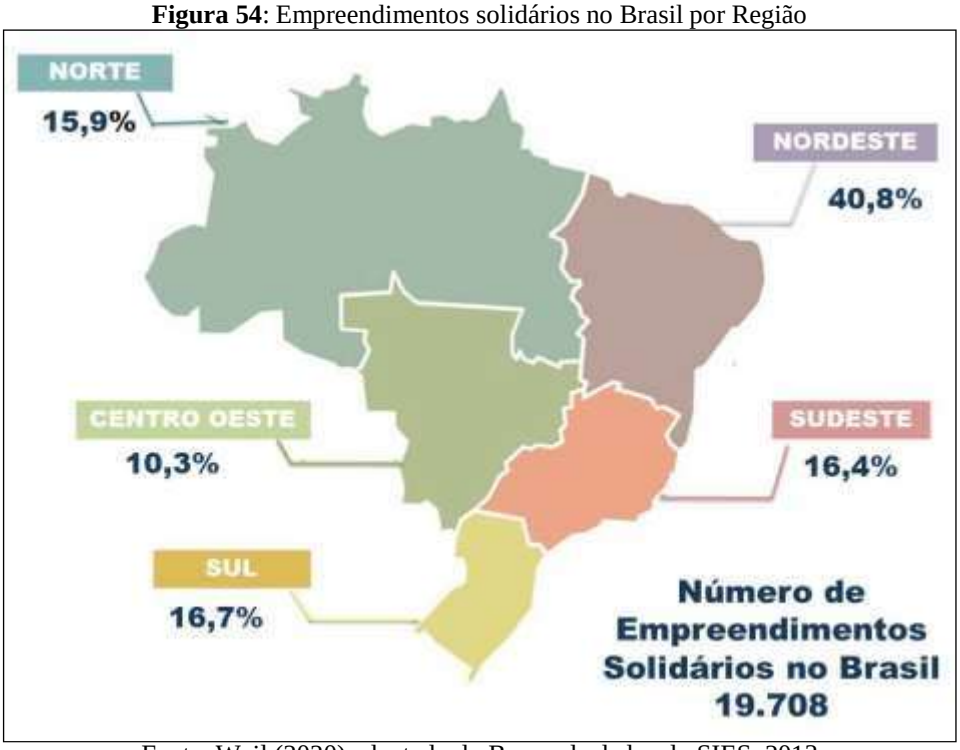
Ministério da Ciência e Tecnologia	Proninc, destinado ao fomento de incubadoras universitárias para cooperativas populares.
Ministério de Minas e Energia	Formação de Cooperativas junto ao setor de mineração.
Secretaria Nacional Especial para Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial	Ações de natureza produtiva e de consumo que favoreçam a igualdade racial, étnica e de gênero, com destaque para as comunidades quilombolas.

Fonte: BARBOSA, 2007

O caráter transversal e o quantitativo de ações na área da economia solidária é um importante indicador para reafirmar a expansão destas organizações no país. Dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) coletados entre os anos 2009 a 2013 apontam a existência de 19.708 empreendimentos solidários no país. Conforme o IPEA (2016) cerca de dois terços desse total (60,2%) foi constituído a partir do início da década de 2000.

Quanto a distribuição regional constatamos que a Região Nordeste é responsável por 40,8% de empreendimentos solidários no Brasil seguida das regiões Sul e Sudeste que apresentam proporções próximas em torno de 16% cada uma. Na Região Norte foram identificadas 15,9% destas organizações e a Região Centro Oeste apresenta o menor percentual sendo apenas 10,3% dos empreendimentos.

Figura 54: Empreendimentos solidários no Brasil por Região

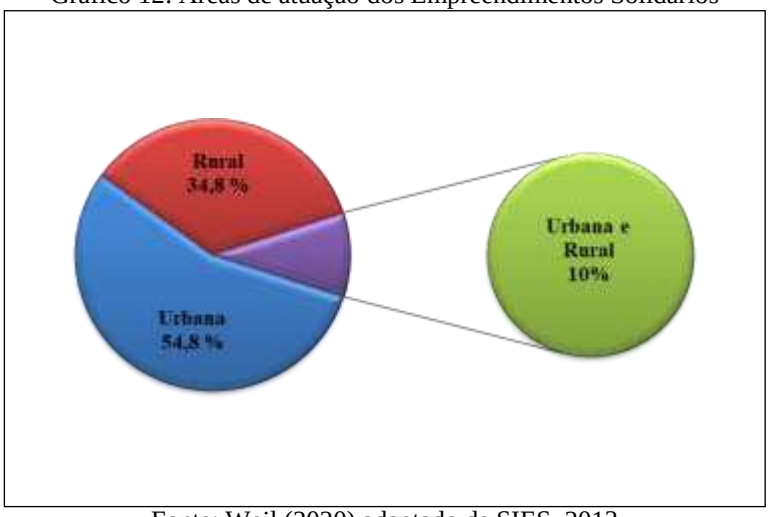


Fonte: Weil (2020) adaptado do Banco de dados do SIES, 2013

A maioria destas organizações está localizada na área rural (54,8%). A área urbana concentra um total de 34,8% destes empreendimentos e outros 10% atuam em ambos os espaços. As principais atividades desenvolvidas no meio rural são o consumo (85%), a troca (65%), as finanças (62%) e a produção (52%). Na área urbana predominam as atividades de prestação de serviços (64%) e comercialização (48%).

Outro dado importante é que as organizações do meio rural representam a grande maioria na região Nordeste (72%), assim como nas regiões Centro Oeste (54%) e Norte (50%). Na região Sudeste predominam os empreendimentos urbanos (61%) e na região Sul foi observado um equilíbrio entre as organizações urbanas e rurais, sendo 42% em ambas. Um percentual de 16% atua declarou atuar simultaneamente nas duas áreas (IPEA, 2016).

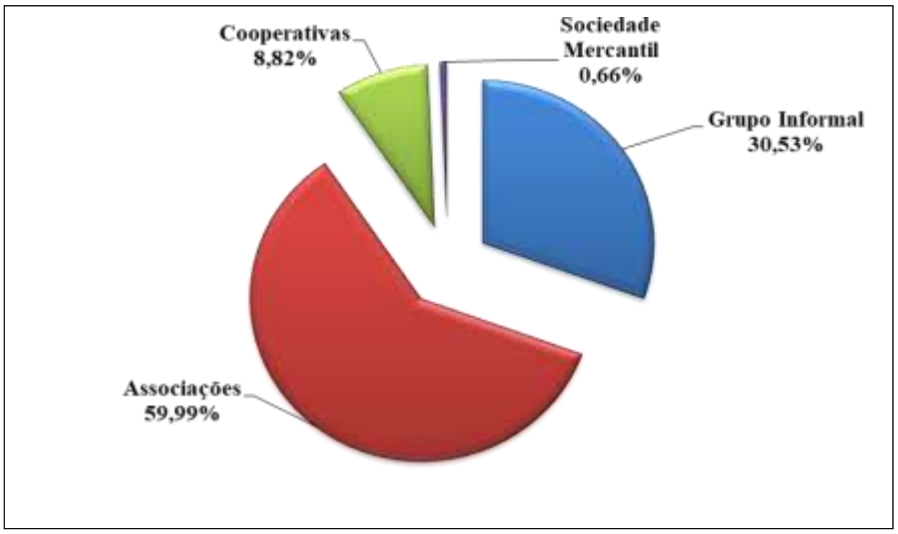
Gráfico 12: Áreas de atuação dos Empreendimentos Solidários



Fonte: Weil (2020) adaptado de SIES, 2013

Quanto às formas de organização verificou-se que as associações representam a maioria dos empreendimentos solidários (60%) seguida dos grupos informais que totalizam 30,5% das formas de organização. As cooperativas abrangem apenas 8,82% do total de empreendimentos e as sociedades mercantis representam apenas 0,7% das organizações. As associações estão mais concentradas na área rural e os grupos informais e as cooperativas na área urbana. O levantamento do SIES constatou um aumento no número de associações e uma queda dos grupos informais entre os anos de 2009 a 2013. Pressupomos que isso ocorre, pois, a implementação da política de economia solidária favoreceu a regulamentação destes grupos para fins de acesso a recursos de programas governamentais.

Gráfico 13: Principais formas de atuação



Fonte: Weil (2020) adapatdo do SIES, 2013

No que se refere a concentração na área rural, Barbosa (2007) afirma que este fenômeno ocorre devido ao crescimento das cooperativas rurais de assentamentos e do Movimento Sem Terra (MST), cujas formas organizativas se tornaram referência mundial na temática do cooperativismo e associativismo rural. Sob o lema *ocupar, resistir e produzir* o MST inovou a prática da cooperação a partir de suas experiências em assentamentos ligados á reforma agrária.

Contrariando o padrão de cooperativismo estabelecido no país, fundou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil (CONCRAB) em 1992, cujo objetivo era "[...] construir um cooperativismo alternativo ao modelo econômico capitalista, demonstrando para a sociedade que é possível organizar a economia sobre outras bases e valores" (CONCRAB apud DAL RI, 2008).

Na dinâmica cooperativa do MST a organização da produção acontece após a conquista da terra e tem como base a propriedade privada coletiva. Neste caso, a propriedade pertence aos associados que são, ao mesmo tempo, proprietários e trabalhadores visto que não há lugar para sócios que participem apenas como investidores. A forma de contratação de alguns serviços também deve priorizar pessoas que vem dos quadros do movimento, por isso a educação é um dos principais pilares do MST.

Outro importante diferencial é a interface do movimento com a agroecologia. De acordo com Frade e Sauer (2017) entre outras questões o MST percebeu a inviabilidade do modelo agrícola industrial para os assentamentos, pois este, além de ser oneroso para as

famílias estava associado às problemáticas ambientais, uma das questões que os movimentos de luta pela terra procuram combater.

Esta sucinta descrição sobre o MST é necessária, pois a forma de organização do trabalho desenvolvida por este grupo foi um divisor de águas para o trabalho associado rural no Brasil. De acordo com Christofolli (2015) as experiências dos trabalhadores dos assentamentos suscitaram diversas formas de cooperação no meio rural entre estas o autor destaca: Grupos não formais – se caracterizam por sua informalidade, ou seja, não são legalizados. Contudo, podem ter registros de acordos e decisões em livros de atas. Consideramos ser esta uma forma embrionária de trabalho associado; Associações sem fins lucrativos – juridicamente não pode desenvolver atividades econômicas, mas na prática, acaba sendo instituída para este papel; Condomínios: forma coletiva de propriedade sobre determinado meio de produção, utilizado de forma coletiva em que cada sócio detém um número de cotas de partes; Cooperativas de comercialização e prestação de serviços – dedicadas á comercialização, assistência técnica, à prestação de serviços de máquinas e a organização da produção; Cooperativas de produção coletiva: organização do trabalho dos associados com um grau mais elevado de organização interna e consciência de seus participantes; Cooperativas de crédito – formas de cooperação que procuram viabilizar o acesso a credito, a recursos públicos e a mobilização de recursos locais em vista do apoio a atividades econômicas que promovam o desenvolvimento regional; Cooperativas de trabalho – reúnem trabalhadores que organizam coletivamente sua força de trabalho para a prestação de serviços técnicos, execução de obras, etc.

Para Scopinho (2007) a diversidade destas formas de trabalho indica a flexibilidade dos arranjos produtivos e isto pode explicar a capacidade de sobrevivência e reprodução destas experiências. A autora ainda afirma que a cooperação enquanto atividade econômica precisa ser acompanhada por um processo social que contribui para organizar o trabalho e a vida cotidiana resgatando valores, práticas e tradições.

Esta premissa se aplica à dinâmica do trabalho associado rural na Amazônia que, mesmo fadado a um processo de invisibilidade, articula dimensões importante da vida social das populações da região. Ainda que o trabalho familiar seja a principal forma de produzir rendimentos para as famílias na Amazônia (WITKOSKI, 2010), o trabalho associado vem se consolidando como uma importante alternativa de organização da produção tendo em vista o seu caráter solidário e distributivo.

A escassez de literaturas sobre esta temática na região nos limitam a conhecer o marco histórico de seu surgimento. No entanto, as formas primitivas de trabalho na Amazônia nos indicam algumas pistas sobre o desenvolvimento deste fenômeno na região.

As populações ameríndias já desenvolviam um sistema de trabalho baseado na cooperação, seja para a construção dos espaços sociais ou para as atividades que garantiam a sua subsistência tal como a caça, a pesca e a agricultura. Souza (2019) menciona em seus estudos grupos existentes nas primeiras sociedades amazônicas que proviam as necessidades da população e sobre este período histórico salienta o autor:

> Os primeiros habitantes da Amazônia formaram uma comunidade de alta sofisticação [...] estabelecendo vasta e variadas redes de sociedades de subsistência sustentadas por economias especializadas em pesca de larga escala e caça intensiva, além de agricultura de amplo espectro, cultivando plantas e também criando animais (p.44).

Os processos de colonização foram devastadores para esta realidade e os ameríndios, antes inventores e proprietários de seus meios de produção, passam a condição de subordinação na economia colonial. Neste momento histórico as formas de cooperação são praticamente inexistentes uma vez que o projeto colonizador tinha como meta a exploração de riquezas na região e para tal se apropriou de forma cruel e violenta da força de trabalho dos indígenas.

Desde então a história da Amazônia é marcada por sucessivos conflitos e pela resistência das populações tradicionais às formas de dominação. Neste cenário, o trabalho associado se correlaciona às lutas sociais, especialmente aquelas ligadas ás questões territoriais. O movimento de trabalhadores também passa a ser constituído por novos sujeitos sociais que migraram para a região em busca de oportunidades de trabalho, principalmente no período da borracha, momento em que se registrou um acentuado quadro de exploração do trabalho.

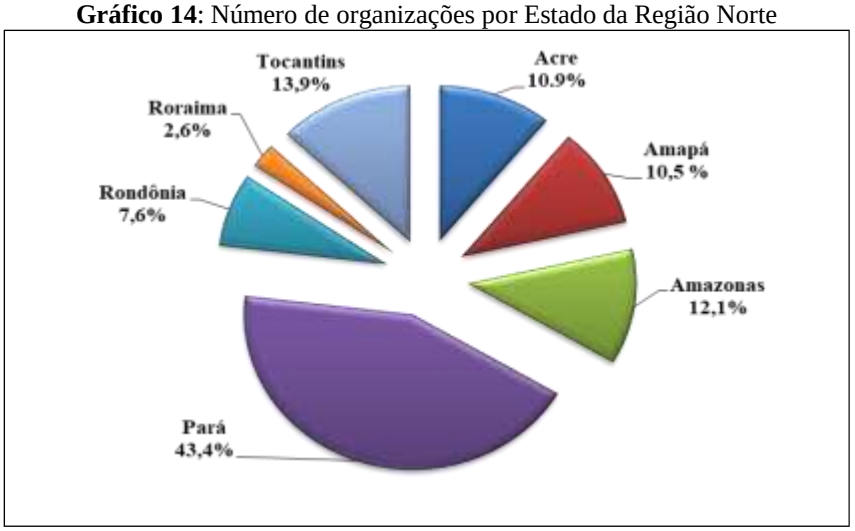
Uma das principais mobilizações de trabalhadores na Amazônia foi o Movimento de Seringueiros instituído entre as décadas de 1970 e 1980. Este movimento agregava uma combinação entre sindicatos e Conselho formado por ambientalistas e tinha como bandeira de luta as questões socioambientais, principalmente a problemática dos desmatamentos. De acordo com Almeida (2004, p. 45), esta organização evoluiu e tornou-se “[...] uma associação civil sem subordinação partidária ou sindical em que os membros poderiam ser os

trabalhadores extrativistas, em sentido amplo, de modo a incluir pequenos agricultores amazônicos, pescadores e quilombolas".

Notadamente a experiência dos seringueiros tornou-se uma referência para o desenvolvimento do trabalho associado na Amazônia que encontrou um terreno fértil nas comunidades rurais da região na década de 1980. Conforme Lira e Chaves (2016) estas comunidades apresentam um modo muito particular de vida baseados no uso comum do território e no manejo coletivo dos recursos locais. Suas relações de trabalho têm como base a cooperação, bem como as relações de compadrio e parentesco. Também utilizam como estratégias de organização a solidariedade interna entre os grupos, as alianças políticas e as reivindicações pela conquista de direitos.

De acordo com dados do SIES (2013) o Amazonas é o terceiro Estado da Região Norte entre os que mais possuem Organizações de trabalho associado, sendo um total de 378 organizações o que representa 12,1% da Região. Em primeiro lugar está o Pará com 43,4% e em segundo o Estado do Tocantins com 12,9%. O Estado com menor número de organizações é Roraima que contabiliza apenas 2,6% do total. No Gráfico 14 sintetizamos o percentual de participação de todos os Estados da região:

Gráfico 14: Número de organizações por Estado da Região Norte



Fonte: Weil (2020) adaptado do SIES, 2013

Na Região Norte, a área rural predomina como área de atuação do trabalho associado, sendo 1.566 empreendimentos, o que representa 50,1% das organizações na região. Na área urbana são 1.270 o que equivale a 40,6% do total. Os empreendimentos que declararam atuar na área urbana e rural somam 9,3% da região. Este resultado tem reflexo direto no perfil

profissional dos sócios, sendo estes a maioria agricultores familiares (52%). Em seguida destacam-se os artesãos (18%), os trabalhadores autônomos (10%), os desempregados (4%) e outros trabalhadores que participam como sócios, mas não declararam atividades totalizam 16% (SIES, 2013).

Em relação às principais formas de organização as associações representam a grande maioria dos empreendimentos da Região Norte (65,4%) seguido dos grupos informais (25,6%) e das cooperativas (8,7%). As chamadas sociedades mercantis representam apenas 0,3% do total.

A área urbana abrange o maior percentual de organizações de trabalho associado no Amazonas sendo 69%. Atribuímos este resultado à expansão das Cooperativas na capital do Estado, principalmente a modalidade de cooperativas de trabalho[50]. No Amazonas a área rural representa 28% do total de organizações de trabalho associado no Amazonas. Já as Organizações que atuam na área urbana e rural representam apenas 3% do total.

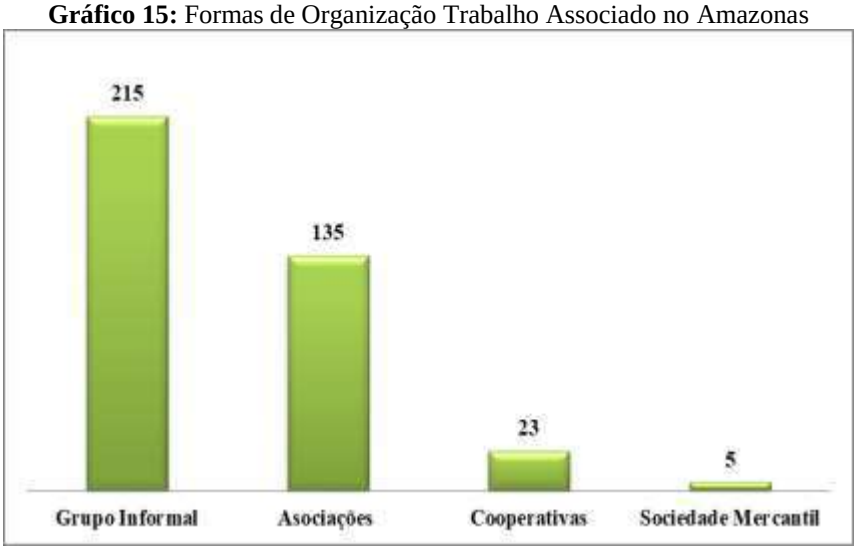
Esta atividade abrange um total de 16.589 trabalhadores e neste universo constatamos um equilíbrio proporcional na participação entre homens (51%) e mulheres (49%). No entanto a maioria das funções de liderança é assumida pelos homens (50,3%), ainda que o quantitativo de mulheres nestas funções também seja significativo (49,6%). Em contrapartida, são elas as que trabalham diretamente no empreendimento (56,6%) quando os homens representam 43,3% desta atividade (SIES, 2013).

Um percentual de 47,3% destas organizações declarou que tem relação com movimentos sociais, sindicatos e outros movimentos populares, outros 52,64% afirmaram não ter contanto com estas representatividades. Como já ressaltamos, as organizações de trabalho associado da região guardam uma relação direta com os movimentos sociais ou com outras representatividades políticas.

Acerca das formas de organização verificou-se que 56,87% são grupos informais, 35,7% são associações, 6,0% cooperativas e 1,3% as sociedades mercantis (Gráfico 15). Entre as principais atividades desenvolvidas por estes grupos destaca-se: produção e comercialização (86,5%), prestação de serviços (3,9%), Consumo de serviços e bens coletivos (5,2%) e troca de produtos (1,5%).

[50] Dados da Organização das Cooperativas do Amazonas (OCB-AM) apontam que existem atualmente 120 cooperativas no Amazonas sendo estas distribuídas em 39 municípios do Estado.

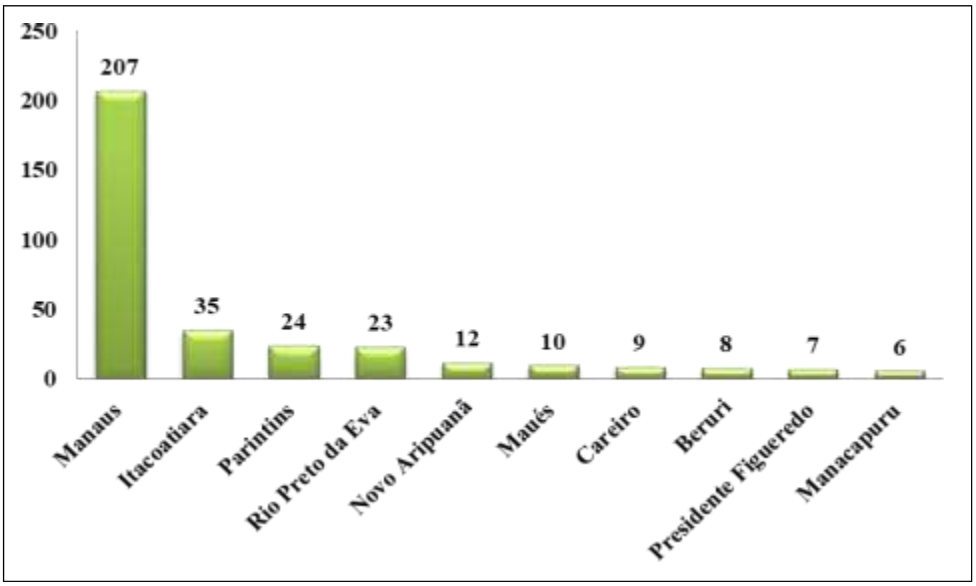
Gráfico 15: Formas de Organização Trabalho Associado no Amazonas



Fonte: Weil (2020) adaptado de SIES, 2013

Conforme os estudos de Nascimento (2016), os empreendimentos solidários já atingiram mais da metade dos 61 municípios do Estado o que demonstra a capilaridade e o alcance social da economia solidária na região. Em levantamento no banco de dados do Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo (ONESC), que atualiza os dados de economia solidária no Brasil, identificamos 6 (seis) dos municípios do Amazonas com maior número de organizações de trabalho associado do Estado no Gráfico 16.

Gráfico 16: Municípios com maior número de organizações de Trabalho associado no Amazonas



Fonte: Weil (2020) adaptado de ONESC, 2020.

O município que abrange o maior número de organizações é a capital Manaus, seguida do município de Itacoatiara, Parintins e Rio Preto da Eva que também se destacam pelo número de organizações. Maués, Careiro, Beruri, Presidente Figueiredo e Manacapuru apresentam uma média entre 6 a 10 empreendimentos. Mas a maioria dos municípios do Estado registra uma média de 1 a 3 empreendimentos solidários. O ONESC não registrou empreendimentos nos seguintes municípios: Uarini, Atalaia do Norte, Itapiranga, Tapauá, Maraã, Envira, Santa Izabel do Rio Negro e Ipuxuna.

Os dados da ONESC ainda especificam algumas das principais atividades entre as formas de organização que prevalecem no Estado, bem como o seu quantitativo no cenário atual. Entre estas se destacam: 13 associações de catadores, 11 cooperativas de crédito e 175 entidades associativas e cooperativas rurais.

Supomos que o número de organizações de trabalho associado no Estado seja bem mais expressivo que estes revelados pelo ONESC ou mesmo pelo SIES, principalmente aquelas localizadas na área rural. Tradicionalmente estas associações são formadas na vivência das comunidades, muitas são provenientes das próprias associações comunitárias, por isso, os trabalhadores não sentem a necessidade de formalizar junto ao Estado, salvo quando necessitam de recursos junto as instituições financeiras.

Dentro de suas limitações o trabalho associado acontece na Amazônia de forma articulada, seja em meio às lutas sociais impetradas pelas populações tradicionais ou como alternativa econômica, que garante não apenas a sobrevivência, mas também o reconhecimento dos trabalhadores frente a um cenário de recrudescimento da exploração do trabalho e da escassez de empregos formais.

Em Maués estas organizações gravitam em torno da produção do guaraná e grande parte destas se constituiu para acessar o crédito rural disponível no período da criação do projeto de melhoramento genético. O IDAM é uma das instituições responsáveis pelo cadastramento e assessoria a essas associações e durante entrevista com dos gestores constatamos que a maioria não está mais em funcionamento em razão das condições de endividamento ocasionadas por crises financeiras e má administração dos recursos por parte da gestão como nos relatou Ademir Viana:

> O que acontece é o seguinte há uns 15 ou 20 anos atrás foram criadas muitas associações exatamente para acessar o crédito rural e a grande maioria hoje está impedida e inadimplente em função disso. Não houve a criação de cooperativa para fortalecer um grupo, uma comunidade, isso só em casos específicos. Antigamente a associação, na verdade o presidente, resolvia tudo, chegava aqui e trazia a demanda que os produtores queriam. Eu nem sei se às vezes era o que os produtores queiram, porque depois eles produtores diziam que nem sabiam se era o que tinha pedido mesmo, então tem muita gente inadimplente hoje por conta dessas situações (PESQUISA DE CAMPO 2018).

O IDAM já chegou a registrar mais de 50 associações no município de Maués, atualmente entre estas 30 a 40 encontram-se em situação de inadimplência e outras em processo de negociação das dívidas. As associações regulamentadas são 1 cooperativa e 2 associações de produtores rurais que atuam na comercialização de diversos produtos, mas que tem no guaraná o produto mais lucrativo.

Para Ademir Viana a situação de inadimplência acontece de forma recorrente por diversos motivos, entre estes a permanência das lideranças no cargo por muitos anos. Em muitos casos o presidente se apropriava dos bens coletivos da associação e tal postura gerava a desmotivação e a desconfiança dos sócios. Outra questão identificada é a falta de compromisso dos sócios, principalmente em relação ao pagamento das contribuições, necessárias para a manutenção das associações.

A situação de inadimplência representa hoje o maior entrave para a participação das associações de Maués em programas e projetos de desenvolvimento local. No entanto, algumas ainda conseguem manter a organização e conquistar espaços em nível local, nacional e internacional. A realidade de algumas destas organizações será abordada nos tópicos seguintes.

3.2. DA RESISTÊNCIA À *R*-EXISTÊNCIA: O TRABALHO ASSOCIADO INDÍGENA NO CONSÓRCIO DOS PRODUTORES SATERÉ MAWÉ (CPSM)

A organização comunal é uma prática social a história e aos modos de vida dos povos indígenas. Mesmo considerando a diversidade das etnias e as particularidades de suas atividades produtivas, pressupomos que a cooperação seja uma característica inerente aos processos de trabalho deste grupo. Os estudos arqueológicos desenvolvidos por Neves (1999) apontam para a complexidade do trabalho dos indígenas na região Amazônica, revelada nas

práticas de manejo dos recursos naturais da região. Para o autor "[...] parte do que conhecemos como natureza selvagem na Amazônia, pode provavelmente ser o produto de milhares de anos de manejo de recursos naturais por parte das populações indígenas da região" (NEVES, p.184).

Os indícios deste modo de organização nos permitem afirmar que os povos indígenas formaram as primeiras associações de trabalhadores na região amazônica, uma organização própria que vislumbrava tanto as condições de sobrevivência quanto a reprodução social dos povos e da cultura, sempre ameaçada pelos processos de colonização.

Atualmente as formas de organização indígena assumem um papel estratégico de luta pelo reconhecimento e garantia de direitos após décadas de exploração e exclusão destes povos. As investidas do Estado brasileiro de apropriação dos territórios indígenas potencializaram a constituição de diversas representatividades que durante anos foram relegadas à indiferença, principalmente no governo militar.

Conforme Loureiro (2009) as organizações criadas pelos indígenas eram consideradas pelos militares como ações subversivas à ordem instituída. Apenas com a promulgação da Constituição de 1988 as associações de indígenas foram devidamente reconhecidas e estes conquistaram o direito de se auto representar. De acordo com a autora as etnias instituíram suas formas específicas de representação, o que significou um passo importante rumo à emancipação.

Dados do Instituto Socioambiental (ISA) sobre os povos indígenas do Brasil (2020) indicam que entre as principais demandas destas organizações estão as questões territoriais, assistenciais e comerciais. O ISA contabiliza a existência de pelo menos 1.095 organizações indígenas no Brasil distribuídas nas diferentes regiões e com atuações diferenciadas.

A Região Norte concentra 47,75% destas organizações e nesta o Amazonas é o Estado com maior índice destas representatividades (52,49%)[51]. O Pará contabiliza 15,70% destas organizações seguido do Acre com 11,30%. No Estado de Rondônia estão 6,13% das

[51] O fato destas organizações estarem concentradas em maior proporção na Região Norte encontra explicação na histórica ausência de proteção aos povos indígenas no Brasil. Com a redução de suas terras e a rejeição sofrida em outras partes do país, os índios encontraram na Amazônia: [...] um último abrigo e reduto da resistência (...)um último lugar onde se julgavam protegidos." (LOUREIRO, 2009, p.121). De acordo com dados do IBGE (2010) a Região Norte é a que possui o maior contingente de indígenas do Brasil, um número estimado de 300.000 indígenas. O Amazonas representa 55% deste total, com 61 etnias e estas em sua maioria residem na área rural do Estado.

organizações, Roraima e Tocantins contabilizam 5,93%, ambos os estados, por fim o Amapá que representa 2,49% do total. Na Tabela 12 explicitamos o detalhamento destes dados:

Tabela 12: Organizações Indígenas em geral na Região Norte

Estado	Número de Organizações	% em relação ao total da região
Amazonas	274	52,49%
Pará	82	15,70%
Acre	59	11,30%
Rondônia	32	6,13%
Roraima	31	5,93%
Tocantins	31	5,93%
Amapá	13	2,49%
Total	522	100%

Fonte: Instituto Socioambiental, 2020.

Neste universo encontram-se também as organizações de trabalho indígena, que em geral surgem no contexto das organizações sociopolíticas e permanecem vinculadas a estas como atividades secundárias. Por outro lado, nos últimos anos houve um crescimento das representatividades indígenas que se auto declaram como organização de trabalho. Em geral, as formas de trabalho associado indígena no Brasil são: associações, cooperativas, consórcio, grupo de trabalho e organização indígena. Na Figura 55 ilustramos, via nuvem de palavras, a representatividade das formas mais praticadas e citadas nos estudos do ISA (2020).

Figura 55: Formas de Trabalho Associado Indígenas mais praticadas no Brasil



Elaborado por: WEIL, 2020 com base nos dados do ISA, 2020.

Na ilustração observamos que o quantitativo de associações se destacam entre as formas de trabalho associado indígena no Brasil. As cooperativas indígenas também aparecem com frequência nestes dados, contabilizamos um total de 19 em todo país. Outras organizações como grupos de trabalho, consórcio e organização de trabalhadores variam entre 1 a 6 em quantitativo.

Na Região Norte constatamos um total aproximado de 90 organizações de trabalho indígena[52] sendo 75 associações, 12 cooperativas 1 consórcio e 1 sindicato de agricultores indígenas. Na Tabela 13 sintetizamos estes dados es seus quantitativos:

Tabela 13: Quantitativo de organizações de trabalho Indígenas na Região Norte

Forma de Organização	**Quantitativo**	**Percentual(%)**
Associações	75	83,33
Cooperativas	12	13,33
Consórcio	1	1,11
Sindicato	1	1,11
Total	90	100%

Fonte: Weil (2020) adaptado do Instituto Socioambiental, 2020.

Outra característica destas organizações é que estas representam diferentes trabalhadores indígenas, entre estes: professores (as), agricultores (as), produtores(as), artesãos e artesãs, apicultores(as), agentes de saúde e outras denominações que se declaram simplesmente como trabalhadores indígenas. Entre estes grupos identificamos um número expressivo de associações de mulheres, aproximadamente 50 na região. Reiteramos que, mesmo não se declarando como organização de trabalho, estes grupos desenvolvem atividades de geração de renda e tem uma importante contribuição na dinâmica do trabalho associado indígena.

No Amazonas as formas de organização de trabalho indígena não alcançam expressividade, estas representam apenas 13,8% de total das demais organizações. Destas contabilizamos pelo menos 30 associações de trabalhadores, 5 cooperativas e outras formas de trabalho associado indígena identificadas como consórcio (1), sindicato (1) e grupo de trabalho (1) (ISA, 2020).

[52] Destacamos como um total aproximado, pois, como já ressaltamos em muitas organizações indígenas as atividades de geração de renda são consideradas secundárias, ou seja, estas não se caracterizam como organizações de trabalho.

Destaca-se neste estudo, o Consórcio de Produtores Sateré Mawé (CPSM) uma organização de trabalhadores indígenas da Região do Baixo Amazonas proveniente da Terra Indígena Andirá Marau localizada na fronteira dos Estados Amazonas e Pará.

O Consórcio foi criado no ano de 2008, mas a primeira experiência de trabalho associado desta etnia aconteceu oficialmente na década de 80 com a criação da Cooperativa de guaraná, uma iniciativa impulsionada pela parceria entre as lideranças indígenas, a antropóloga Sonia Lorenz e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) de São Paulo.

A criação do projeto constitui-se como uma alternativa às condições de submissão e exploração dos Sateré Mawé aos comerciantes conhecidos como *regatões*. De acordo com Lorenz (1999) estes agentes comerciais vinham desde meados do século XIX explorando a economia Sateré Mawé e assim acentuado a situação de pobreza e vulnerabilidade desta população. A Cooperativa tornou-se um mecanismo de autonomia dos indígenas sobre a comercialização de seus produtos, principalmente do guaraná que desde então passou a ser vendido diretamente pelos indígenas no mercado regional em Manaus.

Entre as estratégias de emancipação, o projeto previa a criação de cantinas comunitárias onde os Sateré teriam acesso ao chamado *rancho*[53], um conjunto de produtos de primeira necessidade que antes era obtido por meio dos regatões e ocasionava uma condição de endividamento dos indígenas.

A primeira cantina foi inaugurada em 1981 na Comunidade Nova Esperança e a compra inicial das mercadorias foi adquirida por meio dos recursos do Projeto Sateré Mawé financiado pelo CTI. A proposta era que as cantinas fossem abastecidas com o lucro adquirido nas vendas dos produtos Sateré. Entretanto, esta questão não foi muito bem compreendida pelos indígenas e gerou desconfiança nos mesmos, situação que só foi pacificada após sucessivas viagens para comercialização de produtos em Manaus (LORENZ, 1999).

As cantinas funcionaram no período entre 1981 a 1986 e foram instaladas nas comunidades indígenas Nova Esperança, Manga, Campo do Miriti, Aldeia Nova e Vista Alegre. Os recursos para o funcionamento eram provenientes da venda do guaraná. Em momentos de crise as cantinas eram abastecidas com recursos dos projetos financiados pelo

[53] De acordo com Lorenz (1999) no rancho continham os seguintes itens: munição, sal, querosene, pilha, açúcar, café e outros artigos.

CTI. Mas foi com a indenização da empresa francesa Elf-Aquitaine[54] que os indígenas conseguiram pela primeira vez sustentar as cantinas de forma autônoma, mesmo que por um curto espaço de tempo.

De acordo com Lorenz (1999) com o tempo a atividade das cantinas se mostrou ineficiente pois os indígenas não se sentiam obrigados a devolver o correspondente às mercadorias retiradas. A autora ainda atribui esta ineficiência à instabilidade das vendas e ao fato das lideranças locais facilitarem o acesso dos produtos também àqueles que não tinham condições de pagar.

Estas experiências serviram de base para o desenvolvimento do Projeto Integrado de Etnodesenvolvimento, também conhecido como *Projeto Waraná*. Implementado em 1995, o diferencial do projeto residia no fato de propor a colocação de produtos no mercado transnacional, pois este oferecia um preço superior e mais atrativo que o mercado local (ALVAREZ, 2009). Outro foco: "[...] era a conquista da autonomia política potencializada por meio de um modelo de desenvolvimento global alternativo construído em diálogo com as Ong´s e segmentos acadêmicos interessados na questão indígena" (FERREIRA, 2017).

O projeto surge a partir das inquietações de Obadia Batista, idealizador da proposta e um dos principais líderes da etnia Sateré Mawé. Sendo um crítico das condições de subordinação dos povos indígenas à FUNAI e a outras instâncias governamentais, Obadias começou a pensar no projeto em 1992, mas encontrou inúmeras dificuldades para a implementação, conforme nos relatou em entrevista:

> O projeto eu comecei a pensar em 1992 e eu tive muita dificuldade de implementar. Eu na época não tinha quem me ajudasse, mesmo estando como Secretário Geral da Coiab (Coordenação das organizações indígenas da Amazonia Brasileira) tinha uma assessoria que trabalhava fazendo projetos e lá também não foi aceito. De lá fui para o Conselho Indigenista Missionário e quando expliquei o projeto me disseram*: Obadias você tá querendo ser empresário, você não tá querendo ser liderança. Olha, a Funai já existe pra dar assistência a vocês aí você não precisa virar empresário.* Depois eu fui para as universidades em Manaus e lá eu encontrei o Dr. Hirochi, conversei com ele, gostou da ideia, mas disse que estava sem tempo pra ajudar a gente. Aí um dia no meu escritório bateu um gringo e se apresentou como Mauricio Fabrione, doutor em socioeconomia que queria falar com os Sateré. Falei pra ele de todo o

[54] Em agosto de 1981 a empresa Elf-Aquitaine invadiu o território Sateré Mawé respaldada por um contrato firmado com a Petrobras, que a autorizou a abrir 200 Km de clareiras para pouso de helicópteros na região do Rio Andirá. Em Setembro de 1982 a empresa voltou a invadir a região, desta vez assegurada por um convênio ilegal entre a FUNAI e a Petrobras para operar nas áreas da cabeceira do Rio Marau e Rio Andirá. Estima-se que, na primeira invasão, os prejuízos causados sejam de até 50 milhões de cruzeiros, contudo a empresa pagou apenas 5 milhões de reais aos indígenas. A segunda invasão resultou em prejuízos que somam oitenta milhões de cruzeiros, no entanto, a Elf restituiu apenas 8 milhões e seiscentos mil. Este acontecimento marcou a vida da etnia Sateré Mawé uma vez que ocasionou disputas político religiosas mobilizadas pela cooptação das lideranças por parte do Estado e das empresas privadas (LORENZ, 1999).

> projeto que eu queria fazer e depois que falei tudo ele disse que o projeto tinha nome: Comércio Justo (Obadias Batista, Presidente do CGTSM, 2018).

O marco inicial da inserção dos indígenas no Comércio Justo e das atividades do Projeto Integrado de Etnodesenvolimento acontece apenas ano de 1996 quando os Sateré enviam uma amostra de 20Kg de guaraná em pó para a Europa. A exportação só iniciou em 1998 quando os representantes da *CTM altromercato*, instituição de comércio justo da Itália, visita a terra indígena para expor a proposta do comércio justo e organizar os produtores para os processos de certificação.

Para Alvarez (2009) do ponto de vista econômico o projeto se mostrou sustentável, pois os recursos adquiridos com a venda dos produtos são divididos em três partes: primeiro para o produtor, segundo para o financiamento do Conselho Geral da Tribo Sateré Mawé (CGTSM) e terceiro para as Organizações Não Governamentais que financiam as atividades de comercialização.

No ano de 2008 foi criado o Consórcio de Produtores Sateré Mawé como parte de um processo de readaptação dos indígenas aos trâmites de produção e comercialização do comércio justo. Para Ferreira (2017) esse acontecimento representa um mecanismo jurídico, político e administrativo que indica interferências na organização política desta etnia.

De fato, a criação do Consórcio institucionaliza oficialmente os processos de produção e comercialização dos Sateré Mawé e ao mesmo tempo inaugura sua participação na dinâmica do mercado globalizado. Neste contexto, os processos de produção que eram integralmente administrados pelo CGTSM passaram a ser gerenciados por lideranças indígenas com habilidades para negociação comercial. Estas, por sua vez, seriam assessoradas por Organizações Não Governamentais ligadas ao comércio justo. O relato de Sidney Sateré, Presidente do CPSM durante os anos 2014 a 2018, evidencia os trâmites deste processo:

> O consórcio surgiu a partir de uma necessidade, pois nós vínhamos trabalhando o projeto Waraná como era conhecido e depois ele se transformou em um projeto integrado de etnodesenvolivmento. Com o tempo, ouve a necessidade de criar uma instituição que ficasse responsável realmente por esse processo de compra, beneficiamento, venda e exportação dos nossos produtos, não só do guaraná mas de outros produtos da sociobiodiversidade da terra indígena Andirá-Marau. Então a parti daí nós criamos o consorcio em 2008 porque, anteriormente nós trabalhávamos com Conselho Geral da Tribo Sateré Mawé (CGTSM) que é a nossa instituição política, aí não tinha como a gente trabalhar com essa mesma instituição para a questão produtiva. Mesmo assim, o Consorcio é a 4º Secretaria de produção do CGTSM, apesar de ter um CNPJ específico é vinculado ao Conselho Geral (Sidney Sateré, ex-presidente do CPSM, 2018).

Conforme Obadias Batista quando o comércio justo exigiu uma associação independente, a primeira condição imposta pelos Sateré é que esta continuasse de alguma forma associada ao CGTSM justificando que: "[...] o CGTSM é pra gente como se fosse uma prefeitura para governar esse território, com prefeito, vice-prefeito e seus secretários" (Pesquisa de Campo, 2019). Atuando como vice-presidente, Obadias Batista nos relatou que é o responsável por coordenar, fiscalizar e acompanhar todos os projetos em desenvolvimento nas 7 (sete) divisões políticas, denominadas secretarias[55] que compõem o CGTSM: **Secretaria - Educação diferenciada** – responsável pelos projetos políticos de educação integrada que tem como base tanto o ensino convencional quanto no ensino tradicional. A secretaria orienta a formação dos professores indígenas buscando a valorização do território e da cultura Sateré Mawé; **Secretaria - Saúde diferenciada -** responsável pelos processos de educação em saúde e valorização dos saberes tradicionais no tratamento das doenças. Atua em parceria com as instituições estatais responsáveis pela saúde indígena no território; **Secretaria - Atuação Feminina -** desenvolvimento de atividades de educação ambiental coordenada pelas mulheres, principalmente os projetos de coleta seletiva, necessários em razão do excesso de resíduos ocasionado pelo consumo de produtos industrializados no território; **Secretaria - Consórcio de Produtores Sateré Mawé (CPSM) –** administra os processos de produção, comercialização e representatividade dos produtores Sateré Mawé; **Secretaria – Organização socioadministrativa –** nas palavras de Obadias Batista, esta secretaria seria como a "receita federal" da etnia pois coordena o cadastramento da população, entradas e saídas de valores e controle dos produção do território; **Secretaria – Relações Institucionais –** estabelece as relações com as instituições ligadas à vigilância ambiental, tal como a FUNAI e o IBAMA; **Secretaria – Transparência –** responsável pela divulgação de informações relativas aos CGTSM e também ao CPSM. Conforme Obadias Batista, essa secretaria foi criada para atender ao critério de transparência estabelecido pelo Comércio Justo.

O Projeto Waraná gravita sobre todas as ações desenvolvidas pelas Secretarias, uma vez que sustenta financeiramente as atividades desenvolvidas. Alvarez (2009) observa que, mesmo que o projeto proporcione uma série de iniciativas integradas, a opção pelo mercado pode representar um risco de consolidação de um paradigma indigenista liberal. Por outro

[55] Reiteramos que, para que fique mais claro a função de cada Secretaria optamos por nomear e detalhar a função das mesmas, tendo como base o conteúdo da entrevista realizada com Obadias Batista.

lado, o autor avalia como positivo a opção por um mercado onde o componente étnico tem um grande valor agregado.

Sérgio Sateré reitera essa questão quando afirma que, apesar de fazer parte do capitalismo, o comércio justo cria uma política diferenciada tanto para o produtor quanto para o consumidor:

> O nosso consorcio não está dentro do mercado convencional, **o consórcio está dentro do comercio justo que não deixa de ser o capitalismo** porque o comercio justo é um capitalismo mais caro, onde o que se paga está acima do mercado. **Mas esse capitalismo ele tem norma, ele tem regra ele tem suas leis de como você trabalhar sua terra sem destruir, sem degradar o meio ambiente, adubos químicos não podem ser utilizados ou algo assim.** Dentro dessa forma **a gente pensa que existem politicas boas que são do homem branco para os povos indígenas e existe politicas ruins que podem até ser boas para o homem branco, mas não são boas para nós indígenas** (PESQUISA DE CAMPO, 2018, grifo nosso)

Para Leff (2006) diante dos processos de capitalização da natureza e da cultura, os povos indígenas estão reconstituindo suas identidades em um processo de recuperação de sua história e de suas práticas tradicionais, mas ao mesmo tempo, formulam a necessidade de reconfiguração do ser indígena frente aos processos de globalização, em outras palavras, um processo de *r-existência.*

Atualmente o Consórcio Indígena representa 336 unidades produtivas familiares Sateré Mawé e 28 produtores caboclos, como são identificados pelos indígenas. As áreas de atuação do Consórcio compreendem duas regiões do Território Indígena, sendo estas Andirá e Marau. Na primeira, localizada na região de Barreirinha, estão 151 unidades produtivas distribuídas em 34 localidades. A segunda região que fica no município de Maués, abrange um número maior de unidades produtivas, sendo 185 identificadas em 40 localidades. O Consórcio possui uma unidade de beneficiamento (Figura 56) localizada no município de Parintins onde também funciona a sede administrativa (Figura 57).

Figura 56: Unidade de Beneficiamento do Consórcio



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

O organograma do Consórcio é composto pelos cargos de Presidente, tesoureiro, secretário, conselheiros de administração, conselheiros de arbitragem e conselheiros fiscais. A estrutura administrativa é constituída por 5 órgãos a saber: Assembleia Geral, conselho de administração, conselho fiscal, conselho de arbitragem e conselho regulador da identificação geográfica do Waraná da Terra Indígena Andirá Marau.

Figura 57: Sede Administrativa



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Os dois últimos órgãos mencionados têm funções importantes para o funcionamento do Consórcio. O conselho de arbitragem é responsável pela mediação de conflitos entre os produtores associados, por isso, estrategicamente é composto por três tuxauas produtores que são eleitos em assembleia geral. Já o conselho regulador da identificação geográfica do Waraná tem a finalidade de adequar a denominação de Origem *Terra Indígena Andirá Marau* aos padrões da Lei de Propriedade Intelectual. Este Conselho prevê a participação de conselheiros não indígenas, especificamente: "III – membro da rede organizacional de Slow Food – Terra Madre, ou seja, ser ponte com o Movimento das "comunidades do alimento" ao qual a comunidade Sateré participa[...]" (Artigo 34º do Estatuto do CPSM, 2019)

Atualmente dois processos de Indicação Geográfica[56] (IG) do guaraná estão em tramitação no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), o pedido de indicação de procedência realizado por meio da Ambev para o reconhecimento dos produtores de Maués e o pedido de Denominação de Origem (D.O.) solicitado pelos Sateré Mawé para o reconhecimento da Terra Indígena como nos relatou Sérgio Sateré:

> Estamos pleiteando a denominação de origem do guaraná. Essa questão da denominação nós já estávamos concorrendo no INPE. A AMBEV entrou também com o pedido de IP (indicação de procedência) para registrar os produtores de Maués né, então como a nossa Área indígena entra juridicamente no nosso território, a maioria dos produtores de Maués estavam sendo cadastrados lá também então nós achamos por bem que eles não tinham que entrar no nosso território eles tinham que fazer do lado de fora. Porque aqui nós estamos defendendo o único banco genético natural do guaraná do mundo só existe aqui (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Os produtos do Consórcio recebem o Selo de Certificação Orgânica Europeia e o Selo Forest Garden Products (Figura 57) próprio dos produtos de Jardim Florestal. Mas a principal identidade comercial dos Sateré é a Marca Nusoken (Figura 58), criada no ano de 2012 para diferenciar os produtos da etnia. De acordo com Obadias Batista, os indígenas já haviam tentado registrar uma logomarca com o slogan *Guaraná Sateré,* contudo foram surpreendidos ao tomarem conhecimento de que o nome já havia sido registrado no INPE por uma empresa de Rondônia.

[56] De acordo com o INPI (2020) a **Indicação de Procedência** é o nome geográfico de um país, cidade, região ou uma localidade de seu território que se tornou conhecida como centro de produção, fabricação ou extração de determinado produto ou prestação de determinado serviço. A **Indicação de Origem** é o nome geográfico de um país, cidade, região ou uma localidade de seu território que designe produtos ou produto ou serviço cujas qualidades de características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico incluindo fatores naturais e humanos.

Figura 58: Selo Forest Garden Products



Fonte: Portal dos Filhos do Guaraná, 2020

Figura 59: Marca dos Produtos Sateré Mawé



Fonte: Portal dos Filhos do Guaraná, 2020

Apesar de o guaraná ser o produto mais rentável, os Sateré também comercializam outros produtos: mel de abelha nativa, própolis de abelha nativa, muirapuama, miratã, unha de gato, ipê roxo, andiroba e copaíba (Figura 59). Nem todos os produtos estão aptos à exportação, o mel de abelha, por exemplo, ainda não foi liberado pois não atende os requisitos da legislação.

Na sede do Consórcio ainda identificamos a venda de artesanato e outros gêneros alimentícios transportados pelos indígenas, entre estes a farinha. De acordo com Obadias Batista a farinha é a principal economia dos Sateré uma vez que toda semana esse produto está disponível, já a produção do guaraná acontece apenas uma vez por ano.

Figura 60: Produtos Sateré Mawé



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

O processo de produção do guaraná obedece a um protocolo descrito pelo Consórcio com normas adequadas às exigências do comércio justo. O trabalho dos produtores é monitorado por meio de um processo de Rastreabilidade executado através de visitas *in loco* às unidades de produção. Estas visitas são realizadas por agentes do Consórcio e acontecem tanto para a averiguação dos processos de produção, quanto para a compra do guaraná diretamente com os produtores.

O guaraná adquirido com os produtores em Maués é enviado pelo barco comercial até a unidade de beneficiamento em Parintins onde será preparado para o envio às empresas compradoras na Europa. Em depoimento Sidney Sateré relatou este fluxo de comercialização:

> O nosso trabalho hoje é focado na questão da rastreabilidade, então isso exige que a gente tenha que ir pegar o guaraná lá, ele não precisa vir até aqui deixar o guaraná. Vamos com nosso técnico que faz o acompanhamento, e muitos produtores ainda não entendem muito bem esse processo. De lá traz para o barco de linha aqui de Maués e armazena com todo cuidado para mandar para Parintins. Lá eles recebem, armazenam, beneficiam e empacotam em sacos a vácuo. Os pacotes tem 5 kg e a gente coloca em caixa, cada caixa tem 20 kg. Colocamos em rótulos e mandamos para Manaus pra fazer todo aquele processo burocrático com o despachante. Depois é colocado em navio ou avião, depende da empresa que pede o produto. Se quiserem urgente a gente coloca no avião, se tiver com mais tempo, porque ainda tem no estoque, a gente manda de navio (Pesquisa de Campo, 2018).

Os dois parceiros comerciais que articulam as vendas internacionais do Consórcio são a *CTM altromercato* e a *Guayapi Tropical*. A primeira, com sede em Viena na Itália, é ligada ao núcleo do comércio justo e considerada uma parceria economicamente estratégica. A segunda, uma empresa francesa especializada em produtos da floresta que garantiu o reconhecimento do guaraná na França.

Atualmente a Guayapi é a principal cliente e revendedora dos produtos do CPSM na Europa, situação que divide opiniões entre os produtores. De acordo com Sidney Sateré a centralização das transações comerciais por apenas uma empresa ocasiona um problema de monopólio. Como a Guayapi é a principal responsável pela venda dos produtos na Europa as lideranças indígenas do Consórcio se sentem impelidas a consultar esta empresa sempre que aparecem novas propostas conforme nos explicou Sidney Sateré:

> **Tem muita coisa que eu acho que não está no comércio justo e que já está sendo um monopólio.** Digo isso porque Portugal tá na Europa e quer negociar com a gente o guaraná, aí o representante internacional local diz: *não, vocês estão na Europa, se vocês quiserem comprar vão ter que comprar da Guayapi.* Isso é complicado porque nós temos guaraná aqui sobrando podendo negociar, mas tem que amarrar com uma instituição (PESQUISA DE CAMPO, 2018, grifo nosso).

O depoimento aponta que além dos processos de comercialização, a autonomia do Consórcio vem sendo comprometida por interferências politicas e econômicas de organizações externas. Para Fretel e Simoncelli-Bourque (2003) tais condições não se aplicam à dinâmica do comércio justo, pois este propõe a ampliação e a distribuição dos produtos justos sem cair em práticas oligopólicas.

Atualmente, a Guayapi Tropical paga o valor de €50 pelo quilo do guaraná, o equivalente a R$300,00. Na verdade, o valor pago é referente ao Projeto Waraná e não diretamente ao produto, como determina o mercado justo. Conforme Sérgio Sateré: “no mercado internacional o sistema é outro, a Guayapi não paga €50 o produto guaraná, ela paga o Projeto Integrado de Etnodesenvolvimento, por isso o valor é alto.” (Pesquisa de Campo, 2019).

O guaraná comprado pela Guayapi é utilizado como matéria prima de diversos produtos e também é comercializado *in natura* nos países da Europa. Em acesso ao site da

empresa fica claro que além de ser um produto rentável, o guaraná representa uma importante estratégia de marketing com um apelo que enfatiza a procedência das raízes deste produto na cultura indígena da Amazônia. Prova disso é o lançamento de um produto denominado *guaraná premium*, uma edição comemorativa dos 30 anos de parceria da empresa com o comércio justo.

As informações contidas no site indicam também a prática de valor agregado aos produtos que contém guaraná. Em geral, estes são classificados com *super foods* e suas descrições exaltam os elementos socioambientais e culturais do Povo Sataré Mawé. Outra questão é que os valores de venda do guaraná indicam discrepâncias entre a rentabilidade dos produtos para a Guayapi e o valor pago por esta empresa ao Consórcio. Um frasco de *waraná* com 65g, por exemplo, custaria em nossa moeda local R$171,10, uma margem de lucro significativa frente ao preço que é pago aos produtores. Na Tabela 14 identificamos estes produtos em seus valores em euro (€) e convertidos em real (R$) para esclarecer nossas percepções:

Tabela 14: Conversão de valores dos produtos da empresa Guayapi Tropical

Produto	***Valor em R$***	***Valor em*** €
 ***Guaraná da Terra de Origem (65g)***	R$ 171,14	€ 27,35
 ***Guaraná Premium (250 g)***	R$ 428,63	€ 68,50
 ***Suplemento Energético (100 ml)***	R$ 151,12	€ 24,15

Fonte: Weil (2020) adaptado de www.guayapi.com

A discrepância de preços assim como o contraste entre os produtos revela na verdade os limites do comércio justo e a evidência de fragilidades institucionais que camuflam as

desigualdades comerciais. Fretel e Simoncelli-Bourque (2003, p. 41) relatam casos das diferenças de preços que se pagam nos países do Norte pelos produtos de países do Sul e enfatizam que: “deve-se buscar encurtar a distância entre o lucro do produtor e o lucro do distribuidor, procurando-se modalidades de distribuição mais justas, que melhorem os ganhos dos produtores e diminuam os preços ao consumidor”.

O Consórcio compra o guaraná dos produtores indígenas ao valor de R$ 40,00 o quilo. Conforme os trabalhadores entrevistados esse pagamento pode ocorrer tanto á vista quanto parcelado, dependendo da quantidade da venda. Para 67% destes trabalhadores este não é um preço justo e poderia ser melhorado. No entanto, 33% acreditam que este é um bom preço quando comparado à condição do mercado local.

> O pessoal já achou justo mas agora que já tem informações do mercado, sabem que não é justo (Trabalhador Indígena CPSM)
>
> Pelo custo do trabalho eu acho que é muito pouco. É muito trabalho no guaraná (Trabalhador Indígena CPSM)
>
> Eu acredito que seja bom sim porque o preço do mercado local não é bom, é bem inferior para o trabalho que nós temos (Trabalhador Indígena CPSM)
>
> Antigamente eu acho que o pessoal achava que sim, mas agora tem muita gente virando ex-associado porque não acredita mais (Trabalhador Indígena CPSM)

Reiteramos que o mercado local não é o melhor parâmetro para avaliar as condições de valores justos para o guaraná, dadas as condições de desvalorização que este produto vem sofrendo há anos. Ainda sim, o valor pago pelo Consórcio aos indígenas associados é o melhor da região, condição que não se aplica aos produtores caboclos cadastrados nesta organização.

De acordo com Sérgio Sateré, diferente dos produtores indígenas, os caboclos não fazem parte do Projeto Integrado, por isso o valor pago pelo produto é diferente. O Consórcio compra o guaraná diretamente dos caboclos ao valor de R$25,00 o quilo e revende para o mercado justo como um produto agregado, não indígena, ao valor de €18, o equivalente a R$ 112,00. Esse guaraná recebe o nome de *Biorgânico* justamente para que fique clara a diferença do *waraná* dos indígenas.

No site da Guayapi o frasco de guaraná dos caboclos com 50g é vendido ao valor de €11,75 o equivalente a R$73,52. Em sua descrição estes produto é apresentado como um complemento da demanda do guaraná dos indígenas e mencionado como um guaraná de

“segunda qualidade” que passou a ser comercializado para dar oportunidade de mercado aos “não indígenas". Na Figura 61 ilustramos a imagem do site e o texto que se refere a esta descrição:

Figura 61: Descrição do guaraná Biorgânico no site da Guayapi Tropical



Fonte: https://www.guayapi.com/boutique/en/produit/organic-guarana-from-amazona/

As informações se mostram contraditórias à medida que o guaraná dos caboclos é certificado como produto orgânico e passa pelo mesmo processo de certificação dos indígenas uma vez que ambos fazem parte do Consórcio. Apenas duas diferenças podem ser consideradas: a primeira, relacionada ao tempo de permanência do guaraná no fumeiro, onde os indígenas costumam deixar mais tempo para apurar o sabor; a segunda reside na rotulagem, visto que os caboclos não recebem em seu produto a marca Nusoken, como ressaltou Sidney Satere: “a gente não compra o guaraná do caboclo para batizar, o guaraná do caboclo é vendido como do caboclo. O valor é lá embaixo, tem essa diferença, leva os selos todos, mas o Nusoken não porque essa é a marca dos Sateré” (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Segundo Sidney a principal intenção ao incluir os caboclos no Consórcio era a valorização da produção, já que no mercado local o valor pago não compensava o trabalho desenvolvido. Contudo, não podemos deixar de considerar que a produção dos caboclos é também um produto rentável ao Consórcio, uma média de lucro atrativa quando convertida em euros. Além disso, nem sempre a lógica produtiva dos indígenas acompanha a demanda dos compradores. Em termos de produção Sérgio Sateré afirmou que: “As 28 famílias de produtores caboclos juntas produzem umas 7 toneladas. Com produtores Sateré o maior que nós temos é 1 tonelada” (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Certamente a participação no Consórcio ocasionou transformações às atividades produtivas dos indígenas. As demandas empresariais, próprias do "homem branco", passam a fazer parte da dinâmica do trabalho e dos assuntos compartilhados na tradicional *toma do çapó*. No entanto, a racionalidade produtiva dos indígenas se difere substancialmente da lógica produtiva contemporânea que envolve um conjunto de práticas estabelecidas pelo mercado globalizado.

No que diz respeito aos processos de produção do guaraná identificamos que os indígenas racionalizam o tempo de trabalho de forma distinta. Diferente dos agricultores que trabalham entre 8 a 10 horas por dia, a média diária do tempo de trabalho dos produtores indígenas gravita de 2 a 8 horas dependendo da atividade (Quadro 17). Os trabalhos são realizados preferencialmente no horário da manhã e com um grupo expressivo de pessoas quando a atividade é mais densa, tal como a limpeza e a colheita.

Quadro 13 Variação de tempo de trabalho por processo de produção

Plantio	Limpeza	Colheita	Despolpamento	Lavagem	Torração	Ensacamento
3 a 6h	2 a 6h	2 a 6h	1 a 7h	40m a 7h	2 a 8h	0:30m

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

De acordo com Lorenz (1999) a produção excedente não faz parte da organização social e política dos Sateré Mawé. Tradicionalmente, essa etnia preenche o seu tempo com diversas atividades econômicas: as atividades agrícolas, o beneficiamento da mandioca, a confecção de teçumes, a construção de casas, limpeza das aldeias e a comercialização da produção. A autora ressalta ainda as tradicionais viagens para visitas aos parentes que moram em outras aldeias, o que implica longos dias de viagem pelos rios.

No que se refere ao guaraná, a produção excedente é ainda mais prejudicial, pois, como acrescenta a autora:

> Os Sateré afirmam que se ampliassem os guaranazais, a qualidade dos frutos colhidos seria inferior àquela de suas plantações tradicionais. Além disso, se beneficiassem grandes quantidade de guaraná, estariam depreciando o produto final, os pães de guaraná, porque ficariam assoberbados e não cuidariam atentamente de cada etapa do beneficiamento. **Aumentar radicalmente o excedente só seria possível se os Sateré-Mawé deixassem de ser Sateré-Mawé** (LORENZ, 1999, p. 131, grifo nosso).

A quantia da produção é um processo muito particular dos produtores, pois o guaraná é cultivado principalmente para o consumo próprio. Entre os trabalhadores indígenas

entrevistados, a menor produção identificada foi de 20Kg e a maior de 300Kg por ano. As poucas comunidades indígenas que atingem a marca de 1 tonelada de produção estão localizadas em Maués e, conforme Obadias Batista, isso ocorre, pois, a economia do município é mais atrativa em razão da presença da Ambev. Por outro lado, quando o Consórcio demora a fazer a compra ou simplesmente não compra, os indígenas acabam comercializando seu produto para os atravessadores com preços que variam entre R$15,00 a R$20,00 por quilo.

Na safra de 2018, com a venda do guaraná para o Consórcio a média de faturamento entre os trabalhadores indígenas entrevistados variou entre R$500,00 a R$7.000,00 dependendo da quantidade de guaraná comercializada. Uma parte dos entrevistados (37,5%) afirmou que não sabe quanto gasta na produção, pois não costuma anotar. Outros, porém, afirmaram que desembolsam valores em torno de R$100,00 a R$1.000,00, estes destinados em sua maioria para a compra do "rancho" (gêneros alimentícios).

Além do guaraná os trabalhadores indígenas ainda produzem outros cultivos, entre estes: castanha, feijão, cupuaçu, açaí, laranja, copaíba, milho, pau rosa, abacaxi e andiroba. A comercialização destes produtos ajuda a complementar a renda destes trabalhadores que ganham no mínimo R$150,00 e no máximo R$1.000,00 por mês.

Acerca das dificuldades que enfrentam na produção os trabalhadores apontam para as fragilidades nas formas de comercialização. De acordo com as narrativas faltam incentivos para que a venda do guaraná possa ser mais lucrativa. Além disso, alguns entrevistados ressaltaram suas limitações quanto ao domínio da língua, a dificuldade que sentem na comunicação para comercializar o seu produto.

Sobre a agricultura orgânica 83% afirmou que conhece a dinâmica dessa produção e que isso ocorreu por meio de cursos de qualificação promovidos na etnia. Outros 17% não responderam ou afirmaram que não sabem nada de produção orgânica pois sua produção é nativa. Contraditoriamente 87,5% destes trabalhadores afirmou que não conhece os processos de certificação e justificaram que isso ocorre por falta de informação. Os que afirmam conhecer mencionaram que este é um processo de valorização da produção do guaraná que: "ensina a tratar bem o guaraná pra não perder o valor" (Trabalhador Indígena, CPSM).

Do total de trabalhadores entrevistados 62,5% participa do Consórcio há mais de 10 anos, um dos entrevistados inclusive vivenciou as primeiras experiências de trabalho associado da etnia. Na abordagem de questões relacionadas ao Consórcio percebíamos um

comportamento diferente dos trabalhadores, alguns manifestavam imediatamente sua opinião com argumentos ávidos, outros, porém nos transmitiam suas posições por meio de um silêncio muitas vezes revelador.

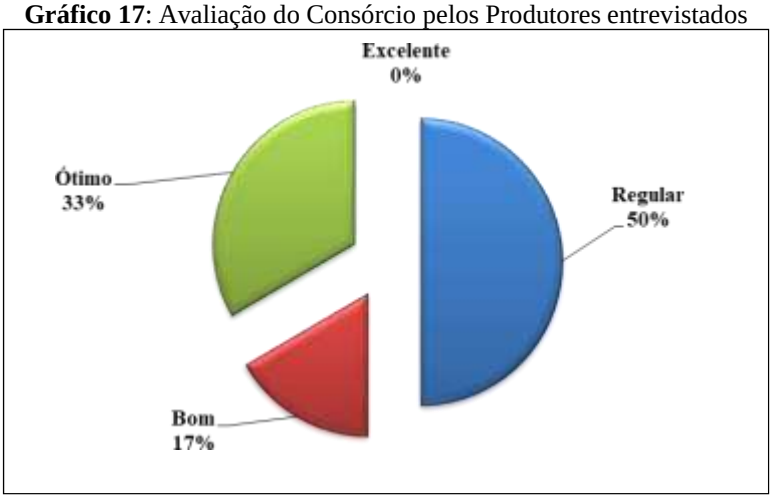
Quando questionados sobre as motivações que levaram a participação no Consórcio, os produtores mencionaram a palavra "promessas". As promessas de melhores preços, de melhores condições de vida, da ampliação do número de compradores foram os principais incentivos para a participação nesta organização de trabalho.

As "promessas" foram cumpridas, tanto que os entrevistados sinalizaram melhorias em sua vida com a participação nesta organização como podemos identificar nos depoimentos:

> Melhorou porque no dia a dia porque a gente tem um produto de qualidade e tem como vender (Trabalhador Indígena, CPSM)
>
> Melhorei minha casa, umas rabetas, tenho barco, tenho três barcos (Trabalhador Indígena, CPSM)
>
> Eu aumentei a minha renda e consigo fazer mais coisa com isso (Trabalhador Indígena, CPSM)

No entanto, há um sentimento coletivo de insatisfação em relação ao Consórcio motivado pelas expectativas frutadas de continuidade de algumas dessas "promessas". Esta questão ficou clara ao constatarmos que 50% dos entrevistados avaliam a atuação da organização como regular. Os que avaliam essa atuação como ótimo contabilizam 33% e aqueles que consideram como bom somam 17% do total (Gráfico 15).

Gráfico 17: Avaliação do Consórcio pelos Produtores entrevistados



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Alguns trabalhadores preferiram não revelar as causas da insatisfação, contudo os que se manifestaram apontaram que, as divergências constantes entre as lideranças e a falta de transparência em relação às atividades realizadas estão entre as principais fragilidades do Consórcio.

Os conflitos podem servir como explicação para o descredenciamento de um número expressivo de produtores indígenas. Em acesso à página Portal dos Filhos do Waraná identificamos que no ano de 2012 a organização registrava um total de 437 unidades familiares, se equiparado ao número atual, o equivalente a 336, constatamos que houve uma perda de 101 unidades produtivas, sendo 65 na Região do Marau e 36 na Região do Andirá.

Pressupomos também que a insatisfação pode ser explicada pela equivocada compreensão dos trabalhadores acerca das relações comerciais com o Consórcio. Muitos desconhecem as despesas e o rateio dos lucros obtidos pela organização, segundo estes, pela falta de transparência. Os trabalhadores não associam o Consórcio ao Projeto Waraná, suas relações com a organização são meramente comerciais, pautadas unicamente na compra e na venda dos produtos. Para Sérgio Satere a ausência de entendimento político acerca do Consórcio e do Projeto Integrado de Etnodesenvolvimento representa uma das maiores dificuldades da organização:

> Hoje as maiorias dos produtores estão com a gente porque existe o projeto e eles vão vender. Mas eles não se importam com a verdadeira educação que aquele projeto pode dar pra eles, então entra a nossa dificuldade, aí vamos para dentro da sala de aula com os produtores para eles entenderem a filosofia do projeto (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

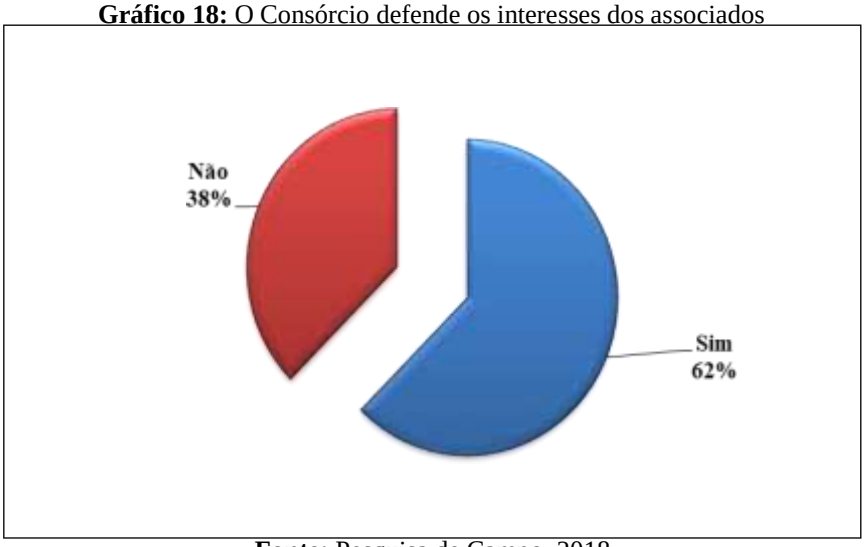
De acordo com os estudos de Ferreira (2017) os valores obtidos são rateados da seguinte forma: 27,8% para a compra de guaraná dos produtores associados, 30,1% destinados ao processamento e exportação dos produtos, 37,7% envolvem os custos operacionais para o desenvolvimento dos projetos e 9,4% são destinados diretamente as atividades dos projetos.

Conforme Sérgio Sateré no ano de 2019 a previsão de faturamento do Consórcio é de €225.000, aproximadamente R$ 900.000,00. Este valor será investido nos inúmeros projetos desenvolvidos na área indígena, entre os quais destacamos: a retomada de incentivo à produção do guaraná em bastão, formação de produtores em processos agroecológicos, intercâmbio cultural direcionado ao turismo comunitário, coleta seletiva, incentivo à produção

de cerâmicas para a construção dos fornos de barro necessários ao processo de torrefação do guaraná e outros.

Ainda que as relações entre o Consórcio e os trabalhadores se apresentem instáveis, a maioria dos entrevistados (62%) acredita que esta organização defende os interesses dos associados (Gráfico 16), especialmente no que se refere às questões sociopolíticas, como podemos identificar na narrativa de um dos entrevistados: "o Consórcio faz a compra do guaraná, mas também luta contra o desmatamento de dentro da área indígena porque o governo quer tomar a área" (Trabalhador Indígena, CPSM).

Gráfico 18: O Consórcio defende os interesses dos associados



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Por outro lado, os trabalhadores esperam melhorias da parte do Consórcio e entre estas estão as formas de comercialização e a transparência das informações:

> Tem que pagar na hora, porque as vezes compram e parcelam o pagamento. Dão uma entrada do valor e demoram para pagar a outra parcela (Trabalhador Indígena, CPSM)
>
> Tem que colocar em prática o que prometem. O projeto é bom mas tem que ser cumprido como planejado (Trabalhador Indígena, CPSM)
>
> Precisa melhorar a transparência das coisas que acontecem. Nós precisamos saber (Trabalhador Indígena, CPSM)
>
> Tem que melhorar o valor da compra, pra mim estão pagando muito pouco para o trabalho que a gente tem. Deviam pagar mais (Trabalhador Indígena, CPSM).

Para Sérgio Sateré falta aos produtores um comprometimento maior com a organização sociopolítica da etnia, um olhar diferenciado para a atuação do Consórcio enquanto organização representativa não apenas da produção, mas do território:

> Apesar de nós termos 16.000 Sateré Mawe dentro do nosso território, nós só temos 336 famílias produtoras. **O consorcio é dos produtores Satere Mawe**, pra nós dentro da denominação de origem, essa linha que corta o Pará e o Amazonas não existe. Existe uma terra indígena chamada Andirá – Marau que é território do Satere Mawe. Para nós essa linha é do branco, é do governo, pra nós isso não impede juridicamente. Mas tem varias associações que são só do Marau e outras só do Andirá (Pesquisa de Campo, 2018)

O CPSM figura-se como uma importante representatividade do trabalho associado indígena, uma reconfiguração das formas de organização do trabalho indígena arraigada em um movimento de *r-existência* que se fundamenta não apenas nos aspectos produtivos, mas também na manutenção e reprodução das identidades da etnia, bem como na luta pelo território (ITABORAHY, 2010).

A atuação desta organização propiciou aos indígenas da etnia Sateré Mawé oportunidades mais justas de comercialização de seus produtos, retirando-os da condição de subordinação aos atravessadores e outros agentes comerciais locais.

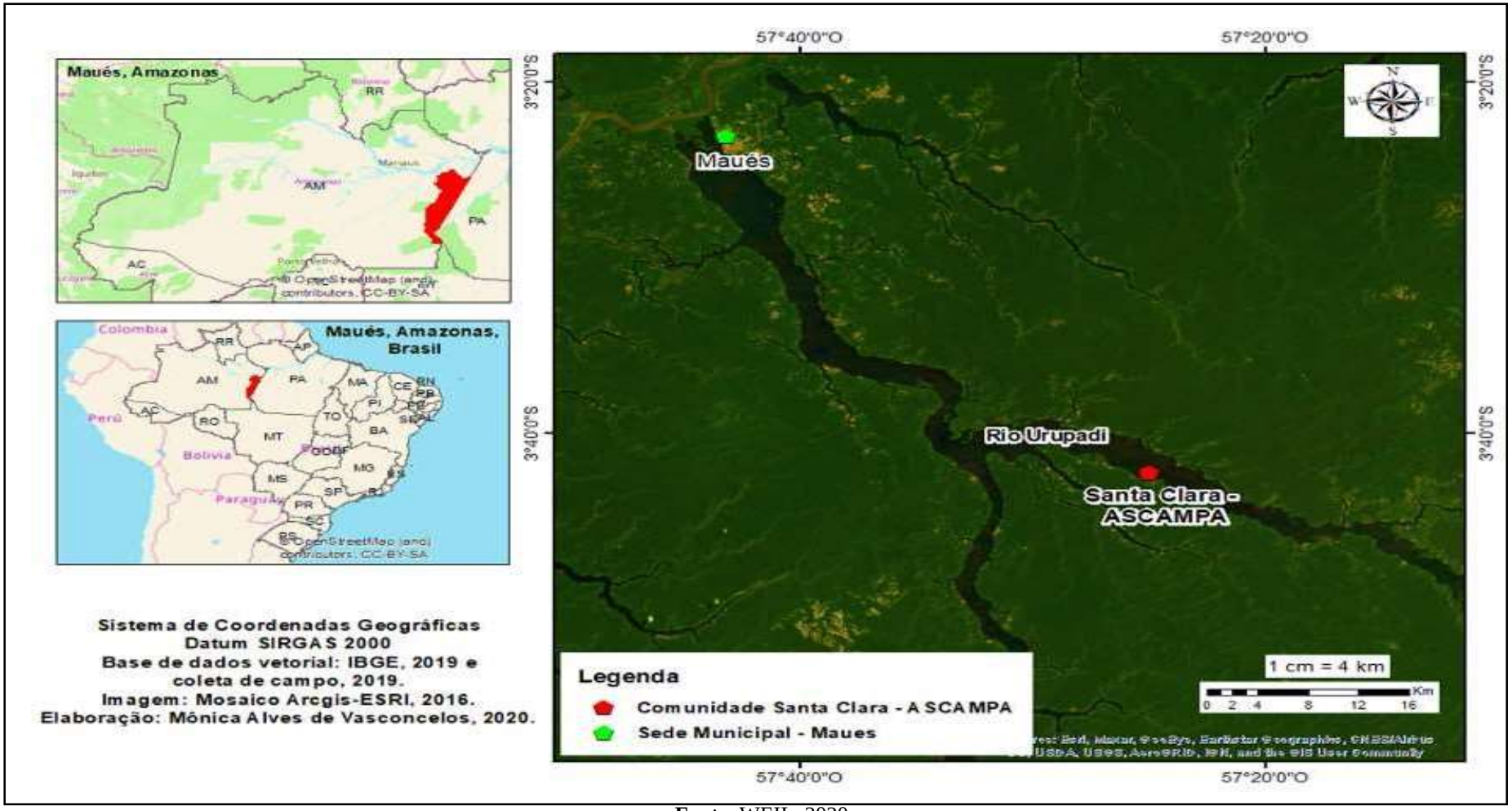
A criação do Consórcio beneficiou indiretamente associações de agricultores familiares da região à medida que estes identificaram novas possiblidades de comercialização e valorização financeira de seus produtos até mesmo no mercado local. A exportação do guaraná viabilizada pelos indígenas, motivou novas práticas entres grupos de trabalhadores da região, incluindo a valorização das práticas agrícolas tradicionais em meio forte influência da agricultura convencional na região.

3.3. A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E AGRÍCOLA DO RIO URUPADI (ASCAMPA): DA RESISTÊNCIA Á SUBORDINAÇÃO

A Associação Comunitária e Agrícola do Rio Urupadi foi fundada em 07 de Outubro de 1995 na Comunidade Santa Clara localizada às margens do Rio Urupadi (Imagem 51), sua sede até os dias atuais. A associação foi idealizada e fundada pelo Sr. Pedro de Oliveira Alves, que foi desafiado pelo poder público a criar uma organização sociopolítica para sua região como condição necessária para o acesso a recursos de projetos governamentais.

A constituição de associações não era comum na região do Urupadi, por isso, esta articulação era necessária, principalmente para o fortalecimento comunitário visto que o Urupadi é considerado uma região longínqua em relação ao município de Maués. Em 15 de setembro de 1995, aconteceram as primeiras reuniões e a primeira eleição da associação, naquele momento o Sr. Pedro de Oliveira foi eleito como o primeiro Presidente da ASCAMPA (Figura 60). Em 1996 a Prefeitura de Maués regulamentou a ASCAMPA como uma associação comunitária de modo que esta pudesse ter acesso aos recursos de projetos destinados ao desenvolvimento rural, entre estes a plantação de 32 hectares de guaraná nativo e a criação de uma Agroindústria que posteriormente foi desativada.

Imagem 62: Comunidade Santa Clara, Sede da ASCAMPA



Fonte: WEIL, 2020
Elaborado por: VASCONCELOS, 2020

Neste mesmo ano uma nova eleição foi realizada, mas desta vez com três candidatos concorrendo ao cargo. Ao final o Sr. Pedro foi eleito novamente como Presidente e passou a gerir a ASCAMPA, agora com recursos conquistados por meio de projetos governamentais.

Figura 63: Pedro de Oliveira, primeiro presidente da ASCAMPA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Em 2003 o Sr. Adeilson de Souza, popularmente conhecido como Dedeco (Figura 62) assumiu a presidência da Associação e desde então permanece no cargo. No ano de 2004 a Associação foi selecionada para participar de um programa governamental cujo objetivo era a ampliação da exportação de produtos da Amazônia, entre estes o guaraná.

Figura 64: Sr. Dedeco, Presidente da ASCAMPA desde 2003



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Neste mesmo ano o SEBRAE e a FUCAPI iniciaram treinamentos específicos voltados à produção orgânica do guaraná junto aos trabalhadores da ASCAMPA. Em 2006 a produção de guaraná da associação foi certificada como produto orgânico pela empresa Ecocert, neste período, o processo de certificação foi financiado integralmente pelos órgãos governamentais envolvidos no projeto.

Foi também o ano em que a associação conseguiu realizar sua primeira venda de guaraná, inicialmente para uma empresa instalada em Manaus. O preço sobrevalorizado criou um ambiente de entusiasmo entre os trabalhadores, afinal o valor do quilo do guaraná vendido a R$7,00 no mercado local, passou a ser comercializado pela quantia de R$20,00 na condição de produto orgânico.

Em 2007, o processo de renovação da certificação orgânica da ASCAMPA foi custeado pela associação em parceria com alguns patrocinadores. Esta safra alcançou o mercado internacional, desta vez sem intermediários, quando o guaraná foi comercializado para o Japão.

No ano de 2008 a Associação fechou um acordo de comercialização do guaraná junto a um representante da França para a venda de 5 toneladas do produto ao valor de R$43,00 o quilo, um lucro bem superior às últimas vendas realizadas. De acordo com o Sr.Pedro Oliveira, o valor total do contrato foi de R$215.000,00 que seriam pagos em 2 (duas) parcelas e deste montante, o comprador efetuou uma antecipação no valor de R$107.500,00.

Em razão de problemas burocráticos a associação não conseguiu cumprir os prazos assumidos junto ao comprador. Conforme a narrativa do Sr. Pedro Oliveira estes problemas começaram quando o produto já estava em Manaus sob a responsabilidade da certificadora, quando esta informou que os certificados não haviam sido renovados:

> A gente vendeu esse guaraná para a França e o valor desse dinheiro era 215.000,00, quando a gente confirmou que nós estávamos com as 5 toneladas as França liberou os 107.000,00. Quando produto chegou a Manaus a Ecocert não estava com nossos certificados em dia, mandou um provisório e a transportadora não aceitou. Então assim, o guaraná ficou no container do porto de Manaus de março a setembro de 2008, quando eles vieram liberar esse certificado, aí que esse guaraná foi viajar. A Ecocert levou 9 meses para concertar isso e ficamos no prejuízo (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Esta ocorrência ocasionou um sentimento de descontentamento dos trabalhadores associados para com as lideranças, uma vez que havia uma expectativa da parte dos mesmos sobre o pagamento da segunda parcela. A situação ficou ainda mais agravante quando foi

constatada a diminuição do valor previsto em razão de uma crise financeira da empresa compradora causada pela baixa da moeda local:

> Em 2008 a Ascampa quebrou. O problema maior foi a ultima parcela porque na primeira todo mundo comemorou né. A gente encheu uma mesa de dinheiro pra todos eles verem né, R$107.500,00 nós trouxemos em duas bolsas e aí eles ficaram alegres. Aí quando foi a segunda parcela eles ficaram no prejuízo porque do valor esperado só veio R$71.000,000 porque a empresa da França sofreu uma queda com a queda do euro na época. Isso foi um choque muito grande, um prejuízo grande, aí o pessoal perdeu a confiança, começou a atacar as lideranças e ficou todo mundo desmotivado (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Esta experiência provocou um processo de desarticulação política e financeira na associação, uma vez que os trabalhadores perderam a credibilidade nas lideranças e ao mesmo tempo não tinham produtos para vendas, pois investiram toda a sua produção no processo de exportação. Vieitez e Dal Ri (2001) indicam que a maioria dos problemas internos das organizações de trabalho associado ocorre por aspectos econômicos sociais e pelos conflitos entre o coletivo e a gestão, principalmente quando a direção se distancia do coletivo e passa a atuar de forma independente.

A razão dos conflitos neste caso, não nos parece ser o distanciamento, mas sim a falta de comunicação e ao mesmo tempo de informação da parte da Diretoria. O Sr. Pedro atribui a responsabilidade do problema à empresa de certificação, mas ao mesmo tempo admitiu que a Associação não negociava diretamente com a Ecocert, tudo era mediado por meio da SEPROR, que também era responsável pelo repasse de valores à certificadora.

As lideranças entrevistadas também ressaltaram a falta de união entre os trabalhadores associados durante o momento de crise. O ambiente de desconfiança e descontentamento causou o descredenciamento de vários trabalhadores e quase o fechamento da ASCAMPA. Frente a esta situação a Associação não conseguiu renovar a certificação orgânica por falta de recursos financeiros, pois à época, os trabalhadores entenderam que a diretoria deveria assumir integralmente os custos deste processo.

Na ausência da Associação a única alternativa dos trabalhadores foi a venda do guaraná para os atravessadores com um preço ainda mais desvalorizado que o normal, já que este era um produto orgânico. Em meio a esta crise, a Ascampa só não declarou extinção, pois tinha uma reserva financeira em caixa suficiente para custear o pagamento dos impostos necessários à sua manutenção. Mesmo assim, o Sr. Dedeco afirma que a experiência com o

guaraná orgânico valorizou o produto da Associação que até hoje tem um acordo interno de preço mínimo do guaraná ao valor de R$20,00 o quilo.

No final do ano de 2008, o Presidente da Ascampa viabilizou por meio de articulações politicas a inserção da associação no Projeto de Indicação Geográfica desenvolvido pela Poder Público Municipal com o apoio da Ambev, EMBRAPA, SEPROR, IDAM e outras instituições locais. A participação neste projeto marca importantes reconfigurações na organização sociopolítica e na forma de produção da ASCAMPA.

Uma das estratégias para a viabilidade do projeto foi a criação de uma única associação composta por três associações, neste caso, a ASCAMPA, a ASCAMD (Associação Comunitária Agrícola Menino Deus) e a APREPURAM (Associação dos Micro e Pequenos Produtores Rurais do Rio Apoquitauá Muiri) que juntas formam a Associação dos Produtores de Guaraná da Indicação Geográfica de Maués. De acordo com o Sr. Dedeco esse "arranjo" de organizações configura-se como uma representatividade única dos produtores de guaraná da área rural:

> Todas essas associações são do interior e lá nós não temos muito recurso de internet, não conhecemos muitos órgãos, aos leis. Aí a gente reuniu e entramos no consenso de que teria que fazer uma associação mãe, mas que essas três tivesse poder de decisão, autonomia, de criticar de dar decisões. Porque o IG é feito para o produtor que produz guaraná. E aqui a gente constitui o Conselho, seguimos em frente com o conselho e estamos aqui agora (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

A Associação foi criada em 11 de Setembro de 2014 e integra o Conselho Regulador da Indicação Geográfica composto pelas seguintes instituições: IDAM, EMBRAPA, SEPROR, IFAM e UEA. O Conselho Regulador tem a finalidade de orientar e controlar a produção, além de acompanhar a qualidade do produto amparado pela IG.

O processo de reconhecimento do guaraná levou pelo menos 10 anos de tramitação e atividades como, a articulação com os trabalhadores e o mapeamento de áreas produtivas foram realizadas pelas lideranças das organizações. Instituições como o SEBRAE, FUCAPI e MAPA ficaram responsáveis pela estruturação do projeto e o treinamento dos produtores envolvidos.

Em 2015 a Associação dos Produtores do IG entrou com pedido formal de Indicação de Procedência do guaraná de Maués junto ao INPI. O registro só foi finalizado no ano de 2018 quando ocorreu a apresentação oficial do selo "Maués Indicação de Procedência" no dia

06 de abril de 2018 em cerimônia realizada no Campus do Instituto Federal do Amazonas de Maués com a presença de todos os envolvidos nesta iniciativa.

Figura 65: Selo “Maués Indicação de Procedência”



Fonte: INPI, 2020.

Com a Indicação de Procedência há uma valorização econômica e cultural do guaraná considerando que a partir dessa certificação, apenas a produção de guaraná das unidades familiares do município podem ter a referência “Maués”. De acordo com o Sr. Dedeco a manutenção deste processo obedece a uma série de procedimentos nos tratos culturais entre estes: a torrefação no forno de barro, a utilização de despolpadeira para moer as ramas, o depósito das ramas em piso ou gareira de madeira e outros.

Aparentemente, a participação da ASCAMPA na Associação de Produtores da Indicação Geográfica não compromete sua autonomia enquanto organização. Os trabalhadores entendem a I.G. como um trabalho complementar, uma estratégia para agregar valor ao produto, melhorar o preço e valorizar a cultura do guaraná do município. No entanto, outra metade dos trabalhadores da associação (45%) ainda não compreendem o significado da I.G. por falta de informação, mesmo assim acreditam que seja algo positivo.

A participação no processo de Indicação Geográfica conduziu a ASCAMPA para os caminhos da produção convencional. Articulada a outras associações que já produzem o guaraná clonado e também às instituições apoiadoras desta produção no município, a associação optou por um fluxo de transição da agricultura orgânica para a agricultura convencional, experiência nunca vivenciada pela organização.

Esta dinâmica marca a ASCAMPA como uma associação *poliprodutiva* uma vez que esta já vivenciou todas as formas de cultivo do guaraná, tendo iniciado suas atividades com a produção tradicional, posteriormente migrou para a produção orgânica e atualmente adotou a produção convencional. No Quadro 17 sintetizamos os principais eventos históricos que permeiam este cenário:

Quadro 17: Principais eventos históricos da ASCAMPA

Ano	Evento
1995	- Eleição da primeira diretoria - Fundação da ASCAMPA -
1996	- Regulamentação Institucional da Associação - Acesso a projetos governamentais
2003	- Eleição para a segunda diretoria
2004	- Início do processo de formação para a produção e certificação Orgânica
2006	- Certificação do guaraná da ASCAMPA como produto orgânico com financiamento integral pelo Poder Público - Primeira venda do guaraná orgânico
2007	- Renovação da certificação da produção orgânica do guaraná - Venda para exportação
2008	- Celebração de contrato com representantes da França para venda do guaraná orgânico - Instabilidade nos processos de vendas
2009/ 2010	- Encerramento da produção orgânica em razão da inviabilidade de renovação da certificação - Negociações para inserção no Projeto de Indicação Geográfica na modalidade Indicação de Procedência
	- Inserção na produção do guaraná clonado
2014	- Fundação da Associação dos Produtores de Guaraná da Indicação Geográfica de Maués que integra três associações entre as quais a ASCAMPA
2015	- Solicitação formal da Indicação de Procedência do guaraná de Maués pela Associação dos Produtores de Guaraná da Indicação Geográfica
2018	- Difusão do Registro de Indicação Geográfica na Indicação de Procedência e do Selo "Maués Indicação de Procedência"

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Conforme o Sr. Dedeco, um dos motivos para a adoção desta forma de produção é a baixa produtividade do guaraná nativo que, em suas palavras, não produz mais como antes. Para o Presidente da ASCAMPA a inovação tecnológica proposta pela produção do guaraná clonado precisa ser aproveitada:

> A inovação da tecnologia que é o guaraná de estaca foi ganhando corpo, aí esse guaraná foi provando que ele produzia mais que o outro. Aí o município aderiu e hoje 80% dos produtores de Maués produzem o guaraná de estaca. **Eu tenho alguns comparativos, eu tinha um entendimento que o guaraná de estaca fosse veneno, mas ele não é**. **Ele é um guaraná como outro, um guaraná de semente. As pragas que hoje atacam é que precisam ser combatidas com o veneno. Eu tinha horror, quando falam de guaraná clonado, que a gente**

> **chama eu dizia que nunca ia plantar, eu dizia, eu não quero.** Mas hoje eu penso diferente E essa inovação tecnológica trouxe pra gente tanta coisa que as vezes a gente não conhece. Um diz que não planta clonado porque vai morrer, porque faz mal, porque vai prejudicar a saúde. Ainda existe isso até hoje. Eu já não penso assim, porque guaraná que a gente diz que é de estaca é o mesmo guaraná, ele foi tirado de uma arvore de guaraná agora existe um trabalho químico que é diferente do orgânico, no qual também não é proibido (Pesquisa de Campo, 2018, grifo nosso).

O fator produtividade foi preponderante para a adoção da agricultura convencional. É consenso entre os trabalhadores da ASCAMPA que o guaraná clonado tem maior produtividade e consequentemente um retorno financeiro melhor e mais ágil, um dos trabalhadores fez um comparativo em sua fala: "[...] se aparecesse um fertilizante orgânico que custasse R$1.000,00 e fizesse a minha árvore produzir eu pagaria para produzir guaraná orgânico. Mas não tem e a gente tem que sobreviver, por isso, tem que avançar" (Trabalhador camponês ASCAMPA).

Box 6 – O *Puxirum* da ASCAMPA

O *Puxirum*, também conhecido como *Ajuri*, é uma das práticas de trabalho mais comuns na área rural da Amazônia. É também uma das principais características do Trabalho Associado na região, especialmente porque, em sua natureza, se trata de *ajuda mútua.* As três associações estudadas nesta tese exercem a prática do *Puxirum,* cada uma com sua forma própria de organização. Contudo, o *Puxirum* da ASCAMPA nos chamou atenção pelo detalhamento minucioso de ações sincronizadas que foram elaboradas coletivamente pelos trabalhadores. Um conjunto de regras que prevê : "[...] união, respeito ao seu semelhante, direito de igualdade, participação, esforço para ajudar o outro, troca de conhecimento e comprometimento" (Pesquisa de Campo, 2018).

Conforme as narrativas dos trabalhadores, coletadas em trabalho com os grupos, o Puxirum da ASCAMPA acontece da seguinte forma:

Antes do Puxirum

1. Realização de sorteio das propriedades para definição do calendário de atividades;
2. Elaboração do calendário para a execução do Puxirum;
3. Divulgação do calendário.

Durante o Puxirum

1. O dono da propriedade determina como será desenvolvido o trabalho;
2. Não há intervalos entre os dias durante a realização do Puxirum, o trabalho acontece de forma ininterrupta até a conclusão da limpeza, exceto aos domingos;
3. O produtor que não puder comparecer tem o dever de pagar um diarista, uma vez que todos contam com a sua força de trabalho;
4. Caso o produtor não consiga comparecer ao Puxirum nem enviar um diarista, ele deverá levar um trabalhador a mais no próximo *Puxirum* ou pagar a diária de R$30,00;
5. Cada trabalhador deve levar seu instrumento de trabalho evitando assim os empréstimos;
6. A refeição é coletiva, mas o proprietário é responsável pela maior parte das refeições.

Por outro lado, a maioria dos trabalhadores nos afirmou que continuam a cultivar o guaraná nativo em suas propriedades com a finalidade de comercialização, mas preponderantemente para o consumo próprio, pois segundo eles, isso seria uma forma de manter a tradição.

A ASCAMPA conta atualmente com um número aproximado de 30 associados, porém, apenas 20 são "atuantes". Todos os produtores se auto definem como agricultores familiares e produzem o guaraná. A faixa etária dos associados é bem distribuída, contudo,

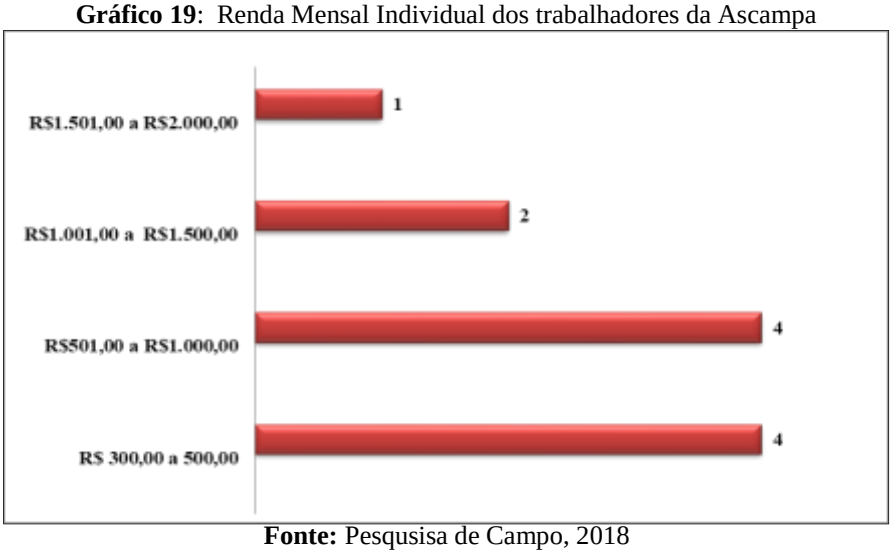
em termos gerais 76% estão na faixa entre 28 a 49 anos o mais. Acerca da escolaridade, identificamos que 67% dos trabalhadores da ASCAMPA possuem o Ensino Fundamental Incompleto, 25% o ensino médio incompleto e 8% o ensino fundamental completo.

Em relação aos aspectos familiares, identificamos que 50% dos trabalhadores são casados e outros 50% vivem em União Estável. Destes, 75% afirmou que tem filhos, sendo 50% de 1 a 3 filhos, 42% de 4 a 6 filhos e 8% tem mais de 7 filhos. Apenas alguns trabalhadores possuem título definitivo de sua propriedade (75%) e o tamanho dessas áreas varia entre 3hc a 120hc.

Não identificamos força de trabalho feminina na associação, ainda que o Presidente afirme que existem mulheres associadas mas em número menor. Este fato, porém não exclui a participação das mulheres do processo produtivo, na produção do guaraná da ASCAMPA elas participam da limpeza, apanhação, torrefação e eventualmente das outras fases da produção.

A renda mensal individual dos trabalhadores gravita entre R$300,00 a R$2.000,00, sendo que a maioria tem renda entre R$300,00 a R$1.000,00. Estes valores são provenientes das vendas de produtos cultivados e também dos benefícios do Governo Federal tal como Bolsa Família (Gráfico 19).

Gráfico 19: Renda Mensal Individual dos trabalhadores da Ascampa

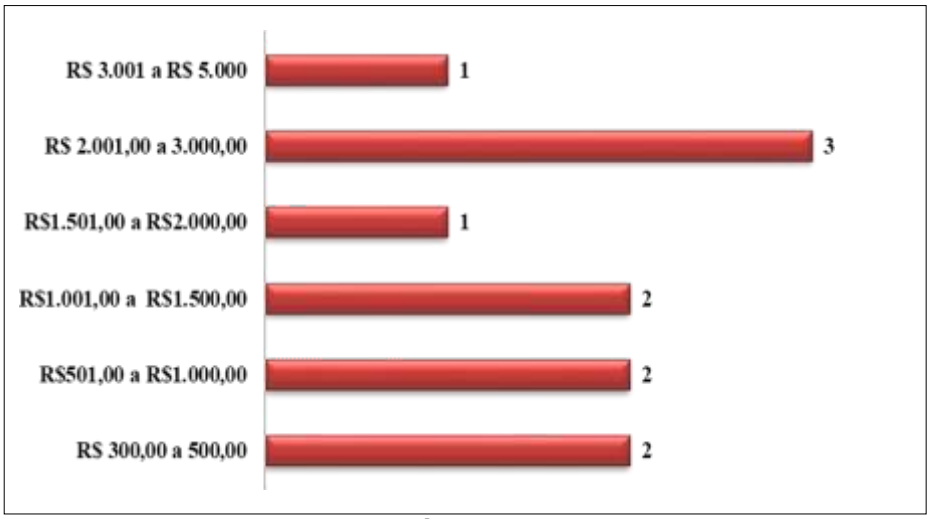


Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

A renda familiar dos trabalhadores gira entre R$300,00 a R$5.000,00 considerando a soma da renda de outros familiares (Gráfico 20). Os trabalhadores, em sua totalidade, não são

os únicos provedores da casa, proventos recebidos por esposas e filhos constituem a renda mensal familiar.

Gráfico20: Média da Renda Familiar dos trabalhadores da Ascampa



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

O guaraná é o único produto comercializado pela associação, as vendas das outras culturas são realizadas individualmente por cada produtor. Segundo o Sr. Dedeco a diretoria já vem trabalhando para que futuramente a associação possa intermediar as vendas dessas outras culturas para a merenda escolar do município. Além do guaraná os produtores cultivam banana, macaxeira, melancia, mandioca, laranja, açaí, abacaxi e castanha.

Na avaliação dos trabalhadores, no ano de 2018 a produção de guaraná da ASCAMPA alcançou índices satisfatórios. Conforme os dados coletados, a menor quantidade de guaraná produzida por produtor foi de 390 kg e a maior de 1.600kg. A quantidade produzida é racionalizada pelos trabalhadores da seguinte forma: 1) quantitativo para comercialização; 2) consumo individual e familiar; 3) produção do bastão e/ou guaraná em pó; 3) reserva do produto para a venda durante o ano, uma espécie de poupança para eventuais necessidades.

Sobre o lucro adquirido devem ser consideradas as despesas, principalmente quando se trata da produção convencional, por esta ser mais onerosa em razão da necessidade da compra dos insumos. No decorrer das entrevistas identificamos que a maioria dos trabalhadores tem clareza acerca dos seus ganhos e de seus gastos, outros, no entanto se mostraram inseguros ao revelar os valores relacionados à sua produção, situação que pode indicar algumas assimetrias

nos dados. Na Tabela 15 sintetizamos, na íntegra, todas as informações repassadas pelos trabalhadores:

Tabela 15: Síntese do quantitativo e dos valores da produção de guaraná da ASCAMPA em 2018

Trabalhador Associado	Produção em Kg	Valores recebidos	Despesas
7	1.600	R$ 29.000,00	R$ 2.000,00
9	1.000	R$ 27.600,00	R$13.000,00
1	750	R$ 20.000,00	Não sabe
5	750	R$ 16.000,00	R$ 5.000,00
3	850	R$ 15.000,00	RS 7.000,00
4	600	R$ 14.600,00	R$ 4.000,00
2	800	R$ 12.000,00	R$ 10.000,00
10	850	R$ 11.000,00	R$ 4.000,00
6	390	R$ 9.000,00	R$ 2.000,00
11	500	R$ 8.000,00	R$ 3.000,00
8	500	R$ 2.440,00	Não sabe
Total	**8.590**	**R$ 164.640,00**	**R$ 50.000,00**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Atualmente a produção do guaraná da ASCAMPA é comercializada diretamente com a Ambev, sem a presença de intermediários, o que leva a um aumento na margem de lucro e a possibilidade de negociação de preços. No ano de 2018, por exemplo, o quilo do guaraná foi negociado com a empresa ao valor de R$24,30.

Os trâmites de comercialização são todos mediados pela ASCAMPA, mas a logística de transporte do guaraná até o município é de responsabilidade do associado, como nos relatou o Sr. Dedeco:

> O guaraná sai das propriedades. Quando você tem um barco traz no barco, quando não tem que trazer na rabeta mesmo, cobre e leva para Maués. Tem que ter um cuidado, não pode ser molhado é todo um tratamento especial. Aí quando chega no município se tem acesso a Ambev você vai e leva direto pra Ambev. Aqui como tem uns atravessadores que se o preço na Ambev tiver 22,00 eles querem pagar 15,00.

A Ambev efetua o pagamento do guaraná após 1 mês da data de entrega do produto. O produtor recebe em espécie o valor referente à quantidade de produto que foi entregue. Não há repasses para a associação, o único valor cobrado é uma contribuição mensal no valor de R$10,00 e nem todos os associados contribuem de modo regular.

Não foi mencionado na pesquisa se a Ambev estabelece demandas para a produção, contudo o Sr. Dedeco afirmou que atualmente a associação consegue suprir as necessidades do mercado local, mesmo assim avalia a necessidade de concorrência:

> A gente acha até que precisa melhorar. A Ambev, por exemplo, é a principal compradora e ela precisa abrir mais para o produtor. A gente acha assim, ou ela abre mais para o produtor ou precisa de uma concorrente porque nós as vezes temos sobra de guaraná e o guaraná não é pra sobrar, porque ele é um produto que a gente trabalha para adquirir a nossa sobrevivência (PESQUISA DE CAMPO, 2018)

Além da Ambev, os principais compradores do guaraná da ASCAMPA são: os atravessadores, a Coca-Cola, os Comerciantes locais e a Cooperativa de Maués. Nos trabalhos em grupos identificamos que os valores pagos por estes agentes são diferenciados, mas, de acordo com os trabalhadores não representam o preço justo do guaraná.

Tabela 16: Compradores e valores de venda da ASCAMPA, 2018

Compradores	Preços de Venda por Kg
Ambev	R$ 24,30
Atravessador	R$ 10,00 a R$ 17,00
Coca Cola	R$ 22,50
Comerciante	R$ 10,00 a R$ 17,00
Cooperativa	R$ 22,50

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Durante um dos trabalhos de grupo, os associados verbalizaram incisivamente esta questão, na oportunidade, questionamos então quais seriam os preços mais justos na visão do grupo. Assim, naquele momento, os trabalhadores decidiram construir dois quadros, o primeiro com os valores reais de comercialização do guaraná (Tabela 16) e o segundo com os valores desejáveis do que consideram ser o “preço justo” (Tabela 17).

Tabela 17: Prospecção de valores almejado pelos trabalhadores

Comprador	Preço de Venda por kg
Mercado Local	R$ 30,00
Mercado Estadual	R$ 35,00
Mercado Nacional	R$ 40,00
Mercado Internacional	R$ 60,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Na opinião dos trabalhadores, a desvalorização do preço é um reflexo do desconhecimento acerca dos processos de trabalho exaustivos que envolvem a produção do guaraná. Frente a esta problemática, os entrevistados compreendem que, atualmente, a organização coletiva, concretizada por meio da participação em associações, é o melhor caminho para o alcance de melhorias na produção, isto por que:

> Uma associação tem poder no mundo e nos órgãos para nos ajudar com incentivos. **É união e a união é importante para ganhar força maior para lutar e desenvolver um trabalho** (Trabalhador camponês, ASCAMPA)
>
> A Associação **facilita os benefícios pra gente**. **Eles se tornam mais coletivos que individuais,** porque tem um grupo de pessoas que lutam por uma mesma causa, e assim a gente se torna mais forte (Trabalhador camponês, ASCAMPA)
>
> Tudo que é individual se torna mais difícil, então **a associação ela beneficia nossa produção**, ajuda a tirar documento da terra, ajuda a fazer projeto. Tudo pra nossa melhoria (Trabalhador camponês, ASCAMPA)
>
> **A Associação nos dá segurança na venda.** A certeza de que a gente vai conseguir vender a nossa produção que nem fizemos no ano passado com a Ambev (Trabalhador camponês, ASCAMPA)

A maioria dos trabalhadores entrevistados participa da associação há pelo menos 5 anos (46%). Outros 36% afirmaram que são associados há mais de 10 anos e apenas 2 trabalhadores declararam que fazem parte da organização desde a sua fundação. Se considerarmos que a ASCAMPA existe há 25 anos, podemos dizer que há um número expressivo de novos associados. Este fenômeno ocorre pois, neste grupo estão os filhos dos trabalhadores mais antigos, uma segunda geração de associados, que já atua em suas próprias unidades produtivas.

Outra questão é que muitos destes novos associados foram atraídos pela possibilidade concreta de comercialização da produção, tendo em vista as negociações da associação com a Ambev:

> Eu quis me associar porque eu queria vender o meu produto com o preço maior, com mais valorização e a associação pode fazer isso (Trabalhador camponês, ASCAMPA)
>
> Eu gostei da organização para a venda do guaraná, porque o mercado tinha que olhar pra gente de forma diferente e a associação conseguiu isso (Trabalhador camponês, ASCAMPA)

Uma característica importante dos associados da ASCAMPA é que 67% destes são sindicalizados e acreditam que o Sindicato os representa frente ao poder publico. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maués exerce um papel ativo na Região do Alto Urupadi principalmente no que se refere à mediação entre os trabalhadores e as instituições públicas, tais como a Previdência Social. A instituição atua também na regulamentação das questões fundiárias. A titulação da maioria das propriedades dessa região é fruto das conquistas do sindicato frente ao poder público.

A mesma credibilidade atribuída a esta instituição, é conferida à Associação, uma vez que 100% dos trabalhadores acreditam que a ASCAMPA defende os seus interesses frente às instâncias institucionais e contra agentes de comercialização cujas práticas contribuem para acentuar a exploração do trabalho na região do Urupadi.

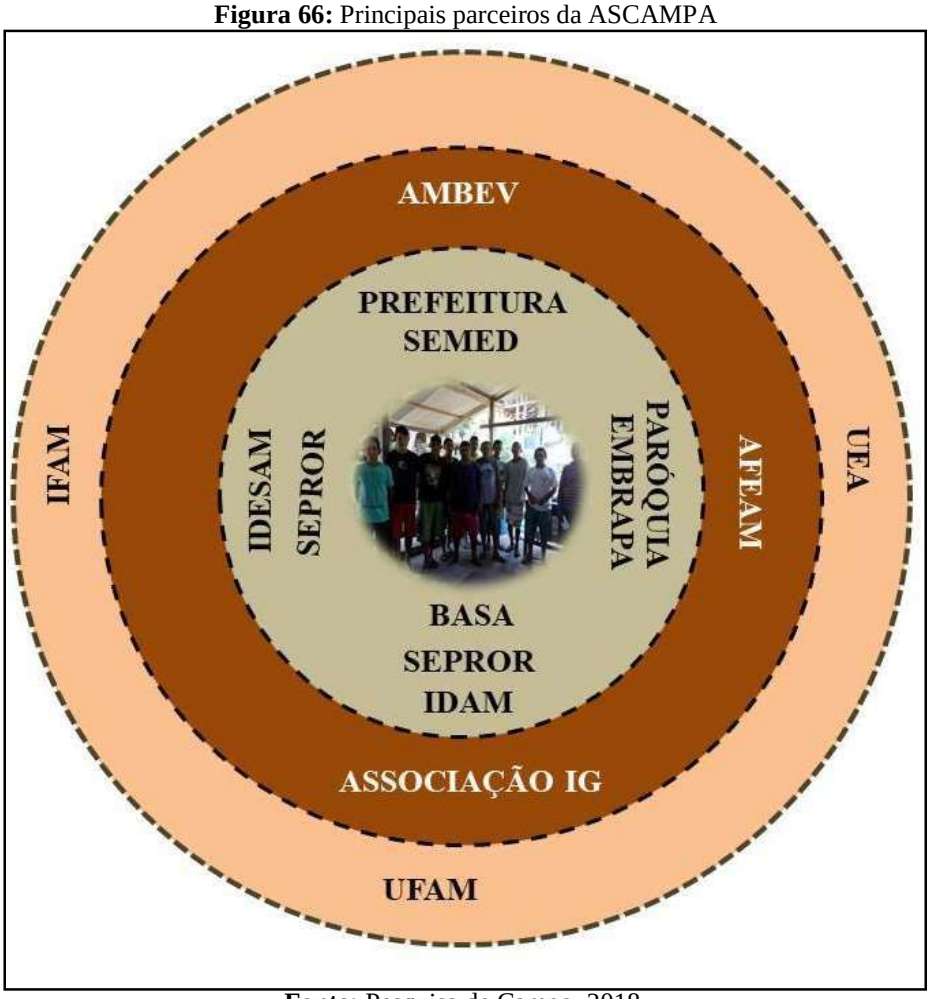
A participação na associação trouxe diversas melhorias para a vida dos trabalhadores, principalmente no que se refere às suas condições materiais de vida. A aquisição de instrumentos de trabalho e de meios de transporte está entre as principais conquistas citadas pelos entrevistados. Também foram destacadas as melhorias nas formas de comercialização, iniciativa que gerou um ambiente de segurança nas vendas. A união com os “parceiros”, a organização da produção e a melhoria nas condições de moradia também foram citadas pelos trabalhadores entre os benefícios de ser um associado.

A gestão está estruturada com uma equipe formada por 1 Presidente, 1 secretário e 1 tesoureiro como determina o Estatuto. Observamos que não há uma rotatividade das lideranças, principalmente no cargo da Presidência onde há anos permanece o mesmo líder, uma figura que exerce uma forte influência sobre o grupo.

Nos últimos anos, a Associação também ampliou suas articulações sociopolíticas por meio de inúmeras parcerias. Durante as atividades em grupo questionamos os trabalhadores

sobre quem seriam estes parceiros, que papel exercem na associação e quais os níveis relacionais que estabelecem. Por meio da técnica Diagrama de Venn, os trabalhadores destacaram as instituições com quais mantém uma relação mais próxima Figura 66:

Figura 66: Principais parceiros da ASCAMPA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

.

O Diagrama de Venn da ASCAMPA demonstra que o poder público é um dos principais parceiros desta associação, que conta também com o apoio de outras instituições organizadas pela sociedade civil. As relações da ASCAMPA com as instituições estatais se solidificaram na implementação do processo de Indicação Geográfica, processo em que grande parte destas instituições está envolvida. O envolvimento da ASCAMPA na produção convencional também se reflete nesta relação, uma vez que a associação é acompanhada diretamente pela EMBRAPA que orienta todos os processos de produção. Além disso, as

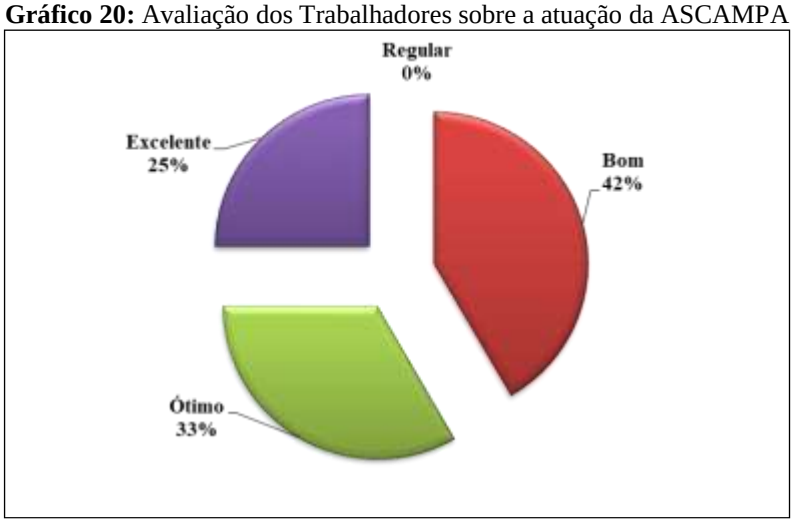
instituições municipais como Sepror e Secretaria de Educação atuam na assistência técnica e na compra da merenda escolar, respectivamente.

O IDESAM tem realizado um trabalho de organização social e produtiva e a Igreja Católica, na figura do Padre Henrique, um missionário que vive na Região do Urupadi, desenvolve atividades de fortalecimento comunitário.

Alguns trabalhadores hesitaram em colocar o Banco da Amazônia entre os parceiros, pois compreendem que estabelecem uma relação de troca com esta instituição, uma vez que terão que pagar os empréstimos concedidos. Este mesmo entendimento está associado à Ambev, que também aparece no segundo nível do quadro.

Sobre a atuação da associação, 42% dos trabalhadores avaliam que esta desenvolve um *bom* trabalho, outros 33% considera *ótimo* e 25% atribuem o conceito *excelente* (Gráfico 21). De acordo com as narrativas dos entrevistados, o apoio ao grupo, a organização da produção e a liderança são os principais atributos que justificam os resultados dessa avaliação.

Gráfico 20: Avaliação dos Trabalhadores sobre a atuação da ASCAMPA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Em contrapartida, os trabalhadores apontam o que consideram como fragilidades da associação, aspectos que precisam ser melhorados. Entre estes o principal é a falta de comprometimento dos associados com as atividades, tais como, Assembleias, capacitações, reuniões de trabalho e outros eventos. Para os entrevistados as ausências poderiam ser solucionadas se a gestão da ASCAMPA desenvolvesse um trabalho de maior proximidade com estes trabalhadores. Sob outra perspectiva, os trabalhadores apontaram também como fragilidade, as condições estruturais da ASCAMPA ressaltando a precariedade da associação:

“[...] precisamos de uma estrutura melhor, não temos um contador, não temos barco, nem lancha, nem mesmo voadeira. Ainda não está com estrutura física que uma associação precisa” (Trabalhador camponês AAFAU).

No trabalho em grupo ampliamos este debate por meio da aplicação da Matriz SWOT, uma ferramenta analítica desenvolvida para análise de cenários a partir dos ambientes internos e externos intrínsecos ás organizações. No ambiente interno destacam-se os eixos *Fortalezas* e *Fraquezas*, onde o primeiro busca identificar as potencialidades do grupo e o segundo conhecer os fatores que influenciam negativamente sobre o seu desempenho. No ambiente externo são elencadas as *Oportunidades* e *Ameaças*. As oportunidades identificam os fatores externos que podem influenciar positivamente o grupo, já as ameaças, compreendem todos os fatores externos que podem comprometer a organização do grupo (VERDEJO, 2006).

A abordagem destes aspectos foi desenvolvida com os trabalhadores da ASCAMPA por meio de perguntas chave para que a dinâmica ficasse mais clara. Este debate, resultou em uma visão geral sobre a realidade da Associação ilustrada na Matriz Swot da Organização (Tabela 18):

Tabela 18: Matriz SWOT da ASCAMPA

	(Fortalezas)	**(Fraquezas)**
INTERNO	- O crescimento do plantio de mudas (estacas) - Respeito mútuo e a união - As vendas coletivas - Diversificação das culturas agrícolas - Melhora na qualidade de vida - Parcerias para a legalização de terras - Conquista da Indicação Geográfica -Captação de novos parceiros para a comercialização - Investimentos em recursos ambientais (aviário e tanque em igarapé) - Reconhecimento da Associação perante a comunidade	- Transporte para o escoamento da produção -Ausência dos sócios nas atividades da associação - Estrutura Física e administrativa deficitária - Falta de padronização dos barracões de trabalho - Ausência de assistência técnica
	(Oportunidades)	**(Ameaças)**
EXTERNO	- Ampliação da Indicação Geográfica -Diversidade das formas de beneficiamento -Captação de representante externo para os produtos -Ampliação para o mercado nacional e internacional	- Desvalorização do preço do guaraná - Falta de apoio dos governantes -Escassez de editais para financiamento da produção - Concorrência da produção de outros municípios - Tornar-se reféns do atravessador - Questões ambientais como doenças e pragas na plantação

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Nos aspectos internos os trabalhadores apontaram como *fortalezas* todos os pontos que consideraram como conquistas para a associação. O crescimento do plantio de mudas (estaca) de guaraná, ou seja, a adoção da agricultura convencional foi mencionada como um dos pontos fortes da associação em virtude de sua alta produtividade e do retorno financeiro obtido. Todavia, esta forma de produção guarda suas contradições à medida que os trabalhadores apontam seu alto custo e o excesso de cuidados necessários durante o cultivo em razão da utilização dos insumos químicos.

Sob esta conjuntura apontamos cenários de subordinação que, em geral passam despercebidos aos trabalhadores. O primeiro destes é a dependência dos associados ao comércio de defensivos agrícolas, visto que a produção convencional está condicionada à utilização destes produtos. Um segundo cenário reside na comercialização, espaço onde a subordinação alcança maior expressividade e se consolida por intermédio de agentes que tem em comum a reprodução das relações capitalistas de produção.

Neste contexto, a subordinação ocorre na sujeição histórica aos atravessadores, que na verdade atuam como intermediários da empresa capitalista. O segundo cenário se consolida nas relações de mercado (re)criadas pela Ambev e que tem como foco a negociação direta com os trabalhadores. Diante desta realidade, se estabelece um ciclo de subordinação movimentado pela empresa capitalista com fins a manutenção do seu monopólio na produção do guaraná.

O respeito mútuo e a união, apontados entre as fortalezas, são premissas perceptíveis no grupo. Não identificamos situações de conflitos, ainda que a narrativa de alguns trabalhadores indicasse que existem, mas que são contornados por meio do diálogo.

Figura 67: Trabalhadores da ASCAMPA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

A ausência dos sócios nas atividades da associação, apontada como uma das fraquezas, é uma das principais problemáticas apontadas. De acordo com o Presidente da associação, mesmo com a comunicação precária os sócios são todos informados antecipadamente sobre a realização das assembleias e de outras atividades. Os meios mais utilizados são as rádios comunitárias, transmitidas de Maués para todas as comunidades, uma prática comum no município quando os moradores do interior precisam ser convocados para alguma atividade.

Quando necessário, o presidente também transita de barco até as comunidades de abrangência para informar os associados. Os eventos da associação, tais como assembleias, cursos e outros são realizados geralmente na residência do presidente localizada na Comunidade São José do Paricá. Minutos antes de iniciar qualquer atividade, há um procedimento de soltura de fogos que funciona como uma chamada dos sócios que ainda não chegaram ao ambiente.

A prática das vendas coletivas, indicada como um ponto forte do grupo, não acontece de forma conjuntural visto que os trabalhadores se responsabilizam integralmente pela operacionalização de suas vendas. A associação faz o papel de intermediária deste processo junto às instituições, mas ainda não oferece as condições materiais aos trabalhadores para a logística de escoamento da produção, condição sinalizada como um dos pontos fracos.

Estas problemáticas são produto de uma visão parcial do processo produtivo, focada tão somente na comercialização e que tem impactos sobre a organização sociopolítica do grupo. A participação econômica dos associados é reduzida a taxas irrisórias que são pagas como contribuições simbólicas. Não foram mencionados repasses de percentual de vendas dos trabalhadores para a associação, nem mesmo acordos para o rateio de valores. Também identificamos que os trabalhadores não compreendem o caráter autossustentável das associações e a importância das contribuições financeiras para a garantia da infraestrutura física e de materiais.

De acordo com Silva et al (2018) historicamente as associações na Amazônia foram criadas pela necessidade de acesso às políticas públicas, por isso a dificuldade de incorporar em sua organização, as premissas universais que regem o trabalho associado. Conforme os autores, em Maués, esta situação recai em problemáticas que comprometem o desenvolvimento das organizações de trabalho associado: "[...] o baixo grau de capacidade gerencial e material dos grupos constituídos, em sua maioria acabam se desfazendo por impossibilidade de executar uma gestão que permita o desenvolvimento do grupo" (p. 61).

No que diz respeito ao ambiente externo, os trabalhadores elencaram entre as principais oportunidades, a Indicação Geográfica, movimento que compreendemos ser um divisor de águas para a história social da ASCAMPA. A participação neste projeto rendeu à associação a articulação com inúmeras instituições e consequentemente o surgimento de oportunidades para novos negócios.

Desde então a associação vem trabalhando o planejamento para a concretização de diversas atividades, entre estas: a diversidade das formas de beneficiamento, a captação de agentes externos para a venda dos produtos e sua colocação no mercado nacional e internacional.

Por outro lado, assim como enxergam oportunidades os trabalhadores reconhecem a existência de ameaças externas, entre estas a desvalorização do preço do guaraná, uma problemática comum a todas as organizações estudadas. Foi mencionada também a ausência de apoio dos governantes ao desenvolvimento da produção do guaraná, assim como a escassez de editais para financiamento da produção.

A figura do atravessador aparece mais uma vez associada a possíveis ameaças. Uma aspiração comum a todas as associações também foi mencionada inúmeras vezes pelos trabalhadores: *sair da mão do atravessador*. Outro fator apontado como ameaça é a

concorrência da produção de outros municípios, os trabalhadores reconhecem o crescimento da produção de guaraná no Estado, por isso também a preocupação com a emissão da Indicação de Procedência.

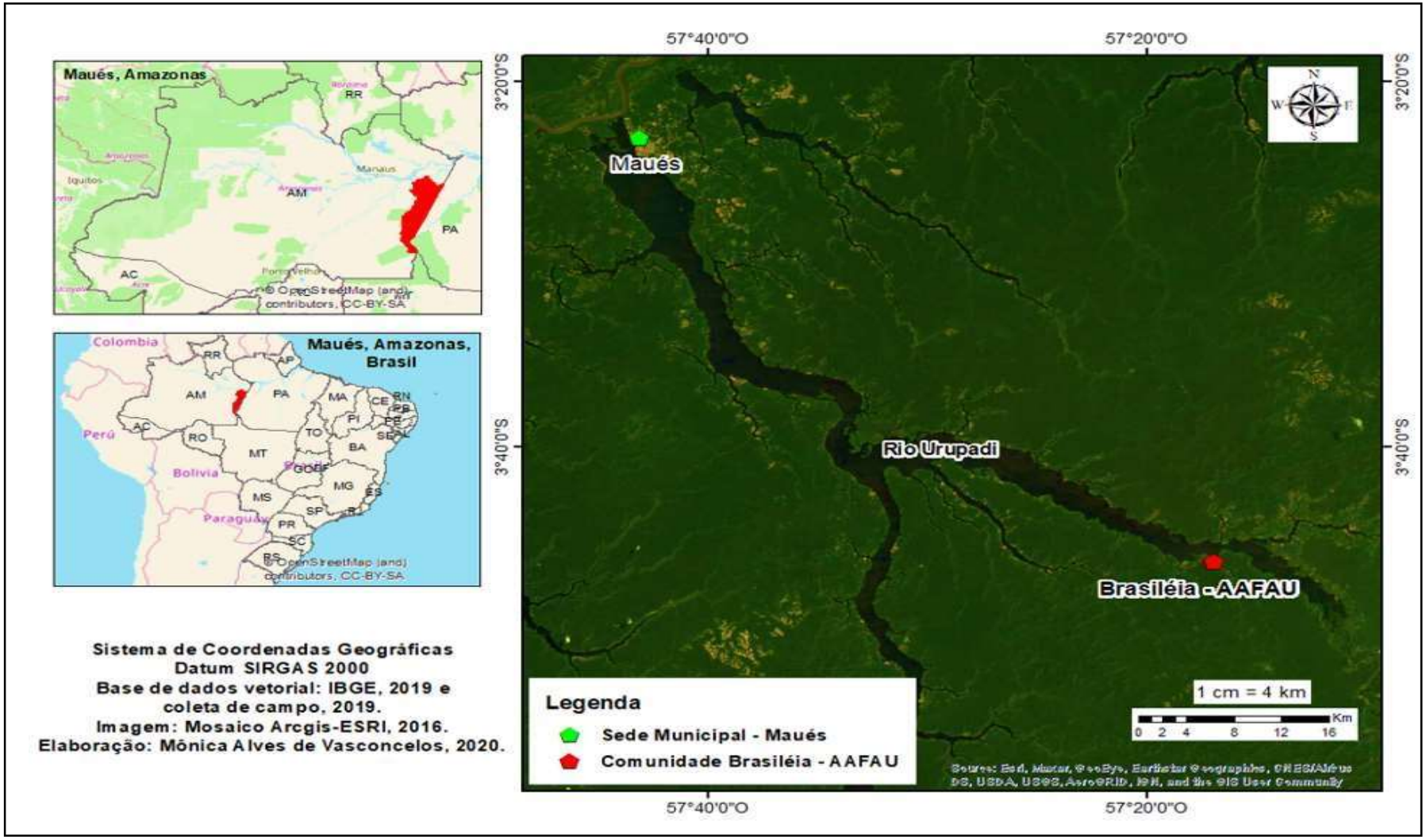
Por fim, para além das questões necessárias à elaboração da Matriz Swot questionamos os trabalhadores sobre suas expectativas futuras em relação a associação, e neste quesito grande parte das considerações estão relacionadas a recursos materiais como podemos identificar: A captação de novos sócios; A exportação do guaraná para outros países; A aquisição de barco, voadeira e outros meios de transporte; Uma sede da ASCAMPA em Maués para o depósito do guaraná; Um caminhão para trabalhar com a mecanização; A certificação do guaraná da Associação.

As experiências da ASCAMPA enquanto Organização de Trabalho Associado revelam a sua capacidade de reinvenção frente às mudanças que lhes são impostas. Ademais, independente de suas formas de produção, esta organização exerce um importante papel para a legitimação do trabalho associado rural na Amazônia.

3.4. RESISTÊNCIA E *RES*ISTÊNCIA: A ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ALTO URUPADI (AAFAU)

A Associação dos Agricultores Familiares do Alto Urupadi (AAFAU) é a mais recente organização de trabalho associado do município de Maués. A Associação foi fundada em 09 de Novembro de 2015 na Comunidade Brasiléia (Imagem 66) por agricultores familiares que que residem nas comunidades Brasiléia, São Sebastião e Nossa Senhora de Nazaré, localizadas na Região do Alto Urupadi.

Imagem 67: Sede da AAFAU, Comunidade Brasiléia



Fonte: Weil (2020), elaborado por Vasconcelos

A associação foi fundada e idealizada pelo atual, e primeiro Presidente, José Cristo de Oliveira (Figura 67) a partir de sua experiência como "produtor caboclo" no Consórcio de Produtores Sateré Mawé (CPSM). A convivência com os indígenas propiciou ao mesmo a visibilidade sobre o comércio justo e as potencialidades econômicas que tem o guaraná neste espaço de comercialização. Em meados dos anos 2000, motivado pela possiblidade de integrar esse mercado, José Cristo procurou a Prefeitura de Maúes, neste período sob a gestão de Sidney Leite, em busca de orientação e apoio para a constituição de uma associação de produtores na Região do Alto Urupadi.

No primeiro momento foi orientado pelos representantes governamentais a realizar uma assembleia junto aos interessados de maneira que pudessem legitimar as documentações necessárias. Na referida reunião os participantes deliberaram pela criação da Associação dos Produtores Agrícolas do Urupadi (ASPAU), associação que não foi instituída, pois a Prefeitura declinou do apoio acordado, alegando a ausência de recursos para financiar a produção.

Figura 68: José Cristo, Presidente da AAFAU



Fonte: Acervo AAFAU, 2020

Outra tentativa de constituição da organização só foi retomada no ano de 2014, na gestão do então prefeito Raimundo Carlos Góes Pinheiro. A proposta foi bem recebida pelo prefeito e este encaminhou José Cristo ao Secretário Municipal de Produção Rural Bruno Negreiros de Oliveira, para que este pudesse auxiliar os agricultores na organização da associação.

Formalizada a parceria com a SEPROR, José Cristo passou a visitar todas as comunidades do Alto Urupadi a fim de sensibilizar os agricultores quanto à importância da participação na Associação. Esta ação resultou no credenciamento de pelo menos 40 agricultores das comunidades de abrangência que, na primeira assembleia, fundaram a AAFAU, elegeram o Presidente, discutiram o Estatuto e definiram a composição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

No dia 23 de janeiro de 2016, a AAFAU inaugurou sua primeira Agroindústria na Comunidade São Sebastião (Figura 68) com recursos financiados pela SEPROR. De acordo com José Cristo: “a associação recebeu combustível, prego, tinta todos esses materiais. Já a parte da construção, retirada da madeira tudo foi com os sócios. Levamos 18 dias para fazer tudo porque estavam todos animados e nós queríamos inaugurar no dia da festa do santo” (Pesquisa de campo, 2017).

Figura 69: Agroindústria AAFAU, Comunidade São Sebastião



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017

No ano de 2015, a AAFAU foi convidada pelo Secretário da SEPROR a participar da primeira edição da Feira de Produção Familiar da Universidade Federal do Amazonas (AGROUFAM) realizada em Manaus. A AGROUFAM acontece como um projeto de extensão coordenado pelo Núcleo de Socioeconomia (NUSEC) da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Amazonas. Considerando a abrangência das atividades, Santiago (2017) equipara a AGROUFAM a um programa de governo ou mesmo a uma política publica, uma vez que envolve a temática do Emprego e Renda.

A relação da AAFAU com a Universidade, articulada por meio de sua participação na AGROUFAM, foi a porta de entrada para o seu desenvolvimento enquanto organização de trabalho associado. No relato de José Cristo evidenciamos a importância deste momento para a associação:

> A SEPROR levou a AAFAU até a Agroufam e conseguiu um espaço na feira. O Secretário Bruno foi nosso intermediário. De lá foram surgindo trabalhos, porque o nosso produto era novidade na feira não tinha nada parecido. Aí começaram a conhecer a gente lá dentro das Ciências Agrárias e principalmente o motivo da gente estar lá. **Nós não fomos só pra vender guaraná a gente estava procurando parcerias pra gente buscar o mercado justo para os pequenos produtores e valorizar eles que são tão esquecidos. Isso que a gente queria conquistar junto com a Universidade** (Pesquisa de Campo, 2017, grifo nosso).

O comprometimento da AAFAU com as questões socioambientais e com a valorização dos sistemas produtivos tradicionais do guaraná despertou a atenção do NUSEC e desde então seus pesquisadores vem acompanhando e orientando os trabalhos da associação.

De acordo com Pereira et al (2018) a experiência da AAFAU transcendeu os aspectos econômicos, uma vez que, a simples comercialização do guaraná na Agroufam possibilitou mobilizações para atividades de maior amplitude, tal como o reconhecimento da qualidade orgânica no sistema agrícola tradicional do Rio Urupadi.

As atividades do NUSEC junto à AAFAU iniciaram já em 2015 com a apresentação das demandas da associação para os pesquisadores. A primeira visita ás comunidades aconteceu logo em seguida e tinha como finalidade uma aproximação com os associados e a realização de diagnóstico da dinâmica socioprodutiva. Esta atividade possibilitou a identificação dos principais problemas que atingem a organização da AAFAU e ao mesmo tempo norteou a definição de prioridades para as atividades que seriam aplicadas junto à associação (PEREIRA et al., 2018).

A partir demandas apresentadas a primeira iniciativa dos pesquisadores do NUSEC foi identificar as potencialidades e as limitações das unidades produtivas para a adequação ao processo de certificação orgânica. Este trabalho resultou em três importantes produtos para a associação: a elaboração do Plano de Manejo Orgânico das unidades de produção, o acordo comunitário para a produção orgânica do guaraná e a constituição da AAFAU como Organização de Controle Social que foi denominada OCS Urupadi (Ibdem).

A agregação destas ações fundamentou o pedido de autorização da AAFAU junto ao MAPA para a comercialização do guaraná orgânico via *Controle Social para venda direta sem certificação*, uma das conquistas da associação ocorrida no ano de 2018 com o apoio do

NUSEC. Este evento foi apenas um esboço das aspirações da AAFAU para a comercialização do guaraná, uma vez que a meta sempre foi alcançar o mercado nacional e internacional em virtude da valorização do preço.

Em março do presente ano, a AAFAU foi contemplada com a certificação orgânica do guaraná (Figura 70), condição que habilita a associação para a comercializar do produto nos mercados nacional, norte americano e europeu. Este processo é resultante do acompanhamento do NUSEC e da Rede de Negócios Sustentáveis do Urupadi (RENESU)[57], projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico (CNPq) e coordenado pela Professora Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, coordenadora do NUSEC, e Cloves Pereira também pesquisador do núcleo.

Figura 70: Certificação do guaraná da AAFAU



Fonte: Acervo AAFAU, 2020.

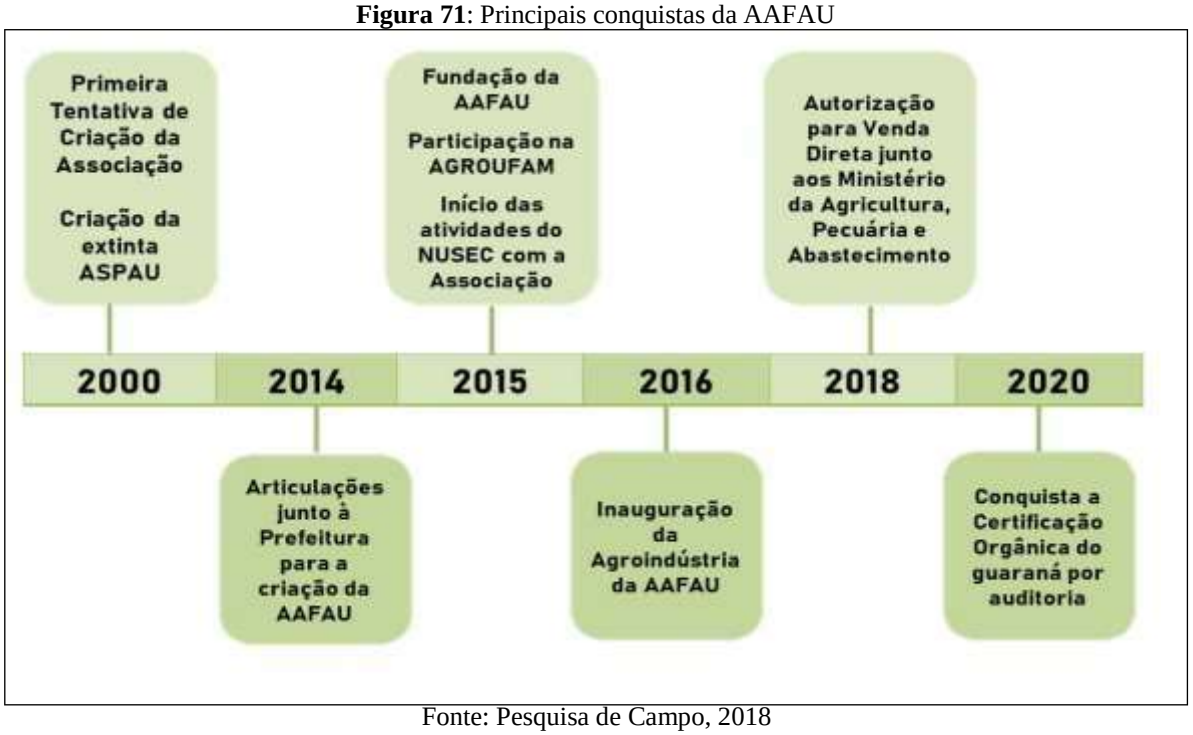
A trajetória sociopolítica da AAFAU revela as potencialidades da organização do trabalho associado e o diferencial do papel social da Universidade junto a estas organizações no âmbito rural da Amazônia. Para Santiago (2017) os projetos desenvolvidos na Universidade têm um caráter de aperfeiçoamento dos conhecimentos, mas, sobretudo representam uma devolução á sociedade dos investimentos aplicados nesta instituição.

[57] A RENESU é um Projeto de Tecnologia Social financiado pelo CNPq. De acordo com depoimento do Coordenador Técnico do projeto, Prof. Cloves Pereira, o projeto tem por finalidade o apoio à produção, comercialização e consumo sustentável das comunidades tradicionais da região. O projeto conta com a parceria das seguintes instituições: IFAM, IDAM, Igreja Católica de Maués, Pastoral da Terra e IDAM.

Em uma análise temporal, identificamos que as intervenções da Universidade junto à associação abreviaram o alcance de metas que antes pareciam inatingíveis. Ressalte-se que, para a realização das atividades o NUSEC enfrentou os desafios da escassez de recursos aplicada às instituições de ensino superior nos últimos anos.

Mesmo assim, por intermédio das ações da Universidade, no intervalo de apenas 5 anos a AAFAU ampliou seus espaços de comercialização, conquistou novas parcerias e garantiu o comprometimento de seus sócios com o projeto de certificação orgânica. Na Figura 71, sintetizamos em uma linha do tempo as principais conquistas da Associação:

Figura 71: Principais conquistas da AAFAU



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

A AAFAU comercializa o guaraná em ramas, bastão e pó, sendo estes dois últimos os produtos mais solicitados pela clientela, visto que a associação é uma das poucas organizações do município que ainda produz o bastão. Além da comercialização nas feiras como a AGROUFAM, a associação já participou de feiras nacionais e internacionais para divulgar o guaraná. Contudo, evidenciamos 63,15% dos entrevistados comercializam o seu guaraná com os atravessadores. Os trabalhadores que vendem para os comerciantes somam 21,05% e as feiras representam apenas 15,78% das vendas.

No decorrer das entrevistas o Presidente da associação ressaltou a dificuldade de deslocamento para as feiras, pois na gestão municipal anterior a associação tinha acesso a

passagens fluviais para a venda do guaraná, porém, a atual gestão não tem viabilizado estes recursos.

No mercado local identificamos os produtos da AAFAU em diversos estabelecimentos, especialmente o bastão. Em conversas informais com os comerciantes da cidade, todos foram unânimes em exaltar a qualidade dos produtos da associação, reiterando que este seria o legítimo guaraná, pois é proveniente do Alto Urupadi uma região, segundo eles, onde ainda se encontra muito guaraná nativo.

Assim como as demais associações, a maior parte dos trabalhadores da AAFAU (90%) não considera justo o preço que pagam pelo guaraná. Nos trabalhos de grupo, aplicamos a mesma dinâmica da ASCAMPA para averiguar o que os trabalhadores consideram ser um "preço justo do guaraná". Nesta atividade, os trabalhadores identificaram primeiramente os preços reais (Tabela 16) e posteriormente indicaram o que consideram que deveria ser o preço justo do guaraná em diferentes espaços de comercialização (Tabela 19).

Tabela 19: Compradores e valores de venda AAFAU em 2018

Relação de Compradores - AAFAU			
Comprador/Formas de Beneficiamento	**Bastão**	**Pó**	**Sementes**
	(R$)		
Consumidor final	12,00 – R$15,00	10,00 – 15,00	-
Atravessador	60,00 – 40,00	-	12,00
Feiras	10,00 – 25,00	15,00	-
Comerciante	40,00 – 70,00	-	12,00 –15,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Sobre a produção identificamos que no ano de 2018 a menor produção identificada entre os trabalhadores foi de 2Kg e a maior 600Kg. Os trabalhadores da AAFAU não costumam produzir em grandes quantidades e não estabelecem comparações com a produção do guaraná clonado. Uma das expectativas dos trabalhadores é o aumento da produtividade a partir da aplicabilidade dos novos conhecimentos por meio da agricultura orgânica

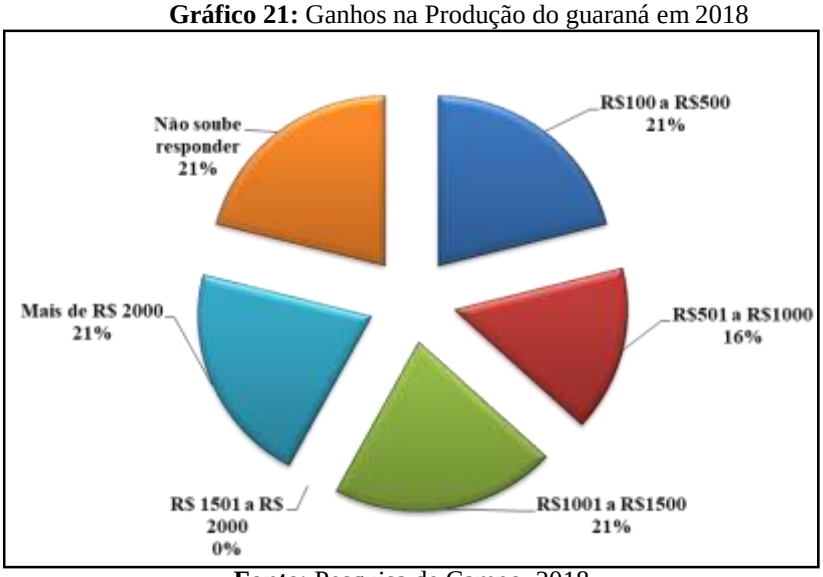
Tabela 20: Prospecção de valores desejáveis pelos trabalhadores

Tabela de Preço Justo – AAFAU		
Forma de Beneficiamento	**Nível de mercado**	**Valor (R$)**
Semente	Local	R$ 40,00
	Nacional	R$ 60,00
	Internacional	R$ 120,00
Pó	Local	R$ 70,00
	Nacional	R$ 100,00
	Internacional	R$ 150,00
Bastão	Local	R$ 80,00
	Nacional	R$ 120,00
	Internacional	R$ 180,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

No que tange os ganhos relativos à produção do guaraná identificamos que estes são relativos, mas a maioria (42%) apresenta ganhos que superam o valor de R$1.000,00 em suas vendas. Cabe destacar que um percentual de trabalhadores afirmou não saber qual o lucro de sua produção (20%) por não ter o hábito de fazer anotações e também porque comercializam o guaraná de forma esporádica para diferentes agentes de comercialização.

Gráfico 21: Ganhos na Produção do guaraná em 2018



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Sobre os gastos, 30% dos trabalhadores indicou que gasta entre R$100,00 a R$500,00, 25% gasta entre R$501 a R$2.000,00, 15% gasta mais de 2.000,00 e 25% afirmou que não

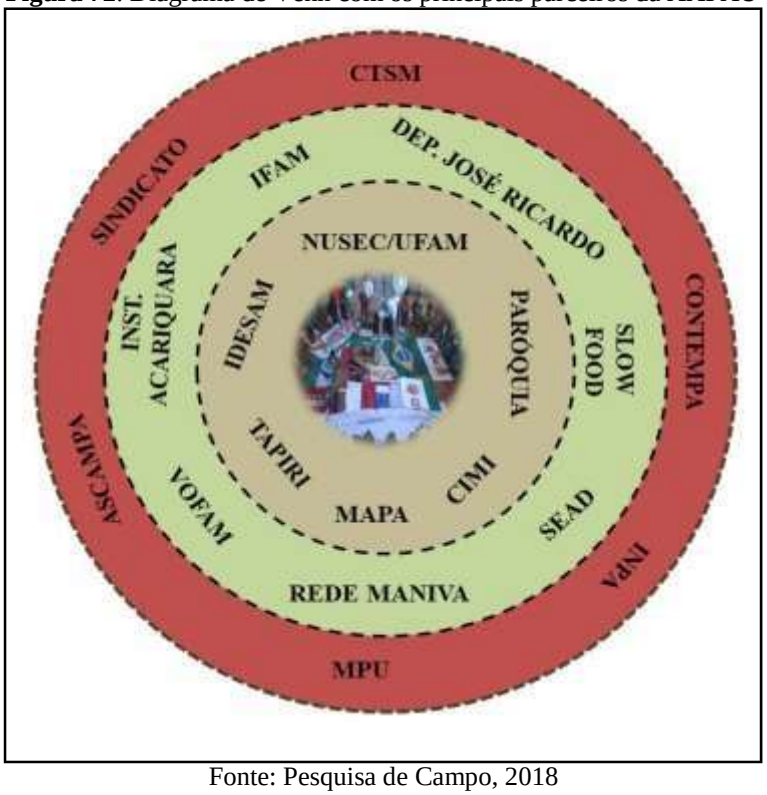
sabe quanto gasta na produção. A maior parte destes gastos envolve o pagamento de diaristas e a alimentação, principalmente durante o período da limpeza e da colheita.

Uma das estratégias utilizadas pela associação para a redução destes custos é a prática do Puxirum, estabelecida em comum acordo entre os associados. A inserção na produção orgânica demandou da AFFAU um "novo jeito" de fazer Puxirum uma vez que agora a prioridade, além da limpeza do ambiente, é a borrifação dos biofertilizantes e o preparo da compostagem orgânica que precisa ser desenvolvida no período da limpeza para aproveitar os resíduos animais e vegetais dispostos nas unidades produtivas.

O guaraná é considerado o principal produto para os trabalhadores da AAFAU, contudo, estes também são produtores de outras culturas que são utilizadas para comercialização e consumo próprio. A mandioca foi citada como a principal cultura e uma importante fonte de renda, além desta destaca-se a macaxeira, banana, laranja, melancia e outros citados em menor escala.

No decorrer de sua trajetória a AAFAU ampliou suas possibilidades de produção por meio de várias articulações institucionais. As contribuições de diferentes parceiros resultaram no fortalecimento da associação enquanto um coletivo de trabalhadores. No Diagrama de Venn (Figura 72) ilustramos, por meio da indicação dos trabalhadores, que são os principais parceiros da associação.

Figura 72: Diagrama de Venn com os principais parceiros da AAFAU



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Estes diferentes parceiros exercem ações distintas e ao mesmo tempo complementares. Ao centro o NUSEC/UFAM tem destaque à pedido dos trabalhadores uma vez que, segundo estes, é a instituição que mais contribui para o desenvolvimento da AAFAU. A Paróquia de Maués e o Conselho Missionário atuam frente às demandas sociais da associação e da comunidade. O Ministério da Agricultura foi apontado pelo acompanhamento nos processos de certificação e de comercialização do guaraná orgânico. O IDESAM surge como um intermediário e orientador de questões administrativas e burocráticas, bem como de processos de comercialização e a empresa Tapiri, intermediária de processos de vendas.

Entre outras instituições indicadas, os trabalhadores enfatizaram o papel do Ministério Público da União que vem atuando frente à problemática de invasões de agentes madeireiros nas áreas de entorno das comunidades. Por meio desta parceria, a Associação mobilizou as comunidades e abriu um processo para solicitar a criação de uma Unidade de Conservação para a região do Alto Urupadi, uma ação estratégica para evitar a prática das recorrentes invasões ilegais e da exploração de madeira na região.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi citado entre os parceiros pelas inúmeras ações desenvolvidas nas comunidades de abrangência tais como a regularização das propriedades e intermédio junto á instituições governamentais. Identificamos que 90% dos associados da AAFAU são sindicalizados e neste universo estão inclusas antigas lideranças sindicais de Maués.

De igual modo, devemos ressaltar a importância da parceria das organizações ASCAMPA e do Consórcio Indígena que foram citados no Diagrama. Não identificamos um ambiente de competitividade ou rivalidade entre estas organizações, pelo contrário, a relação estabelecida é marcada pela cooperação, principalmente quando se trata de situações que impactam a Região do Alto Urupadi.

No universo dos participantes da pesquisa, não identificamos trabalhadores que atuem em mais de uma organização, percebemos na verdade um sentimento de pertença e orgulho em fazer parte daquele conjunto de trabalhadores como nos relatou um dos trabalhadores: “a gente se sente orgulhoso de fazer parte dessa associação pelo trabalho diferente que a gente tá fazendo aqui em Maués” (Trabalhador camponês, ASCAMPA).

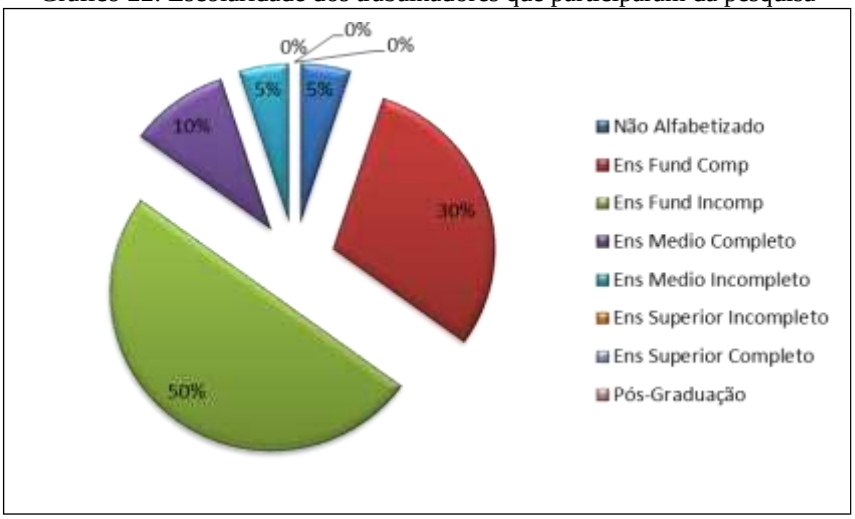
Atualmente a AAFAU conta com um quadro de 40 associados provenientes das comunidades de abrangência e neste universo estão inscritos também dois indígenas conforme informações do Presidente. 40% reside na Comunidade Brasileia, 35% na Comunidade São Sebastião e 25% na Comunidade Nossa Senhora de Nazaré.

Do universo de participantes da pesquisa 60% participam da associação desde a sua fundação. Diferente das demais associações a AAFAU conta com um quantitativo expressivo de mulheres, elas representam 40% do total de associados. É importante salientar que a maioria destas mulheres são chefes de famílias monoparentais e proprietárias de suas unidades produtivas.

A AAFAU é uma associação composta por trabalhadores de diferentes faixas etárias, o que nos permite afirmar que em seu contexto há um encontro de antigas e novas gerações. Do total de entrevistados, 35% possui entre 38 a 42 anos, 35% tem mais de 49 anos, 10% entre 23 a 27 anos e outros 10% está na faixa etária dos 43 a 48 anos. Os trabalhadores mais jovens, entre 18 a 22 anos, somam apenas 5% do total.

No que diz respeito à escolaridade identificamos que 50% dos trabalhadores possui o ensino fundamental incompleto e 30% o ensino fundamental completo. No ensino médio identificamos apenas 15% do total, bem como trabalhadores não alfabetizados que somam 5%. Não identificamos trabalhadores que estejam cursando ensino superior, contudo, ressaltamos que pelo menos 2 trabalhadores são discentes de cursos técnicos ministrados no município.

Gráfico 22: Escolaridade dos trabalhadores que participaram da pesquisa



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

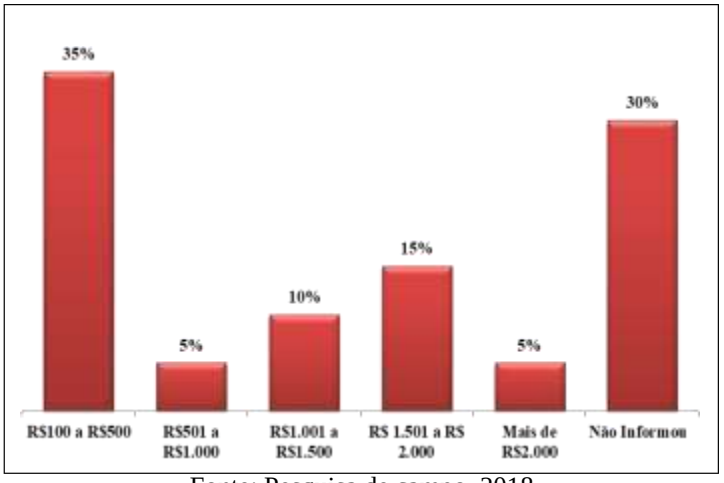
Em relação ao Estado Civil, 45% dos trabalhadores se declararam casados, 25% vive na condição de União Estável, 25 % são solteiros e apenas 1 trabalhadora declarou ser viúva. Do total de participantes da pesquisa, 90% declarou que tem filhos e destes, 59% tem de 1 a 3 filhos e 35% mais de 7 filhos. A composição familiar da maioria dos trabalhadores (55%) é de 4 a 7 pessoas, 25% reside com 1 a 3 pessoas e 20% de 7 a 10 pessoas. Deste

Um grupo de 40% dos entrevistados afirmou que já trabalhou empregado e entre as profissões citadas estão a de professor, agente de saúde e operário. Em alguns casos estes trabalhadores migraram para a capital em busca de melhorias nas condições de vida, mas acabaram retornando por entender que a agricultura seria mais rentável. Acerca da renda individual (Gráfico 24), identificamos que 35% dos trabalhadores recebem entre R$501 a R$1.000 mensalmente, 30% não informou a renda, 15% recebem entre R$1.501 a R$2.000 e 10% entre R$1.001 a R$1.500. Um número mínimo de trabalhadores declarou receber mais de R$2.000 (5%).

Sobre a renda familiar (Gráfico 25), constatamos um cenário diferente considerando a junção das rendas. Um total de 25% dos trabalhadores informou que a renda é de R$1.001 a R$1.500, 25% não informou a renda, alguns por uma questão de confidencialidade outros porque afirmaram não ter este controle. Apenas 10% dos trabalhadores afirmou que tem renda entre R$100 a R$500 e um total de 25% informou que o total de proventos da família é maior que R$2.000.

Sob este total precisamos considerar a rotatividade dos ganhos, quando conseguem vender bem a sua safra os trabalhadores tem um retorno financeiro satisfatório, as vezes suficiente para o seu sustento por meses. É importante salientar também que os valores que englobam esta renda familiar são advindos de programas governamentais, aposentadorias, salários, vendas dos produtos da agricultura familiar, prestação de serviços e claro, da venda do guaraná.

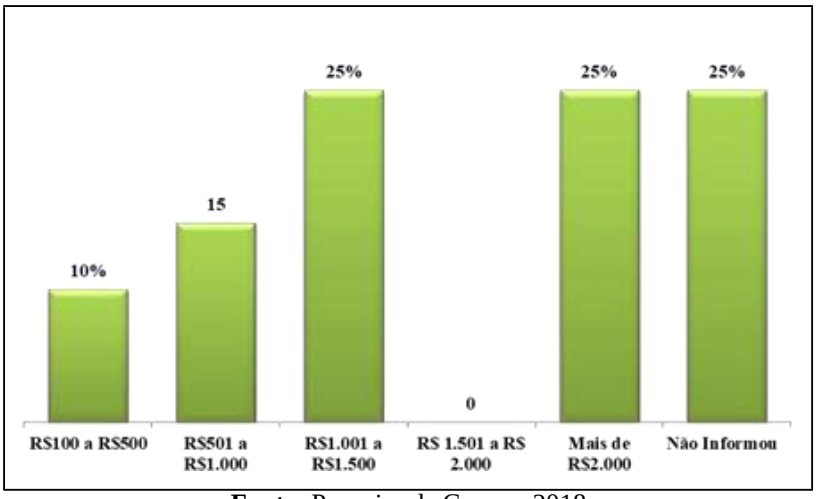
Gráfico 23: Renda mensal Individual



Fonte: Pesquisa de campo, 2018

A melhoria desta renda é uma das perspectivas dos trabalhadores em relação à produção orgânica e estes são unânimes em considerar que este é o principal diferencial da associação. Como a maioria dos entrevistados, os associados da AAFAU equiparam o guaraná orgânico ao guaraná nativo, mas compreendem que os processos de certificação são necessários para a valorização do preço.

Gráfico 24: Renda mensal familiar



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Parte dos entrevistados afirmou que foi motivado a se tornar um produtor orgânico pela aproximação desta produção com a tradição e pelos benefícios que esta traz para a saúde. Também ressaltaram o trabalho de convencimento que foi feito pelo presidente da AAFAU para a integração nos cursos de capacitação que seriam ministrados pelo NUSEC, algo que despertou a curiosidade dos mesmos.

Sob outro aspecto, alguns trabalhadores ressaltaram que a agricultura orgânica se apresentou mais atrativa pelo baixo custo uma vez que nem todos os trabalhadores tem condições de sustentar a produção convencional, como nos afirmou uma das trabalhadoras: “a gente não tem recurso pra comprar outros produtos. Com esse guaraná orgânico dá pra manter a tradição e não precisa de veneno” (Trabalhadora camponesa, AAFAU)

Os processos de aprendizagem foram cruciais para a continuidade dos trabalhadores no processo de adequação à produção orgânica. À medida que absolviam os conhecimentos, crescia a identificação com esta forma de produção, não apenas por suas vantagens, mas pela semelhança com os sistemas produtivos tradicionais como nos relatou um dos trabalhadores: “muita coisa a gente já fazia, aí os professores vieram e aprendemos mais ainda. Tudo isso para melhorar a nossa produção” (Trabalhadora camponesa, AAFAU).

Mas os trabalhadores também vislumbram algumas dificuldades a serem superadas para a adoção desta produção, entre estas o desafio em seguir os padrões e normas impostos na regulamentação de orgânicos. A preocupação reside na necessidade da substituição de algumas técnicas que fazem parte do hábito dos trabalhadores durante o processo produtivo, principalmente as práticas que aparentam falta de higiene.

Outro desafio a ser superado é o cumprimento de metas e objetivos que foram estabelecidos coletivamente entre os trabalhadores. Como os processos de certificação exigem muita burocracia existe um receio sobre possíveis desistências durante o processo. Algumas narrativas ilustram tais situações:

> Acho que temos dificuldade pela frente porque tem que fazer tudo direitinho, usar outras técnicas que a gente ainda não está acostumada. Mas eu tenho fé que vai dar certo (Trabalhadora camponesa, AAFAU)
>
> É difícil o orgânico porque tem meta para cumprir e tem que alcançar tudo que a gente planeja (Trabalhadora camponesa, AAFAU)

Considerando estes desafios e a experiência vivenciada na agricultura orgânica os trabalhadores apontaram em suas narrativas quais seriam as vantagens desta produção e entre estas destacam-se a valorização do preço, a produtividade dos frutos e a garantia da segurança alimentar pela não utilização dos produtos químicos:

> Todas as vantagens, desde melhoria de vida, em preço, em saúde, em tudo (Trabalhadora camponesa, AAFAU)
>
> Ela é mais fácil de fazer. No bastão, por exemplo, ela pega a liga mais rápido (Trabalhadora camponesa, AAFAU)
>
> A gente vai aumentar a produção porque agente vai fazer junto com a natureza do jeito que a gente fazia (Trabalhadora camponesa, AAFAU)
>
> Dá bem fruto e não precisa gastar com química. Dá mais ralar e aumenta o preço (Trabalhadora camponesa, AAFAU)

Contrariando a percepção de outros trabalhadores, os associados da AAFAU apostam na produtividade do guaraná orgânico e não atribuíram nenhuma desvantagem à esta produção. Por este motivo, existem inúmeras expectativas do coletivo da associação sobre esta nova experiência, algumas narrativas revelam o que os trabalhadores esperam desse processo:

> Que no futuro **sejamos um modelo de produção para outras comunidades** ou outras calhas de rio (Trabalhadora camponesa, AAFAU)
>
> **Eu espero que venha um preço justo**, que dê pra sustentar a gente e ter **uma vida melhor** (Trabalhadora camponesa, AAFAU)
>
> Imagino tanta coisa. **Nossa associação desenvolvida, nossos produtores com melhor estrutura e renda mais elevada e melhor educação para os nossos filhos** (Trabalhadora camponesa, AAFAU)
>
> Melhora de vida, um mercado melhor de venda e **melhorar as formas de trabalho** (Trabalhadora camponesa, AAFAU)

Estas expectativas resultam de um trabalho coletivo desenvolvido pela AAFAU ao longo do tempo. O ambiente de confiança, o comprometimento e a troca de experiência entre os trabalhadores é uma das principais características da Associação (Figura 72). O nível de participação dos trabalhadores em atividades como assembleias, palestras, cursos, reuniões de trabalho e outras ações também é expressivo.

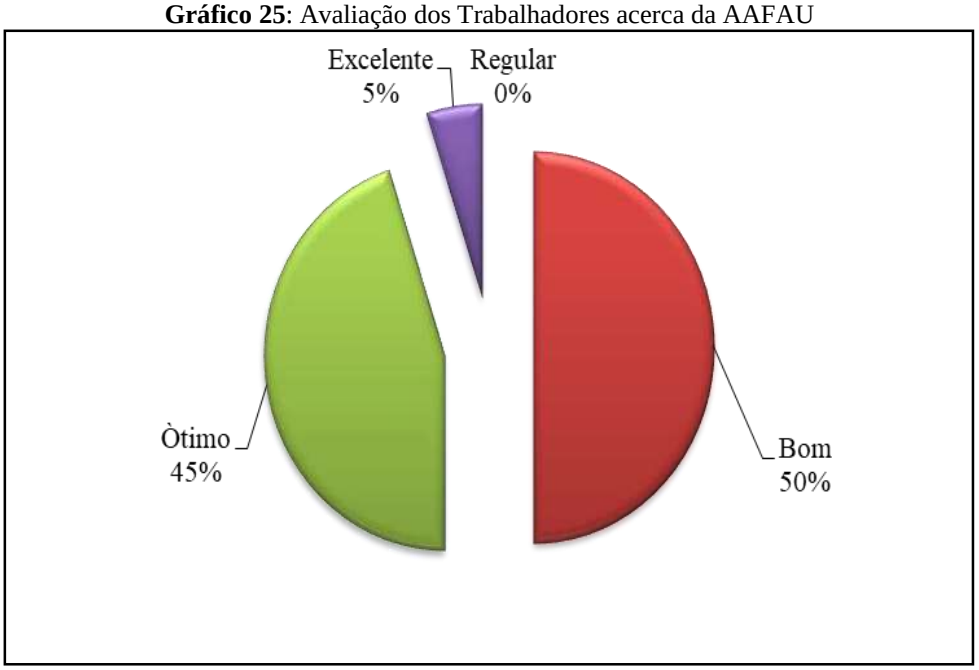
Figura 73: Trabalhadores da AAFAU em ação do NUSEC



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017

Tal envolvimento tem como resultado uma avaliação satisfatória dos trabalhadores acerca da associação. Questionados sobre tal questão 50% dos entrevistados considera boa a atuação da Associação, 45% ótima e 5% excelente como demonstrado no Gráfico 26:

Gráfico 25: Avaliação dos Trabalhadores acerca da AAFAU



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

A atuação da liderança também tem forte influência neste resultado. As articulações institucionais e o diálogo são características importantes do atual Presidente, o mesmo que conquistou inúmeros associados para dar início à AAFAU. A figura de José Cristo é tão ligada à associação que comumente os representantes institucionais mencionam a AAFAU como "a associação do Cristo", menção que não causa incômodo entre os trabalhadores, apenas reforça a influência desta liderança para a associação.

O diálogo de José Cristo para a captação dos primeiros sócios foi direcionado a demandas que permeavam não apenas o aspecto produtivo, mas também as questões conjunturais das comunidades. Este discurso motivou a participação dos trabalhadores na Associação, como nos relataram:

> Acreditei que a gente poderia chegar à participação das comunidades. **Queríamos mesmo lutar, a gente não se sentia reconhecido. A gente queria que o nosso rio fosse valorizado** (Trabalhadora camponesa, AAFAU)
>
> Me associei **para ajudar a associação e as pessoas**. E também porque eu gosto muito dos cursos e dos professores (Trabalhador camponês, AAFAU)
>
> Porque **a gente viu que o poder publico não se preocupa com a gente** e a gente precisava se organizar (Trabalhadora camponesa, AAFAU)
>
> **Devido ao consórcio eu era sócia de lá.** Aí houve subidas e descidas do movimento. Aí pensei, **porque não criar uma associação para fazer um bom trabalho** (Trabalhadora camponesa, AAFAU)

Há um consenso entre os entrevistados sobre as melhorias que a Associação trouxe a produção do guaraná, principalmente no que se refere à comercialização e aos processos educativos para a utilização de novas técnicas na produção. Acerca destas melhorias os trabalhadores destacaram:

> Ela incentivou mais como a gente fazer adubo e podação, aí vamos aprendendo com os muitos professores que passaram por aqui (Trabalhadora camponesa, AAFAU)
>
> Principalmente na questão do conhecimento porque sem conhecimento a gente não é nada (Trabalhadora camponesa, AAFAU)
>
> Com certeza em todos os sentidos. No plantio, na organização, na venda. Hoje o sócio tem uma garantia de que ele vai vender um guaraná de qualidade (Trabalhadora camponesa, AAFAU)

Tais melhorias também foram citadas nos trabalhos de grupo desenvolvidos durante a pesquisa onde também foram discutidas as fragilidades, as oportunidades e as ameaças para a associação. As percepções dos trabalhadores acerca destas questões foram sintetizadas por meio da elaboração de uma Matriz SWOT exposta no Quadro 18:

Quadro 18: Matriz SWOT da AAFAU

	(Fortalezas)	**(Fraquezas)**
INTERNO	• Beneficiamento do guaraná na Agroindústria • Conquista da venda direta no MAPA • Aquisição do barracão para o preparo do Biofertilizante • Intercâmbio cultural sobre Agroecologia • Projetos em parceria com o Banco da Amazônia • Valorização do produto e da associação	• Comprometimento Financeiro dos associados • Participação dos associados nas reuniões e cursos • Valorização das mulheres da associação • Captação de recursos não foi satisfatória
	(Oportunidades)	**(Ameaças)**
EXTERNO	• Mercado justo para o produto • Andamento dos Processos de certificação para a exportação • Acesso aos programas de financiamento • Formação da Cooperativa • Realização de feiras orgânicas em Maués • Fortalecimento das outras culturas	• Desvalorização do guaraná • Falta de oportunidade para futuras parcerias • Desvalorização da produção orgânica

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

No que tange os aspectos internos, as *fortalezas* apontadas pelos trabalhadores se referem em geral a captação de recursos conquistados pela AAFAU no decorrer de sua trajetória. Em termos de recursos materiais destacam-se: a aquisição da agroindústria para o guaraná e a aquisição do barracão comunitário para o preparo dos biofertilizantes. Uma das principais conquistas foi a autorização do Ministério da Agricultura para *venda direta ao consumidor sem certificação.* Este processo foi integralmente mediado pelo NUSEC e exigiu da AAFAU uma série de adaptações na produção, condição avaliada como benéfica por todos os trabalhadores.

Outro ponto citado entre as fortalezas foi o intercâmbio cultural sobre Agroecologia, abordagem iniciada pela NUSEC e posteriormente complementada pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) e pelo IFAM/Maués por meio de capacitações teóricas e práticas nas Unidades produtivas. As observações de campo nos permitiram constatar as afinidades dos trabalhadores com as práticas agroecológicas. Pelo acumulo de conteúdos repassados, os trabalhadores tem a clareza da distinção entre as práticas agroecológicas e a agricultura orgânica. A valorização do produto e da associação, também citados como pontos positivos, se confirma nas parcerias da AAFAU e na ampliação dos espaços de comercialização.

Entre os pontos fracos os trabalhadores destacaram o comprometimento financeiro dos associados, problemática comum à todas as associações estudadas. Ainda que tenha se desenvolvido enquanto coletivo, a AAFAU apresenta uma estrutura administrativa precária e ineficiente. A falta de conhecimento dos trabalhadores e das próprias lideranças sobre organização financeira fragmenta a divisão orçamentária e compromete os recursos necessários para a divulgação dos produtos da Associação.

Os elementos relacionados a questões financeiras envolve a chamada *jóia*, uma contribuição monetária no valor de R$100,00 que deve ser paga como condição para a entrada de novos sócios, e também a contribuição mensal estipulada no valor de R$10,00 que se destina ao pagamento de passagens, diárias, taxas de documentação em cartórios, contratação de serviços de terceiros e outras demandas. Em uma das reuniões de trabalho, o Presidente da Associação fez um apelo a todos os associados presentes para que estes compreendam a necessidade destes recursos e ressaltou que por vezes precisou utilizar seus próprios recursos para pagamento de demandas da associação.

A participação dos associados nas reuniões também foi pontuada como uma fraqueza, ainda que a associação tenha uma boa participação nestes eventos. Valorizar as mulheres é

uma ação prioritária, tanto pela representatividade que estas tem no contexto da associação quanto pelo visível papel de liderança que elas assumem em diversas ações.

Quando visualizam o cenário externo, os associados da AAFAU enxergam inúmeras oportunidades e estas em geral estão associadas aos processos de comercialização. Primeiro a inserção no *mercado justo* que futuramente pode ser concretizada por meio de parcerias já firmadas com a Rede Slow Food.

Os processos de certificação por auditoria estavam em tramitação na época da realização da pesquisa. Atualmente, conforme registramos, estes já fazem parte da realidade da associação por intermédio do NUSEC e da RENESU. Na esteira deste processo, está o planejamento para a criação de uma Cooperativa, que ainda não foi instituída, pois os trabalhadores estão debatendo a viabilidade desta forma de organização para o grupo.

Entre as oportunidades, os associados citaram também a expansão da comercialização de suas outras culturas como a farinha, por exemplo, que apresenta uma rentabilidade satisfatória. Uma das aspirações da AAFAU é a expansão da produção orgânica para Maués, por isso, a realização de feiras orgânicas seria uma das estratégias para incentivar esta produção no município.

Os pontos mencionados como possíveis ameaças no cenário externo residem na desvalorização do guaraná, problemática conjuntural do município. A ausência de oportunidades para futuras parcerias e principalmente a desvalorização da agricultura orgânica.

O olhar crítico sobre estes cenários permitiu também aos associados um exercício de projeções futuras para a associação, ou seja, o que desejam para a associação. Assim, principais aspirações da AAFAU para o futuro são: A formação de um grupo de mulheres; Melhorar o funcionamento da Organização de Controle Social; Criação de um centro de capacitação para a juventude visando prevenir a migração deste público para a capital; A aquisição de um barco para o escoamento da produção; Desenvolvimento dos meios de comunicação para a divulgação dos produtos; Criação de uma Feira de produtos orgânicos; Criação de Aves.

Analisando a trajetória histórica da AAFAU, pressupomos que todas estas aspirações serão concretizadas. Um conjunto de estratégias foi construído no contexto das diversas oportunidades que se apresentaram à associação. Sua história começa com a resistência à exploração histórica dos regatões que percorrem as águas do Rio Urupadi e submetem os trabalhadores a um constante processo de desvalorização do trabalho.

Sua história se fez na percepção da força coletiva e na aplicabilidade de elementos próprios do trabalho associado, caminhos estratégicos que garantiram a sua legitimidade e que foram perceptíveis durante a nossa vivência no campo, entre estes: Captação de associados comprometidos com as questões produtivas e conjunturais; Articulação de parcerias com os setores público, privado e organismos da sociedade civil; Comercialização de produto com valor agregado, alinhado aos sistemas produtivos tradicionais; Investimento em educação para o trabalho por meio da parceria com instituições de ensino superior; Valorização dos trabalhadores associados por meio do incentivo à troca de experiências e promoção do diálogo.

Sua história continua ancorada por estas ações e por outras que aparecerão em novas realidades, afinal a AAFAU vem se consolidando não apenas em âmbito local, mas alcançando voos para outros mercados, meta perseguida desde sua fase embrionária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o fenômeno do trabalho associado na Amazônia foi um dos principais desafios deste estudo, seja pela escassez dos dados em relação a esta temática ou pelas ambiguidades que marcam as organizações de trabalhadores da região, principalmente aquelas situadas na área rural. As associações de trabalhadores, em sua maioria, surgem no contexto da criação das associações comunitárias na Amazônia, estas historicamente mobilizadas pela população local com a finalidade de organização sociopolítica para o acesso a bens e serviços ofertados pelo poder público.

As atividades produtivas interagem nesse cenário como parte da vida social das comunidades, por isso, em muitos casos os trabalhadores não avaliam a necessidade de separação entre ambas, pelo contrário, esta relação é necessária para o fortalecimento de sua identidade. No espaço das comunidades também gravitam outras formas de organização que impulsionam a criação de associações de trabalhadores, entre estas os sindicatos e os movimentos sociais. Estas representatividades tem um papel ativo em muitas comunidades da Amazônia, incluindo as terras indígenas, e tem mobilizado os trabalhadores para uma organização produtiva mais autônoma e articulada.

Há também que se considerar o relevante papel de novos atores sociais, tais como as Universidades e as Organizações Não Governamentais. Estas instituições têm contribuído para os processos de desenvolvimento da organização de trabalhadores, atuando na socialização de novos conhecimentos e no financiamento de recursos necessários ao trabalho.

Entre os modos de organização do trabalho associado em Maués predominam as associações, visto que estas são menos onerosas que outras formas de organização tal como as cooperativas. Evidenciamos que o cooperativismo não é atrativo para os trabalhadores, pois implica na obtenção de novas despesas que envolvem, por exemplo, o pagamento de tributos. A experiência da pesquisa revelou que estas organizações são autossustentáveis e os poucos incentivos de recebem do poder público são condicionados as relações políticas que estabelecem com as autoridades locais.

A dinâmica de funcionamento das associações revela o alinhamento destas com alguns princípios do trabalho associado, entre estes o controle democrático por parte dos membros, a adesão voluntária e aberta, a educação, capacitação e informação, o interesse pela comunidade e a cooperação entre as associações. Por outro lado, identificamos lacunas no que se refere à organização econômica das associações e esta questão impacta sobre as

condições estruturais, sejam estas físicas ou administrativas. Falta aos trabalhadores o esclarecimento necessário acerca da distribuição dos excedentes, transação necessária para a sustentabilidade financeira destas organizações. Ao mesmo tempo, faltam as lideranças os conhecimentos necessários para administrar estas questões.

Nestes termos, o trabalho associado na produção do guaraná em Maués possui uma dinâmica própria composta por diversos aspectos da vida social. As ações não se reduzem a questões produtivas ou trâmites comerciais, pois integram elementos sociais, políticos, culturais e ambientais, aspectos que estão diretamente relacionados à organização comunitária. Este cenário nos permite apontar algumas particularidades do trabalho associado evidenciadas na produção do guaraná, que se aproximam da realidade deste fenômeno da Amazônia:

- A relação intrínseca com as lutas coletivas, ou seja, com as demandas comunitárias;
- Organização do trabalho baseada na ajuda mútua;
- Valorização e aplicabilidade dos conhecimentos tradicionais
- Inter-relação de cooperação entre as organizações.

A produção do guaraná em Maués apresenta uma realidade ímpar no que se refere à constituição de organizações de trabalhadores. O primeiro momento é marcado pela associação de trabalhadores indígenas, constituída nos primórdios da comercialização do guaraná. Um segundo momento é marcado pelo crescimento exponencial das associações de camponeses, estas mobilizadas pelos atrativos financeiros ofertados na implementação dos pacotes tecnológicos. O terceiro momento é marcado pela inserção das práticas da agricultura sustentável no cultivo do guaraná, uma alternativa ao momento de instabilidade financeira vivenciada na produção do município.

Para além de uma alternativa de produção, os modelos de agricultura sustentável foram atrativos para os trabalhadores em função do seu alcance global e do valor agregado ao produto. Essa produção também era menos onerosa que a produção convencional e suas práticas semelhantes aos sistemas de produção tradicional adotados na região. Além disso, pela primeira vez os trabalhadores teriam a oportunidade de comercializar o guaraná sem a intervenção dos intermediários e por um preço que consideravam justo em relação ao volume de trabalho que exige a produção.

É também a partir da produção sustentável que os trabalhadores percebem o valor do guaraná em escala global e nacional. A prática da exportação amplia as possibilidades de mercado e principalmente da autonomia em relação aos processos de monopólio vivenciados por esta produção ao longo dos anos.

Todavia, apesar de adotarem o mesmo modelo produtivo, estas associações vivenciam diferentes experiências e estas foram determinadas pelo modo de organização do trabalho. A organização indígena representada pelo CPSM que vivencia um processo de *r-existência,* é a pioneira nos processos de *globalização* do guaraná, quando integrada à escala global reconfigurou suas práticas produtivas para se adequar ao mundo globalizado. Por outro lado, potencializou os aspectos culturais e de reafirmação da identidade na figura do guaraná.

A experiência da AAFAU, mobilizada pela *resistência* a uma condição histórica de subordinação aos agentes intermediários, revela a potencialidade do trabalho associado frente aos cenários de exploração que ocorrem na Amazônia. Uma associação que se constituiu a partir das articulações institucionais e trilhou um caminho diferenciado à medida que priorizou os processos educativos como orientadores das praticas produtivas e da organização sociopolítica.

A vivência da ASCAMPA na produção sustentável aponta as fragilidades das organizações e ao mesmo tempo as possiblidades de reinvenção frente aos cenários de crise. No caminho inverso ao de outras associações, a ASCAMPA migra da produção sustentável para um processo de reinvenção na produção convencional. Compreendemos este movimento como um processo de *subordinação* aos diferentes mercados que condicionam as práticas agrícolas à utilização dos defensivos químicos e à racionalidade produtiva ilimitada própria do sistema de produção capitalista.

Estas experiências agregam inúmeros pontos positivos, mas também são permeadas por fragilidades que consideramos ameaçadoras para a estabilidade das associações, entre as quais: a permanência das mesmas lideranças nos cargos da diretoria, situação que pode provocar a centralização de decisões por determinados integrantes do grupo; a ausência de organização estrutural em termos físicos e administrativos, mesmo com assessorias institucionais os trabalhadores ainda encontram dificuldades para o desenvolvimento de processos administrativos; a interferência de sujeitos sociais externos sobre a tomada de decisões das associações, em alguns casos os próprios agentes de comercialização interferem nestas decisões em beneficio próprio.

O desenvolvimento as organizações de trabalho associado dependem também da elaboração e execução de políticas públicas em áreas estratégicas como a economia solidária e a agricultura familiar. No entanto, o que evidenciamos no atual cenário é um retrocesso destas politicas públicas refletidas na extinção dos conselhos representativos e nas mudanças estruturais impostas pelo atual governo.

A medida provisória 870/2019 impõe uma série de modificações à Política Pública de Economia Solidária, a mais drástica foi a mudança de pasta, passando do extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ao Ministério da Cidadania, associada à política de assistência social e renda, um processo de dissociação das atividades considerando que estrategicamente esta área está associada ao desenvolvimento econômico. Em termos de mudanças estruturais, o governo alterou a composição do Conselho para o modelo tripartite, que passou a ser constituído por representantes do governo, trabalhadores e a categoria de empregadores, uma inclusão inédita e arbitrária, que limitou a participação de outras instâncias da sociedade civil.

Outro agravante é que a medida provisória fraciona a política de economia solidária à medida que as competências do Ministério da Cidadania são limitadas a ações no campo do associativismo e cooperativismo urbano. Esta fragmentação é agravante considerando que 60% das organizações de trabalho associado no país estão localizadas na área rural e são direcionadas por trabalhadores da agricultura familiar.

O acompanhamento destas organizações foi relegado ao MAPA, que atualmente restringe suas ações aos processos de qualificação e fomento dos empreendimentos solidários rurais. Além disso, a política deste ministério é claramente pautada no fortalecimento do agronegócio, neste caso, as principias beneficiárias são as grandes corporações envolvidas na exploração dos recursos naturais do país.

A atual conjuntura indica uma tendência ao desmonte da economia solidária em curto prazo e, em longo prazo, a erradicação desta política. Estes interesses escusos, aparentemente superficiais, buscam atingir as bases da organização de trabalhadores, assim começam minando as recursos necessários para o seu fortalecimento, neste caso, as políticas públicas.

Este estudo ainda nos revela que a educação e a autonomia são as principias vias para o desenvolvimento das organizações de trabalho associado. Ponderamos que os processos educativos orientados para o trabalho tem como base o comprometimento com a transformação social. Nestes termos, a educação engloba os diversos conhecimentos adquiridos na dinâmica da vida social, experiências que se conectam e constituem

alternativas para a emancipação social. A autonomia perpassa, antes de tudo, o reconhecimento das condições de exploração do sistema capitalista. É um processo construído cotidianamente que exige a resistência às práticas de dominação do mercado e a garantia da liberdade frente às demandas estabelecidas no contexto das relações sociais e produtivas

A classe dominante reconhece a potencialidade do trabalho associado para a organização dos trabalhadores e identifica neste movimento uma ameaça a ordem vigente. No contexto da dominação do capital, as organizações de trabalhadores se apresentam como um espaço de autonomia e articulação sociopolítica, um dos raros ambientes de onde emana a luta, evidentemente limitada por algumas amarras, mas ao mesmo tempo movida pela perspectiva da emancipação social.

REFERENCIAS:

ABREU, Lucimar Santiago; BELLON, Stéphane de. **GT 06 - Alternativas agrícolas:** discursos de justificação e de contraposição ao produtivismo A dinâmica do desenvolvimento da Agroecologia no Brasil e, na América Latina.;, 2014

ALBUQUERQUE, A. C. S.; SILVA, A. G. da. **Agricultura tropical**: quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e Agroecologia. – Brasília : Mapa/ACS, 2008.

ALMEIDA, Juliana. Memória dos brasileiros: **saberes e fazeres:** o guaraná de Maués / Juliana Almeida. São Paulo: Museu da Pessoa, 2007.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. **Direitos à floresta e ambientalismo**: seringueiros e suas lutas. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19 nº. 55 junho/2004

ALTIERI, Miguel de. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da Agricultura Sustentável**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

_____, Miguel. **Agroecologia:** as bases cientificas para uma agricultura sustentável. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ALVARES, Gabriel O. **Satereia**. Tradição e política Sateré-Maweé. Manaus: Editora Valer/Capes/ Prodoc, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Andre Luiz de Oliveira. GUIMARÃES, Débora Mabel. TOBOAS, Pedro Dantas Menezes Zornoff. **Beneficiários do programa nacional de reforma agrária que logram a regularização como produtores orgânicos**: uma estratégia de monitoramento da Planapo. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. A política Nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: IPEA, 2017.

ASSIS, Renato Linhares. ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Agroecologia e agricultura orgânica:** controvérsias e tendências. Desenvolvimento e meio ambiente, n.6, p.67-80, jul/dez. Curitiba: Editora da UFPR.

ATROCH, André Luiz. **Reunião Técnica da Cultura do Guaraná**, 1., 2000, Manaus, AM.

_____, André Luiz. - **Manaus:** Embrapa Amazônia Ocidental, 2001.

BEAD, Stéphane. WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2014.

BIDERMAN, Iara. **Dieta amazônica aumenta a longevidade**. Folha de São Paulo, São Paulo, 9 out. 2010. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/saude/sd0910201001.htm. Acesso em 17 de dezembro de 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Decreto n. 7.794, de 20 de Agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília**: Presidência da República, 2012. Disponivel em: file:///C:/Users/andre/Downloads/pnapo%20(1).pdf. Acesso em: 02 de janeiro de 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Controle social na venda direta ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação.**

BRASIL. PLANO SAFRA SEPROR: http://www.sepror.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/CARTILHA-PLANO-2019-SAFRA-21cm-x-21cm-final-para-internet.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Agrotóxicos na ótica do Sistema Único de Saúde** – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Lei 10.831/2003. Regulamentação da Agricultura Orgânica. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/

BRASIL. Instrução Normativa n. 19/2009. Institui os mecanismos de Controle e informação da qualidade orgânica. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/

BRESSER - PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise financeira global e depois:** um novo capitalismo? Novos estud. - CEBRAP no.86 São Paulo Mar. 2010

BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura:** a situação da mulher no Rio Grande do Sul. Estudos Feministas: Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**: perspectivas para uma nova extensão rural. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural sustentável. Porto Alegre, v.1, n.11, jan/mar, 2000.

_____, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antônio. **Análise multidimensional da Sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia.** In: Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Revista da Emater. Vol.3, n. 01, jan-mar. Porto Alegre: 2002.

_____, Francisco Roberto. PETERSEN, Paulo. **Agroecologia e políticas públicas na America Latina:** o caso do Brasil. Revista de Agroecologia. N. 6. 63-74. Espanha: Universidade de Murcia, 2012.

CARNEIRO, A. P. **Memórias da cidade de Maués**. Maués: ed./ SEC, 2012.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil**. In: Questão agrária, cooperação e

agroecologia. / Henrique Novaes, Ângelo Diogo Mazin [e] Laís Santos (organizadores).—1.ed.—São Paulo : Outras Expressões, 2015.

CODONHO, Camila Guedes. **Ser orgânico:** agricultura ecológica e novas ruralidades no Sul de Minas Gerais. Tese de Dotourado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: São Paulo, 2013.

COSTA, Luís Fernando Belém da. **Cultivadores de guaraná**: um estudo do processo de monopolização do território pelo capital no município de Maués-AM /Luís Fernando Belém da Costa. 2017.

DAL RI, Neusa Maria (Org.). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. Associação das Universidades Grupo Montevidéu. – São Paulo, Cultura Acadêmica; Marília, Oficina Universitária; Montevidéu, Editorial PROCOAS, 2010São

_____, Neusa Maria. VIEITEZ, Candido Giraldez. **Educação democrática e trabalho associado no movimento dos trabalhadores rurais sem terra e nas fábricas de auto gestão**. São Paulo: Ícone FAPESP, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos, et. al. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil.** São Paulo: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

EMBRAPA. Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Ocidental. **Sistema de produção para guaraná.** 3. ed. Manaus, 1998. 34 p. (EMBRAPA-CPAA. Documentos, 13)

EMBRAPA AMAZÔNIA OCIDENTAL**. II Plano Diretor Embrapa Amazônia Ocidental - 2000 2003**. Manaus, 2000. 55 p. (Embrapa Amazônia Ocidental. Documentos 10).

EHLERS, Eduardo. **A Agricultura alternativa**: uma visão histórica. Estação Economica. V.24. p. 231-262. São Paulo: 1994.

EMBRAPA. Centro **De Pesquisa agroflorestal da Amazônia.** Sistema de produção para guaraná. Manaus: 1998.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In**: ANTUNES, Ricardo. A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. São Paulo: expressão popular, 2013.

FERREIRA, Gerson André Albuquerque Wará: **Ensaios sobre as interferências do comércio justo na formação política das lideranças Sateré-Mawé** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em sociedade e cultura na Amazônia, Manaus: UFAM, 2017.

FIGUEROA, A. L.G. **Guaraná, a máquina do tempo dos Sateré-Mawé**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 11, n. 1, p. 55-85, jan.-abr., 2016.

FRADE, Fernanda. SAUER, Sérgio. **O MST e as experiências de agroecologia em assentamentos de reforma agrária no Brasil.** Revista Latino Americana de estudos rurais, vol. 2, n.3, 2017.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. RAMOS, Amanda Nina. RADAELLI, Aline. SANTIAGO, Josane Lima. REZENDE, Marilia Gabriela Gondim. CAVALCANTE, Kátia Viana. **Transição Agroecológica e potencial de mercado:** A feira Agroufam e suas contribuição na disseminação de práticas agroecológicas. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. CASTRO, Albejamere Pereira de. SANTIAGO, Jozane Lima. Agroecologia em sociedades amazônicas. Manaus: Editora e Gráfica Moderna, 2015.

_____, Therezinha de Jesus. CASTRO, Albejameire Pereira de. SANTIAGO, Josane Lima. WITKOSKI, Antonio Carlos. **Extensão Rural e desenvolvimento sustentável no Amazonas.** In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. MEDEIROS, Carlos Moisés. Agroecologia, Extensão Rural e Sustentabilidade na Amazônia. Manaus: Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

FRETEL, Alfonso Cotera. SIMONCELLI-BOURQUE, Eloise. **O comércio justo e o consumo ético**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo.** *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2013, vol.28, n.82, pp.211-228.

Giddens, Anthony. Modernidade e Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1991

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

GOELDI, Emílio. Cienc. Hum., Belém, v. 11, n. 1, p. 55-85, jan.-abr., 2016

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. Cortez Editora, São Paulo, 2001.

GORZ, André. **O imaterial:** conhecimento, valor e capital. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, v. 2 - Antonio Gramsci: **os intelectuais**. O princípio educativo. Jornalismo. Ed. e trad. de Carlos N, Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

GUHUR, Dominique. **Questão ambiental e agroecologia:** notas para uma abordagem materialista dialética. In: Questão agrária, cooperação e agroecologia. / Henrique Novaes, Ângelo Diogo Mazin [e] Laís Santos (organizadores).— 1.ed.—São Paulo : Outras Expressões, 2015.

GUHUR, Dominique Michele Perioto, TONA, Nilciney. (2012). **Agroecologia. Dicionário da Educação do Campo.** /Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

HADDAD, Fernando. ANTUNES, Ricardo. GILMAR, Mauro. CARNEIRO, Gilmar. **Sindicatos, cooperativas e socialismo.** São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. --(Coleção socialismo em discussão)

HIRATA, Aloísia Rodrigues; ROCHA, Luiz Carlos Dias da; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Panorama Nacional dos Sistemas Participativos de Garantia**. In: Hirata, Aloísia Rodrigues. Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências / Aloísia Rodrigues Hirata, Luiz Carlos Dias Rocha – Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia**: história, ecologia, economia e domesticação. Embrapa: Brasilia-DF, 2014.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KHATOUNIAN, C.A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecologia, 2001.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Lista de Organizações indígenas**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Lista_de_organiza%C3%A7%C3%B5es_ind%C3%ADgenas. Acesso em: 23 de março de 2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Os novos dados do mapeamento de economia solidaria no Brasil: nota metodológica e analise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos.** Brasília: Ipea, 2016.

ITABORAHY, Nathan Zanzoni. **De Identidade a Movimento, de Movimento a Território: uma leitura do processo e relato de experiência de extensão na Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima**. In: PPLA 2010: SEMINÁRIO POLÍTICA E PLANEJAMENTO, 2, 2010. Curitiba. Anais... Curitiba: Ambiens, 2010. [CD]

JOHNSON, Pierre W., organizador. **Comércio Justo e Solidário**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira.São Paulo, Instituto Polis, 2004 p. 192 (Cadernos de Proposições para o Século XXI, p.8)

LATOUR, Bruno. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches.** Bauru, SP: EDUSC, 2002

LECHAT, Noelle Marie Paule. **As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil (palestra)**. In:Economia Solidária. vol. 01. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 20 de março de 2002.

LEF, Enrique**. Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

____, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental**. In: Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Revista da Emater. Vol.3, n. 01, jan-mar. Porto Alegre: 2002.

____, Enrique. **Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes**. Educação e Realidade, ed. 34, p.17-24, set-dez. Porto Alegre: 2009.

_____, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2002. SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2018.

LEITE. Marcia de Paula. ARAÚJO, Angela Maria C. LIMA, Jacob Carlos**. O trabalho na economia solidária:** entre a precariedade e a emancipação. São Paulo: Annablume, 2015.

LIMA, Jacob Carlos (Org.). **Ligações perigosas:** trabalho flexível e trabalho associado. São Paulo: Annablume, 2007.

LIRA, Talita de Melo. CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia:** organização sociocultural e política. Revista Interações, v. 17, n.1, jan/mar, 2016.

_____, Talita de Melo. **Floresta Estadual de Maués como artefato humano:** Uniddade de conservação de papel ou carne e osso? 2017. 301f. (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mitológicas I - O cru e o cozido**, tr. Beatriz Perrone-Moisés, R.J.: Cosac e Naify, 2010

LONDRES, Flavia. **Agrotóxicos no Brasil:** um guia para a ação em defesa da vida. Rio d Jeneiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços de Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

LOUREIRO, **Violeta** R. **Amazônia no século XXI**: novas formas de desenvolvimento. São Paulo: São Paulo: Empório do **Livro**, 2009.

LORENZ, Sonia da Silva**. Sateré-mawé**: Os filhos do Guaraná. São Paulo: Centro de trabalho Indigenista. 1999.

LUCKAC´S, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX Karl. **Processo de Trabalho e Processo de Valorização**. In: ANTUNES, Ricardo. A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. São Paulo: expressão popular, 2013.

MARX, K. ***O capital***. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

MARX, Karl. **Crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENEZES, M. L. P. e outros. **Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima**: diagnósticos dos saberes necessários para uma educação ambiental e patrimonial. Projeto de extensão acadêmica. Juiz de Fora, UFJF. 2009.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2001.

MONTEIRO, Denis. LONDRES, Flavia. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et

al. A política Nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolivmento rural sustentável. Brasília: IPEA, 2017.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**: tradução de Maria ed. D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. - Ed. revista e modificada pelo autor - 8" ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MORIN, Edgar. **O método 3:** conhecimento do conhecimento. Tradução Juremir Machado da Silva. 5ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MOURA, Iracema Ferreira de. **Antecedentes e aspectos fundantes da Agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil**. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. A política Nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: IPEA, 2017.

NAZARÉ, Raimunda Fátima Ribeiro de. **Contribuição ao estudo do guaraná**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1982.

NEVES, Eduardo Góes. **Os índios antes de Cabral**: arqueologia e história indígena no Brasil. In: SILVA, A.C. & GRUPIONE. A temática indígena na escola: subsídios para professores de 1º e 2º grau. Brasília: MEC/UNESCO, 1995.

NEVES, Maria Cristina Prata. **Certificação como garantia da qualidade dos produtos orgânicos**. In: AQUINO, Adriana Maria de. ASSIS, Renato Linhares de. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa, Informação Tecnológica, 2005.

NEVES, Acácia; MENEZES, Márcio SEMEGHIN; Mariana; REIA Marina; MARATO Ramom.. **Sistema Participativo de Garantia (Spg) Maniva: Pioneirismo Na Certificação Participativa Na Amazônia.** In: Hirata, Aloísia Rodrigues. Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências / Aloísia Rodrigues Hirata, Luiz Carlos Dias Rocha – Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

NOVAES, Henrique T. (organizador). O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVAES, Henrique T; SANTOS, Lais. PIRES, João Henrique. FUZER, Antonio Claudio Prado. **A economia política da "revolução verde" a egrocologia e as escolas de agroecologia do MST**. In: Questão agrária, cooperação e agroecologia. / Henrique Novaes, Ângelo Diogo Mazin [e] Laís Santos (organizadores).— 1.ed.—São Paulo : Outras Expressões, 2015.

POLÍTICA E PLANEJAMENTO, 2, 2010. Curitiba. Anais... Curitiba: Ambiens, http://www.organicsnet.com.br/wp-content/uploads/2018/12/Virginia-.-Produc%CC%A7a%CC%83o-Orga%CC%82nica-no-Brasil-1.pdf> acessado em 24 de maio de 2019.

PEREIRA, Cloves Farias. SALDARRIAGA, Gregório Melgar. SANTIAGO, Josane Lima. FRAXE, Theerezinha de Jeuss Pinto. CASTRO, Aleebjameire Pereira de, **Organização de controle social da produção agrocologica do guaraná selvagem**: experiência de Associação

dos agricultores familiares do alto Urupadi no muicipio de Maués – Amazona. Cadernos de agroecologia. Anais do VICLAA, X CBA e V SMDF, vol 13 n. 01, Junho, 2018.

PINTO, Marcos Antônio Rodrigues. Revista de Política Agrícola – Ano VII – Nº 01 – Jan-Fev-Mar 1998 44

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. ÁVILA, Mário Lúcio de. MOURA, Iracema Ferreira. MATTOS, Luciano Mansor de. SPÍNOLA, Paulo Asafe Campos. Avaliação e execução do Plano Nacional de Agroecologia e produção orgânica 2013-2015. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. A política Nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolivmento rural sustentável. Brasília: IPEA, 2017.

SANTIAGO, Josane Lima. Teias da Vida: um estudo ambiental da rede AGROUFAM . (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabildiade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, Manaus: 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Sobre cooperação e cooperativas e assentamentos rurais. Psicologia e Sociedade. vol.19, 2007. pp.84-94
Século XXI)

SENAES. **Economia solidária em desenvolvimento**. Brasília: Senaes/TEM, 2003.

SENAR - **Serviço nacional de Aprendizagem Rural Associações rurais:** práticas associativas, características e formalização / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. -- Brasília: SENAR, 2011.

SEVILLA, Eduardo Guzmán. A perspectiva sociológica em agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. In: Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Revista da Emater. Vol.3, n. 01, jan-mar. Porto Alegre: 2002.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês**: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. NERA. Presidente Prudente, n. 7, 2005, p. 1-21.

SILVA , Ana Carolina Bastida da. Eric Marotta Brosler. Laís Bentes de Almeida. Marina Yasbek Reia. Ramon Weinz Morato. **A cadeia de valor do guaraná de Maués**. Manaus: IDESAM, 2018.

SILVA; Gabriel da. - Brasília, DF : **Embrapa Informação Tecnológica,** 2008

SINGER, Paul. A recente ressureição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005).

_____, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SCHMITT, Claudia Job. et al... Redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios: aprendizados do Programa Ecoforte. 1. ed. — Rio de Janeirosebr: Articulação Nacional de Agroecologia — ANA, 2020

SOUZA, W. M. **Fertilidade do solo e estado nutricional do guaranazeiro (*Paullinia cupana var.* sorbilis (Mart.) Ducke) cultivado em sistema orgânico**. (dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Amazonas, 2010.

TAVARES, Adauto Maurício; ATROCH, André Luiz; NASCIMENTO FILHO, Firmino José do; PEREIRA, José Clério Rezende; ARAÚJO, José Cristino Abreu de; MORAES Larissa Alexandra Cardoso. **Cultura do guaranazeiro no Amazonas**. Embrapa (4. Edição, 2005)

TEIXEIRA, Pery (organização e coordenação geral). **Sateré-Mawé**: retrato de um povo indígena, UNICEF. 2005

TRICAUD, Solene. PINTON, Florence. PEREIRA, Henrique dos Santos. Saberes e práticas locais dos produtores de guaraná do médio Amazonas: duas organizações locais frente à inovação. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Belém: v. 11, n.1, p.33-35, jan-abr, 2016.

TROVATO, Cassio Murilo Moreira. BIANCHINI, Valter. SOUZA, Claudia de. MEDAETS, Jean Pierre. RUANO, Onaur. A construção da política nacional da Agroecologia e produção orgânica: um olhar sobre a gestão do primeiro plano nacional de agroecologia e produção orgânica. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. A política Nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolivmento rural sustentável. Brasília: IPEA, 2017.

VANDERLINDE, Tarcísio. O testamento gricola de Sir Albert Howard: aporte para discussão sonre sustentabilidade no campo. (Resenha). Revista Espaço Plural, Ano IX, n.18, 1º Semestre, p. 157-159. São Paulo: 2008.

VASCONCELOS, Antônio. NASCIMENTO, José Carlos. MAIA, Antônio Lemos. **A cultura do guaraná. In: Simpósio Internacional sobre plantas de interesse econômico da flora Amazônica**. Turrialba, Costa Rica: Unidade de Documentacion,1976.

VERDEJO, Miguel Expósito**. Diagnóstico Rural Participativo**: Guia prático DRP. Brasília: MDA/ Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

VIEITEZ, Candido Giraldez. DAL RI, Neusa Maria**. Elementos da história do trabalho associado**. In: Henrique Novaes, Ângelo Diogo Mazin [e] Laís Santos (organizadores). Questão agrária, cooperação e agroecologia. 1.ed.—São Paulo : Outras Expressões, 2015.

VILELA, Gisele Freitas. Mangabeira, João Alfredo de Carvalho. Magalhães, Lucíola Alves. IV. Tôsto, Sérgio Gomes. **Agricultura orgânica no Brasil**: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos – Campinas: Embrapa Territorial, 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura Familiar e Campesinato**: rupturas e continuidades. Texto preparado para a aula inaugural do CPDA/UFFRJ. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2004.

WILLER, H.; LERNOUD, J. (Eds.) **The world of organic agriculture**: statistics and emerging trends 2019. Frick: FiBL; Bonn: IFOAM – Organics Internacional, 2019.

WITKOSKI. Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. São Paulo: Editora Annablume, 2010.

SITES CONSULTADOS

https://www.brasildefato.com.br/2019/08/26/mudancas-na-regulacao-de-agrotoxicos-sao-um-retrocesso-de-40-anos-diz-pesquisador
[ ] v. : il. ; 18,5 cm x 25,5 cm.
www.organicsnet.com.br - acesso em 22 de junho de 2020
http://emec.mec.gov.br/
http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=243
https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2018/06/agrotoxico-deve-ser-ultima-opcao-no-controle-de-pragas-e-doencas.html
https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3580
https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/perguntas-frequentes/indicacoes-geograficas#indicacao_geografica
https://www.ifoam.bio/resource-library
https://www.youtube.com/watch?v=JzaLAd6Z8Mw
https://www1.folha.uol.com.br/fsp/saude/sd0910201001.htm

ANEXOS

ANEXO A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Titulo da Pesquisa: Resistência e Trabalho Associado na produção orgânica do guaraná em Maués-Amazonas

Pesquisador: ANDREZA GOMES WEIL

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 91486918.9.0000.5020

Instituição Proponente: Centro de Ciências do Ambiente

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:
Folha de Rosto: presente e adequada.

TCLE: Presente e adequado.

Termo de Anuência: Presente e adequado.

Riscos: Adequados.

Benefícios: Adequados.

Metodologia: Adequada.

Critérios de inclusão: Adequados.

Critérios de exclusão: Adequados.

Cronograma: Presente e adequado.

Orçamento: Presente e adequado.

Instrumento de coleta de dados: Presente e adequado.

Considerações Finais a critério do CEP:
A pesquisadora cumpriu as determinações da Res. 466/2012. Dessa forma, sou de parecer favorável à APROVAÇÃO.

APÊNDICES

Apêndice A

FORMULÁRIO I TRABALHADORES ORGÂNICOS ASSOCIADOS – CONSÓRCIO

Este formulário tem por finalidade conhecer a realidade dos trabalhadores associados que compõem as organizações estudadas pela pesquisa de doutorado sob o título: Trabalho Associado na produção do guaraná orgânico em Maués: Subordinação, resistência e reexistência.

Formulário n. _____
Data da Entrevista:___/___/_____
Local da Entrevista: _____
Entrevistadora: _____
Horário: _____
Nome do Entrevistado: _____

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

1. Idade
( )18 a 22 ano ( )23 a 27 anos ( ) 28 a 32 anos ( )33 a 37 anos ( ) 38 a 42 anos ( ) 43 a 48 anos ( )acima de 49 anos

2. Gênero
( ) Feminino ( ) Masculino

3. Estado Civil
( )Casada(o) ( )Solteira(o) ( )Viúva(o) ( )Divorciada(o) ( )União Estável

4. Tem filhos? ( ) sim ( ) Não
Se sim, quantos: ( ) 1 a 3 filhos ( ) 4 a 6 filhos ( ) mais de 7 filhos

5. Onde nasceu: ( )Maués ( ) Outros _____

6. Onde mora atualmente? _____

7. Sempre morou neste mesmo local? ( )sim ( )não
Se não, porque? _____

8. Escolaridade:
( )Não Alfabetizado ( )Ensino Fundamental Completo ( )Ensino Fund. Incompleto ( )Ensino Médio Incompleto ( )Ensino Médio completo ( )Ensino Superior Incompleto ( )Ensino Superior completo ( ) Pós-graduação

11. Quantas da sua família são produtores Satere?_____

13. Qual a SUA renda individual por mês?_____
14. Qual a renda DA SUA FAMÍLIA por mês?_____

15. Você é beneficiário de algum programa do governo federal ou estadual? ( ) sim ( ) não

Se sim, qual: ( )Bolsa Família ( )Bolsa Floresta ( ) Beneficio de Prestação Continuada(INSS) ( ) Outros _____

16. Vocês tem INSS? ( )Sim ( )Não
Se sim, você já utilizou algum serviço? Qual?
_____

RELAÇÕES SIMBÓLICAS COM O GUARANÁ

17. Qual o significado do *waraná* para você?
_____
_____
_____
_____
_____
_____

18.* Pra que serve o *waraná?
_____
_____
_____

20. Por que você produz *waraná*?
_____
_____
_____

21. Você consome *waraná* todos os dias?
( )Sim ( )Não Se sim, Porque e quantas vezes por dia?_____
_____
_____
_____
Se não por quê?
_____
_____
_____

22. Como aprendeu o cultivo? Como se deu esse processo?
_____
_____
_____
_____

23. Você acha que a Tradição do *waraná* foi mudada? Por que ?
_____
_____
_____
_____

24. Você quer que seus filhos sigam no cultivo do *waraná*? ( )Sim ( )Não
Por que?
_____

_____
_____
_____

25. Você acha que a produção do *waraná* mudou?
( )Sim ( ) Não . Se sim, o que e desde quando e como e porque mudou?_____

_____
_____
_____

DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DO GUARANÁ

26. Tamanho da sua propriedade_____
Área cultivada (quadras) _____
Área Preservada (quadras) _____
Área cultivada do guaraná_____

27. Que quantidade de *waraná* produz por ano? _____

28. Você cultiva apenas o *waraná*? ( )sim ( )não
Se não, quais os três principias outros cultivos?
_____

29. Esses cultivos são para consumo próprio e comercialização? ( )Sim ( )Não

30. Como é comercializado?
( ) Bastão ( ) Pó ( ) Semente

31. Como e para quem você vende o seu *waraná* e qual a forma de pagamento?

_____
_____
_____

32. Consegue vender toda a safra? ( )Sim ( )Não
Por que?
_____
_____
_____

33. Das fases da safra como acontece a:

Fase	Tempo por dia	Processo de trabalho
Plantação		
Adubação		
Colheita		
Descascação		
Lavação		
Torração		
Ensacamento		
Limpeza		

34. Sua família participa da produção?
( ) Sim ( ) Não
Se sim, Por que a família participa? Como é feita a divisão do trabalho?
_____

_____
_____
_____

Se não, porque?
_____

35. Você exerce outra atividade além de produtor?
( )sim ( )não. Qual e porque ?
_____

36. Você tem ajuda de outras pessoas em algum momento da produção? ( )sim ( )não
Se sim, por que precisa dessa ajuda e o que fazem estas pessoas?
_____
_____
_____

Se não por que?_____

37. Você paga por este serviço? ( )sim ( )não
Se sim, quanto paga?_____

39. Você gosta do que faz? ( )sim ( )não
Por que?
_____
_____
_____

40. Alguma vez já pensou em mudar de ramo? ( )sim ( )não Por que?_____
_____
_____
_____

41. Quanto VOCÊ GANHA em media por safra?
_____

42. Quanto GASTA em média na safra?
_____

43. Você sabe quem são os principais consumidores do seu *waraná*? ( ) Sim ( ) Não
Se sim, quem são? _____
_____
_____
_____

Se não, porque não sabe?_____
_____
_____

44. Você considera justo o preço que pagam pela sua produção? ( )sim ( )não
Por que?
_____
_____
_____

DA PRODUÇÃO ORGÂNICA

45. O que você sabe sobre a produção orgânica?

_____
_____
_____
_____
_____

46. Conhece alguma coisa sobre a certificação? ( ) sim ( ) não
Por que?_____
_____
_____
_____

50. Você conhece as leis que orientam o cultivo do guaraná orgânico?
( ) Desconheço ( )Regular ( )Bom ( )Ótimo

47. Qual o conhecimento necessário para se produzir o guaraná Nusoken?

_____
_____
_____
_____

48. qual a diferença do seu guaraná para os outros guaranás?
( )sim ( )não. Se sim, quais e porque?

_____
_____
_____
_____

51. Que vantagens e desvantagens você vê na certificação do seu waraná?

_____
_____
_____
_____

52. Como você vê o papel do governo no incentivo da produção do *waraná*?

_____
_____
_____
_____

53. Atualmente quais as principais dificuldades em ser um produtor Sateré?

_____
_____
_____
_____
_____
_____

DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E NA ASSOCIAÇÃO

55. Você é sindicalizado? ( ) Sim ( )Não

Sim **Por** **que?**

Não **por** **que?**

56. você conhece as atividades que o sindicato tem desenvolvido?

58. Participa de algum partido político?
( ) Sim ( )Não

59. Por que é importante fazer parte da Consórcio?

60. A quanto tempo é associado?

61. Que motivos levaram você a fazer parte do consórcio?

63. Em sua opinião o consorcio defende os interesses dos associados contra quem?

64. O que melhorou na sua vida após a participação no consórcio?

65. Como você avalia a atuação da associação?
( )Regular ( )Bom ( )Ótimo ( ) Excelente

Por **que?**

66. O que você acha que precisa melhorar?

FORMULÁRIO II TRABALHADORES ASSOCIADOS ASCANPA –NÃO ORGÂNICOS

Este formulário tem por finalidade conhecer a realidade dos trabalhadores associados que compõem as organizações estudadas pela pesquisa de doutorado sob o título: Trabalho Associado na produção do guaraná orgânico em Maués: Subordinação, resistência e reexistência.

Formulário n. _____
Data da Entrevista:___/___/_____
Local da Entrevista:
_____
Entrevistadora:
_____
Horário: _____
Nome do Entrevistado:
_____

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

1. Idade
( )18 a 22 ano ( )23 a 27 anos ( ) 28 a 32 anos ( )33 a 37 anos ( ) 38 a 42 anos ( ) 43 a 48 anos ( )acima de 49 anos

2. Gênero
( ) Feminino ( ) Masculino

3. Estado Civil
( )Casada(o) ( )Solteira(o) ( )Viúva(o) ( )Divorciada(o) ( )União Estável

4. Tem filhos? ( ) sim ( ) Não
Se sim, quantos: ( ) 1 a 3 filhos ( ) 4 a 6 filhos ( ) mais de 7 filhos

5. Onde nasceu: ( )Maués ( ) Outros
_____

6. Onde mora atualmente? _____

7. Sempre morou neste mesmo local? ( )sim ( )não
Se não, porque?
_____

8. Escolaridade:
( )Não Alfabetizado ( )Ensino Fundamental Completo ( )Ensino Fund. Incompleto ( )Ensino Médio Incompleto ( )Ensino Médio completo ( )Ensino Superior Incompleto ( )Ensino Superior completo ( ) Pós-graduação

9. Sua residência tem título definitivo?
( ) Sim ( )Não

10. Quantas pessoas moram na sua casa?
( ) 1 a 3 pessoas ( )4 a 7 pessoas ( ) 7 a 10 pessoas ( ) Mais de 11 pessoas

11. Quantas pessoas trabalham na sua casa?_____

12. Alguém na sua casa trabalha com carteira assinada? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, o que faz?_____

13. Qual a SUA renda individual por mês?_____
14. Qual a renda DA SUA FAMÍLIA por mês?_____
15. Você é beneficiário de algum programa do governo federal ou estadual? ( ) sim ( ) não
Se sim, qual: ( )Bolsa Família ( )Bolsa Floresta ( ) Beneficio de Prestação Continuada(INSS) ( ) Outros _____

16. Vocês tem INSS? ( )Sim ( )Não
Se sim, você já utilizou algum serviço? Qual?
_____

RELAÇÕES SIMBÓLICAS COM O GUARANÁ

17.Que significado o guaraná tem para você?
_____
_____
_____
_____

18. O guaraná é bom para que?
_____
_____
_____

19. Que motivos levaram você a cultivar o guaraná?
_____
_____
_____

20. Por que você produz guaraná?
_____
_____
_____

21. Você consome guaraná todos os dias?
( )Sim ( )Não Se sim, Porque e quantas vezes por dia?_____
_____
_____
_____
Se não por quê?
_____
_____
_____

22. Como aprendeu o cultivo do guaraná? Como se deu esse processo?
_____
_____
_____
_____

23. Qual a importância em preservar a tradição do guaraná?

_____
_____
_____
_____

24. Você quer que seus filhos sigam no cultivo do guaraná? ( )Sim ( )Não
Por que?
_____
_____
_____
_____

25. Você acha que a produção do guaraná mudou?
( )Sim ( ) Não . Se sim, o que e desde quando e como e porque mudou?_____
_____
_____
_____

DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DO GUARANÁ

26. Tamanho da sua propriedade_____
Área cultivada (quadras) _____
Área Preservada (quadras) _____
Área cultivada do guaraná_____

27. Que quantidade de guaraná produz por ano? _____

28. Você cultiva apenas o guaraná? ( )sim ( )não
Se não, quais os três principias outros cultivos?
_____

29. Esses cultivos são para consumo próprio e comercialização? ( )Sim ( )Não

30. Como é comercializado?
( ) Bastão ( ) Pó ( ) Semente

31. Como e para quem você vende esse guaraná e qual a forma de pagamento?
_____
_____
_____

32. Consegue vender toda a safra? ( )Sim ( )Não
Por que?
_____
_____
_____

33. Das fases da safra como acontece a:

Fase	Tempo por dia	Processo de trabalho
Plantação		
Adubação		
Colheita		

Descascação		
Lavação		
Torração		
Ensacamento		
Limpeza		

34. Sua família participa da produção do guaraná?
( ) Sim ( ) Não
Se sim, Por que a família participa? Como é feita a divisão do trabalho? _____
_____
_____
_____
Se não, porque? _____

35. Você exerce outra atividade além de agricultor?
( )sim ( )não. Qual e porque ? _____

36. Você tem ajuda de outras pessoas em algum momento da produção? ( )sim ( )não
Se sim, por que precisa dessa ajuda e o que fazem estas pessoas? _____
_____
_____
Se não por que? _____

37. Você paga por este serviço? ( )sim ( )não
Se sim, quanto paga? _____
38. Você já trabalhou empregado? ( )sim ( )não. Se sim, com o que? _____
Por que precisou trabalhar empregado? _____
_____
_____

39. Você gosta do que faz? ( )sim ( )não
Por que? _____
_____
_____

40. Alguma vez já pensou em mudar de ramo? ( )sim ( )não Por que? _____
_____
_____
_____

41. Quanto VOCÊ GANHA em media por safra? _____

42. Quanto GASTA em média na safra? _____

43. Você sabe quem são os principais consumidores do seu guaraná? ( ) Sim ( ) Não
Se sim, quem são? _____
_____
_____
Se não, porque não sabe? _____
_____
_____

44. Você considera justo o preço que pagam pela sua produção? ( )sim ( )não
Por que?
_____
_____
_____

DA ATIVIDADES DA PRODUÇÃO DO GUARANÁ

45. A produção do guaraná passa pelo importante momento de Indicação Geográfica(IG). O que você entende por este processo?
_____
_____
_____
_____
_____

46. Qual a sua expectativa em relação ao Projeto do IG?
_____
_____
_____
_____
_____

47. Quais os seus medos em relação ao IG?
_____
_____
_____

48. O que é para você a produção orgânica?
_____
_____
_____

49. Você já foi produtor orgânico? ( )Sim ( )Não
Se sim, Porque você foi e com foi a experiência?
_____
_____
_____
_____

50. Que diferenças você vê na sua produção e na produção orgânica?
_____
_____
_____

51. Se nunca foi, você já pensou em se tornar um produtor orgânico?
( )Sim ( ) Não
Por que?

DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E NA ASSOCIAÇÃO

55. Você é sindicalizado? ( ) Sim ( )Não
Sim Por que?
Não por que?

56. Quais são as atividades que o sindicato tem desenvolvido para você?

57. Você acha que o sindicato atende seus interesses?

58. Participa de algum partido político?
( ) Sim ( )Não

59. Por que é importante fazer parte da Associação?

60. A quanto tempo é associado?

61. Que motivos levaram você a ser um associado?

62. O que mudou na sua relação com outros produtores desde a sua entrada na associação?

63. Em sua opinião a associação defende os interesses dos associados contra quem?

64. O que melhorou na sua vida após a participação na associação?

65. Como você avalia a atuação da associação?
( )Regular ( )Bom ( )Ótimo ( ) Excelente
Por que?
_____
_____
_____

66. O que você acha que precisa melhorar?

FORMULÁRIO I TRABALHADORES ORGÂNICOS ASSOCIADOS – AAFAU

Este formulário tem por finalidade conhecer a realidade dos trabalhadores associados que compõem as organizações estudadas pela pesquisa de doutorado sob o título: Trabalho Associado na produção do guaraná orgânico em Maués: Subordinação, resistência e reexistência.

Formulário n. _____
Data da Entrevista:___/___/_____
Local da Entrevista:
_____
Entrevistadora:
_____
Horário:_____
Nome do Entrevistado:
_____

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

1. Idade
( )18 a 22 ano ( )23 a 27 anos ( ) 28 a 32 anos ( )33 a 37 anos ( ) 38 a 42 anos ( ) 43 a 48 anos ( )acima de 49 anos

2. Gênero
( ) Feminino ( ) Masculino

3. Estado Civil
( )Casada(o) ( )Solteira(o) ( )Viúva(o) ( )Divorciada(o) ( )União Estável

4. Tem filhos? ( ) sim ( ) Não
Se sim, quantos: ( ) 1 a 3 filhos ( ) 4 a 6 filhos ( ) mais de 7 filhos

5. Onde nasceu: ( )Maués ( ) Outros
_____

6. Onde mora atualmente? _____

7. Sempre morou neste mesmo local? ( )sim ( )não
Se não, porque?
_____

8. Escolaridade:
( )Não Alfabetizado ( )Ensino Fundamental Completo ( )Ensino Fund. Incompleto ( )Ensino Médio Incompleto ( )Ensino Médio completo ( )Ensino Superior Incompleto ( )Ensino Superior completo ( ) Pós-graduação

9. Sua residência tem título definitivo?
( ) Sim ( )Não

10. Quantas pessoas moram na sua casa?
( ) 1 a 3 pessoas ( )4 a 7 pessoas ( ) 7 a 10 pessoas ( ) Mais de 11 pessoas

11. Quantas pessoas trabalham na sua casa?_____

12. Alguém na sua casa trabalha com carteira assinada? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, o que faz?_____

13. Qual a SUA renda individual por mês?_____
14. Qual a renda DA SUA FAMÍLIA por mês?_____
15. Você é beneficiário de algum programa do governo federal ou estadual? ( ) sim ( ) não
Se sim, qual: ( )Bolsa Família ( )Bolsa Floresta ( ) Beneficio de Prestação Continuada(INSS) ( ) Outros _____

16. Vocês tem INSS? ( )Sim ( )Não
Se sim, você já utilizou algum serviço? Qual?
_____

RELAÇÕES SIMBÓLICAS COM O GUARANÁ

17.Que significado o guaraná tem para você?
_____
_____
_____
_____

18. O guaraná é bom para que?
_____
_____
_____

19. Que motivos levaram você a cultivar o guaraná?
_____
_____
_____

20. Por que você produz guaraná?
_____
_____
_____

21. Você consome guaraná todos os dias?
( )Sim ( )Não Se sim, Porque e quantas vezes por dia?_____
_____
_____
_____
Se não por quê?
_____
_____
_____

22. Como aprendeu o cultivo do guaraná? Como se deu esse processo?
_____
_____
_____
_____

23. Qual a importância em preservar a tradição do guaraná?

_____
_____
_____
_____

24. Você quer que seus filhos sigam no cultivo do guaraná? ( )Sim ( )Não
Por que?
_____
_____
_____
_____

25. Você acha que a produção do guaraná mudou?
( )Sim ( ) Não . Se sim, o que e desde quando e como e porque mudou?_____
_____
_____
_____

DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DO GUARANÁ

26. Tamanho da sua propriedade_____
Área cultivada (quadras) _____
Área Preservada (quadras) _____
Área cultivada do guaraná_____

27. Que quantidade de guaraná produz por ano? _____

28. Você cultiva apenas o guaraná? ( )sim ( )não
Se não, quais os três principias outros cultivos?
_____

29. Esses cultivos são para consumo próprio e comercialização? ( )Sim ( )Não

30. Como é comercializado?
( ) Bastão ( ) Pó ( ) Semente

31. Como e para quem você vende esse guaraná e qual a forma de pagamento?
_____
_____
_____

32. Consegue vender toda a safra? ( )Sim ( )Não
Por que?
_____
_____
_____

33. Das fases da safra como acontece a:

Fase	Tempo por dia	Processo de trabalho
Plantação		
Adubação		
Colheita		

Descascação		
Lavação		
Torração		
Ensacamento		
Limpeza		

34. Sua família participa da produção do guaraná?
( ) Sim ( ) Não
Se sim, Por que a família participa? Como é feita a divisão do trabalho? _____
_____
_____
_____
Se não, porque?
_____

35. Você exerce outra atividade além de agricultor?
( )sim ( )não. Qual e porque ?
_____

36. Você tem ajuda de outras pessoas em algum momento da produção? ( )sim ( )não
Se sim, por que precisa dessa ajuda e o que fazem estas pessoas?
_____
_____
_____
Se não por que?_____

37. Você paga por este serviço? ( )sim ( )não
Se sim, quanto paga?_____
38. Você já trabalhou empregado? ( )sim ( )não. Se sim, com o que?
_____
Por que precisou trabalhar empregado?
_____
_____
_____

39. Você gosta do que faz? ( )sim ( )não
Por que?
_____
_____
_____

40. Alguma vez já pensou em mudar de ramo? ( )sim ( )não Por que?_____
_____
_____
_____

41. Quanto VOCÊ GANHA em media por safra?
_____

42. Quanto GASTA em média na safra?
_____

43. Você sabe quem são os principais consumidores do seu guaraná? ( ) Sim ( ) Não
Se sim, quem são? _____

_____

_____

Se não, porque não sabe? _____

_____

_____

44. Você considera justo o preço que pagam pela sua produção? ( )sim ( )não
Por que?

_____

_____

_____

DA PRODUÇÃO ORGÂNICA

45. O que significa a produção orgânica para você?

_____

_____

_____

_____

_____

46. O que levou você a se tornar um produtor orgânico?

_____

_____

_____

_____

47. Qual o conhecimento necessário para se produzir o guaraná orgânico?

_____

_____

_____

_____

48. Você encontra diferenças na forma de cultivo tradicional e na produção orgânica do guaraná?
( )sim ( )não. Se sim, quais e porque?

_____

_____

_____

_____

49. O que melhorou na sua vida após a produção orgânica?

_____

_____

_____

_____

50. Você conhece as leis que orientam o cultivo do guaraná orgânico?
( ) Desconheço ( )Regular ( )Bom ( )Ótimo

51. Que vantagens e desvantagens você vê na produção orgânica?

_____

_____

_____
_____

52. Como você vê o papel do governo no incentivo da produção orgânica do guaraná?

_____
_____
_____
_____

53. Atualmente quais as principais dificuldades em ser um produtor orgânico?

_____
_____
_____

54. Quais as suas expectativas em relação a produção orgânica?

_____
_____
_____

DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E NA ASSOCIAÇÃO

55. Você é sindicalizado? ( ) Sim ( )Não
Sim Por que?
_____
Não por que?
_____

56. Quais são as atividades que o sindicato tem desenvolvido para você?_____
_____
_____

57. Você acha que o sindicato atende seus interesses?
_____
_____
_____

58. Participa de algum partido político?
( ) Sim ( )Não

59. Por que é importante fazer parte da Associação?

_____
_____
_____
_____

60. A quanto tempo é associado? _____

61. Que motivos levaram você a ser um associado?

_____
_____
_____
_____

62. O que mudou na sua relação com outros produtores desde a sua entrada na associação?

_____
_____
_____

63. Em sua opinião a associação defende os interesses dos associados contra quem?

_____
_____
_____

64. O que melhorou na sua vida após a participação na associação?

_____
_____
_____

65. Como você avalia a atuação da associação?
( )Regular ( )Bom ( )Ótimo ( ) Excelente

Por que?
_____
_____
_____

66. O que você acha que precisa melhorar?

ROTEIRO DE ENREVISTA I
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUÇÃO ORGÂNICA – AAFAU/ CONSÓRCIO

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Qual a importância em se formar uma associação?
2. Quando e porque motivos fundaram uma associação/ consórcio?
3. Desde quando atua como liderança? Como foi escolhido?
4. Que pessoas e/ou instituições contribuíram para o surgimento da associação/consórcio?
5. Quanto associado tem no quadro atualmente? O numero de pessoas aumentou ou diminuiu?
6. (apenas para o consórcio) Trabalham apenas com indígenas?
7. Quantas propriedades cadastradas?
8. O que produzem e comercializam? Qual o principal produto?
9. Quais os principais concorrentes da associação hoje?
10. Como é realizada a gestão da associação/consórcio?
11. Quem são os principais parceiros atualmente?
12. Qual o fluxo de produção e comercialização da associação/consórcio?
13. Quem são os principais clientes hoje? Onde chega o guaraná da associação?
14. Você acha que mudou a produção do guaraná? Por que?
15. Em termos de apoio do governo, que financiamentos ou outros programas a associação acesso?
16. Recebem Assistência Técnica por parte do governo? Se sim, como se dá e com que frequência?
17. Como aconteceu o processo para se tornarem produtores orgânicos?
18. O que pensa sobre a politica de orgânicos? O que poderia ser melhorado?
19. Que fatores dificultam o crescimento da agricultura orgânica no Amazonas?
20. Qual foi o melhor momento da associação/consórcio desde o seu surgimento?
21. E o pior momento?
22. Que ganhos a associação trouxe para os associados?
23. Qual a relação da associação com outras associações que produzem guaraná? Qual a importância destas para a associação?
24. Quanto as relações com o mercado, quais os maiores desafios?
25. Atualmente conseguem atender as demandas? Como administram as exigências que não estão ao alcance da associação?
26. Como avalia a autonomia da associação/consórcio em relação ao mercado?
27. Quais os principais projetos da associação/consórcio atualmente?

ROTEIRO DE ENTREVISTA II
LIDERANÇA DA ASSOCIAÇÕES NÃO ORGÂNICA – ASCANPA

1. Qual a importância em se formar uma associação?
2. Desde quando atua como liderança? Como foi escolhido?
3. Quando e que motivos fundaram uma associação/ consórcio?
4. Que pessoas e/ou instituições contribuíram para o surgimento da associação/consórcio?
5. Quantos associados tem no quadro?
6. Quantas propriedades participam?
7. O que você acha eu mudou na produção do guaraná?
8. O que produzem e comercializam atualmente?
9. Que tipo de guaraná é produzido?
10. Como é realizada a gestão da associação?
11. Quem são os principais clientes hoje? Onde chega o guaraná da Ascanpa?
12. Quais as estratégias de comercialização?
13. Como aconteceu a experiência da Ascanpa para o processo de certificação?
14. Quais foram as vantagens desse processo?
15. Quais foram as desvantagens e principais dificuldades?
16. Que motivos e/ou situações levaram ao descredenciamento da certificação?
17. Qual o sentimento da associação em relação a este período?
18. Que dificuldades tiveram que superar desde então?
19. Tem planos de retornar para a agricultura orgânica? Por que?
20. Em termos de financiamento e politicas públicas, a associação tem acesso atualmente? Se sim, quais?
21. Recebem assistência técnica por parte do governo? Se sim, como se dá e com que frequência?
22. Qual a relação da Ascanpa com outras associações? Qual a importância das outras associações?
23. Atualmente conseguem atender as demandas? Como administram as exigências que não estão ao alcance da associação?
24. Como você enxerga a autonomia da associação frente ao mercado?
25. Sabemos que atualmente a Ascanpa é uma das principais associações que integra o projeto de Indicação Geográfica do guaraná. Como se deu este processo e como você avalia a participação da associação? Quais as expectativas e receios?

ROTEIRO DE ENTREVISTA III – HISTÓRIA ORAL
ANCIÃO SATERÉ MAWÉ

1. Vamos conversar sobre sua historia, onde nasceu, quem são seus pais, como foi a sua infância, sempre morou aqui?
2. O que o *waraná* significa para você?
3. Fale-me da tradição do *waraná* para os Sateré?
4. Para que serve o *waraná?*
5. Conte-me a historia do *waraná* que você conhece?
6. Já ouviu falar de outras historias do *waraná?* Se sim, o que acha dessas outras histórias?
7. Quais são os rituais ou cerimônias que se usa o *waraná*?
8. Como são esses rituais e cerimônias e como o *waraná* é utilizado nestes espaços?
9. Com quem aprendeu a cultivar o *waraná*?
10. Você pode me detalhar o cultivo conforme você aprendeu?
11. Você sabe quando o guaraná começou a ser vendido? Quem foram os primeiros compradores?
12. Sua família vendia *waraná*? Se sim, para quem vendiam?
13. Você acha que a forma de cultivo hoje é diferente da forma que você aprendeu? Por quê?
14. Você acha que hoje a tradição do guaraná tem sido respeitada? Por que?
15. Você sabe quem são os compradores do *waraná* hoje? Para que as pessoas compram?

Matriz SWOT

Objetivo: Identificar a atual situação das associações estudadas, bem como a visão de futuro segundo a opinião dos associados.

Público-Alvo: Consórcio Indígena Satere Mawe e Associação Comunitária e Agrícola do Alto Urupadi

Sistematização:

1. Adaptar a Matriz com perguntas chaves que facilitem a compreensão dos participantes

	O que conquistamos de bom até hoje? (Fortalezas)	**O que precisamos melhorar? (Fraquezas)**
INTERNO		
	Qual a nossa visão de futuro (Oportunidades)	**Quais são as ameaças para o sucesso da associação? (Ameaças)**
EXTERNO		

2. Explicar a dinâmica da atividade para os participantes;
3. Dividir os participantes em 4 grupos com um relator para cada grupo;
4. Fixar, em local visível, papel 40 kg com as perguntas em tarjetas coloridas;
5. Distribuir nos grupos tarjetas com cores as correspondentes às perguntas onde os participantes preencherão suas opiniões;
6. Após os debates colar as tarjetas das equipes no local correspondente à pergunta;
7. Refletir com o grupo sobre as questões pontuadas nos grupos visando a motivação de deliberações coletivas;
8. Avaliar a atividade com o grupo.

ROTEIRO DE ENREVISTA I
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUÇÃO ORGÂNICA – AAFAU/ CONSÓRCIO

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

28. Qual a importância em se formar uma associação?
29. Quando e porque motivos fundaram uma associação/ consórcio?
30. Desde quando atua como liderança? Como foi escolhido?
31. Que pessoas e/ou instituições contribuíram para o surgimento da associação/consórcio?
32. Quanto associado tem no quadro atualmente? O numero de pessoas aumentou ou diminuiu?
33. (apenas para o consórcio) Trabalham apenas com indígenas?
34. Quantas propriedades cadastradas?
35. O que produzem e comercializam? Qual o principal produto?
36. Quais os principais concorrentes da associação hoje?
37. Como é realizada a gestão da associação/consórcio?
38. Quem são os principais parceiros atualmente?
39. Qual o fluxo de produção e comercialização da associação/consórcio?
40. Quem são os principais clientes hoje? Onde chega o guaraná da associação?
41. Você acha que mudou a produção do guaraná? Por que?
42. Em termos de apoio do governo, que financiamentos ou outros programas a associação acesso?
43. Recebem Assistência Técnica por parte do governo? Se sim, como se dá e com que frequência?
44. Como aconteceu o processo para se tornarem produtores orgânicos?
45. O que pensa sobre a politica de orgânicos? O que poderia ser melhorado?
46. Que fatores dificultam o crescimento da agricultura orgânica no Amazonas?
47. Qual foi o melhor momento da associação/consórcio desde o seu surgimento?
48. E o pior momento?
49. Que ganhos a associação trouxe para os associados?
50. Qual a relação da associação com outras associações que produzem guaraná? Qual a importância destas para a associação?
51. Quanto as relações com o mercado, quais os maiores desafios?
52. Atualmente conseguem atender as demandas? Como administram as exigências que não estão ao alcance da associação?
53. Como avalia a autonomia da associação/consórcio em relação ao mercado?
54. Quais os principais projetos da associação/consórcio atualmente?

ROTEIRO DE ENTREVISTA II
LIDERANÇA DA ASSOCIAÇÕES NÃO ORGÂNICA – ASCANPA

26. Qual a importância em se formar uma associação?
27. Desde quando atua como liderança? Como foi escolhido?
28. Quando e que motivos fundaram uma associação/ consórcio?
29. Que pessoas e/ou instituições contribuíram para o surgimento da associação/consórcio?
30. Quantos associados tem no quadro?
31. Quantas propriedades participam?
32. O que você acha eu mudou na produção do guaraná?
33. O que produzem e comercializam atualmente?
34. Que tipo de guaraná é produzido?
35. Como é realizada a gestão da associação?
36. Quem são os principais clientes hoje? Onde chega o guaraná da Ascanpa?
37. Quais as estratégias de comercialização?
38. Como aconteceu a experiência da Ascanpa para o processo de certificação?
39. Quais foram as vantagens desse processo?
40. Quais foram as desvantagens e principais dificuldades?
41. Que motivos e/ou situações levaram ao descredenciamento da certificação?
42. Qual o sentimento da associação em relação a este período?
43. Que dificuldades tiveram que superar desde então?
44. Tem planos de retornar para a agricultura orgânica? Por que?
45. Em termos de financiamento e politicas públicas, a associação tem acesso atualmente? Se sim, quais?
46. Recebem assistência técnica por parte do governo? Se sim, como se dá e com que frequência?
47. Qual a relação da Ascanpa com outras associações? Qual a importância das outras associações?
48. Atualmente conseguem atender as demandas? Como administram as exigências que não estão ao alcance da associação?
49. Como você enxerga a autonomia da associação frente ao mercado?
50. Sabemos que atualmente a Ascanpa é uma das principais associações que integra o projeto de Indicação Geográfica do guaraná. Como se deu este processo e como você avalia a participação da associação? Quais as expectativas e receios?

ROTEIRO DE ENTREVISTA III – HISTÓRIA ORAL
ANCIÃO SATERÉ MAWÉ

16. Vamos conversar sobre sua historia, onde nasceu, quem são seus pais, como foi a sua infância, sempre morou aqui?
17. O que o *waraná* significa para você?
18. Fale-me da tradição do *waraná* para os Sateré?
19. Para que serve o *waraná?*
20. Conte-me a historia do *waraná* que você conhece?
21. Já ouviu falar de outras historias do *waraná?* Se sim, o que acha dessas outras histórias?
22. Quais são os rituais ou cerimônias que se usa o *waraná*?
23. Como são esses rituais e cerimônias e como o *waraná* é utilizado nestes espaços?
24. Com quem aprendeu a cultivar o *waraná*?
25. Você pode me detalhar o cultivo conforme você aprendeu?
26. Você sabe quando o guaraná começou a ser vendido? Quem foram os primeiros compradores?
27. Sua família vendia *waraná*? Se sim, para quem vendiam?
28. Você acha que a forma de cultivo hoje é diferente da forma que você aprendeu? Por quê?
29. Você acha que hoje a tradição do guaraná tem sido respeitada? Por que?
30. Você sabe quem são os compradores do *waraná* hoje? Para que as pessoas compram?

Apêndice B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa de doutorado intitulada "Resistência e Trabalho Associado na produção orgânica do guaraná em Maués-Amazonas", tendo como pesquisadora responsável a doutoranda Andreza Gomes Weil do Programa de pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGCASA/UFAM),situado a Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 6200 -Campus Universitário, bloco T Setor Sul - Coroado, CEP: 69.077-000, Manaus/AM. O programa dispõe do telefone para contato nº 3305-1181 – Ramais 4068 e 4069; (92)99304-5107; e-mails ppgcasa@ufam.edu.br;ppgcasasecretaria@ufam.edu.br e andrezaweil@gmail.com . A pesquisa é orientada pelo Professor Doutor Antônio Carlos Witkosky do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS) - Departamento de Ciências Sociais (DSS), docente do PPGCASA/UFAM, sito a Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 6200 -Campus Universitário, bloco T Setor Sul - Coroado, CEP: 69.077-000, Manaus/AM. Telefone nº 3305-1181 – Ramais 4068 e 4069; e-mails ppgcasa@ufam.edu.br; ppgcasasecretaria@ufam.edu.br e acvitkosky@gmail.com.

O objetivo da pesquisa é Compreender as dimensões de resistência das Organizações de Trabalho Associado para a sustentabilidade da produção orgânica do guaraná, frente à hegemonia do mercado capitalista. Pata tal pretende-se descrever os processos históricos, sociais e políticos que consolidaram a cultura do guaraná em Maués, enfatizando o marco inicial da produção orgânica; Revelar as múltiplas dimensões da dinâmica do Trabalho Associado presentes no processo produtivo do guaraná em Maués, situando as interações e conflitos entre os sujeitos sociais; Analisar os avanços e as contradições da produção orgânica do guaraná no contexto do Trabalho Associado; Refletir sobre as potencialidades e desafios das Organizações de Trabalho Associado para a produção orgânica do guaraná frente ao mercado.

Por meio da observação, buscaremos descrever a dinâmica da produção orgânica do guaraná no município de Maués, sinalizando desde a cadeia produtiva aos aspectos relacionados à Política Pública de produção orgânica do Brasil.

Sabemos que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, alguns previsíveis outros não, que podem vir a se mostrar em campo. Os riscos que prevemos em nosso estudo é o de despertar os sentimentos, emoções, exposição de ideias, pensamentos e imagem

dos(as)participantes, uma vez que faremos uso da memória e história dos(as) entrevistados(as). Nesse sentido, serão tomados os cuidado necessários para que
nenhuma dessas situações venham a ocorrer e deixamos claro que em qualquer momento os(as) participantes podem deixar a pesquisa ou restringir sua participação aos assuntos no qual se sintam mais à vontade sem nenhum tipo de prejuízo, mas caso os(as) participantes venham a se sentir prejudicados(as) em algo, daremos toda a assistência necessária para sanar ou minimizar qualquer tipo de prejuízo, seja ele material ou emocional.

Faremos uso de entrevistas semiestruturada, história oral, grupo focal, formulários entre outros, como instrumentos de coleta de informações. Se os entrevistados(as) consentirem, realizaremos gravação de áudio e registro fotográfico das entrevistas. Esclarecemos que todas as informações prestadas serão utilizadas na pesquisa e o material proveniente da mesma ficará devidamente arquivado com a pesquisadora responsável, doutoranda Andreza Gomes Weil.

O consentimento para participação da pesquisa, representa uma significativa colaboração para a construção do conhecimento científico. Aceitando fazer parte do estudo, após os devidos esclarecimentos, solicitamos a assinatura ao final desse documento, impresso em duas vias, sendo uma do(a) entrevistado(a) e a outra da pesquisadora responsável. Além disso, reafirmamos o compromisso de assegurar o direito a indenizações e cobertura material de reparação a danos que eventualmente possam ser causados em razão da execução pesquisa.

Reaiteramos que os(as) participantes tem o direito de retirar oconsentimento a qualquer momento, independente do motivo e sem nenhum prejuízo, bem como não terão nenhum tipo de despesa nem remuneração ao aceitarem. A participação no estudo é voluntária e gratuita. Havendo dúvidas, essas poderão ser esclarecidas a qualquer momento tanto pela pesquisadora responsável, como pela própria instituição. Quaisquer outras informações e/ou esclarecimentos poderão também ser obtidas junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFAM), sito a rua Teresina, 495 – Adrianópolis, Manaus/AM - Escola de Enfermagem de Manaus - Sala 07. Contato: telefones (92) 3305-1181 – ramal 2004;e-mail: cep.ufam@gmail.com.

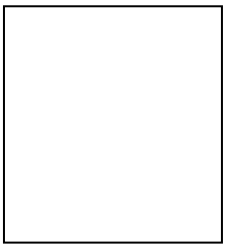
CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu,_____,CPF nº
procedimentos, bem como os possíveis riscos e benefícios. Estou ciente que toda informação por mim disponibilizado(a) será utilizada na

investigação. Minha participação é voluntária podendo retirar meu consentimento a qualquer momento, sem qualquer tipo de impedimento, penalidade ou desconforto. Nesse sentido concordo em ser fotografado(a), filmado(a) e que a entrevistadora escreva, grave ou filme os nossos diálogos. Autorizo a utilização das informações, registros fotográficos, imagens, áudio e filmagens realizados para o trabalho de pesquisa.Esse documento foi feito em duas vias, uma fica comigo e a outra com a pesquisadora responsável.

Local**:** _____

Data**:** _____/_____/_____



_____

Assinatura do Entrevistado

Impressão digital se necessário

_____

Pesquisadora responsável

_____

Orientador

Apêndice C

AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO



Associação dos Agricultores Familiares do Alto Urupadi

DIAS	LOCAL
21 e 22/02/2019 HORÁRIO 22/02 – 18:30 às 21:00 23/02 - 08:00 ÀS 14:00	COMUNIDADE SÃO JOSÉ DO PARICÁ, MAUÉS-AM

- ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA
- RODAS DE CONVERSA
- ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DA AAFAU
- PLANEJAMENTO PARA 2019
- PROCESSO ELEITORAL PARA A NOVA DIRETORIA

REALIZAÇÃO: UFAM

AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO



Associação Comunitária e Agrícola do Urupadi

DIAS
21 e 22/02/2019
HORÁRIO
22/02 – 18:30 às 21:00
23/02 - 08:00 ÀS 14:00

LOCAL
COMUNIDADE SÃO JOSÉ DO PARICÁ, MAUÉS-AM

- RODAS DE CONVERSA
- ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DA ASCAMPA
- PLANEJAMENTO PARA 2019

REALIZAÇÃO: UFAM